



IX Conferência Nacional de Assistência Social

SUAS: 8 ANOS DE CONQUISTAS

Brasília, de 16 a 19 de dezembro de 2013

ANAIS DA IX CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Conselho Nacional de Assistência Social
Anais da IX Conferência Nacional de Assistência Social

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

COMPOSIÇÃO CNAS - GESTÃO 2012/2014

PRESIDENTE: Luziele Maria de Souza Tapajós

VICE-PRESIDENTE: Leila Pizzato

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

Titulares:

Luziele Maria de Souza Tapajós

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Simone Aparecida Albuquerque

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Clara Carolina de Sá

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Léa Lúcia Cecílio Braga

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

José Geraldo França Diniz/ Idervânio da Silva Costa

Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão

Fátima Aparecida Rampin

Ministério da Previdência Social - MPS

José Ferreira da Crus

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Meive Ausônia Piacesi/ Maria das Graças Soares Prola

Representante dos Estados - FONSEAS

Marisa Rodrigues da Silva

Representante dos Municípios – CONGEMAS

Suplentes:

Solange Teixeira

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Maria do Socorro Fernandes Tabosa

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Viviane Vieira da Silva

Ministério da Educação- MEC

Maria Cristina Costa Arrochela Lobo/ Elizabeth Sousa Cagliari Hernandes

Ministério da Saúde- MS

Fábio Moassab Bruni

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS

Margarida Munguba Cardoso

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Marcílio Marquesini Ferrari

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Eloiana Cambraia Soares/Celiany Rocha Appelt

Representante dos Estados - FONSEAS

Charles Roberto Pranke/ Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim

Representante dos Municípios – CONGEMAS

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Titulares:

Leila Pizzato – Associação Antônio Vieira - Vice-presidente

Ademar de Andrade Bertucci – Cáritas Brasileira

Wagner Carneiro de Santana - Fundação Orsa

Volmir Raimondi – Organização Nacional de Cegos do Brasil - ONCB

Anderson Lopes Miranda – Fórum Nacional de População de Rua

Aldenora Gomes González – Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM

Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria –

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT – CNTSS/CUT

Margareth Alves Dallaruvera – Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS

Jane Pereira Clemente –

Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e

Filantrópicas - FENATIBREF

Márcia de carvalho Rocha – Lar Fabiano de Cristo

Suplentes:

Claúdia Laureth Faquinote - Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC

Simone Faria Dragone – Associação Bem Aventurada Imelda

Valéria da Silva Reis Ribeiro – Legião da Boa Vontade – LBV

Marilena Ardore – Federação Nacional das Apaes - FENAPAE

Dóris Margareth de Jesus - União Brasileira de Mulheres

Nilsia Lourdes dos Santos – União de Negros Pela Igualdade - UNEGRO

José Araújo da Silva – Pastoral da Pessoa Idosa

Edivaldo da Silva Ramos – Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais - ABEDEV

Carlos Rogério de Carvalho Nunes – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB

Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral – Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

SECRETARIA EXECUTIVA DO CNAS

Secretária Executiva

Maria das Mercês Avelino de Carvalho

Coordenação de Política da Assistência Social

Maria Auxiliadora Pereira

Coordenação de Normas da Assistência Social

Christianne Camargo Menezes

Coordenação de Financiamento da Assistência Social

Jamile Maria Bueres Calado/Bechara Miranda

Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social

Liliane Neves do Carmo/Celda Maria Chaves de Souza

Assessoria Técnica

Alessandra Telles

Bruno Cared Tavares

Elaina Daher Jardim

Richelly Ferreira

Ronaldo Melo

Diagramação e Capas

Bruno Cared Tavares

APRESENTAÇÃO

A IX Conferência Nacional de Assistência Social, realizada no período de 16 a 19 de dezembro de 2013, teve grande importância no período de comemoração dos 20 anos de promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e 8 anos de construção e empenho pela consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. O Conselho Nacional de Assistência Social reconhece todos os atores que fizeram e fazem parte desta história!

O Brasil, no processo das conferências de 2013, debateu sobre o SUAS nos mais diversos territórios em 97% dos municípios brasileiros. Desta vez, um diferencial caracterizou todo o processo que agora culmina na IX Conferência Nacional e que a distingue das demais oito conferências anteriores, realizadas em um intervalo de 15 anos. A base desta diferença foi justamente “o ato de conferir” a situação do SUAS por meio do monitoramento das deliberações das Conferências de Assistência Social desde 2005, em cada nível de gestão, de forma a avaliar e propor melhor e mais adequadamente. Assim, a tarefa das conferências municipais e estaduais foi procurar responder a perguntas essenciais: onde estamos, como chegamos onde estamos, e além disso, onde precisamos ainda chegar para que o SUAS se consagre como efetiva política de Estado.

O Tema Geral da Conferência Nacional é “Gestão e Financiamento para a efetivação do SUAS” e para debatê-lo, em sua magnitude, identificamos 6 eixos: o cofinanciamento obrigatório da Assistência Social; Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, Processo de Planejamento, Monitoramento e Avaliação; Gestão do Trabalho; Gestão de Serviços, Projetos e Programas Socioassistenciais; Gestão de Benefícios e Transferências de Renda no Âmbito do SUAS e a Regionalização.

Os referidos eixos foram debatidos de forma concomitante em Plenárias Temáticas, onde participaram delegados, observadores e convidados. O Comitê Acadêmico da IX Conferência apresentou a avaliação do assunto específico do eixo, com base nos produtos das conferências estaduais, da avaliação do CNAS e da avaliação da SNAS, com o objetivo de proporcionar as bases para reflexão e indicação das propostas novas para o fortalecimento do SUAS.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Conselho Nacional de Assistência Social

SIGLÁRIO

BPC – Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico – Cadastro Único
CAS – Conselho de Assistência Social
CIT – Comissão Intergestores Tripartite
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CENTRO POP- Centro de Referência para População de Rua
DF – Distrito Federal
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB – Norma Operacional Básica
PAS – Plano de Assistência Social
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PSB – Proteção Social Básica
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SE – Secretaria Executiva

SUMÁRIO

Apresentação do CNAS

1. Processos da Conferência Nacional de Assistência Social
 - 1.1. Participantes da IX Conferência Nacional de Assistência Social
 - 1.2. Distribuição de Delegados Municipais e Distritais
 - 1.3. Informativos do CNAS e Regulamento
 - 1.4. Programação Oficial
 - 1.5. Temário Objetivo e Eixos Temáticos
 - 1.6. Relatoria Colegiada
2. Regimento Interno
3. Solenidade de Abertura
 - 3.1. Palestra Magna
 - 3.2. Premiação do Mérito CNAS
4. Homenagem a Professora Neiri Bruno
5. Paineis de Avaliação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS
6. Mesas Temáticas Simultâneas
7. Solenidade de Entrega do Prêmio Rosani Cunha, de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 10 Anos do Bolsa-Família
8. Plenárias Temáticas
9. Homenagem aos 20 anos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS
10. Plenária Final
 - 10.1 Avaliação da IX Conferência Nacional de Assistência Social
11. Anexos

1. Processos da Conferência Nacional de Assistência Social

Neste documento consta os registros do processo de realização e os resultados da IX Conferência Nacional de Assistência Social, convocada pela Portaria Conjunta do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS e o Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS, nº 3 de 17 de dezembro de 2012 (anexo 1), no uso de suas atribuições legais, conforme artigo primeiro: “ Convocar ordinariamente a IX Conferência de Assistência Social com o fim de avaliar a situação atual da Assistência Social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento, em especial os avanços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).”

Para a IX Conferência Nacional foi constituída a comissão organizadora, através da Resolução/CNAS nº 35 de 13/12/2012 (anexo 2) com a participação de conselheiros(as) governamentais e não governamentais, presidida pela presidente e vice presidente do CNAS, com o objetivo de coordenar todo o processo de organização e realização deste evento. Essa comissão contou com o apoio da secretaria executiva do CNAS, setores do MDS, e ainda com colaboradores eventuais.

O CNAS imbuído não só do compromisso, mas também das melhores expectativas de construção democrática, projeta o tema, as discussões a serem priorizadas, o processo de mobilização e participação, como ponto de partida de uma caminhada coletiva fundamental para o fortalecimento do SUAS que o país requer.

A IX Conferência realizou-se em Brasília, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, no período de 16 a 19 de dezembro de 2013 e teve como tema “A gestão e o financiamento na efetivação do SUAS”. O CNAS definiu o cronograma nacional, com os períodos de realização das Conferências de Assistência Social nos Municípios, Estados e DF e União, por meio da Resolução nº 36 de 13 de dezembro de 2012 (anexo 3), conforme descrito abaixo:

- I- Conferências Municipais de 08 de maio a 09 de agosto de 2013
- II- Conferências Estaduais e DF até 18 de outubro de 2013
- III- Conferência Nacional nos dias 16 a 19 de dezembro de 2013.

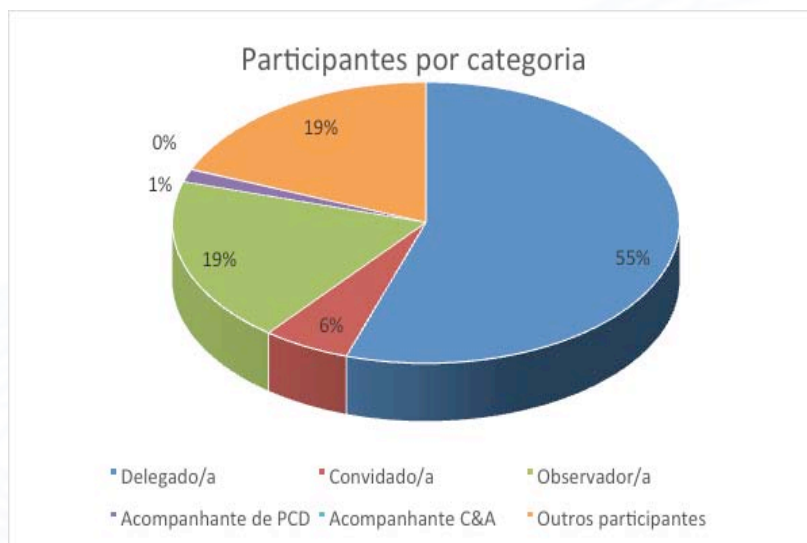
A realização da conferência marcou-se pelo esforço de toda a sociedade brasileira, representada por gestores, trabalhadores, usuários, prestadores de serviços socioassistenciais, conselheiros, pesquisadores e movimentos sociais, que se colocaram a serviço da consolidação do SUAS. Outro marco importante foi a base metodológica proposta para as Conferências Municipais, Estaduais e DF que utilizou a lógica da avaliação local em cada esfera de governo. Estas conferências tiveram por incumbência o ato de conferir e de avaliar, considerando alguns instrumentos, tais como os documentos com as deliberações das conferências dos anos anteriores (2005 a 2011). Essa base metodológica propiciou o conhecimento de gestores, trabalhadores, usuários, entidades e conselheiros sobre a história da assistência social ocorrida em diferentes conjunturas políticas. Ao mesmo tempo, permitiu analisar os avanços, as conquistas, os desafios e as dificuldades colocadas para a construção e consolidação do SUAS.

Ressalta-se que o processo avaliativo da implementação das deliberações anteriores, reafirmou o compromisso dos diversos atores no cumprimento dessas deliberações, bem como apontando novas propostas para o avanço do SUAS nas três esferas de governo.

Esse processo avaliativo culminou com a comemoração dos 20 anos de implementação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei 8.742/93). Esta lei é um marco no reconhecimento dos direitos sociais e nas garantias fundamentais (benefícios e serviços socioassistenciais) do povo brasileiro. Determinando que o Estado por meio dos governos municipais, DF, estaduais e federal deve ser o agente promotor dessas garantias e direitos, inaugurando uma nova era para a cidadania brasileira. A LOAS alçou a assistência social como política pública

A IX Conferência Nacional contou com a participação de 3323 pessoas credenciadas, sendo 1830 delegados (as), 185 convidados (as), 633 observadores, 48 acompanhantes de PCD, 02 acompanhantes C&A, 625 outros participantes .

1.1 - Participantes da IX Conferência Nacional de Assistência Social



Delegado/a	1830
Convidado/a	185
Observador/a	633
Acompanhante de PCD	48
Acompanhante C&A	2
Outros participantes	625

A distribuição de delegados, representantes dos municípios, DF e dos Estados realizou-se de acordo com as orientações contidas no Informe do CNAS nº 04/2013, conforme descrito abaixo:

Natureza do Delegado	Quantidade
Delegados Municipais	1660
Delegados Distritais	14
Delegados Estaduais	206
Delegados Nacionais	84
Delegados Natos	36
TOTAL	2000

Para a definição do número de delegados, de âmbito municipal, distrital e estadual, o CNAS deliberou por solicitar à Coordenação Geral de Serviços de Vigilância Socioassistencial - CGSVS/DGSUAS da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS/MDS, suporte necessário para utilização de variáveis do Censo SUAS 2012, de forma a não priorizar apenas o dado populacional. Desta forma, procurou-se qualificar esta distribuição com os resultados e dados do Censo, módulo Conselhos e módulo Gestão.

Após debates sobre possíveis cenários, o CNAS deliberou por considerar, para a definição do número de delegados de âmbito municipal, além do critério Populacional, as seguintes variáveis: participação de usuários na composição do Conselho Municipal de Assistência Social; Conselhos Municipais de Assistência Social que possuam planejamento das fiscalizações de serviços, programas, projetos e benefícios; realização de plenárias (no mínimo 10 reuniões) e Conselhos Municipais de Assistência Social que acompanham as deliberações das Conferências.

Para a definição do número de delegados de âmbito estadual, para além do critério populacional, as seguintes variáveis: uso dos 3% dos IGDs para custear despesas do funcionamento do Conselho Estadual de Assistência Social; Representante de usuários no Conselho Estadual de Assistência Social e se o estado possui Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

É importante frisar que cada variável possuiu peso diferenciado, com maior peso para o critério populacional.

Tendo em vista os cenários estudados e debatidos, o CNAS deliberou pela seguinte distribuição de vagas para a composição das delegações estaduais para a participação na IX Conferência Nacional de Assistência Social.

1.2 - Distribuição de Delegados Municipais e Distritais

Quantidade de municípios que cumprem os critérios propostos

UF	Quantidade de municípios	População (A)	Quantidade de delegados Totais por UF
AC	22	733.559	8
AL	102	3.120.494	30
AM	62	3.483.985	26
ES	78	3.514.952	28
GO	246	6.003.788	62
MA	217	6.574.789	60
MG	853	19.597.330	208
MS	78	2.449.024	24
MT	141	3.035.122	36
PA	143	7.581.051	54
PB	223	3.766.528	48
PE	185	8.796.448	66
PI	224	3.118.360	46
PR	399	10.444.526	108
RJ	92	15.989.929	86
RN	167	3.168.027	40
RO	52	1.562.409	16
RR	15	450.479	8
RS	496	10.693.929	118
SC	293	6.248.436	70
SE	75	2.068.017	20
SP	645	41.262.199	278
TO	139	1.383.445	26
Total Geral	5565	190.755.799	1674

Distribuição de delegados estaduais

UF	Quantidade de municípios	População*	Totais de Delegados
AC	22	733559	8
AL	102	3120494	6
AM	62	3483985	6
AP	16	669526	6
BA	417	14016906	12
CE	184	8452381	8
ES	78	3514952	6
GO	246	6003788	8
MA	217	6574789	10
MG	853	19597330	12
MS	78	2449024	8
MT	141	3035122	8
PA	143	7581051	6
PB	223	3766528	6
PE	185	8796448	10
PI	224	3118360	4
PR	399	10444526	10
RJ	92	15989929	12
RN	167	3168027	4
RO	52	1562409	8
RR	15	450479	6
RS	496	10693929	12
SC	293	6248436	8
SE	75	2068017	4
SP	645	41262199	12
TO	139	1383445	6
Total Geral	5565	190.755.799	206

1.3 - Informativos do CNAS e Regulamento

Ressalta-se neste processo que antecede a Conferência Nacional, o CNAS, através da comissão organizadora, elaborou 11 informativos (documentos anexo 4) com o intuito de contribuir para os melhores resultados nas Conferências de Assistência Social nas três esferas de governo, visando aprimorar e trazer subsídios para debate a cerca do tema geral e dos eixos temáticos, bem como, prestar informações sobre o processo de realização das conferências municipais, estaduais/DF e nacional. Os informativos publicados foram:

- INFORME Nº 01 - Recomendações aos Conselhos para garantir a acessibilidade nas Conferências de Assistência Social;
- INFORME Nº 02 -- Orientações para Conferências Municipais de Assistência Social. Passo a Passo;
- INFORME Nº 03 - Orientações para Realização das Conferências Municipais de Assistência Social;
- INFORME Nº 04 – Orientações Completas para realização das Conferências Municipais de Assistência Social – Vagas para

* Fonte: Censo Demográfico 2010 - IBGE

** Fonte: Censo SUAS 2012 - Questionário Conselho

*** Fonte: Censo SUAS 2012 - Questionário Gestão Estadual

* O número de vagas de cada estado considerou o seguinte critério de População:

a) estados com menos de 2% do total da população brasileira = 2 delegados

b) estados entre 2% e 5% do total da população brasileira = 4 delegados

c) estados com mais de 5% do total da população brasileira = 6 delegados

distribuição de delegados, representantes dos municípios, do Distrito Federal e dos Estados;

- INFORME Nº 05 – Ementas Comentadas. Eixos da IX Conferência Nacional de Assistência Social;
- INFORME Nº 06 - Minuta de Regimento Interno para Conferência Municipal de Assistência Social;
- INFORME Nº 07 - Perguntas e Resposta da Teleconferência sobre as Conferências de Assistência Social- 2013;
- INFORME Nº 08 - Sobre a mobilização para participação dos usuários nas Conferências de Assistência Social;
- INFORME Nº 09 – Esclarecimentos preliminares sobre as Conferências Estaduais de Assistência Social. Conteúdo:

Apresentação- Esclarecimentos sobre o Instrumental 1: Avaliação Local do SUAS e Instrumental 2 -Registro das Conferências Estaduais e Distrital;

- INFORME Nº 10 - Perguntas e Respostas. Questões Relacionadas às Conferências Estaduais;
- INFORME Nº 11 - Orientações Gerais para participação na IX Conferência Nacional de Assistência Social.

A organização da IX Conferência foi precedida por um Regulamento aprovado pelo plenário do CNAS e publicado através da Resolução nº 35, de 29 de novembro de 2013(anexo 5), que tratou dos objetivos, do temário, da realização, dos participantes, do credenciamento, dos relatórios, da sistematização dos relatórios e da relatoria, da organização, das atribuições, dos recursos, do regimento interno e disposições gerais.

A partir do Regulamento o tema geral da IX conferência Nacional: “ Gestão e Financiamento para efetivação do SUAS”, foi debatido no painel de Avaliação Nacional do SUAS. O CNAS e a SNAS apresentou a avaliação em torno das deliberações das Conferências Nacionais de 2005 até 2011 de acordo com os seis eixos temáticos:

- O Cofinanciamento obrigatório da Assistência Social;
- Gestão do SUAS;
- Vigilância Socioassistencial, Processo de Planejamento, Monitoramento e Avaliação;
- Gestão do Trabalho; Gestão de Serviços, Projetos e Programas Socioassistenciais;
- Gestão de Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS;
- Regionalização.

As plenárias temáticas aprofundaram os temas e apresentaram propostas novas , que foram objeto de discussão e deliberação da plenária final. Nas plenárias temáticas os participantes tiveram ainda a oportunidade de conhecer o conjunto de deliberações das Conferência anteriores(2005, 2007, 2009 e 2011), recomendadas pelas Conferências Estaduais a permanecerem na agenda do SUAS, através do Caderno de Avaliação e Recomendações (anexo 6).

1.4 - Programação Oficial

dia 16	12h - 18h	Acolhida e Credenciamento	dia 17	8h - 12h	Credenciamento
	16h - 18h	Regimento Interno		Homenagem a	
	18h - 19h	Solenidade de Abertura		9h Professora Neiri Bruno	
	20h	Agenda Cultural Jantar Lançamento e Premiação do Mérito CNAS		Chiacho	
				09h30 - 11h30	Painel : Avaliação Nacional do SUAS
				11h30 13h00	Debate
				13h - 15h	Almoço

Mesas Temáticas Simultâneas

1 | A Assistência Social na Proteção Social Brasileira
Luciana Jaccoud | Carmelita Yazbek

2 | O Estado democrático de Direito: Gestão e Pacto Federativo no SUAS
Patrus Ananias | Valdiosmar Vieira (CONGEMAS) | Daniel Seidel (FONSEAS)

3 | O Mundo do Trabalho e o Trabalho no SUAS
Márcio Pochmann | Jucimeri Silveira

4 | A Democratização da Política Social: o papel da sociedade civil
Pedro Pontual | Silvio Sant'Ana | Ademar Bertucci

5 | Sistemas Universais, Seguridade Social Brasileira e Políticas públicas de Estado
Eduardo Fagnani | Aldaiza Sposati | Arlete Sampaio

6 | A Intersetorialidade, políticas transversais e o SUAS: Planos Nacionais Intersetoriais
Rep. Min. da Saúde | Rep. Min da Educação | Rep. Casa Civil | Tiago Falcão SESEP (MDS)

17h - 18h Debates

18h Coquetel

19h Solenidade de Entrega do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - 10 anos Bolsa Família -

Coordenação

Edvaldo Ramos | Assoc. Bras. de Educadores de Deficientes Visuais - ABEDDEV - Léa Braga | SNAS - MDS

Doris Margareth | União Brasileira das Mulheres - UBM | Idervânio da Silva Costa | Ministério do Planejamento

Carlos Rogério | Central dos Trabalhadores do Brasil -CTB | José Crus | SNAS-MDS

Márcia Rocha | Lar Fabiano de Cristo | Juliana Macedo | SENARC-MDS

Maria Aparecida Godói | CNTSS-CUT | Fátima Rampin | Ministério da Previdência

Anderson Miranda | Fórum Nacional de População de Rua | Solange Teixeira | SENARC

**Plenárias Temáticas Simultâneas:
Avaliação Nacional por Eixo**

Eixo 1 | O Cofinanciamento Obrigatório do SUAS

Avaliação: Renato de Paula

Debate: Vanessa Mazali | Gisele Tavares | José Dirceu Galão

**Eixo 2 | Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial,
Processo de Planejamento Monitoramento e Avaliação**

Avaliação: Eleonora Schettini M. Cunha

Debate: Rômulo Paes | Dirce Koga | Paulo Januzzi

Eixo 3 | Gestão do Trabalho

Avaliação: Maria Carmelita Yazbek

Debate: Esther Lemos | Joaquina Barata

9h30 - 13h

**Eixo 4 | Gestão de Serviços, Projetos e Programas
Socioassistenciais**

Avaliação: Elisângela Inácio

Debate: Valdiosmar Vieira | Abigail Torres

**Eixo 5 | Gestão de Benefícios e Transferências
de Renda no Âmbito do SUAS**

Avaliação: Maria Luiza Rizzotti

Debate: Lúcia Cortes | Luis Henrique de Paiva

Eixo 6 | Regionalização.

Avaliação: Helder Boska de Moraes Sarmiento

Debate: Edval Bernardino | Célia Mota | Rosilene Rocha

13h - 15h Almoço

Mesa de Coordenação

Margareth Dallaruvera | Federação Nacional dos
Assistentes Sociais - FENAS
Marcílio Ferrari | SAGI-MDS

Marisa Rodrigues | Colegiado Nacional de Gestores
Municipais de Assistência Social - CONGEMAS
Jane Clemente | Federação Nacional de Trabalhadores em
Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas

Maria Aparecida Godói | CNTSS-CUT
Graça Prola | Fórum Nacional de Secretários Estaduais
de Assistência Social - FONSEAS

José Araújo | Pastoral da Pessoa Idosa
Margarida Munguba | Secretaria Especial para a
Superação da Extrema Pobreza - SESEP - MDS

Márcia Rocha - Lar Fabiano de Cristo
Solange Teixeira - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
- SENARC - MDS

Maria Lúcia Marquim - | Colegiado Nacional de Gestores
Municipais de Assistência Social - CONGEMAS
Doris Margarete de Jesus- União Brasileira de Mulheres

dia 18

Plenárias Temáticas Simultâneas: Validação e Votação

Eixo 1 | O Cofinanciamento Obrigatório do SUAS

**Eixo 2 | Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial,
Processo de Planejamento Monitoramento e Avaliação**

Eixo 3 | Gestão do Trabalho

15h - 19h

**Eixo 4 | Gestão de Serviços, Projetos e Programas
Socioassistenciais**

**Eixo 5 | Gestão de Benefícios e Transferências
de Renda no Âmbito do SUAS**

Eixo 6 | Regionalização.

19h - 20h30 Jantar

Mesa de Coordenação

Margareth Dallaruvera | Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS/CNAS
Marcílio Ferrari | SAGI-MDS/CNAS
Apoio: Conselheira Valéria Reis e Conselheiro Fábio Bruni

Marisa Rodrigues | Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS
Jane Clemente | Federação Nacional de Trabalhadores em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas
Apoio: Conselheiras Cláudia Faquinote e Elizabeth Hernandes

Maria Aparecida Godói | CNTSS-CUT
Graça Prola | Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social - FONSEAS
Apoio: Conselheiros José Crus e Thiago Cabral

José Araújo | Pastoral da Pessoa Idosa
Margarida Munguba | Secretaria Especial para a Superação da Extrema Pobreza - SESEP - MDS
Apoio: Conselheiras Marilena Ardori e Léa Braga

Márcia Rocha - Lar Fabiano de Cristo
Solange Teixeira - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC - MDS
Apoio: Conselheiro Volmir Raimondi e Conselheira Socorro Tabosa

Maria Lúcia Marquim - | Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS
Doris Margarete de Jesus- União Brasileira de Mulheres
Apoio: Conselheiras Aldenora e Nilsia Lourdes dos Santos

dia 19

Plenárias Temáticas Simultâneas: Validação e Votação

9h - 16h30 Plenária Final:
Votação Propostas

13h - 15h Almoço

15h - 16h30 Plenária Final:
Votação Propostas
Novas | Moções

16h - 18h Enceramento

18h Jantar

Coordenação da Mesa | Luziele Tapajós e Leila Pizzato
Apoio da Coordenação da mesa: Ronaldo Camargos
Mesa de Apoio: José Crus/Simone Albuquerque/ Marisa Rodrigues / Doris de Jesus/ Aldenora Gonzalez/ Ademar Bertucci

Coordenação da Mesa | Luziele Tapajós e Leila Pizzato
Apoio da coordenação da mesa: Ronaldo Camargos
Mesa de Apoio: José Crus/Simone Albuquerque/ Marisa Rodrigues/ Doris de Jesus/ Aldenora Gonzalez/Ademar Bertucc

1.5 – Tema, Objetivo e Eixos Temáticos

Tema:

“A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS” é o tema da IX Conferência Nacional de Assistência Social conforme deliberação da VIII Conferência Nacional, ocorrida em 2011 e de acordo com a Portaria Conjunta nº 3, de 17 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a convocação ordinária da IX Conferência Nacional de Assistência Social.

Objetivo Geral:

Analisar, propor e deliberar, com base na avaliação local, as diretrizes para gestão e financiamento do Sistema Único da Assistência Social, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado.

Eixos Temáticos:

1: O COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivos específicos:

- Avaliar o atual quadro da gestão orçamentária e financeira;
- Fortalecer o orçamento próprio para o cofinanciamento da política de assistência social;
- Promover o conhecimento sobre o ciclo orçamentário e suas peças, bem como prazos e interlocutores;
- Afirmar junto aos gestores o compromisso do cofinanciamento da política de assistência social por meio de mecanismos institucionais e outros, tomando como premissa o exercício do controle social.

Ementa:

A Lógica de financiamento do SUAS: cofinanciamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios por meio de transferências regulares e automáticas entre os fundos de assistência social, observando-se a obrigatoriedade da destinação e alocação de recursos próprios pelos respectivos entes. O processo orçamentário e a articulação com os instrumentos de gestão do SUAS (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA, Planos de Assistência Social e Relatórios de Gestão e Fundos). O SUAS e o novo decreto do FNAS. Instituição, regulamentação e gestão dos fundos de assistência social, aplicação de recursos e a prestação de contas. Lei de Responsabilidade Fiscal e a contratação de servidores públicos. A Lei 8.742/93 e a obrigatoriedade do repasse de recursos para pagamento de pessoal. O Índice de Gestão Descentralizada do SUAS (IGD Suas) e o Índice de Gestão Descentralizada do PBF (IGD PBF) como instrumento para o aprimoramento da gestão. O exercício do controle social no acompanhamento e fiscalização do cumprimento das competências e responsabilidades de cada ente federado no SUAS. A participação social no curso do planejamento orçamentário.

2: GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Objetivos específicos:

- Avaliar e compreender a concepção da vigilância socioassistencial, processos de planejamento, monitoramento e avaliação, para o aprimoramento da gestão do SUAS, tomando como premissa o exercício do controle social;
- Discutir e analisar a operacionalização da vigilância socioassistencial, enfocando a utilização de todos os sistemas de informação, da organização do diagnóstico socioterritorial e do mapeamento de vulnerabilidades.

Ementa:

A Vigilância Socioassistencial, como área de gestão do SUAS e sua estreita relação com as áreas responsáveis pela oferta de serviços socioassistenciais na proteção social básica e especial e benefícios. Sua função de produção, análise e sistematização periódicas de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade, danos e riscos que incidem sobre famílias e indivíduos no âmbito do território. Instituição da área de Vigilância Socioassistencial nos municípios, estado, DF e União, vinculada diretamente aos órgãos gestores, visando sua efetiva operacionalização por meio da utilização de todos os sistemas de informação que coleta e organiza informações que potencializam o diagnóstico socioterritorial e realiza o mapeamento das vulnerabilidades, com vistas a possibilitar o planejamento de ações de caráter preventivo, proativo e protetivo da política de assistência social.

3: GESTÃO DO TRABALHO

Objetivos específicos:

- Avaliar e reafirmar a concepção de gestão do trabalho para o aprimoramento da gestão do SUAS e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios, tomando como premissa o exercício do controle social;
- Discutir a gestão do trabalho na perspectiva da implantação de quadros efetivos de funcionários, de planos de cargos, carreiras e salários, de concurso público;
- Qualificar o debate sobre a educação permanente na assistência social.

Ementa:

A gestão do trabalho no SUAS compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho institucional, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Busca o reconhecimento e a valorização do trabalhador em todas suas dimensões, contribuindo para materializar e qualificar a ampla rede de proteção social implantada no território nacional na perspectiva do direito socioassistencial. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) estabelece e consolida os principais eixos a serem considerados para a gestão do trabalho e educação permanente no âmbito do SUAS. O trabalho social interdisciplinar como instrumento capaz de atuar como política orientadora da gestão, formação, qualificação e regulação que resulta da intervenção de várias categorias profissionais que atuam no SUAS. A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS visa institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da educação permanente. A Lei de Responsabilidade Fiscal e seus impedimentos para a contratação de servidores públicos. A Lei 8.742/93 e a autorização de utilização dos recursos do cofinanciamento federal para pagamento de pessoal. A política Nacional de Educação Permanente do SUAS tem como objetivo institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da educação permanente.

4: GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Objetivos específicos:

- Avaliar do ponto de vista do controle social os processos de acompanhamento dos serviços, programas e projetos ofertados pela rede socioassistencial, tendo em vista a qualidade e efetividade dessas ofertas;
- Avaliar a gestão dos processos de articulação e integração entre serviços, programas e projetos, tomando como parâmetro os níveis de complexidade do SUAS: proteção social básica e especial;
- Avaliar a organização dos serviços, programas e projetos, a partir da sua estrutura: territorialidade, equipe de referência, acessibilidade, equipamentos e horários de funcionamento.

Ementa:

Enfatizar a concepção de serviços socioassistenciais tipificados em âmbito nacional e a concepção de programas e projetos, que tem a função de qualificar esses serviços visando a garantia da proteção social. Responsabilidades da União, Estados, DF e municípios na gestão do sistema e na garantia de sua organização, qualidade e resultados na prestação dos serviços, programas e projetos socioassistenciais que serão ofertados pela rede socioassistencial. Avaliar a organização dos serviços, programas e projetos, a partir da sua estrutura: territorialidade, equipe técnica, acessibilidade, equipamentos e horário de funcionamento, bem como a gestão dos processos de articulação e integração entre serviços, programa e projetos, tendo como parâmetro os níveis de complexidade do SUAS: proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. A construção e planejamento da integração dos serviços e benefícios deve garantir o acesso à proteção social, na perspectiva da universalização do atendimento e do fortalecimento da autonomia e protagonismos dos usuários. Avaliar, do ponto de vista da gestão e do controle social os processos de acompanhamento dos serviços, programas e projetos ofertados pela rede socioassistencial, tendo em vista a qualidade e efetividade do SUAS.

5: GESTÃO DOS BENEFÍCIOS NO SUAS

Objetivos específicos:

- Avaliar do ponto de vista do controle social os processos de acompanhamento da gestão dos benefícios e transferência de renda;
- Avaliar e fortalecer a gestão dos benefícios e transferência de renda na assistência social, na perspectiva da garantia dos direitos dos usuários e da consolidação do SUAS;
- Avaliar a gestão dos processos de articulação e integração entre serviços, benefícios e transferências de renda, na perspectiva da intersetorialidade com as demais políticas públicas.

Ementa:

Os programas de transferência de renda como instrumentos de garantia dos direitos socioassistenciais: Concepção, caracterização e cobertura do Benefício de Prestação continuada - BPC, dos benefícios eventuais, e dos programas de transferência de renda (Programa Bolsa Família - PBF). Responsabilidades da União, Estados, DF e municípios na gestão do sistema e na garantia de sua organização, qualidade e resultados na prestação dos benefícios socioassistenciais e transferência de renda. O impacto do Programa Bolsa Família - PBF e do Benefício de Prestação Continuada - BPC no enfrentamento das desigualdades sociais e de redução da pobreza e da extrema pobreza. Os Benefícios Socioassistenciais e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Os Benefícios Eventuais, regulamentação e processualidade: função e especificidades da política de assistência social no enfrentamento à natalidade, morte e a calamidades públicas e situações de emergência. Papel dos Conselhos de Assistência Social na regulamentação dos benefícios eventuais; no processo de acompanhamento da gestão dos benefícios e transferência de renda; e no processo de articulação e integração entre serviços e benefícios socioassistenciais, na perspectiva da intersetorialidade com as demais políticas públicas. A construção e planejamento da integração dos serviços e benefícios na perspectiva da universalização do atendimento e do fortalecimento da autonomia e protagonismos dos usuários.

6: REGIONALIZAÇÃO

Objetivos específicos:

- Avaliar e fortalecer a gestão compartilhada e integrada dos entes federados, visando à garantia da integralidade de acesso às proteções, resguardando as diversidades regionais, culturais e étnicas;
- Promover debate sobre o desafio da intersetorialidade das políticas públicas, na perspectiva da regionalização;
- Reconhecer as diversas realidades socioeconômicas, culturais e étnicas e suas expressões (questão fronteiriça, imigração, migração, grande obras e megaeventos) tendo em vista a garantia dos direitos socioassistenciais.

Ementa:

A regionalização na perspectiva da garantia da integralidade da proteção social (o princípio da integralidade refere-se à garantia de proteção integral às famílias e indivíduos, atendendo às suas demandas e necessidades com ofertas e atenção em todos os níveis de proteção do SUAS); do convívio familiar e comunitário. A organização e localização dos serviços regionais devem considerar a necessidade de preservar os vínculos familiares e comunitários ou possibilitar seu reestabelecimento caso tenham sido rompidos; da equidade com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, territoriais, considerando suas diversidades. Regionalização como forma de garantir a cobertura dos serviços especializados do SUAS a toda a população brasileira, inclusive nos locais em situação de maior dificuldade de acesso, municípios de menor porte, visando à diminuição das desigualdades regionais e de seus impactos para a população; Regionalização como garantia da igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza garantindo-se equivalência às populações urbanas, rurais e povos e comunidades tradicionais; garantia da cooperação federativa, que envolve a elaboração de acordos, protocolos e compromissos entre os entes federativos firmados para o cumprimento de responsabilidades, visando à garantia do acesso pela população ao direito constitucional à assistência social; da gestão compartilhada na condução político-administrativa da rede de serviços regional e local na forma de parceria entre a gestão estadual e o conjunto dos municípios integrantes da regionalização. Territorialização, a dimensão territorial no SUAS reconhece que a presença de múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais, demográficos expõem as famílias e indivíduos a agravos, danos e vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais de diferentes naturezas e magnitudes, e portanto essa diretriz deve orientar a localização dos serviços, a partir da lógica de proximidade do cidadão, nos territórios com incidência de vulnerabilidades e riscos sociais.

1.6 – Relatoria Colegiada

O CNAS constituiu uma Relatoria Colegiada que iniciou suas atividades em abril/2013, tendo como objetivo geral: organizar toda metodologia de trabalho bem como o registro e a sistematização da IX Conferência Nacional de Assistência Social, com base nas orientações da comissão organizadora.

Teve como objetivos específicos: contribuir com a comissão organizadora no formato da Conferência Nacional; preparar os instrumentais para registro; sistematização das deliberações das conferências estaduais, DF e nacional; coordenar e sistematizar todas as atividades ocorridas durante a realização da Conferência Nacional.

A relatoria colegiada foi formada pelos profissionais: Ronaldo Sena Camargos (coordenador), Carola Carbajol Arregui, Célio Vanderlei Moraes, Darci Maria de Sousa Vilaça, Márcio Antunes e Maria Rosângela Pinheiro Dâmaso. Nos dias da Conferência, a relatoria colegiada contou com o apoio de profissionais de diversos estados da federação, provenientes dos movimentos sociais, das universidades, de órgãos públicos, trabalhadores do SUAS e entidades da sociedade civil. Esta equipe se dedicou a sistematizar e registrar as plenárias, o

painel e mesas temáticas para a produção da memória do evento.

Os principais produtos elaborados por essa relatoria foram:

- Elaboração de instrumental informatizado para registro de deliberações das conferências municipais, estaduais/DF (deliberações permanentes, recomendações e propostas novas);
- Sistematização das deliberações das conferências estaduais/DF no âmbito nacional que foram indicadas para permanecer na agenda do SUAS, para análise do comitê acadêmico e avaliação do CNAS e SNAS;
- Contribuição na construção do sistema de dados da conferência – Sisconferência, como ferramenta de sistematização das conferências estaduais/DF e das atividades ocorridas durante a IX Conferência Nacional;
- Sistematização de propostas novas por eixo oriundas das plenárias temáticas para debate e deliberação na plenária final;
- Sistematização das moções para deliberação da plenária final;
- Elaboração dos anais da Conferência Nacional.

É importante ressaltar o apoio da Secretaria Executiva e de todos os funcionários do CNAS para que a relatoria colegiada pudesse obter sucesso nas atividades propostas, antes, durante e após a realização da IX Conferência Nacional.

2. Regimento Interno

A IX Conferência Nacional de Assistência Social iniciou seus trabalhos com a aprovação do Regimento Interno. A plenária foi conduzida pelos conselheiros nacionais Leila Pizzato, vice-presidenta do CNAS – representante da Associação Antônio Vieira e por José Crus – representante do MDS e a mesa de apoio com os conselheiros Marisa Rodrigues, Edivaldo Ramos e Léa Braga, e representado a Relatoria Célio Wanderlei Morais. Após saudações a plenária da conferência, composta de delegados (as), convidados (as) e observadores, a Conselheira Leila orientou aos participantes sobre os procedimentos para a leitura e aprovação do Regimento Interno que orientou a condução dos trabalhos da IX Conferência Nacional de Assistência Social. A dinâmica utilizada foi a leitura de todos os artigos e quando houvesse destaque que o participante levantasse o crachá. As questões que não foram destacadas seriam aprovadas em bloco. Orientou ainda que somente delegado(a) poderia votar. Procedeu-se então a leitura do regimento interno pelo Conselheiro José Crus. Após a leitura completa do regimento interno, sete artigos foram destacados, abaixo relacionados em negrito, sendo :

Art. 6º. Após as apresentações os(as) participantes da IX Conferência Nacional de Assistência Social poderão fazer inscrição para intervenção oral ou encaminhar perguntas por escrito.

Parágrafo único. Cada intervenção deverá ter duração de no máximo, 3 (três) minutos.

Art. 10. As Plenárias Temáticas, organizadas por eixos, terão por objetivo avaliar o SUAS por meio de debate específico; validar as recomendações, ou seja, as deliberações anteriores recomendadas a permanecer na agenda do SUAS e formular e aprovar as propostas novas que serão deliberadas na Plenária Final.

§ 1º As Plenárias Temáticas contarão com expositores(as), coordenadores(as), e relator(a).

§ 2º As Recomendações, que são deliberações anteriores recomendadas a permanecer na agenda do SUAS pelas conferências estaduais e distrital de 2013, serão validadas por leitura e passarão a constar dos anais da IX Conferência Nacional de Assistência Social.

Art. 11. As Propostas Novas são deliberações que não foram contempladas em nenhuma das conferências nacionais anteriores, devendo materializar os desafios para contribuir com a efetivação do SUAS, em consonância com as normativas vigentes.

§ 3º Cada delegado(a) poderá apresentar à mesa de apoio da Plenária Temática, por escrito, uma proposta nova.

Art. 12. As Plenárias Temáticas aprovarão por maioria (metade mais um) dos (as) delegados (as) presentes até 6 (seis) propostas novas.

§ 1º No início da votação das propostas novas o(a) coordenador(a) verificará o quórum para aprovação daquelas que serão encaminhadas para a Plenária Final.

§ 2º. Caso sejam aprovadas acima de 6 (seis) propostas novas será feito o uso da cédula de votação, para priorizar aquelas que serão encaminhadas para a Plenária Final.

Art. 16. A Votação será realizada através de sistema eletrônico sem fio, disponibilizado aos delegados (as).

§ 3º A apuração das votações por crachás será feita por contraste e, em caso de dúvidas, será realizada contagem dos votos.

Art.18. Instalado o processo de votação, é expressamente vedado o levantamento de questões de qualquer natureza.

Art. 19. As deliberações aprovadas na IX Conferência Nacional de Assistência Social serão publicadas no Diário Oficial da União pelo CNAS, no prazo de 120 (cento e vinte dias) dias, a contar do seu encerramento e disponibilizadas na página eletrônica do Conselho Nacional de Assistência Social.

Os artigos destacados foram colocados em discussão e votação, sendo que havia uma apresentação de alteração e uma defesa de manutenção do texto, conforme pactuado no início da plenária. Finalizando os debates o Regimento Interno foi aprovado conforme abaixo:

REGIMENTO INTERNO DA IX CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Define as regras de funcionamento da IX Conferência Nacional de Assistência Social.

Art. 1º. A IX Conferência Nacional de Assistência Social, convocada pela Portaria Conjunta nº 3 de 17 de dezembro de 2012, assinada pela Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em cumprimento ao disposto no Inciso VI do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e na Resolução CNAS nº 36 de 13 de dezembro de 2012, realizar-se-á de 16 à 19 de dezembro de 2013, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília/DF, ocorrerá conforme estabelecido neste Regimento Interno.

CAPITULO I

DO CREDENCIAMENTO

Art. 2º. Os(as) Delegados(as) natos(as), de âmbito Nacional, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, devidamente inscritos no SISCONFERÊNCIA pelos Conselhos Nacional, Estaduais e do Distrito Federal, serão credenciados no dia 16 de dezembro, no horário de 12h às 18h e no dia 17 de dezembro, no horário de 8h às 12h, no Balcão de Credenciamento do Centro de Convenções, em Brasília.

§ 1º Na ausência dos(das) Delegados(as) titulares, os respectivos suplentes inscritos no SISCONFERÊNCIA serão credenciados mediante apresentação de Declaração de Substituição, devidamente assinada exclusivamente pelo Presidente ou Vice-Presidente do Conselho

Estadual ou do Distrito Federal, observando o relatório com as deliberações da Plenária da Conferência Estadual ou do Distrito Federal;

§ 2º Situações outras não previstas no parágrafo primeiro serão encaminhadas à Sala de Soluções no período de credenciamento.

Art. 3º. Os Convidados(as), Observadores(as), Relatores(as), Comitê Acadêmico, Colaboradores(as) e demais participantes, devidamente inscritos no SISCONFERÊNCIA serão credenciados no dia 16 de dezembro, no horário de 12h às 18h ou no dia 17 de dezembro, de 8h às 12h, no Balcão de Credenciamento do Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília.

§ 1º Os(as) conferencistas e expositores(as) de mesas temáticas poderão ser credenciados(as) até o horário da sua participação na IX Conferência Nacional de Assistência Social.

§ 2º Após as 17h do dia 17 de dezembro de 2013 a Comissão Organizadora informará o número de delegados(as) aptos(as) a votar na IX Conferência Nacional de Assistência Social.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º. A IX Conferência Nacional de Assistência Social contará com Painel, Mesas e Plenárias Temáticas e Plenária Final.

Seção I

Do Painel

Art. 5º. O painel visa subsidiar as mesas e plenárias temáticas e abordará a Avaliação Nacional do SUAS, a partir da:

- I. Análise do Consolidado das Conferências Estaduais e do Distrito Federal, conforme o preenchimento dos Instrumentais I e II;*
- II. Análise das Deliberações das Conferências Nacionais (2005 a 2011), a partir da perspectiva do controle social e da gestão federal.*

Parágrafo Único. O Painel contará com expositores(as) coordenador(a), Comitê Acadêmico e relator(a).

Art. 6º. Após as apresentações os(as) participantes da IX Conferência Nacional de Assistência Social poderão fazer inscrição para intervenção oral ou encaminhar perguntas por escrito.

Parágrafo único. Cada intervenção deverá ter duração de no máximo, 3 (três) minutos.

Seção II

Das Mesas Temáticas

Art. 7º. As mesas temáticas têm como objetivo apresentar subsídios para qualificar o debate nacional e apontar os desafios para a agenda do SUAS, e serão integradas por delegados(as), convidados(as) e observadores(as).

§ 1º As mesas temáticas realizar-se-ão, concomitantemente, em número de 6 (seis), conforme definido na programação e a participação será de livre escolha pelos participantes, considerada a capacidade do local.

§ 2º As mesas temáticas contarão com expositores(as), coordenadores(as) e relator(a).

§ 3º. Após as apresentações os(as) participantes da IX Conferência Nacional de Assistência Social poderão fazer inscrição para intervenção oral ou encaminhar perguntas por escrito.

§ 4º Cada intervenção terá duração de, no máximo, 3 (três) minutos.

Seção III

Das Plenárias Temáticas

Art. 8º. As plenárias temáticas realizar-se-ão, concomitantemente, em número de 6 (seis), conforme definido na programação, em dois períodos, no dia 18 de dezembro, no horário das 9:30h às 13h e das 15 às 19h.

Art. 9º. As Plenárias Temáticas serão integradas por Delegados(as), Convidados(as), Colaboradores(as) e Observadores(as),

previamente distribuídos no ato do credenciamento, definidos em número máximo de 450 (quatrocentas e cinquenta) pessoas.

Parágrafo único. Terão direito a voto nas Plenárias Temáticas os(as) Delegados(as) que dela participam, devidamente credenciados(as) na IX Conferência Nacional de Assistência Social, e que estejam de posse do crachá de identificação. Os demais participantes terão direito a voz.

Art. 10. As Plenárias Temáticas, organizadas por eixos, terão por objetivo avaliar o SUAS por meio de debate específico; validar as recomendações, ou seja, as deliberações anteriores recomendadas a permanecer na agenda do SUAS e formular e aprovar as propostas novas que serão deliberadas na Plenária Final.

§ 1º As Plenárias Temáticas contarão com expositores(as), coordenadores(as), e relator(a).

§ 2º As Recomendações, que são deliberações anteriores recomendadas a permanecer na agenda do SUAS pelas conferências estaduais e distrital de 2013, serão validadas por leitura e passarão a constar dos anais da IX Conferência Nacional de Assistência Social.

Art. 11. As Propostas Novas são deliberações que não foram contempladas em nenhuma das conferências nacionais anteriores, devendo materializar os desafios para contribuir com a efetivação do SUAS, em consonância com as normativas vigentes.

§ 1º As propostas novas serão dirigidas ao Governo Federal e ao âmbito nacional de corresponsabilidade das três esferas de governo (Municípios, Estados, Distrito Federal e Governo Federal).

§ 2º Só deverão ser apresentadas propostas novas relacionadas ao conteúdo do eixo em discussão.

§ 3º Cada delegado(a) poderá apresentar à mesa de apoio da Plenária Temática, por escrito, uma proposta nova.

§ 4º. As propostas novas deverão ser apresentadas à mesa de apoio da Plenária Temática até às 16h30 horas do dia 18/12.

§ 5º. O autor da proposta é quem deverá apresentar a defesa em até 3 (três) minutos.

§ 6º. Para cada proposta poderá ser apresentado o contraditório em até 3 (três) minutos uma única vez.

Art. 12. As Plenárias Temáticas aprovarão por maioria (metade mais um) dos (as) delegados (as) presentes até 6 (seis) propostas novas.

§ 1º No início da votação das propostas novas o(a) coordenador(a) verificará o quórum para aprovação daquelas que serão encaminhadas para a Plenária Final.

§ 2º. Caso sejam aprovadas acima de 6 (seis) propostas novas será feito o uso da cédula de votação, para priorizar aquelas que serão encaminhadas para a Plenária Final.

§ 3º A Cédula de votação será entregue na entrada do local de realização da Plenária Temática.

§ 4º As propostas mais votadas, até o limite de 6 (seis), serão encaminhadas para a Plenária Final.

§ 5º O resultado dos trabalhos das Plenárias Temáticas, a ser apresentado na Plenária Final, será realizado sob responsabilidade da Relatoria Colegiada da IX Conferência Nacional de Assistência Social.

CAPÍTULO III

DA PLENÁRIA FINAL

Art. 13. A Plenária Final da IX Conferência Nacional de Assistência Social, constituída de Delegados(as), Convidados(as), Observadores(as) e Colaboradores(as), tem caráter deliberativo, com atribuição de discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas novas aprovadas nas Plenárias Temáticas, bem como apreciar as moções.

§ 1º Apenas terão direito a voto os(as) Delegados(as) devidamente credenciados(as) na IX Conferência Nacional de Assistência Social e que estejam de posse do crachá de identificação.

§ 2º Aos demais participantes da IX Conferência Nacional de Assistência Social será garantido o direito a voz.

§ 3º Cada intervenção deverá ser de, no máximo, 3 (três) minutos.

Art. 14. As moções deverão ser entregues e cadastradas pelo proponente na sala de relatoria até às 20hs do dia 18 de dezembro.

§ 1º Somente as moções que obtiverem o apoio de no mínimo 10% dos delegados credenciados, serão submetidas à deliberação da Plenária Final.

§ 2º Os interessados em propor moção deverão retirar o formulário no balcão de credenciamento.

§ 3º As moções serão apreciadas pela Plenária Final logo após a deliberação das propostas oriundas das Plenárias Temáticas.

Art. 15. O processo de apreciação e aprovação das Propostas Novas dar-se-á da seguinte forma:

I. Leitura do consolidado das propostas novas por eixo provenientes das Plenárias Temáticas;

II. As propostas não destacadas serão consideradas automaticamente aprovadas.

III. Apresentação dos destaques solicitados;

IV. Apresentação de 1 (uma) defesa a favor e 1 (uma) contrária, quando solicitado por qualquer participante, obedecendo ao tempo máximo de 3 (três) minutos, para cada;

V. Estando a plenária esclarecida sobre cada proposta destacada, estas serão submetidas à votação pela Plenária Final;

Art. 16. A Votação será realizada através de sistema eletrônico sem fio, disponibilizado aos delegados (as).

§ 1º A apuração das votações pelo sistema eletrônico será realizada por percentual de votos favoráveis, contrários e abstenções.

§ 2º Na impossibilidade de votação pelo sistema eletrônico, a votação será realizada com a utilização dos crachás dos delegados.

§ 3º A apuração das votações por crachás será feita por contraste e, em caso de dúvidas, será realizada contagem dos votos.

Art. 17. A Plenária Final contará com uma Mesa de Apoio de Conselheiros e uma Mesa de Suporte da Relatoria, que auxiliará a coordenação dos trabalhos.

Art.18. Instalado o processo de votação, é expressamente vedado o levantamento de questões de qualquer natureza.

CAPITULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. As deliberações aprovadas na IX Conferência Nacional de Assistência Social serão publicadas no Diário Oficial da União pelo CNAS, no prazo de 120 (cento e vinte dias) dias, a contar do seu encerramento e disponibilizadas na página eletrônica do Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 20. Assegurar-se-á à plenária o questionamento à Coordenação da Mesa, pela ordem, para restabelecer os trabalhos ou no caso em que este regimento não esteja sendo cumprido.

Art. 21. Os casos omissos serão apreciados pela comissão organizadora da IX Conferência Nacional de Assistência Social e submetidos à aprovação da Plenária.

3- Solenidade de abertura

A cerimônia de abertura da IX Conferência Nacional de Assistência Social teve a participação da Presidenta da República Dilma Rousseff, acompanhada pelo Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, dos Ministros de Estado Gleisi Hoffmann, da Casa Civil, Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral, Helena Chagas, da Comunicação Social, Maria do Rosário, dos Direitos Humanos, da Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Luziele Tapajós, da Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social, Maria Aparecida Ramos de Meneses, do Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, Valdiosmar Vieira Santos, e do Representante do Fórum Nacional das Pessoas em Situação de Rua, Anderson Miranda.

Em seguida a composição da mesa de abertura, houve a apresentação do Hino Nacional Brasileiro.

Logo após, iniciaram-se as saudações aos conferencistas pelos participantes da cerimônia de abertura, conforme descrição abaixo:

Sra. TEREZA CAMPELLO – Ministra do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – *Muito boa noite a todos, a todas. É uma honra muito grande estar abrindo pela segunda vez a Conferência de Assistência Social, a nossa IX Conferência, é uma alegria muito grande contar com a presença de militantes da área social, profissionais da Assistência Social, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, usuários de todas as áreas, pessoas com deficiências, gestores municipais, prefeitos, assistentes. É uma alegria muito grande. Nós estamos em um momento de muita alegria, contando aqui com a presença da nossa Presidenta da República e eu queria rapidamente dizer para os senhores o seguinte, essa Conferência pela vibração, pela energia que dá para sentir nessa participação de vocês já na abertura nós sentimos toda essa vibração e essa energia, porque todos nós sabemos que avançamos muito, que ao longo desses 20 anos de construção da LOAS e de oito anos de construção do Sistema Único de Assistência Social nós só temos avançado. Pessoal, quem está aqui na frente, o pessoal de trás não está conseguindo ouvir, vamos sentar. Oi, vamos sentar um pouquinho aqui gente para a gente conseguir dar início aqui à abertura. Muito obrigada. Então nós estamos ao longo de toda essa trajetória, que é uma das trajetórias mais ricas da construção de políticas públicas no Brasil, construindo a certeza de que nós já fizemos muito e por isso mesmo sabemos que nós temos muito ainda a avançar e toda essa história, e toda essa construção só nos dá certeza de que nós podemos avançar ainda muito mais. Presidenta, é um orgulho muito grande contar com a senhora nesse ato. Em 2011 foi como sanção do PLSUAS no seu governo que nós pudemos construir o Sistema Único de Assistência Social, hoje contamos com a adesão de 99% dos municípios, 100% dos estados. Esta Conferência, ela conta com quase dois mil Delegados da realização de Conferências Municipais na quase totalidade dos municípios no Brasil e em todos os estados, portanto isso nos dá a certeza de uma participação efetiva com usuários, com gestores, com a sociedade civil, com as entidades, garantindo que a gente avance ainda muito mais. Então é com uma alegria muito grande que nós recebemos a senhora. Eu depois vou fazer uma fala para a Conferência, logo depois da abertura, apresentando esses dados, mostrando que nós temos hoje R\$ 68 bilhões na Assistência Social, 10 mil equipamentos, entre CRAS, CREAS, Centros que cuidam da população de rua e conseguimos avançar na construção de uma estrutura de serviços organizados no Brasil todo, em uma estrutura de equipamentos e em uma estrutura de gestão compartilhada entre os três entes. Estamos avançando também agora para garantir aquilo que a senhora nos exige permanentemente, que é qualidade nos serviços públicos. Só teremos qualidade nos serviços ampliando ainda mais a capacitação dos nossos gestores e construindo mecanismos de monitoramento e indicadores para que a gente possa ter metas claras e possa perseguir essa qualidade e é esse um dos grandes objetivos dessa Conferência. Bom trabalho a todos. Muito obrigada.*

MESTRE DE CERIMÔNIAS – *Com a palavra a Presidenta da República, Dilma Rousseff.*

Sra. DILMA ROUSSEFF – Presidenta da República Federativa do Brasil – *Eu queria primeiro desejar boa noite a todos aqui. Boa noite. Depois eu queria cumprimentar as assistentes sociais e os assistentes sociais, as psicólogas e os psicólogos e todos aqueles que trabalham nessa área. Queria também cumprimentar a cada um dos beneficiários que são acolhidos com muito carinho por vocês, mas eu queria fazer uma saudação aqui a todas as mulheres aqui presentes, porque a gente olhando aqui constata uma coisa, a presença dos nossos companheiros homens, é verdade, mas a presença maciça das mulheres assistentes sociais e trabalhadoras nessa área, então eu queria saudar a todas elas e dizer do meu orgulho de estar aqui com vocês. Cumprimentar também aqui, vejam vocês, que, tirante o Gilberto Carvalho, só mulheres me acompanham como Ministras, a Tereza Campello, a nossa querida Tereza Campello, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; a Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; a Helena Chagas, da Comunicação Social; a Maria do Rosário, dos Direitos Humanos; e nosso querido Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral. Queria cumprimentar uma pessoa especial, a Márcia Lopes, ex-Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; cumprimentar a Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, a Luziele Tapajós; cumprimentar a Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social neste ato representando a sociedade civil, a nossa querida Leila Pizzato; cumprimentar a Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Secretárias de Estado da Assistência Social, a Sra. Maria Aparecida Ramos de Meneses; cumprimentar o Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social, o Valdiosmar Vieira Santos; cumprimentar o Representante do Fórum Nacional das Pessoas em Situação de Rua, o Anderson Miranda. Dizer para o Anderson que quinta-feira nós estamos lá na missa. E cumprimentando o Anderson eu cumprimento todos os usuários e beneficiários da Assistência Social. Cumprimento também os senhores e as senhoras Conselheiros e gestores da Assistência Social e representante de entidades sociais e organizações não governamentais. Cumprimento os senhores jornalistas, as senhoras jornalistas; os fotógrafos; e os cinegrafistas. Quero dizer para vocês que participar da abertura da IX Conferência Nacional de Assistência*

Social é para mim uma grande satisfação. Dou as boas vindas a todas as Delegadas e a todos os Delegados, que nos próximos dias vão debater os rumos e os desafios da nossa Política de Assistência Social. Uma Conferência é um evento muito importante para todos que participam, para todos que acreditam na participação popular e quero dizer em nome do governo para o governo, porque aqui está a base para construção de uma nação justa e democrática, uma nação que participa, que é ativa e que dá opiniões. Essa Conferência é um espaço privilegiado para o exercício da cidadania, para o debate de projetos, para a gente avançar cada vez mais nas transparências, nas nossas ações, para explicitar divergências e para construção de consensos. Uma Conferência também é um momento privilegiado para avaliar aquilo que foi feito. Eu gosto sempre de usar uma definição que eu escutei em uma Conferência, era da Cultura, e feita por um senhor que era morador ribeirinho lá no Amazonas, no estado do Amazonas, e perguntaram para ele: “Para que serve uma Conferência?” E ele respondeu, eu acho de uma forma muito simples e clara, ele disse: “Olha, uma Conferência serve para conferir se tudo está nos conformes.” Eu cito isso porque eu acho de uma simplicidade, nós temos de conferir se está tudo nos conformes e ele tem razão, e essa é a nossa expectativa, a expectativa de todos nós, eu acredito aqui, do governo, das assistentes sociais, dos psicólogos, de todos os participantes, dos governos estaduais, dos prefeitos, enfim, dos beneficiários, de todos nós, que queremos conferir, movimentos sociais, o que mais gente? As pessoas com deficiência, os trabalhadores, enfim, vamos falar todos, sem exceção, todos, nós queremos conferir o quê? Se os acordos que nós fizemos estão corretos; se as decisões que nós tomamos são as corretas; e principalmente apontar para o futuro, saber quais são aquelas principais ações que nós devemos continuar fazendo, modificar ou alterar e também é o momento para a gente prestar contas, estabelecer novos pactos, e nos alegra muito podermos fazer isso com os estados e as prefeituras que partilham conosco a responsabilidade de construir a Rede Pública de Assistência Social. Queremos contar também com todos os nossos parceiros, as parcerias que nós temos com entidades de Assistência, com usuários, com profissionais, com Conselheiros, todos os militantes da área social, todos eles e elas decisivos para o sucesso e os avanços da nossa Política de Assistência Social. Por isso, minhas queridas Delegadas e Delegados, nós todos aqui sabemos que houve um tempo no Brasil que milhões e milhões de brasileiros e brasileiras permaneciam excluídos do processo de desenvolvimento do país, da acumulação de riqueza. Em muitos casos a violência, o descaso, o preconceito, marcaram a ação do estado face aos segmentos da população mais desfavorecida. Nesse tempo as ações de Assistência Social ficaram a cargo exclusivo das entidades filantrópicas, dependiam muitas vezes de voluntários para cuidar de nossas crianças em abrigos, dos idosos em situação de abandono, da população em situação de rua. Felizmente essa solidariedade das associações filantrópicas estava disponível, felizmente. Eu aproveito aqui para reconhecer o papel dessas entidades que prestam serviços de Assistência Social. Nós temos a firme disposição, a firme determinação de continuar trabalhando em parceria com todos aqueles que historicamente se dedicaram aos mais vulneráveis, todos aqueles generosos e solidários que se dedicaram aos mais vulneráveis. Nós sabemos não só que podemos ter, mas que temos ações que são complementares. Hoje felizmente o nosso país vive outro tempo. Nos últimos anos o estado brasileiro avançou muito na construção de uma rede de proteção social pública, vivemos um momento de reafirmação da Assistência Social como uma política pública e como um dever do estado. Tem sido grande o esforço para tirar da invisibilidade, parcelas expressivas de nossa população para superar em definitivo a atitude de verdadeira não responsabilidade do Estado fazer aos mais pobres. Devemos sempre lembrar que o recurso para as áreas sociais, em especial para a Assistência Social, costumava ser uma espécie de variável, de ajuste fiscal. Vejam quanta diferença, nós saímos de um patamar de R\$ 10 bilhões antes do Presidente Lula, e chegamos agora a um patamar de R\$ 68 bilhões em recursos para a chamada Função Zero Oito, que no orçamento é o grande agregado da Assistência Social. Esse crescimento é resultado de uma firme determinação e decisão políticas, porque para nós recursos para a área social não é custo, é investimento, é investimento que nós fazemos no nosso país, naquilo que ele tem de mais valioso: as pessoas. Inauguramos um ciclo onde o social é vetor de desenvolvimento, a inclusão de milhões de pessoas através e por meio dos Programas de Transferência de Renda, como o Bolsa Família e o Benefício da Prestação Continuada, a valorização do salário mínimo, a geração de 20 milhões de empregos nos últimos anos, produziram melhores sociais e também uma dinâmica sustentável para nossa economia. O Brasil aprendeu com muito esforço e vocês são responsáveis por esse aprendizado, o Brasil aprendeu que não há antagonismo entre o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico, pelo contrário, o desenvolvimento social garante um desenvolvimento econômico sustentável. Estamos aqui mostrando que é possível crescer com inclusão social, estamos na prática confirmando o nosso mestre Celso Furtado que dizia, que crescimento só se transforma em desenvolvimento quando o projeto social prioriza a melhoria das condições de vida da população e nós acrescentamos quando distribuí renda, quando permite que as pessoas tenham oportunidades iguais. Por isso, Srs. Delegados e Sras. Delegadas, eu tenho muito orgulho de ter dado continuidade ao trabalho do Presidente Lula, que aprovou lá em 2004 a Política Nacional de Assistência Social, que iniciou o financiamento para serviços e para construção de equipamentos próprios do Sistema Único de Assistência Social, os Centros de Referência da Assistência Social, os CRAS, e os Centros de Referências Especializados da Assistência Social, os CREAS. Hoje nós temos 10 mil equipamentos espalhados por todo o nosso país e isso, esses 10 mil equipamentos, garante para o estado brasileiro uma condição especial, chegar lá onde vive a nossa população e onde mais se precisa da Assistência Social. Esses equipamentos são muitas vezes, como gostamos de falar, a porta de entrada e o acesso a outras políticas. Uma mãe que chega lá no CRAS é certeza de que uma criança vai chegar no banco da escola. Aumentamos muito a integração entre as ações de saúde, de educação e de Assistência Social, os três eixos e as três grandes redes de serviços públicos. Tive a honra de sancionar a Lei do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, em 2011. Com essa lei a Assistência passou a contar com uma legislação a altura do seu papel na transformação de nosso país. A Lei do SUAS veio em um momento decisivo, o Sistema Único tem sido fundamental para as ações de um dos maiores desafios de meu governo, a construção de um Brasil sem miséria. O Plano Brasil Sem Miséria e o SUAS tem fortalecido um ao outro. Para chegar aos brasileiros que ainda não tem Bolsa Família criamos a Busca Ativa; para implementar essas políticas nos locais mais distantes inovamos e criamos as Equipes Volantes, Equipes Multidisciplinares que atendem a população em municípios com extensas áreas rurais. Hoje são 1.200 Equipes Volantes em 1.030 municípios. Temos de ter muito orgulho

disso. Para atingir áreas distantes, onde só se chega pelos rios, no Norte e no Nordeste, mas, sobretudo, no Norte, no Pantanal, construímos as Lanchas da Assistência Social, já entregamos 123 lanchas. A rede de Assistência Social é a responsável pelo CadÚnico e pelo Bolsa Família em mais de 97% dos municípios no Brasil. Sem vocês nós não teríamos conseguido no Brasil essa imensa redução da pobreza extrema. São vocês, que ajudaram a construir este programa, que devem comemorar conosco a maior vitória do nosso país, 36 milhões de brasileiros se mantendo fora da extrema pobreza graças ao Bolsa Família, 22 milhões só nos anos do meu governo. Hoje o SUAS é uma realidade em todo o Brasil, dispõe de equipamentos e equipes próprias, está baseado em uma parceria federativa com estados e municípios e conta com a adesão de 99% dos municípios brasileiros. Enfrentamento ao trabalho infantil, atendimento a população de rua, atenção as pessoas com deficiência, são a marca e a força do Sistema Único de Assistência Social. O SUAS está presente no extraordinário trabalho de assegurar a inclusão e a permanência nos cursos do PRONATEC, das pessoas beneficiárias do Brasil Sem Miséria. Sim, meus queridos e minhas queridas, o PRONATEC já é uma de nossas mais importantes iniciativas em favor da inclusão produtiva. Comemoramos agora em dezembro 850 mil pessoas do CadÚnico nos cursos do PRONATEC. Por isso, queridas Delegadas, queridos Delegados, são muitos os avanços e os frutos que nós temos colhido. Nessa trajetória a Assistência Social vem se afirmando como uma das mais importantes e melhor reconhecidas políticas sociais de nosso país. Hoje o Brasil pode se orgulhar de ter uma Política de Assistência Social, que é pública. Estamos conseguindo superar o velho estigma da ajuda e do favor, os benefícios e os serviços são amparados por leis nacionais e passaram a serviços na condição legítima de direitos sociais. A população mais pobre, a população mais vulnerável deve ser atendida com toda dignidade, reforçando a cidadania pelas nossas políticas públicas. O estado brasileiro assumiu a obrigação, o dever de atender a todos, de agir e dar suporte as ações que superem as condições indignas de vida, de incluir nas políticas sociais a oferta de oportunidades concretas para todos os nossos cidadãos. Resgatar as pessoas da pobreza é um imperativo ético, é também, nós todos sabemos, o melhor caminho para o desenvolvimento. A Política de Assistência Social é parte constitutiva dessa trajetória, devemos todos ter muito orgulho do que foi desenvolvido por todas vocês até aqui. São conquistas dos gestores de todo o país, dos organismos e entidades da sociedade civil, dos profissionais, dos membros dos Conselhos de Assistência Social e, sobretudo, dos próprios usuários dessa política. Continuaremos a avançar eu tenho certeza. Novos desafios nós vamos enfrentar e vamos superar. Este será um país do tamanho dos nossos sonhos, um país sem miséria e sem trabalho infantil, sem abuso e sem exploração sexual de crianças e de adolescentes, sem crianças nas ruas ou em qualquer local que as coloquem nisso. Um país que protege e garante aos jovens em vulnerabilidade espaços de convivência, de educação, de ampliação de horizontes e de fortalecimento de projetos de futuro. Um país que protege os seus jovens da violência, em especial seus jovens negros; que promove a integração das pessoas em situação de deficiência; que protege a população de rua e atende com acolhimento digna a todos que precisem do estado brasileiro. Um país desenvolvido no qual todos os cidadãos partilham um presente digno e um futuro cada vez mais promissor em uma sociedade que nós queremos e estamos construindo justa, solidária e muito mais igual. Muito obrigada. Obrigada. Eu quero só um instante para pedir desculpas para vocês porque eu tenho de sair, porque eu tenho outro evento daqui a pouco. Perfeitamente.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – (...) Senhoras e senhores, dando sequência a esta cerimônia de abertura convidamos para integrar a mesa a Sra. Vice-Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, Leila Pizzato; convidamos também a Sra. Secretária Nacional de Assistência Social, Denise Colin; convidamos também a Sra. Presidenta do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, Edjanes Rosa Araújo, neste ato representando os usuários da Política da Assistência Social. Pedimos a todos que se acomodem em seus lugares para darmos prosseguimento a esta cerimônia de abertura e as autoridades que tomem seu assento. Senhoras e senhores, as Conferências Nacionais de Assistência Social, realizadas a cada dois anos, são centrais para o exercício do controle social do Sistema Único de Assistência Social. Tem como objetivo avaliar e propor rumos para a agenda governamental na área da Política de Assistência Social, representando a expressão do debate por meio da participação popular. São espaços de deliberação e avaliação da execução desta política com a participação paritária da sociedade civil e governo. Após oito anos de conquistas esta oportunidade significa favorecer e ampliar o conhecimento de gestores, trabalhadores, usuários, organizações sociais, Conselheiros e demais segmentos sociais sobre as peculiaridades sociopolíticas e históricas da construção da Política de Assistência Social, e apontar para avanços, conquistas, desafios, dificuldades e potencialidades visando a consolidação do SUAS. Gostaria de convidar a Sra. Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, Luziele Tapajós, para dar boas vindas a todos os presentes.

Sra. LUZIELE MARIA DE SOUZA TAPAJÓ – Presidenta do CNAS - Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS – Boa noite. Olá a todos. Quero efetivamente em nome do Conselho Nacional de Assistência Social dar as boas vindas a cada um dos Delegados, a cada um dos participantes, observadores e convidados a esta IX Conferência Nacional de Assistência Social. Sejam muito bem-vindos. Nós estávamos esperando vocês com muito afinho, com muita esperança, que esse fosse e será o momento de avaliar o SUAS tendo em vista o nosso grande tema que é Gestão e Financiamento. Hoje nós abrimos uma sessão solene, recebemos, fomos convidados a uma sessão solene da Câmara dos Deputados comemorando os 20 anos da LOAS e é justamente nesse momento, nos 20 anos da LOAS, comemorando esses 20 anos da LOAS, que nós começamos aqui a IX Conferência Nacional que foi precedida desde abril por 97% dos municípios brasileiros realizando Conferências de Assistência Social. Fomos precedidos por 1,5 milhão de pessoas mobilizadas em torno do debate da avaliação do SUAS; fomos precedidos por uma série de avaliações em torno do cofinanciamento obrigatório, da gestão dos serviços, da gestão de benefícios, da gestão da vigilância, processo de planejamento, monitoramento e avaliação, da gestão da regionalização. Efetivamente todos esses municípios e todas essas Conferências derem o tom para que esta Conferência comemorasse efetivamente, Sra. Ministra, os 20 anos da Lei Orgânica da Assistência Social. 20 anos nos separam de um tempo muito diferente do atual,

20 anos nos separam de um tempo onde a Assistência Social, como disse a nossa Presidente, era vista de forma dicotomizada, de caráter residual, muito próxima de práticas não reconhecidas como práticas de estado, como práticas de política pública. Hoje a nossa realidade é outra, 20 anos, porém nos unem a outro tempo, um tempo onde a condição da Assistência Social, reconhecida como Política de Segurança, é finalmente regulamentada como direito social pela LOAS. É muito importante e eu dizer e eu gostaria muito de ter dito a nossa querida Presidenta, mas ela sabe disso, porque disse isso com todas as palavras, que são vocês, cada um dos senhores, trabalhadores do SUAS, gestores, entidades públicas e privadas e rede governamental, que tiram do papel o slogan deste governo: País Rico é País Sem Pobreza. Foi em dezembro justamente de uma Conferência, a de 2003, que nós aprovamos essa nova agenda do SUAS, então é muito importante que nós reconheçamos, apesar de todos os problemas que trazem uma Conferência, nós estamos aqui cumprindo uma deliberação da VIII Conferência, que é justamente trazer os Delegados com condições para que façamos os debates necessários. Sra. Ministra, todos os municípios e todas as Conferências Estaduais avaliaram os seis eixos e avaliaram, monitoraram todas as deliberações anteriores a partir da Conferência de 2005. Esse é o grande diferencial dessa Conferência. A X Conferência será uma Conferência que trará outras respostas e certamente outras perguntas para o SUAS. Na verdade, nós caminhamos para chegar até aqui e nós somos muitos, somos tantos e vivemos tantos para hoje nos encontrarmos e construirmos este importante espaço tão ansiado de controle da Política de Assistência Social. Na verdade, a IX Conferência vem sendo construída como o momento, como disse a Presidenta, não só do ato de conferir, mas, sobretudo, de avançarmos no amadurecimento do sistema para o ato de deliberar para que as nossas deliberações não sejam engavetadas nem no município, nem no estado e nem na União. Isso nós conseguimos comprovar nas Conferências Municipais, Estaduais e aqui faremos a Avaliação Nacional, que já está na pasta de todos os senhores. Eu gostaria de agradecer muito particularmente a todo o Conselho Nacional, a Relatoria Colegiada, ao nosso Comitê Acadêmico, que é uma novidade nessa Conferência, que foi Coordenado pela nossa querida ex-Ministra Márcia Lopes; e quero, sobretudo, agradecer ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por este momento, por oportunizar um momento como este que tem uma enorme e uma grande riqueza. Muito obrigada a todos. Declaro aberto a IX Conferência Nacional de Assistência Social.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Ouviremos agora o representante do Fórum Nacional das Pessoas em Situação de Rua, Anderson Miranda.

Sr. ANDERSON LOPES MIRANDA - Conselheiro do CNAS - Representante do Fórum Nacional de População de Rua – Boa noite a todas e a todos. Eita, boa noite. Eu quero falar aqui em nome de todos e de todas as usuárias e os usuários desse Brasil. Quero dizer o quanto, representando o Conselho Nacional de Assistência Social, os usuários, não quero falar em nome só da população em situação de rua, estou aqui para falar em nome do idoso, em nome das pessoas com deficiência, em nome das crianças, dos jovens, que usam a Assistência Social, cidadão e cidadã de direitos, cidadão e cidadã de fato desse Brasil. Para nós isso não é uma mera esmola, uma mendicância, é uma política pública. Quero aqui dizer em nome de todos e de todas usuárias e usuários o quanto, a importância na Política de Assistência Social o trabalhador e a trabalhadora, a valorização do trabalhador e da trabalhadora, para nós é fundamental, importante. Se estados, municípios e entes federativos não valorizar o trabalhador, a trabalhadora, o que seria dos serviços públicos e privados? Quero dizer, como foi bem dito aqui, a importância dos nossos gestores e gestoras, trabalhadores técnicos, prefeituras e estados. A valorização concurso público, estado, município e no federal. É essa a fala dos usuários. Trabalhador descontente, serviço desvalorizado, por isso que a gente quer a porta de entrada. Ministra, o CRAS, o CREAS, os Centro POP valorizados, é isso que o usuário, a importância do usuário, da entrada desses serviços, quanto a importância dos serviços na Assistência Social. Hoje a Assistência Social, como bem claro aqui, não pode ser 1%, ela tem que ser valorizada, como é no ente federado, R\$ 68 bilhões tem que ser no estado e no município, não pode ser 5% do Fundo de Assistência Social, tem que valorizar o Fundo de Assistência Social no usuário, no trabalhador e nas entidades. É essa a nossa luta aqui. Quero dizer o quanto é importância para nós, usuários e usuárias, nesse país, o quanto é importância da Conferência Nacional. Nós somos aqui hoje 325 usuários do Brasil, 315 usuários que faz muita diferença no país inteiro. Quero dizer o quanto é importância desse usuário no Cadastro Único Nacional, de ele dizer do que acontece ou não acontece nesse país, a melhoria dos serviços, a valorização, é essa a importância de nós, usuários, é essa a importância do cidadão usuário e usuária. Como diz a Carta Magna: cidadão usuário de direito, cidadã usuária de direito. Eu quero dizer que eu estava em uma Conferência e ouvi dizer que quem usa o Bolsa Família não quer mais trabalhar. É mentira, porque quem usa o Bolsa Família traz investimento para a cidade e para o estado. Quem é cidadão do Bolsa Família é cidadão de direito, porque ele compra no mercado, ele coloca o filho na escola, ele come bem e ele investe, investe na cidade e no estado, investe nos empresários também, então é esse o sentido de dizer da valorização dos usuários e das usuárias. Não é dizer que Bolsa é esmola, Bolsa é mendicância não, é Bolsa Cidadania, que o PRONATEC capacitaram os usuários e as usuárias para empregabilidade no Brasil, para a Copa, para as Olimpíadas, para os eventos. É nesse sentido que a gente quer a valorização dos usuários e é por isso aqui que é nesse sentido como tem o Fórum Nacional dos Trabalhadores, o Fórum Nacional do SUAS, nós queremos lançar nessa IX Conferência o Fórum Nacional dos Usuários. Temos que fortalecer os usuários, temos que dizer nessa IX Conferência usuário fala por usuário, usuário defende usuário, e viva os usuários no SUAS. Viva a IX Conferência de Assistência Social. Viva os usuários da Assistência Social. Muito obrigada.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Com a palavra a Sra. Vice-Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, Leila Pizzato.

Sra. LEILA PIZZATO – Vice- Presidenta do CNAS - Representante da Associação Antônio Vieira – Boa noite a todos e todas, boa noite Presidenta Luziele Tapajós, boa noite Ministra, boa noite Secretária, boa noite Presidente do Colegiado de Gestores, boa noite municipais,

boa noite do Fórum Nacional de Secretários e boa noite querido Anderson. Na realidade, eu vou falar de improviso, o que eu não gosto muito, mas eu quero aqui dizer e afirmar que representar a sociedade civil nesse país e o Conselho Nacional de Assistência Social não é uma tarefa simples, porque é representar na Vice-Presidência trabalhadores, entidades, trabalhadores e usuários e nós juntos, como sociedade civil do Conselho Nacional de Assistência Social, estamos unidos em um único propósito que é o fortalecimento do SUAS nesse país e é isso que nós queremos que aconteça, enfim. Lutamos, como sociedade civil, para que a Assistência Social fosse reconhecida como política pública e conquistamos isso em 88; lutamos para que o estado fosse o único e o maior responsável pela proteção social desse país devido a cada um dos cidadãos e cidadãs desse país. Então chamamos o estado para essa responsabilidade, que é imensa, e importante, e imperiosa, que é o de fazer a proteção social devida pela Política de Assistência Social. Então eu quero reafirmar aqui a importância do nosso caráter enquanto complementaridade da Política Pública de Assistência Social, entendendo que a complementaridade não é subalternidade, nem secundaridade, e sim em condições iguais de igualdade nas ofertas dos serviços públicos com qualidade, com equipe técnica e com ofertas importantes que complementam as ofertas públicas. O Censo SUAS de 2011, e é o único Censo que nós temos dados para poder falar aqui, ele apontou que a rede complementar é a responsável por 70% das ofertas e ela detém dois terços dos trabalhadores do SUAS desse país e é com este caráter e com este compromisso que nós queremos reafirmar, Ministra e Secretária, o nosso compromisso na consolidação do SUAS nesse país e desta forma a sociedade civil está integrada para que este SUAS se fortaleça e engrandeça o cumprimento do seu papel enquanto política pública. Obrigada e uma boa Conferência para todos nós.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Neste momento será assinado o Termo de Convênio celebrado pela União por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, CONGEMAS. O Termo tem por objeto fomentar e estimular o fortalecimento da gestão municipal do SUAS através de parceria com o CONGEMAS, promovendo a mobilização, articulação, orientação e apoio aos gestores, trabalhadores e Conselheiros Municipais de Assistência Social. Convidamos para assinar o Termo a Sra. Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello; e o Presidente do CONGEMAS, Valdiosmar Vieira Santos. Convidamos agora a fazer o uso da palavra a Presidenta do Fórum Nacional de Secretários e Secretários de Estado da Assistência Social, FONSEAS, Maria Aparecida Ramos de Meneses.

Sra. MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES – Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Secretárias de Estado da Assistência Social – Boa tarde a todos. Eu quero saudar a mesa na pessoa da Ministra Tereza Campello, com quem temos tido um relacionamento e uma interlocução muito profícua. Quero também quebrar o protocolo e aqui de forma carinhosa, especial, saudar a minha amiga, companheira, Luziele Tapajós, responsável e muito pela realização dessa Conferência aqui. Luziele a você o nosso abraço, nosso carinho e o desejo de uma grande Conferência. Quero saudar de forma especial todas as Delegações que de Norte a Sul, de Leste a Oeste, Ministra, e eu digo isso porque já estive ali na condição de Delegada, enfrentaram diversos desafios, desde a questão da passagem para chegar aqui e realizar essa Conferência. A todos vocês uma saudação carinhosa. Esta Conferência para nós, trabalhadores, militantes, gestores, usuários e Conselheiros, comprometidos com os objetivos republicanos e democráticos, significa um momento histórico no processo de consolidação dos direitos a Assistência Social no Brasil. Eu quero iniciar dizendo que a Assistência Social no Brasil participa de um projeto político de democratização do estado e da sociedade, de alteração do padrão de desigualdade, expansão dos direitos, portanto a implementação e consolidação do SUAS não se reduz aos aprimoramentos gerenciais, mas ao alargamento do estado brasileiro corrigindo o histórico de negação de direitos, de cidadania regulada e restrita que só contribuiu para ampliar desigualdades de renda, riqueza e poder. Com isso eu quero dizer e chamar atenção aqui dessa Conferência que nós estamos neste momento discutindo mais do que aprimoramento, nós estamos discutindo um projeto de estado. Nós estamos aqui construindo um projeto político para o país, afirmamos dessa forma a primazia estatal no âmbito das políticas sociais, nos investimentos centrais em infraestrutura, na construção das reformas estruturais e econômicas aliadas ao desenvolvimento social. Os avanços que tivemos das últimas décadas na Assistência Social contribuem no enfrentamento da cultura neoliberal e no posicionamento do papel central do estado democrático de direito. Eu quero dizer que já que vivenciamos um círculo virtuoso precisamos acelerar ainda mais os investimentos sociais, aprimorar o Pacto Federativo no acesso ao fundo público, ampliando cada vez mais a possibilidade de geração de trabalho, emprego e renda. Discussões fundamentais como os direitos dos trabalhadores, concurso público, a questão do cofinanciamento, a questão da regionalização, são tarefas que todos nós devemos tomar para nós e sabermos que esse como projeto nacional envolve mudança e cultura e que ele só será consolidado e só será efetivado no Brasil se nós nos mobilizarmos nos nossos estados e municípios para fazer com que os usuários participem desse processo de construção como partícipes, como cidadãos de direito. Convoco esta Plenária, convoco os trabalhadores que estão aqui com suas reivindicações a construirmos juntos diferentes, com nossas diferenças e nossas unidades um Brasil mais democrático, mais republicano, onde a gente possa se reconhecer na figura do outro, não porque é pessoa com deficiência, não porque é miserável, não porque é criança e adolescente em situação de vulnerabilidade, mas porque somos todos humanos e como humanos que somos temos direito a usufruir a riqueza e o desenvolvimento de nosso país. Um grande abraço no coração de cada um.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Ouviremos agora o Presidente do CONGEMAS, Valdiosmar Vieira Santos.

Sr. VALDIOSMAR VIEIRA SANTOS – Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – Nosso boa noite a todos e todas. É sem sombra de dúvidas uma imensa satisfação podendo estar partilhando, vivenciando mais uma Conferência Nacional. Eu gostaria de cumprimentar todos os componentes da mesa, cumprimentar todos os gestores em nome da Ministra Tereza Campello,

todos os usuários em nome de Anderson e dizer que ao estar aqui dá uma grande felicidade em ser brasileiro, em ser brasileiro e termos conseguido chegar a um grau de amadurecimento da nossa democracia como estamos chegando nesse momento. Não apenas a democracia política, mas na democracia social. Poder olhar para nossa história e dizer que bom que hoje a gente tem voz, ainda que ela não seja ouvida na entonação, no momento e na forma como nós gostaríamos, mas nós já somos ouvidos, nós já temos espaços onde nós possamos ser ouvidos. Que bom que nós estamos aqui hoje, não somos apenas duas mil pessoas, nós estamos representando milhares e milhares de brasileiros que participaram dos municípios mais pequeninhos as metrópoles, que deliberaram e que delegaram a nós, e por isso somos Delegados. Muitas vezes quando estamos no município e que dizemos assim: vamos para uma Conferência enquanto Delegados. O pessoal diz assim: “Você passou em concurso público? Você é Delegado de Polícia?” Nós somos Delegados para representar o povo brasileiro. Nós estamos com a grande responsabilidade de não falar por nós mesmo individualmente, mas trazer as demandas que vieram dos municípios e fazer com que a voz de cada brasileiro que participaram em cada uma daquelas Conferências nos nossos municípios sejam ouvida e fazer com que essas deliberações se concretizem, mudem o rumo em alguns aspectos da nossa política pública, aprofundem outras questões e nós temos o grande compromisso de fazer um SUAS cada vez maior e melhor, um SUAS que atenda, de fato, as demandas do povo brasileiro e que veja, atue, entendendo o cidadão como cidadão, ser humano como ser humano. Nesta noite eu gostaria de lembrar em nome do Colegiado, que estamos representando cada Secretário e Secretária Municipal de Assistência Social, que por vezes está a Secretária de Assistência Social é extremamente angustiante e nós nessa Conferência estamos debatendo um tema, um tema inclusive que veio também com uma demanda dos Encontros Nacionais do CONGEMAS para falar de gestão e de financiamento, e como é bom sabermos que nesta política pública nada sai da cartola. Não são seres iluminados que criam, que querem e ponto final, na verdade, é uma construção coletiva, uma construção que nós estamos fazendo, e Luziele colocou isso, a Presidenta colocou isso, nós todos estamos fazendo a muitas mãos e há muito tempo e todos que estão aqui, independente do espaço de onde veio, se enquanto usuário, se enquanto gestor, ou representante de uma entidade, como trabalhador e trabalhadora do SUAS, nós somos, sobretudo, militantes, militantes que nesse processo de amadurecimento do SUAS estamos doando um pouco de nossas vidas cada vez mais em prol do amadurecimento dessa política pública. E é por isso, porque essa política é construída por todos nós e ouvindo a todos nós que ela alcançou em tão pouco espaço de tempo o que ela tem alcançado, mas principalmente porque nós, que fazemos a Assistência Social, não temos vergonha de dizer a verdade e de assumir as nossas fragilidades e os nossos erros também até para corrigirmos. Estamos em um momento de muitos avanços, de muitas conquistas, mas quantas coisas nós ainda precisamos fazer e quantas coisas vão eclodir através da voz e da fala de cada um e cada uma de nós aqui, quanta coisa, aqueles cartazes que são levantados ali nos dizem do que falta ainda para amadurecer nesse processo do SUAS, mas como é bom poder ouvir e ver esses cartazes. Isso já demonstra que nós avançamos aquilo que até alguns anos não era possível avançar, mas quando fala e eu não queria me alongar, porque eu vou ter a oportunidade de estar falando em outras mesas, mas não posso deixar de falar isso se o tema é Gestão e Financiamento. Nós não podemos nos esquecer que nós temos alguns desafios gigantescos, de que a gestão para funcionar com qualidade, ela sem sombra de dúvidas vai necessitar sempre de um controle social efetivo e os nossos Conselhos Municipais precisam tanto de estrutura, de capacitação, de condição, porque estamos aqui como militantes, mas nós sabemos de um mundo real que precisa ser tão modificado ainda lá nos nossos municípios. Nós também sabemos que para falar de gestão nós precisamos extirpar completamente o nosso meio, o ranço que ainda existe de assistencialismo, de paternalismo, porque ainda existe que nós é que somos responsáveis por extirpá-lo, porque ainda tratam a Assistência Social como uma coisa pobre para pobre e nós precisamos extirpar completamente, porque ainda em alguns meandros desse país ainda trata a Assistência Social como uma política doméstica, que dá para eu partilhar dentro de casa com quem eu quero que gerencie, ainda dá para eu dividir politicamente quem não conseguiu muito voto ou quem eu quero que se projete e aí eu não estou muitas vezes enquanto gestor maior preocupado que a gestão dessa política seja gestão qualificada, que tenha, de fato, uma capacidade técnica para gerir a Política Pública de Assistência Social. Infelizmente ainda andando por esse país a gente percebe que existe muitos ranços desse assistencialismo, que nós precisamos superá-lo, mas falar de financiamento dessa política pública traz para nós a necessidade de termos discutido tantas vezes junto aos estados e a União. Precisamos saber quanto custa os serviços da Assistência Social e saber quanto custa para saber quem paga a conta e para pagar de forma equitativa. Quem mais arrecada é óbvio que tem que pagar mais a conta, porque ainda a gente vive momentos em que o ente federado no município, que está mais perto da população, que é onde a gente vive, mas está mais perto também das entidades de controle externo, é aquele que é mais cobrado no dia a dia, é aquele que tem realizar as coisas sozinhas e nesta Conferência a gente está falando de gestão e financiamento e nós vamos dizer que o financiamento desta política pública, ele é feito pelos três entes e esses três entes precisam entender e não só entender, precisamos aprofundar os nossos estudos para saber quanto compete na partilha desse financiamento a cada um destes entes, porque nós não teremos um sistema forte se cada ente federado não fizer efetivamente a sua parte e todos os entes federados. Nós não estamos falando dos avanços em algumas partes do país e outros continuar sem avançar tanto, nós estamos falando de um sistema que ele é único e que ele é único para o país como um todo. E, por fim, fazer um reconhecimento e um agradecimento ao Ministério do Desenvolvimento Social e a Ministra Tereza Campello, porque quando nós acabamos de assinar ali aquele Termo de Convênio é uma demonstração de que no âmbito federal nós estamos tendo mudança de concepção de gestão. Antes, e eu sempre digo isso, era impossível ver um secretário de município de pequeno porte II sentado ao lado de uma Ministra de Estado, e mais, era impossível o secretário de um município lá do fim do mundo chegar atrasado na cerimônia de abertura com a Presidência da República e dizer: “Você pode entrar.” Porque o espaço não é da Presidência da República, o espaço não é da Ministra, o espaço é nosso, povo brasileiro, e um Presidente do CONGEMAS, diferente do Presidente da República, não tem batedores que abrem o trânsito e a gente fica enganchado no trânsito e a gente chega atrasado, mas principalmente a gente consegue dizer: eu sou brasileiro, eu tenho direito, nós, povo brasileiro, temos direito e o Ministério reconhece isso ao assinar esse Convênio dizendo a nós, gestores municipais,

que pretende e vai continuar dando apoio para que nós tenhamos condição nos nossos Encontros Regionais, nos nossos Encontros Nacionais conseguirmos nos qualificarmos cada vez e conseguirmos nos articularmos politicamente, porque os municípios, nós, municípios, muitas vezes, na maioria absoluta das vezes, não temos recursos para custearmos esses eventos e o Ministério, através da Ministra Tereza, Campello darmos a condição a partir de agora de financiarmos com recursos do âmbito federal os Encontros Regionais e o Encontro Nacional. E, por fim, termino a minha fala convidando a todos e a todas desde já a participarem do outro grande momento da Política Pública da Assistência Social que são os Encontros Nacionais do CONGEMAS e o nosso próximo Encontro nos dias 28, 29 e 30 de abril, na cidade de Cuiabá, onde todos e todas estão convidados para continuarmos amadurecendo a discussão da Política Pública de Assistência Social. O nosso muito obrigado e não nos esqueçamos, nós estamos aqui, temos a grande responsabilidade de representarmos aqueles que não puderam vir, mas que esperam que ao saírem as deliberações dessa Conferência, eles, de fato, se vejam representados por cada uma e por cada um de nós. Muito obrigado.

3.1 -Palestra Magna

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Com a palavra a Sra. Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello.

Sra. TEREZA CAMPELLO – Ministra do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – *Mais uma vez boa noite a todos, a todas. É uma alegria estar aqui. Nós tivemos um pequeno probleminha de cerimonial logo que eu cheguei e que a gente abriu as atividades, eu estava bem nervosa com a presença da Presidenta, mas, como eu disse, foi uma alegria muito grande poder contar com a presença da Presidenta, ouvir suas palavras, continuar esse trabalho. Então queria cumprimentar a todos, a todas, em especial cumprimentar a Luziele Tapajós, Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social. Dizer da parceria, do esforço que o Conselho teve para realizar essa Conferência. Para nós é uma alegria muito grande ter participado de todo esse esforço. Eu sei das dificuldades que muitas vezes acontece, do esforço de cada um de vocês para poder estar aqui hoje. Nós tivemos alguns pequenos probleminhas aqui na abertura, a Luziele estava bem nervosa, mas é nosso compromisso tentar garantir que as condições de vocês de alimentação, de estadia, elas sejam as melhores possíveis, nós estamos fazendo todo o esforço para tentar corrigir rumos para garantir que essa Conferência discuta aquilo que ela tem que discutir, que são os rumos para onde nós temos que avançar e é isso que todos nós queremos. Obrigada Luziele. Queria cumprimentar os Deputados Federais aqui presentes, Raimundo Gomes de Matos, que preside a Frente Parlamentar em defesa da Assistência Social; a Deputada Fátima Pelaes, que hoje fez uma bonita cerimônia em comemoração aos 20 anos do LOAS; e queria cumprimentar todos os Deputados e Deputadas em nome da nossa querida Arlete Sampaio, nossa Secretária Nacional de Assistência, foi Secretária-Executiva do MDS e é nossa Deputada Distrital, agradecer a sua presença e em nome dela agradecer a participação de todos os demais parlamentares. Cumprimentar o nosso Secretário-Executivo Marcelo Cardona; a Denise Colina, Secretária Nacional de Assistência Social do MDS, em seu nome também cumprimentar todos os nossos Secretários do MDS presentes aqui; e toda a equipe do MDS. Nós estamos com todo o Ministério dedicado a essa Conferência, garantindo que o nosso trabalho seja o melhor possível e participando de todas as mesas. Queria cumprimentar de forma muito carinhosa, agradecer as suas palavras generosas de parceria, da Maria Aparecida Ramos Meneses, a nossa querida Cida, Presidenta do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social, FONSEAS, em seu nome cumprimentar o conjunto dos nossos Secretários de Assistência aqui presentes. Estou vendo vários deles. Nós vamos ter participação e presença de todos os estados, dos 27 estados, ao longo da nossa Conferência. Cumprimentar o Valdiosmar Vieira Santos, Presidente do CONGEMAS; Anderson Miranda aqui representando o Fórum Nacional de População em Situação de Rua e representando o conjunto dos nossos usuários da rede de Assistência Social, não só a população em situação de rua. Cumprimentar minha querida companheira, ex-Ministra Márcia Lopes; cumprimentar os Secretários Estaduais, Municipais; Coordenadores do Centro de Referência em Assistência Social, dos CRAS, dos CREAS; o conjunto dos nossos Delegados e Delegadas, Conselheiros, Conselheiras, gestores e gestoras, trabalhadores da Assistência; assistentes sociais; psicólogos; pedagogos; sociólogos; advogados; terapeutas ocupacionais; administradores; nossos parceiros, GDF, Secretaria de Cultura do GDF, o BRB. Senhoras e senhores, nós estamos nessa Conferência com 203 trabalhadores da Assistência representando o conjunto dos trabalhadores da rede de Assistência no Brasil; estamos com 330 entidades da rede privada, também representando o conjunto da rede privada que junto com os governos federal, estadual e municipal atende a população e prestam serviços na área da Assistência; estamos aqui com 318 representantes de usuários; 851 Delegados da sociedade civil; completando um quadro de 1.985 Delegados de mais de 5.400 municípios em todo o Brasil. Como disse a nossa querida Presidenta, eu achei bacana, vou repetir, eu acho que essa ideia de que a Conferência, para que serve uma Conferência? Para conferir se tudo está nos conformes e eu acho que também para aquilo que não está nos conformes a gente melhorar o rumo e garantir que fique nos conformes daqui para frente. Portanto é muito importante que a gente pense a Conferência também como um momento de balanço, como um momento de avaliação, porque muitas vezes a gente olha para a Conferência e fala: vamos discutir na Conferência o futuro. Só que se a gente não olhar o que nós já conquistamos, o que nós já fizemos nós acabamos dando de barato que isso está dado, que isso está feito e que nós só temos que olhar para frente e não é verdade, nós temos que olhar o que nós já construímos juntos por vários motivos. Primeiro, é que a medida que a gente vê tudo que foi construído, todo esse nosso legado, toda essa trajetória vitoriosa da área de Assistência Social nós nos damos conta que é possível sonhar e que é possível continuar avançando e construindo mais, mas é importante a gente olhar todo o nosso legado por um outro motivo, porque não é verdade que ele está dado e que ele não muda, que ele não volta atrás. Nós temos que olhar o nosso legado e lembrar sempre dele, porque ele é uma vitória, uma conquista nossa, mas nós temos que continuar lembrando que essa conquista foi suada, que essa conquista é uma trajetória de luta da sociedade, uma trajetória de luta de vocês, trabalhadores da Assistência, dos*

usuários, é uma vitória também do estado brasileiro. Durante muito tempo, como disse a nossa Presidenta, a área social era vista como custo, durante muito tempo a área social foi vista não só como custo, foi vista também como variável de ajuste, está muito caro, tem pouco dinheiro, aonde a gente corta? Corta no social e o primeiro lugar para cortar era a área de Assistência. “Ah, então tem muito servidor? Vamos diminuir os servidores?” Isso hoje mudou, mudou graças a nossa luta, mas mudou também porque existe decisão política de construir uma agenda social e de cara social é uma área estratégica. Então eu queria mostrar para os senhores alguns números que são importantes. Eu acho que o Valdiosmar está certo em dizer que nós temos que levantar qual é o atual estado das artes, nós não temos isso montado no Brasil ainda, nós estamos levantando os dados do Governo Federal. Eu estou trazendo dados atualizados para vocês, que nem sempre é fácil levantar, para a gente vê qual é hoje a atual situação. Esses R\$ 68 bilhões, Anderson, que a Presidenta disse, é só do Governo Federal. Então eu queria mostrar por que disparou na frente aqui nos meus números, Dra. Flora, então o primeiro dado para mostrar para vocês são os 20 anos do SUAS. Nesses 20 anos nós construímos uma trajetória importante de destinar recursos crescentes para a área de Assistência Social, então o primeiro número que eu queria mostrar é os dados da Assistência, da função oito. Vocês vêem que do início do governo do Presidente Lula para cá nós aumentamos esses gastos em mais de 600%, isso é uma vitória da construção da área de Assistência Social e uma vitória do Sistema Único de Assistência Social que foi construído ao longo desses 10 anos. Então, primeiro, os gastos saíram desse patamar, como disse a Presidenta, de R\$ 10 bilhões, chega o ano que vem em R\$ 68 bilhões. Muita gente acha que isso é só benefício, não é, mas eu queria, antes de mostrar para vocês o que a gente está gastando no BPC e o que a gente está gastando nos serviços de Assistência Social, dizer uma coisa que eu acho que é muito importante registrar, vocês têm três dias de debate, não é bom para nós, militantes da área social, não é bom para nós, gestores que estamos trabalhando com Assistência, não é bom para os nossos usuários que nós mesmos passemos a colocar um contra o outro, benefícios e serviços. Para construir uma rede justa de Assistência Social nós precisamos sim ampliar nossos serviços, nós precisamos sim ampliar nossos equipamentos, mas nós também precisamos garantir recursos para os benefícios na área de Assistência Social, portanto é importante que a gente não jogue um contra o outro, certo? E, assim, eu quero colocar de cara e mostrar com isso como nós temos ampliado e investido no primeiro benefício, que é o Benefício de Prestação Continuada. Os gastos na área do BPC, eles também cresceram e não cresceram de forma linear, cresceram muito, saltaram de um patamar e hoje nós gastamos mais de R\$ 30 bilhões no BPC, o ano que vem nós vamos gastar R\$ 36 bilhões. Isso aconteceu por dois motivos, nenhum dos dois é óbvio: o primeiro grande motivo é que nós, 580% de aumento dos gastos no BPC desde o início do governo do Presidente Lula. Eu queria mostrar para vocês o que aconteceu com o número de pessoas que recebiam o BPC. Esse é o crescimento do número de pessoas que recebia o BPC, nós saímos de um patamar em torno de 1,5 milhões de beneficiários, são pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada, e hoje estamos em quase quatro milhões de pessoas, entre pessoas com deficiência, idosos, em situação de pobreza, que recebem diretamente do Governo Federal esse benefício. Esse aumento de 580% no BPC se deve a dois motivos: um, ampliação de forma exponencial de número de pessoas que estavam excluídas do BPC e que foi encontrada pelo nosso governo; o segundo grande motivo, que também não é óbvio, nós aumentamos o salário mínimo no Brasil de forma continuada e permanente, com lei que garantiu o aumento do salário mínimo. O salário mínimo cresceu no Brasil 72% acima da inflação, é graças a esse aumento que nós tivemos também o aumento da renda da população, o aumento da aposentadoria rural, o aumento da aposentadoria, o aumento da renda daqueles que sequer recebem salário mínimo, mas que a medida que aumenta salário mínimo aumenta o salário do conjunto da população e felizmente graças a esse aumento continuado também tivemos o aumento do valor total que é gasto no país com BPC: R\$ 30 bilhões investidos esse ano com o Benefício de Prestação Continuada. Agora eu queria mostrar para os senhores o que nós conseguimos expandir a nossa rede de serviços e de equipamentos exclusiva da área de Assistência. Eu peguei a função oito, tirei os benefícios, como que nós fizemos essa conta? Pegamos a função oito, esse grande agregado que chega a R\$ 68 bilhões que congrega os números da área de Assistência, tiramos os benefícios e tiramos os gastos com segurança alimentar e nutricional, e chegamos nos gastos com Assistência. Eu queria mostrar agora para vocês, primeiro, o salto que nós tivemos nos gastos com serviços de Assistência Social no Brasil, isso é só período SUAS, porque os dados antes a gente não consegue organizar, então só no período do SUAS o que aumentou os gastos exclusivos com serviços de Assistência Social, não tem aqui nem Bolsa Família, nem BPC e nem Segurança Alimentar Nutricional. E queria mostrar agora o que ampliou os gastos com os equipamentos, aqui o título não está aparecendo, é Serviço da Assistência Social e Equipamentos na Área de Assistência Social, antes a gente não tinha equipamentos exclusivos cofinanciados pelo Governo Federal, hoje nós cofinanciamos serviços e cofinanciamos os equipamentos. Isso acontece de forma regular, continuada, isso acontece de forma automática, transparente e com critérios discutidos na CIT envolvendo os três entes da federação e discutindo de forma transparente no nosso Conselho. Isto é uma vitória da agenda construída desde 2013 na Conferência da Assistência Social. E agora eu queria mostrar para vocês um dado que é muito impactante, porque não existe um debate do avanço da Assistência Social no Brasil e das políticas sociais se a gente não superar de forma definitiva a maior desigualdade que o Brasil tinha que era a desigualdade de renda. A população pobre não é a única que é usuária dos serviços da Assistência Social, mas, de fato, a situação de pobreza, a situação de abandono, de falta de renda, colocava essa população em uma situação de vulnerabilidade e de risco muito grande, portanto era um imperativo do governo superar a situação de miséria e essa foi a grande determinação do nosso governo. Então eu queria mostrar para vocês o que era a extrema pobreza no Brasil antes do Bolsa Família. Esse gráfico aqui em vermelho é o gráfico da situação da extrema pobreza no Brasil antes do Bolsa Família. O que significa? Vocês olharem aqui essa linha debaixo, é uma linha por faixa etária, quem tem zero anos, quem tem cinco anos, quem tem 10, quem tem 15, quem tem 20, e o que a gente observa? Que a população com mais de 70 anos de idade, ela tem um percentual dela em extrema pobreza pequeno, era em torno de 2%, por quê? Porque o Brasil felizmente já tinha conseguido construir uma rede de proteção para os nossos idosos, seja com aposentadoria contributiva, seja com aposentadoria rural, seja com nosso BPC, portanto era pequena a parcela dos idosos no Brasil em situação de extrema pobreza. Já a situação das nossas crianças e jovens era dramática, a gente tinha em torno de 14%

dos nossos jovens, crianças e jovens, em situação de extrema pobreza, portanto a maior desigualdade, a maior face trágica da iniquidade no Brasil era a diferença da extrema pobreza, a concentração da extrema pobreza entre crianças e jovens. No Bolsa Família ainda na sua versão original, quando ele é implementado, a gente verifica uma redução da extrema pobreza no Brasil que chega a 36%, isso no Bolsa Família na sua versão original. Quando a gente alterou o Bolsa Família e criou o Brasil Sem Miséria, está aqui o nosso Secretário Thiago Falcão, está aqui o nosso Secretário Luiz Henrique Paiva, coordena o Bolsa Família, e o Thiago que coordena o Brasil Sem Miséria, quando a gente alterou o Bolsa Família e ele passou a variar de acordo com a extrema pobreza, quer dizer, o Bolsa Família é maior para quem é mais pobre, nós chegamos em uma redução da extrema pobreza no Brasil de 89%. Essa é a nossa maior vitória e é uma vitória construída através da mão dos nossos trabalhadores da rede socioassistencial que garantiu o Cadastro Único, que garantiu a inclusão de 50 milhões de pessoas dentro do Bolsa Família e com o Bolsa Família 36 milhões de pessoas se mantém acima da linha de extrema pobreza. Eu podia dizer diferente, se o Bolsa Família terminar 36 milhões de pessoas hoje voltam a situação de extrema pobreza, mas isso nem nós, nem os senhores vão permitir que aconteça. Quem está em extrema pobreza no Brasil hoje? É aquela faixa azul, são aqueles que ainda não estão no Cadastro Único, aqueles que ainda não foram encontrados pela nossa busca ativa. Nós estamos buscando essas pessoas e puxamos para a responsabilidade do estado e para isso construímos um aumento no IGD, para isso construímos as nossas equipes volantes, para isso construímos uma agenda nova de um equipamento novo, que são as nossas lanchas, e para isso nós estamos fazendo todo um trabalho com os senhores para garantir que o Bolsa Família seja um direito. O que vai garantir o direito do Bolsa Família, que já é lei, é ele chegar a todas as pessoas, população que ainda está fora do Bolsa Família, tem gente que é tão alheio a seus direitos que sequer sabe que tem direito a esse direito, e é esse o nosso esforço, levar o Bolsa Família para todo mundo e isso vai ser conseguido como? Com um trabalho coletivo de todos nós. O Anderson comentava comigo agora mesmo que se juntou a população de rua em São Paulo para garantir que aqueles moradores em situação de rua, que ainda estavam sem o Bolsa Família, fossem incluídos e com isso nós conseguimos uma vitória importante, que vai ser anunciada nessa quinta-feira, na missa com os catadores e a população de rua em São Paulo mostrando que esse esforço é um esforço que vale a pena. Então o Bolsa Família é essa conquista maravilhosa desses 10 anos. Nós estamos comemorando 10 anos do Bolsa Família, eu queria me alongar um pouquinho, já que é a única oportunidade que vou ter para falar nessa Conferência, para falar rapidamente para os senhores de algumas coisas que nós conquistamos nesses 10 anos. Nós publicamos esse livro, 10 Anos do Bolsa Família, ele está disponível na internet para os senhores, e esse livro enfrentou todos os mitos do Bolsa Família. São 500 páginas, 66 pesquisadores, não tem quadro político escrevendo aqui, quem escreveu aqui é técnico, é pesquisador, é cientista, provando que se dizia, como disse o Anderson, que a população que recebe o Bolsa Família não ia querer trabalhar, não é verdade, a população recebe o Bolsa Família e o Bolsa Família é complementar, 75% do público do Bolsa Família adulto trabalha. Melhor dizendo, metade do povo do Bolsa Família não trabalha, não trabalha por quê? São jovens com menos de 16 anos de idade, não trabalham e não tem que trabalhar, e nós estamos tentando tirar aqueles que ainda trabalham da situação de trabalho. Dos adultos que ainda trabalham, dos adultos, 75% trabalham, aqueles que não trabalham são provavelmente os cônjuges que cuidam das crianças pequenas até porque nós estamos em um esforço grande de expandir a nossa rede de creches, de atendimento educação infantil, agora é direito também das mães pobres, que queiram ficar com as suas crianças, ficar em casa com as crianças, porque deixar essas crianças às vezes trancadas em caixa é deixá-las em situação de vulnerabilidade e isso nós também não queremos. Dizia também que com o Bolsa Família a população ia começar a ter mais filho, nós, que trabalhamos com a população pobre, sabemos que isso é um discurso preconceituoso, a população pobre não só não quer favor, quer oportunidade, como não vai ter um comportamento oportunista de ter filho para poder receber mais Bolsa Família, só quem não conhece a população para sair dizendo uma coisa dessa, mas agora está provado, está provado que não é verdade e está provado também que a população gasta bem o dinheiro do Bolsa Família. Depois eu vou mostrar um número para os senhores, mas eu queria rapidamente mostrar para os senhores os três grandes objetivos do Bolsa Família, que também estão aqui nesse livro, e mostrar os nossos principais resultados, que para nós, que trabalhamos com a rede pública de educação, de saúde e Assistência, são os grandes resultados que nos interessam, aquilo que movimentou todos nós a construir esse que é hoje o maior programa de transferência de renda com condicionalidades do mundo. Nós ganhamos o mesmo passado um prêmio, não um prêmio concedido por uma pequena entidade, é uma entidade ligada as Nações Unidas que congrega 360 órgãos da seguridade social no mundo todo, 166 países que decidiram dar por unanimidade, pela primeira vez, um Prêmio de Seguridade Social, um desempenho extraordinário em seguridade social, e deram ao Brasil graças a esse trabalho. Esse prêmio não é só do MDS, esse prêmio é de vocês também. Parabéns a todos nós. Então eu queria mostrar rapidamente para vocês os três principais objetivos do Bolsa e aquilo que nós conquistamos nesses 10 anos de trabalho. O primeiro eu já mostrei, que foi o alívio a pobreza e a fome, mostrando a redução de 89% da extrema pobreza no Brasil. O segundo, que eu vou mostrar, era o nosso grande objetivo que era incluir as crianças que estavam fora da escola na educação e reduzir o abandono escolar, porque eram as crianças mais pobres as que não chegavam a sala de aula e quando chegavam eram as primeiras a abandonar. E o terceiro grande objetivo que era dar acesso e cobertura de saúde aos beneficiários, principalmente as crianças e as gestantes. Então o primeiro eu já mostrei, que foi o alívio a pobreza, a fome e o acesso, depois eu vou falar um pouco do acesso a rede e a referência, contrarreferência, mas a conquista que nós tivemos é que com o Bolsa Família nós conseguimos tirar 22 milhões de pessoas da extrema pobreza e conseguimos manter 36 milhões de pessoas com renda acima dos R\$ 70,00. Agora eu vou falar um pouco, rapidamente, da saúde. A saúde das nossas crianças e a saúde dos brasileiros com o Bolsa Família melhorou muito, melhorou por quê? Primeiro, as gestantes que estão no Bolsa Família vão 50% a mais fazer consulta pré-natal do que as gestantes em mesma situação de renda que não está no Bolsa Família. Com isso nós conseguimos reduzir em 14% as crianças que nasciam prematuras e com isso com um risco muito maior, mas nós conseguimos que essas crianças hoje nasçam mais pesadas e maiores. Quem quiser comprovar os dados estão aqui nesse livro também mostrando essa vitória que é ter essas crianças com melhor condição no primeiro ano de vida. Essas crianças

também são vacinadas, 99,1% das crianças do Bolsa Família são vacinada, essas crianças têm que semestralmente ir no posto de saúde, são pesadas, são medidas e são vacinadas, e com isso tem gente que acha que a gente não acompanha as crianças. Vocês que estão lá na ponta sabem disso, essas crianças são as únicas crianças que se não aparecerem no posto de saúde nós vamos atrás, essas crianças são acompanhadas semestralmente por milhares de profissionais, não só da rede de Assistência Social, mas dos nossos agentes comunitários de saúde, do médico de Saúde da Família, dos nossos postos de saúde. Essa é uma vitória da integração dessas duas redes. Parabéns para vocês. E qual é o resultado desse trabalho maravilhoso? É difícil imaginar, os resultados são muitos, mas esse é um dos resultados que mais me emocionam, é mostrar que graças a esse casamento do médico de Saúde da Família, do Programa de Saúde de Família com o Bolsa Família nós conseguimos reduzir em 46% a mortalidade infantil por diarreia. Conseguimos reduzir em 58% as crianças que morriam no Brasil por desnutrição. Essas são as duas principais causas de mortalidade infantil por doenças que a gente chama de doença da pobreza. É difícil imaginar um ganho maior para esse país do que ter evitado a morte dessas milhares de crianças e isso nós evitamos trabalhando junto com a rede de saúde. Essa é uma vitória do Bolsa Família e de quem veio construindo esse programa nesses 10 anos. Queria mostrar para vocês um dado agora, que é um dado que vai mudar a realidade do Brasil, essas crianças são as que graças a esse trabalho não morreram. Eu queria mostrar outro resultado, que não tem a ver com a morte das crianças e desnutrição, a desnutrição aguda leva as crianças a uma situação dramática de não ter peso e muitas vezes a morte, mas tem uma desnutrição que é a desnutrição crônica. Essa criança que fica sem comer durante os seus principais anos de crescimento, que são os cinco primeiros anos de vida, essa criança acaba tendo o que a gente chama de déficit de altura. O déficit de altura é o revelador de que essa criança não se alimentou bem ao longo desses cinco primeiros anos de vida. O problema que essa criança tem déficit de altura não é só porque ela cresceu menos, o coraçõzinho dela também cresceu menos, o pulmõzinho cresceu menos, os ossos cresceram menos e o cérebro dessa criança também cresceu muito abaixo do que poderia ser essa potencialidade. Nós estamos conseguindo reduzir o déficit de altura das crianças brasileiras e, portanto, esses adultos vão ser adultos completamente diferentes desenvolvendo todo o seu potencial e essa é uma vitória da condicionalidade em saúde do Bolsa Família. Agora passando para a educação. A educação das nossas crianças também melhorou muito. O que a gente queria? A gente queria que as nossas crianças estivessem em sala de aula, hoje quando a gente olha 10 anos depois, e esses dados também estão aqui no livro, a gente vê o seguinte, que as crianças do Bolsa Família têm maior frequência e estão mais em sala de aula do que as crianças que não são do Bolsa Família, então vamos aos dados: em amarelinho são as crianças do Bolsa Família, que é o quê? As crianças que não abandonaram a escola, em todo ciclo escolar, na primeira fase do ensino fundamental, na segunda fase e no ensino médio nós vemos o quê? As crianças do Bolsa Família abandonam menos a escola do que as outras crianças e isso é uma vitória. O que a gente queria quando a gente criou o Bolsa Família? Que elas chegassem no mesmo nível das outras. O que nós estamos colhendo 10 anos depois? Elas estão melhores que as outras crianças, por quê? Porque elas estão mais em sala de aula, porque a gente mensalmente olha a frequência escolar dessas crianças, porque a gente bimestralmente junto com 31 mil servidores da rede de educação nós alimentamos um sistema da rede de educação dizendo: essa criança está em sala de aula e nós exigimos frequência escolar de 85% para essas crianças do Brasil. Esse assunto foi controverso por um bom tempo, hoje olhando esses resultados eu acho que nós acertamos em exigir frequência escolar acima dos 75%, aliás, eu acho que a gente deveria exigir agora 85% para o conjunto das crianças no Brasil, por quê? Porque não só essas crianças têm uma frequência muito melhor, ou seja, elas não abandonam a escola, elas continuam e elas perseveram, são crianças que muitas vezes repetindo de ano são resistentes, não abandonam a escola e olhem, para a nossa surpresa, o resultado. São 16 milhões de crianças que nós cuidamos, tem gente que acha que tem criança do Bolsa Família fora de sala de aula, não é verdade, às vezes a gente não tem naquele mês o nome da criança, por quê? Porque a família mudou de bairro, mudou de cidade e mudou de escola, não é porque nós acompanhamos a criança não, porque são as únicas crianças no Brasil que são acompanhadas bimestralmente, são as crianças do Bolsa Família e esse trabalho também é um trabalho de integração com a nossa rede de educação organizando aí o que é o grande tripé que monta o Bolsa Família no Brasil, que a rede de Assistência está fazendo um trabalho único renovando o Cadastro Único, fazendo referência e contrarreferência, indo atrás dessas crianças quando abandonam a escola e é nossa rede de educação e a nossa rede de saúde. Agora vejam o que é o desempenho escolar dessas crianças, primeiro, eu acho que a grande surpresa e a grande vitória, essas crianças chegaram no mesmo patamar das outras crianças no Brasil, então você vê uma pequena diferençazinha, por quê? Porque lá no primeiro ciclo do ensino médio essas crianças não estiveram na creche, não estiveram na educação infantil, vão estar daqui um tempo, então elas entram um pouquinho pior, mas elas já estão no mesmo nível de desempenho, ou seja, 85% das nossas crianças são aprovadas na rede regular de ensino. Isso aqui não é pesquisa estatística, isso aqui é censo escolar. Olhando aluno por aluno nós vemos o quê? Que as nossas crianças, 85% das nossas crianças tem um desempenho e passam de ano. Agora olhem a grande surpresa e a grande vitória, quando a gente chega no ensino médio, que é o grande problema hoje no Brasil, que é onde existe o maior abandono escolar, vocês que trabalham com a juventude sabem disso, a partir dos 13 anos de idade o jovem começa a abandonar a escola, acaba indo para o trabalho, acaba indo para situação de rua, de marginalidade, acaba sendo mais vulnerável, mais exposto a violência, o jovem do Bolsa Família tem um desempenho escolar acima dos jovens, da média dos jovens do Brasil. Essa vitória é uma vitória do Bolsa Família, é a primeira vez que nós temos no Brasil um indicador entre os pobres que é melhor do que o indicador na média no Brasil. Isso eu acho que ninguém imaginava que a gente ia conseguir conquistar e nós conquistamos. Agora eu queria mostrar um dado que surpreendeu a todos, que é o seguinte, o Bolsa Família não só é bom para quem é beneficiário, para quem é usuário do Sistema de Assistência Social, mas o Bolsa Família também garante hoje que o Brasil todo esteja melhor. Então mostrando aqui o nosso último dado, que é o impacto do Bolsa Família na economia. Cada R\$ 1,00 que a gente gasta no Bolsa Família, como a família gasta o dinheiro? Compra macarrão, compra comida, compra roupa, compra sapato, compra o material escolar, o que acontece? Esse dinheiro gira. Cada R\$ 1,00 que a gente gasta com o Bolsa Família volta para o PIB Nacional R\$ 1,78, portanto nós podemos falar com todo orgulho que o Bolsa

Família é investimento sim e é bom para a economia brasileira, ajuda o Brasil a ser mais dinâmico, ajuda as pequenas cidades a melhorar também, o comércio, o serviço e assim por diante. E aí nós podemos dizer o quê? Que o Bolsa Família faz tanto pelo Brasil que todo brasileiro acaba sendo beneficiado por ele. Agora para nós não basta somente renda, superar a desigualdade do ponto de vista da renda é fundamental e é estratégico e foi esse o esforço que nós fizemos. Agora tirando essas pessoas da pobreza nós temos que continuar, porque pobreza não é só uma questão de renda, é também falta de assistência, é falta de acolhimento, é falta de acesso ao trabalho, é falta de acesso ao conjunto de oportunidades de moradia, de esgoto, de educação e de saúde. Portanto a nossa frase que comemorou a saída de 22 milhões de brasileiros da extrema pobreza é: o fim da miséria é só um começo. É só um começo, por quê? Porque nós queremos continuar trabalhando e para isso é estratégica a nossa rede de Assistência Social. O grande mapa da pobreza no Brasil é o Cadastro Único, que é organizado pela nossa rede de Assistência Social. O Cadastro Único, ele consegue ser forte hoje graças ao Bolsa Família, mas ele se fortalece cada vez mais, por quê? Porque através do Bolsa Família que as famílias têm acesso a toda a rede de Assistência Social, dos Serviços de Proteção Básica e Especial do SUAS, é que tem acesso ao PRONATEC, que tem acesso a tarifa social de energia elétrica, que tem acesso a Minha Casa Minha Vida, que tem acesso a cisternas, que tem acesso a um conjunto de políticas públicas que hoje chega a população pobre, por quê? Porque nós sabemos onde essa população pobre está através do Cadastro Único que é construído pela rede de Assistência Social. Portanto nós conseguimos construir uma coisa que muitos de nós, militantes da área social, talvez na década de 90 nunca imaginamos que íamos construir, que hoje a rede de Assistência Social não só está no centro, não se pensa em construir política social hoje no Brasil sem chamar a rede de Assistência Social para estar junto. Nós estamos no centro da construção e de levar acesso a serviços públicos em todas as áreas garantindo bem estar para a população. Eu acho que talvez a maior revelação de como hoje a rede de Assistência mudou, como hoje o SUAS é uma realidade em todo o Brasil, é que antes o discurso era: “Ah, porque a gente não é valorizado, porque a área de Assistência sempre é a última a ser chamada para as coisas, sempre é um Secretário mais desqualificado, o último cargo a ser ocupado é esse da Assistência, ninguém está disputando cargo de Secretário, não é valorizado, não é reconhecido, ai, ai, ai, ui, ui, ui.” E hoje o nosso discurso é: nós somos chamado para tudo, falta gente, nós precisamos de mais condições, nós queremos participar sim, mas nós queremos condições, ou seja, hoje a rede de Assistência Social de todo o Brasil está no centro das políticas e, portanto, é a responsável não só por construir o SUAS, mas é responsável por construir um Brasil sem miséria e para construir um Brasil para todos os brasileiros. Bom trabalho para vocês e bom trabalho para todos nós e viva a Conferência Nacional de Assistência Social.

A cerimônia de abertura foi encerrada com o compromisso da Ministra Tereza Campello em assinar a mesa de negociação dos trabalhadores do SUAS.

3.2 - Premiação do Mérito CNAS

O ato de lançamento e premiação do Mérito CNAS tem como objetivos dar visibilidade as práticas no campo do controle social do SUAS; disseminar processos organizativos que contribuam para ampliar e qualificar a participação da população na formulação, gestão e controle social da Política de Assistência Social; reconhecer e divulgar iniciativas e experiências no campo da democracia participativa e representativa; e gerar força institucional ao controle social no âmbito da gestão do sistema.

Neste ato a Presidente do CNAS, Luziele Tapajós fez a assinatura da Resolução CNAS no. 36 de 16/12/2013 (anexo 7), que institui o Mérito CNAS no âmbito das Conferências Nacionais de Assistência Social.

A mesa da premiação foi composta pelos (as) conselheiros (as) Luziele Tapajós, Presidente do CNAS; Leila Pizzato, Vice-Presidente do CNAS; e os componentes da Comissão de Seleção do Prêmio: Conselheiro José Crus, Conselheira Doris Margareth de Jesus, Conselheiro Ademar Bertucci e Conselheira Marisa Rodrigues.

O Mérito CNAS, 1ª Edição, nessa IX Conferência faz uma homenagem a Professora Doutora Egli Muniz. Egli Muniz graduou-se em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino, com Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, e Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com foco na gestão da Política de Assistência Social. Foi Secretária Municipal de Assistência Social na Prefeitura Municipal de Bauru e atuou como Consultora da Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS para formulação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e na Gestão do Trabalho em Educação Permanente do SUAS. Egli Muniz contribuiu significativamente para o fortalecimento do SUAS e atuou de forma democrática e participativa buscando avanços ainda mais consistentes no campo dos direitos sociais, em especial aos direitos socioassistenciais. Esta foi sua luta e esse é o caminho que sempre trilhou, construindo momentos de debate, reflexões e trocas, atendendo aos princípios técnicos, éticos e políticos. Egli Muniz faleceu em 24 de junho de 2012 em decorrência de um aneurisma cerebral. As filhas da Professora Egli Muniz receberam das mãos da Vice-Presidente do CNAS, Leila Pizzato, a estatueta do Mérito CNAS, Prêmio Egli Muniz. Nesta IX Conferência Nacional de Assistência Social o reconhecimento Mérito CNAS, Prêmio Egli Muniz, escolheu cinco atuações relevantes e de interesse público para a Política de Assistência Social, de Conselhos de Assistência Social, Movimento dos Usuários e Usuárias do SUAS, instituições e/ou representantes do Poder Legislativo e Judiciário que refletem práticas democráticas e participativas capazes de produzirem resultados efetivos da atuação do controle social nos três níveis de governo e ainda de gerarem importantes implicações para a vida dos usuários da Assistência Social, contribuindo para o seu protagonismo nesta política e em sua vida cotidiana. Nesta primeira edição o CNAS premiou cinco categorias. Categoria CEAS, Conselho Estadual de Assistência Social com os seguintes critérios estabelecidos: instituição formal da Comissão em Regimento Interno; Plano de Ação qualificado; e demonstração de realização continuada de inicia-

tivas e ações permanentes de apoio aos Conselhos Municipais. Nesta categoria o Prêmio Egli Muniz foi para o Conselho Estadual de Assistência Social do Ceará aqui representado pela sua Presidenta, Sra. Silvana de Matos Brito Simões, que recebeu a estatueta das mãos da Presidenta do CNAS, Luziele Tapajós. Categoria Conselho Municipal de Assistência Social considerou-se os seguintes critérios: caráter deliberativo; composição paritária entre governo e sociedade civil; participação dos três segmentos da sociedade civil; realização de reuniões regulares; Regimento Interno; acompanhamento das deliberações das Conferências; alternância entre sociedade civil e governo na presidência; estrutura necessária para realização de suas atividades; Regimento Interno atualizado; inovações identificadas no Regimento Interno a partir da aprovação da Lei nº 12.435/2011. Nesta categoria o Prêmio Egli Muniz foi para o Conselho Municipal de Assistência Social de Santos, São Paulo, representado pelo seu Presidente Sr. Leandro Lapetina Freire, que recebeu a estatueta das mãos da Conselheira do CNAS Doris Margareth de Jesus. A Categoria Usuários e Usuárias do SUAS. Para esta categoria o CNAS estabeleceu os seguintes critérios: prestar serviços de relevância pública para o fortalecimento do SUAS; propor pautas em defesa dos direitos socioassistenciais; atuar em Comissões, Conselhos e Conferências; potencializar a participação dos usuários e usuárias nas unidades do SUAS e nos Conselhos; representar todos os segmentos, crianças, adolescentes, jovens, idosos e toda diversidade; e recorte de exclusão social. Nesta edição o CNAS premiou o Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Esse movimento emerge na sociedade na luta para enfrentar os riscos que vivenciam as pessoas em situação de rua, e mais, repudiar o preconceito, a discriminação e as violações dos direitos humanos. Surgiu para reivindicar políticas públicas que atendam as necessidades e a dignidade humana. Nessa categoria o Prêmio Egli Muniz foi para o Movimento Nacional da População de Rua, e o Sr. Anderson Miranda recebeu a estatueta das mãos do Conselheiro do CNAS Ademar Bertucci. A Categoria Lei estadual de regulamentação do SUAS. Para esta categoria o CNAS, como instância máxima de deliberação da Política Pública de Assistência Social, vem acompanhando as alterações importantes nas legislações dos entes federativos advindas da grande conquista da área. A Lei nº 12.735/2011, que agrega todos os avanços da implantação do SUAS no nosso país nestes oito anos. O Mérito CNAS, 1ª Edição, premiou o Parlamentar da Assembleia Legislativa que envidou esforços com agilidade e competência no reconhecimento da Política Pública de Assistência Social e na aprovação da Lei do SUAS com base nos seguintes critérios: primeira Assembleia Legislativa que aprovou a Lei do SUAS Estadual visando traduzir em Lei Estadual as conquistas advindas da Lei 12.435/2011; que organiza e coordena debates no âmbito do estado visando ampliar as discussões, mobilizações e disseminação da Lei do SUAS e suas respectivas normativas; que tenha instituído a Frente Parlamentar em defesa da Assistência Social; e que tenha instituído a Comissão de Participação Popular. Nesta categoria o Prêmio Egli Muniz foi para a Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais, aqui representado pelo Deputado Estadual André Quintão, autor da Lei do SUAS, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social e Presidente da Comissão de Participação Popular, quem recebeu a estatueta das mãos do Conselheiro do CNAS José Crus. Finalizando as categorias do prêmio o Sistema de Justiça. Esta categoria Sistema de Justiça para o CNAS é de grande relevância, tendo em vista a articulação entre os sistemas de defesa e garantia dos direitos sociais, em especial aos direitos socioassistenciais. Nesta edição o CNAS prima pela constante parceria entre o Sistema de Justiça e a gestão da Assistência Social, de forma a contribuir com a integralidade da proteção socioassistencial aos usuários do SUAS, na perspectiva da garantia dos direitos socioassistenciais de forma articulada e colaborativa. Nesta categoria o Prêmio Egli Muniz foi entregue ao Sr. Leonardo Dantas Nagashima, Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte, reconhecendo também a pessoa do Promotor Dr. Sasha Alves do Amaral, que foi o seu precursor neste trabalho, porém Dr. Leonardo não pôde comparecer nesta cerimônia. A Sra. Marisa Rodrigues recebeu o prêmio e ficou responsável por fazer chegar as mãos do Dr. Leonardo Dantas Nagashima.

4. Homenagem a Professora Neiri Bruno Chiacho

SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora titular do Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança e Assistência Social e do Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais. Foi Secretária da Assistência Social da cidade de São Paulo.

Agradece a decisão do CNAS de iniciar os trabalhos da Conferência homenageando à Neiri Bruno Chiachio, amiga, companheira e militante de luta da Política de Assistência Social e da trajetória do SUAS no país, que deixou como exemplo de sua dedicação a Resolução 109, que trata sobre a Tipologia dos Serviços Socioassistenciais. Neiri Bruno esteve sempre à frente como trabalhadora, militante, lutadora pela justiça social e os direitos socioassistenciais, no âmbito dos direitos sociais e humanos. Faz menção à presença na conferência de múltiplas companheiras: Carmelita Yazbek, sua orientadora de mestrado e doutorado, uma equipe que compõe o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Segurança e Assistência Social da PUC: Abigail Torres; Vânia Neri; Maria do Rosário Sales Gomes; bem como Rosângela Paz, do Núcleo de Movimentos Sociais e que junto à Neiri e à Maria do Rosário desenvolveram uma análise do trabalho de entidades sociais. Também á sua grande amiga, Márcia Pinheiro e todas às entidades representativas, CFESS, CREAS, nas quais Neiri militou pela categoria dos assistentes sociais, exemplificada na construção da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo, junto a Luiza Erundina, algumas décadas atrás. Agradece à Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Sra Luziele Tapajós por partilhar a presença da Neiri e homenagear sua inspiração, relação, e atitude como amiga, companheira e parceira de reflexões. (Apresentação de vídeo).

5. Painel Avaliação Nacional do SUAS

Integrantes da Mesa

Sra. Denise Colin - Secretária Nacional de Assistência Social. Assistente Social, Mestre e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Coordenadora da Comissão Intergestores Tripartite/CIT.

Sra. Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, Luziele Tapajós. Representante no CNAS do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS, Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi Secretária de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Sra. Coordenadora do Comitê Acadêmico da IX Conferência, Márcia Lopes, Assistente Social e Professora da Universidade Estadual de Londrina. Foi Ministra do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretária-Executiva do MDS e Secretária Nacional de Assistência Social.

Sra. Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Leila Pizzato, Coordenadora da mesa.

A coordenadora da mesa e Vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social Sra. Leila Pizzato apresenta os integrantes da mesa, a dinâmica e objeto da plenária: avaliação dos avanços e desafios da gestão e do financiamento da Política de Assistência Social, sob a ótica da gestão e do controle social, com base nos registros das Conferências Estaduais e na análise das deliberações anteriores feitas pelo Conselho Nacional de Assistência Social e Secretaria Nacional de Assistência Social.

Sra. Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social, Luziele Tapajós

Destaca o diferencial que caracterizou todo o processo de trabalho dos três entes da federação e que culminou na IX Conferência Nacional: o ato de conferir a situação do SUAS em todo o país por meio do monitoramento das deliberações das Conferências de Assistência Social desde a Conferência de 2005 até 2011 e de implantar na IX Conferência Nacional de 2013, o lugar do monitoramento sistemático das deliberações emanadas nas Conferências de Assistência Social.

Destaca como metodologia do CNAS a criação de um Grupo de Trabalho de Monitoramento das Deliberações, que analisou todas as deliberações desde 95 e priorizou a avaliação das deliberações a partir de 2005. O total das 307 deliberações foram divididas nos 6 eixos: Cofinanciamento obrigatório da Assistência Social; Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, Processo de Planejamento, Monitoramento e Avaliação; Gestão do Trabalho; Gestão de Serviços, Projetos e Programas Socioassistenciais; Gestão de Benefícios e Transferências de Renda no Âmbito do SUAS e a Regionalização.

De forma geral destaca:

- Grande parte das deliberações objeto da análise demonstrou ser de natureza permanente, ou seja, deliberações de Conferências que não têm tempo para prescrever, como por exemplo, financiar a Política de Assistência Social.
- Existem também deliberações que possuem um claro caráter pontual, tendo um ponto de definição a partir de sua consecução. Entretanto isso não significa que não seja necessário o ato de monitorar e avaliar.
- Há um expressivo número de deliberações que possui caráter intersetorial e apenas se estabelecem por meio de parcerias, nem sempre disponíveis ou factíveis. Exemplos são as deliberações que envolvem ações para, entre e com Ministérios, entre e com outros órgãos ou mesmo entidades da sociedade civil. Inclusive algumas deliberações, por exemplo, não eram factíveis do ponto de vista legal ou partiam de um pressuposto de inconstitucionalidade, ou deliberavam para outro órgão, como o Ministério da Educação ou o Ministério da Saúde;
- O caráter nacional de uma deliberação diz respeito ao desenvolvimento da questão apresentada para as três esferas de governos e o caráter federal diz respeito ao desenvolvimento da questão a ser executada pelo Governo Federal. Muitas vezes, essas imprecisões dificultam perceber a real situação de uma dada deliberação.

Com relação ao eixo, **Cofinanciamento obrigatório da Assistência Social**, constam 70 deliberações o que significa 23% do total de deliberações a partir de 2005. Impressiona que quase 60% de deliberações estavam repetidas ano a ano, o que reforça a importância do ato de monitoramento e planejamento por parte dos Conselhos de Assistência Social. O eixo cofinanciamento foi dividido em: custos de serviços, custos dos serviços socioassistenciais, controle social do financiamento, financiamento e cofinanciamento, Fundo de Assistência Social, ciclo orçamentário, normatização e índices do SUAS. Os destaques com relação ao eixo:

- Um dos grandes desafios colocados é a definição dos custos dos serviços socioassistenciais, considerando a dimensão de Brasil, a dimensão de estado, a dimensão do município e a dimensão do território.
- Grande parte das deliberações trata exatamente da garantia legal de recursos vinculados ao orçamento para a Assistência Social, bloco que aparece com muita tenacidade desde 2005 até 2013.
- Outro desafio consiste na participação do financiamento pelos governos estaduais. Todas as Conferências em vários eixos, em vários subtemas, informam ou a ausência, pequenez, impropriedade, ou ainda a inexistência de repasses fundo a fundo entre estados e municípios.

- A questão do ordenador de despesa dos Fundos ainda é um problema, porque ainda não estão totalmente consignados, conforme estabelece a lei, ou, porque o município possui Fundo, mas a totalidade dos recursos municipais de Assistência Social não está alocada nele. Os dados do Censo SUAS/2012 reafirmam esta questão. Nesse sentido destaca a análise do Comitê Acadêmico que aponta a necessidade de superar radicalmente a existência de fundos paralelos, que não fazem efetivos recursos para a Assistência Social, pois estão baseados na lógica de política de governo e não de política efetivamente de estado. Faz menção a presença reiterada de deliberações sobre a instituição imediata do repasse fundo a fundo em relação ao nível estadual e municipal.

- O ciclo orçamentário é um desafio que requer atenção, pois é necessário consignar os recursos destinados à assistência social no interior dos Planos Plurianuais, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, etc. Não adianta o recurso existir e ele não estar consignado no Plano Plurianual. O desconhecimento do ciclo orçamentário não favorece que Conselhos de Assistência Social façam algum tipo de indicação nesse sentido.

Com relação ao eixo, **Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, Processo de Planejamento, Monitoramento e Avaliação**, constam 28% das deliberações, ou seja a maior parte. O eixo foi dividido em: vigilância socioassistencial; monitoramento, avaliação e informação; gestão compartilhada; intersetorialidade com outras políticas; e garantia da efetivação dos direitos socioassistenciais aos usuários do SUAS. Os destaques com relação ao eixo:

- A maior parte das deliberações aponta a necessidade da implantação de sistemas de informação, na perspectiva de criar um campo de informação com produção de dados, bases de informação para a gestão e o controle social envolvendo monitoramento e avaliação. O CNAS como avalia como avanços a produção da informação e a compreensão de que a política precisa de conhecimento. Não é apenas uma questão do Governo Federal, estadual ou municipal. Cada CRAS, cada território, cada unidade, gera seus dados, sua informação e seu conhecimento e assim criam condições para contribuir com a efetiva implantação da política de assistência social.

- As deliberações indicam a necessidade do ente estadual ser proativo na gestão, apoiando e subsidiando os municípios nesse particular, pois não se faz política pública sem informação. É muito importante que trabalhadores, usuários, prestadores de serviços, possam se apropriar da informação para planejar o seu trabalho. Nenhum Conselho pode ou deve cobrar, discutir, analisar, ou solicitar ações do órgão gestor ou de órgãos públicos sem ter a informação muito bem definida em mãos.

- É necessário consolidar a apropriação dos processos e instrumentos de planejamento ao longo prazo para ter uma visão não de um governo, mas de política de estado. Os Encontros Nacionais de Monitoramento revelam a importância da gestão que aposta e cria momentos de capacitação para o monitoramento, a partir de vários sistemas de informação.

- Uma política pública que não se comunica não é política pública ou pelo menos não se coloca para o mundo como política pública.

O eixo, **Gestão do Trabalho**, foi dividido em capacitação e recursos humanos. Apesar das conquistas alcançadas (a NOB-RH, como exemplo) é necessário acompanhar a execução dessa conquista. Como é que está o desenvolvimento da NOB-RH, em todos os seus aspectos, nos diversos municípios? Quais são as iniciativas nos municípios e nos estados, com relação à execução da NOB-RH? A NOB-RH é significativa por afiançar a Política de Recursos Humanos, mas é preciso lutar para que isso aconteça. O Censo SUAS 2012, aponta que 18,5% das áreas administrativas de gestão do trabalho são constituídas de maneira formal nos municípios, 44,4% de maneira informal e 37% não são constituídas. Como tornar efetiva a NOB-RH se não há uma área administrativa formal nas secretarias? Nesse sentido, o Conselho Nacional coloca na sua análise a necessária e urgente adequação das estruturas organizacionais do órgão gestor, de acordo com as normativas e não desatrelada delas. De outro lado, destaca a relevância da Lei 12.435, no Artigo 6-E, que define recursos de cofinanciamento do SUAS, destinado à execução das ações continuadas, e que podem ser aplicadas no pagamento de profissionais. Existem nessa área muitas deliberações, de escopo fundamentalmente de órgãos gestores estaduais e municipais, que estão inseridas já na NOB 2012.

O eixo de **Gestão de Serviços** agrupa 20% do total das deliberações. Os destaques com relação ao eixo:

- Avanços com a Tipificação Nacional, com a elaboração da Política de Educação Permanente, na perspectiva do atendimento nos serviços.
- Desafio de estudar e definir os padrões e estratégias de atendimento em municípios de pequeno porte ou nas grandes cidades, visto que alguns casos a definição do quantitativo de famílias referenciadas a um CRAS ou CREAS é superior às condições de atendimento.

- Desafio de assegurar o caráter intersetorial do conjunto das ações relacionadas às políticas de educação, saúde, Assistência Social e segurança pública. O avanço na qualidade dos serviços indica para a necessidade pautar-se pela sua integralidade, superando as perspectivas segmentadoras na organização dos serviços e garantindo infraestrutura adequada.

- Garantia de maior publicização das ações da Assistência Social, pois muitos usuários não têm conhecimento dos direitos e serviços socioassistenciais.

O eixo **Gestão de Benefícios e Transferências de Renda no Âmbito do SUAS** foi dividido em: Programa Bolsa Família, Benefício Prestação Continuada, Benefícios Eventuais e gestão integrada de serviços e benefícios. Os destaques com relação ao eixo:

- Necessidade de assegurar a exclusão da renda oriunda do BPC no cálculo de renda familiar do Bolsa Família e de fortalecer a intersetorialidade para efetiva gestão das condicionalidades.

- Aumento do valor per capita do BPC, bem como da equiparação das regras do BPC para pessoas idosas e pessoas com deficiência.

O eixo, **Regionalização**, foi dividido em regionalização dos serviços do SUAS e seu financiamento; população urbana e rural; comunidades tradicionais e infraestrutura do estado para implementação do SUAS nos municípios.

Neste eixo existem muitos desafios e muito a construir no sentido de universalizar o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais. Conforme os dados do Censo SUAS 2012 existem atendimentos absolutamente diferenciados, na área rural e urbana, regionalmente e no interior dos estados. Ainda está pouco claro o tipo de regionalização que se pretende.

A análise do Comitê Acadêmico indica que existe um conhecimento das condições de vida das regiões do Brasil, mas que não se traduzem em bases de informações necessárias à formulação de políticas de recorte regional. Como vamos pensar a regionalização do SUAS nessa perspectiva? Existem muitos avanços e propostas nessa área, mas existem também muitas dificuldades. Sem nenhuma dúvida avançar na discussão é a tarefa dessa Conferência.

Sra. Secretaria Nacional de Assistência Social: Denise Ratmann Arruda Colin.

Demarca o ponto de referência da avaliação de uma política pública, que se inclui no Sistema de Proteção Social Brasileiro. Não é uma política sozinha e exclusiva que dará conta da conformação de uma sociedade livre, justa, igualitária e que enfrentará as desigualdades sociais, como está estabelecido na Constituição Federal. É uma política pública que precisa estar alinhada e aliada a um conjunto de outras políticas sociais e econômicas.

Trata-se de um conjunto de iniciativas públicas e estatais, de um Estado que assume as suas responsabilidades, que assume a implementação desse sistema de proteção, que regula a oferta de um conjunto de serviços e de benefícios, visando o enfrentamento das situações de risco e de privações sociais.

Dentro desta finalidade a Política de Assistência Social é reconhecida no tripé da seguridade social, como dever do estado e direito do cidadão, responsável por garantir os mínimos sociais. Mínimos não na perspectiva do estado mínimo reducionista, mas na perspectiva do atendimento às necessidades e demandas da população, através de um conjunto integrado de ações, serviços, programas, projetos e benefícios, conforme posto na Constituição, na Lei Orgânica e no conjunto das normativas.

Mas isto não é suficiente para que a aplicação e a execução na prática se deem exatamente nessa perspectiva, porque ao longo de todos esses anos, 25 de Constituição, 20 de LOAS, oito de SUAS, a construção se deu num espaço repleto de disputas políticas, de interesses distintos, de finalidades controversas, que orientam o patamar, o nível de civilidade ou não que pode ser adotar enquanto sociedade brasileira. E essa disputa, ocorre em diversos espaços, nos Conselhos, nos órgãos gestores, mas também nas escolas, nos nossos ambientes de trabalho. É a forma como a sociedade encara e entende determinados avanços e possibilidades de ampliação de inclusão e de acesso à grande camada da população brasileira. E a história da assistência social é muito perversa, data de uma sociedade escravocrata, patrimonialista, onde se misturava o que era público e o que era privado, sendo que os detentores do poder tinham direitos e a grande maioria da população não. É essa a lógica que contrapomos ao criar a perspectiva de garantia de direitos sociais e de proteção social para grande parcela da população brasileira.

É preciso estar alertas e atentos para os dois tipos de disputa e os dois tipos de projetos que comparecem e a cada momento. De um lado, um estado mínimo, que até pouco tempo atrás, até o início da década de 2000, privatizava todas as intervenções, um estado que atribuía à sociedade a responsabilidade de atender este público, que terceirizava as suas ações. E de outro, a perspectiva de estado social, um estado com participação, com controle, com inclusão. Uma ação pública com a presença forte do estado, mas sempre com a parceria da sociedade auxiliando na construção das respostas. Uma perspectiva que entende que o indivíduo se encontra em vulnerabilidade ou risco, porque a forma de desenvolvimento econômico da sociedade moderna capitalista concentra bens e riquezas, excluindo grande parcela da população.

O sistema único se filia ao estado social, responsável pela proteção universal e não focalizada exclusivamente para pobres. Um estado que garante um fundo público regular, automático, resultado das contribuições de cada um, seja pelos impostos, seja pelo fruto do resultado do seu trabalho. E não um estado que focaliza, que destina um financiamento descontinuado, fazendo as barganhas pela via dos convênios. Hoje as relações são públicas, democráticas, as pactuações são republicanas, feitas com critérios claros de partilha, com a presença de representações de estados e municípios e União na CIT, com a força de um Conselho Nacional para deliberar, com uma política profissionalizada, que supera a antiga atuação de voluntários e instituições.

Quando a política reconhece todos os atores na composição de uma efetiva rede de proteção social, através de um conjunto de serviços, programas e benefícios socioassistenciais rompe com a perspectiva das ofertas fragmentadas, segmentadas, focalizadas e localizadas para alguns municípios ou para alguns setores.

Há hoje um conjunto de normativas e de intenções sempre na segunda perspectiva, mas que também sofre pressões de diversas

ordens para voltar a ser o que era até pouco tempo atrás e, portanto, todos aqui resistimos e somos militantes da luta, mas lembrando que, desde a Constituição Federal até a instalação e efetivação do Sistema Único de Assistência Social há muitos avanços a despeito de todas essas disputas. O Benefício de Prestação Continuada é o maior ganho, representa o reconhecimento da necessidade de proteção social para o que o conjunto de pessoas idosas ou com deficiência, independentemente da sua contribuição previdenciária. Isto é um ato de civilidade que os países chamados de primeiro mundo já adotam há muito tempo e que é reconhecido na Constituição Federal.

Foi criado o Programa de Enfrentamento ao Trabalho Infantil, em 1996, foram implantados os Conselhos, Fundos e Planos Municipais, Estaduais, do Distrito Federal, Nacional de Assistência Social. Foram estabelecidas a Política Nacional de Assistência Social e a primeira Norma Operacional Básica dando um tom mais qualificado e normativo para a área. Alcançamos o que há de mais importante para dar legitimidade a uma política pública, que é o seu reconhecimento enquanto Sistema Único na Lei Orgânica de Assistência Social.

Foram constituídos todos os elementos necessários à consolidação da assistência social como política pública: ter uma lei que a institui; ter uma atribuição específica que a difere de outras políticas; ter uma organização (baseada num sistema descentralizado com comando único); ter financiamento continuado, público e com mecanismos de transferência de repasse e de definição destes critérios; possuir profissionalização da área e promover a participação e o controle social.

Foram muitas conquistas, mas ainda restam inúmeros desafios. Esse é o objetivo do balanço: identificar o que já está bom, manter na agenda o que precisa permanecer e apresentar propostas novas para aquilo que precisa ser aprimorado.

Entre os avanços, merece destaque: a inclusão do SUAS na LOAS; a ampliação de recursos financeiros, conforme apontado pela Ministra, 99% dos municípios brasileiros já têm cofinanciamento federal para os CRAS e para o conjunto de serviços que devem ser prestados neles e os que não têm, a oferta do financiamento já foi feita e o município está se adequando às normativas para poder recebê-lo. Também 96% dos municípios acima de 20 mil habitantes têm o cofinanciamento para a Proteção Especial. É necessário, entretanto, discutir como assegurar a cobertura do atendimento com qualidade para a população das cidades abaixo de 20 mil habitantes, que é a maioria dos municípios brasileiros. São cidades onde a incidência da demanda é menor, há dificuldades de gestão, mas a oferta tem que estar presente.

Houve ampliação, também, na rede de serviços: existem mais de 10 mil unidades públicas no país nos 5.570 municípios e mais de 590 mil trabalhadores, sejam nas entidades, sejam na gestão pública. Em muitos municípios os equipamentos públicos extrapolam inclusive o que estava previsto inicialmente na NOB/SUAS, mas ainda é preciso avançar na ampliação de equipes e equipamentos, para dar conta da demanda que está sendo posta para a Política de Assistência Social. Esse é um bom problema, porque permite brigar para ter mais profissionais, porque a população está procurando esta política pública e reconhece nela a sua acolhida e a sua proteção, que são finalidades da sua existência.

Também houve o reordenamento que permitiu quebrar com práticas históricas, de tutelas e de institucionalização. O desenho hoje é pela via dos atendimentos nos Serviços de Acolhimento dos Idosos, de Crianças e Adolescente, de Pessoa com Deficiência, de equipamentos de gestão integrada com a saúde, como é o caso dos Centros Dia e de vários programas nacionais articulados com as outras áreas.

As ofertas estão chegando mais próximas da população, como é o caso das comunidades e povos tradicionais que contam com equipes específicas que se deslocam até os locais, as chamadas Equipes Volantes. Hoje já são mais de 1.900 equipes em todo o país, com compromisso de ampliação, com o cofinanciamento garantido e continuado.

Houve a ampliação do BPC para quase quatro milhões de pessoas; do Bolsa Família para 36 milhões de famílias que saíram da situação de pobreza. A Gestão Integrada de Serviços e Benefícios foi uma grande conquista, priorizando os beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada como o público prioritário para atendimento no acompanhamento familiar. Foi feito um protocolo de gestão, que precisa ser revisto para incorporar outras políticas públicas, como a educação, como a saúde. A Assistência Social opera a quase totalidade do Cadastro Único e a gestão do Programa Bolsa Família assumindo uma das suas principais seguranças: a Segurança de Renda, através do BPC, do Programa Bolsa Família. Mas esses resultados não são tranquilos, continuam compondo um conjunto de disputas políticas e de disputas pelo fundo público para que as ações tenham cofinanciamento continuado.

Quais são os desafios?

O primeiro deles é um efetivo estudo do custo de cada um dos serviços e programas, para definir: um parâmetro de qualidade que respeite cada uma das especificidades regionais e locais; um custo diferenciado para cada serviço e para cada região; e o volume de recursos necessários e a participação efetiva de cada um dos entes federados. Um dos grandes desafios é ter estados, Distrito Federal e municípios cofinanciando estas ações. Para avançar nessa perspectiva foi realizada uma parceria com o CNPq e com o IPEA que formará um grupo de consultores para ajudar a começar a elaborar esses custos. No cofinanciamento, conforme a Presidente do CNAS, Luziele já

mencionou, é necessário superar os fundos paralelos, sejam de políticas setoriais ou de enfrentamento a pobreza.

Na Vigilância Socioassistencial avançou-se na constituição do sistema de informação Rede SUAS. A vigilância está implantada no âmbito federal, existem vários instrumentos que produzem análises e informações, como são os extratos do próprio Cadastro Único. No Brasil, 66% dos estados e 64% dos municípios implantaram a vigilância, mas estes setores devem conseguir interpretar o conjunto de dados e transformar estes dados em informações e estas informações em planejamento, aliado ao fortalecimento da intersectorialidade, não só com as demais políticas setoriais, mas nos Planos Nacionais, como o de Enfrentamento ao Crack, o Plano para Pessoa com Deficiência, o Plano de Atendimento Criança e Adolescente.

Na gestão do trabalho houve importantes avanços com as Resoluções, foram reconhecidas as categorias de nível superior e estamos em processo de discussão para o reconhecimento das categorias de ensino médio e de ensino fundamental.

Foi consolidado o Programa Nacional de Capacitação em parceria com todos os estados, com um conjunto de 101 entidades de ensino superior vinculadas à Rede Nacional de Capacitação e 67 mil trabalhadores sendo capacitados.

O desafio é a realização de concursos públicos pelos entes e a capacitação efetiva do quadro. Para isto há que se enfrentar o impedimento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal que coloca um teto de contratação de pessoal até 60%. É necessário discutir estratégias. Da mesma forma que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal reconhece como serviços essenciais todas as ações da Política de Saúde, de Educação e de Assistência Social é preciso também reconhecer o conjunto de trabalhadores que vão executar estas ações em um patamar indicado para cada uma delas. Sabemos o argumento do Ministério Público de que os municípios têm muitos cargos em comissão e, portanto, esse índice é ocupado com cargos terceirizados. Nesse sentido, não adianta mudar só a lei, porque a lei não garante que efetivamente seja feito concurso e a efetivação da contratação.

Apesar dos avanços da expansão de serviços e equipamentos da expansão, é necessário compatibilizar a oferta com a demanda, ter equipamentos e equipes suficientes em relação à necessidade de cobertura para os grandes municípios. Para tanto, é necessário mudar os critérios de partilha para os grandes municípios e metrópoles, ampliar as equipes volantes, e assegurar veículos para outras regiões do país.

Há que enfrentar a adequação da infraestrutura, dos equipamentos e da qualificação dos serviços que são prestados e a consolidação dos reordenamentos.

Na Transferência de Renda é necessário o fortalecimento e a alteração do protocolo de gestão integrada incluindo outras áreas: a inclusão, a garantia do efetivo atendimento das pessoas com deficiência e idosos que recebem o BPC e dos beneficiários do Bolsa Família nos Serviços de Acompanhamento Familiar. Já foi realizada uma alteração para o reconhecimento do conceito de condicionalidades para a Assistência Social. Nesse sentido, o descumprimento de condicionalidade não deve indicar uma punição e nem a suspensão do pagamento do benefício, isso já está na normativa do Ministério, o descumprimento de condicionalidade indica uma grave situação de vulnerabilidade ou risco e que, portanto, requer acompanhamento familiar e atuação concreta da equipe de Assistência Social.

Existe o desafio de implementar serviços regionais. Fizemos a primeira pactuação na CIT reconhecendo diferentes modelos para implantação dos serviços da Proteção Social Especial, àqueles que são executados diretamente por municípios e os que necessariamente têm que contar com a participação efetiva dos estados, dos entes estaduais, seja no cofinanciamento ou na execução direta.

É necessário fortalecer o cuidado com as especificidades de cada um dos povos e comunidades tradicionais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, extrativistas, população rural, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua. Os serviços têm que ter atenções diversificadas para atender as especificidades das demandas. Como também é fundamental trabalhar o fortalecimento com políticas transversais e com o Sistema de Justiça, incluindo o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, os Conselhos Tutelares, as Delegacias. É preciso estabelecer um protocolo de atuação conjunta, de responsabilidade e de fluxos de atendimento.

Por fim, não podemos jamais perder as esperanças e reconhecer sempre, como dizia Marx, que em toda existência humana os homens devem ter condições de viver para fazer a história. Assim, a potencialidade, capacidade e protagonismo dos usuários, trabalhadores, instituições e governos devem estar ao serviço do desenvolvimento desta condição. Devem perseguir o que consta na Constituição Federal: garantir proteção social, o acesso aos direitos e a superação das desigualdades locais e regionais.

Sra. Coordenadora do Comitê Acadêmico: Márcia Helena Carvalho Lopes.

As deliberações que estão sendo analisadas têm um significado, não só técnico, mas também político, porque são a expressão do que fomos capazes de construir, de avançar ou não, naquilo estamos fazendo desde muito antes da própria Constituição de 88, desde a década de 60 e 70, discutindo e pensando nas contradições do nosso país, pensando na responsabilidade política, ética que temos na transformação das nossas realidades locais e regionais para que, de fato, possamos alcançar um patamar civilizatório onde os direitos são de fato afiançados a toda a população brasileira.

As avaliações têm um significado político muito grande e o debate desde ontem mostra quais são as preocupações e reflexões centrais.

Para analisar a gestão e o financiamento, foram estabelecidos seis eixos temáticos para organizar os conteúdos e facilitar a participação e as reflexões. Somos aqui quase três mil delegados representando os 200 milhões de habitantes do país. Temos uma grande responsabilidade. Cada um traz a representação do contingente populacional, a representação de expectativas, desejos, compromissos e responsabilidades e também dos embates que temos em cada lugar desse país para fazer com que a concepção da Assistência Social, como política pública, como política de estado, seja, de fato, a que está na Constituição Brasileira, a que está na LOAS, na Política Nacional, no Plano SUAS 10, nos direitos socioassistenciais, na NOB, na NOB-RH, na tipificação, em todos os grandes documentos que já produzimos. Por isso é fundamental compreender, que temos uma grande tarefa pós Conferência, abrindo o debate dessas avaliações nas Comissões dos nossos Conselhos, em audiências públicas na Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa dos nossos estados, para discutir a agenda política em relação ao Sistema Único de Assistência Social.

Ao fazer as avaliações por meio dos eixos: financiamento, gestão do trabalho, gestão dos serviços, dos benefícios, regionalização, vigilância socioassistencial, muitas vezes há dificuldade de articular estes eixos com aquilo que é próprio da gestão local do município, da administração pública local, da administração pública estadual, da administração pública nacional. Ao discutir gestão do trabalho, condições de trabalho dos trabalhadores, o concurso público em contraposição à contratação por pregão eletrônico, é necessário sair do campo da Assistência Social e da gestão e fazer uma interlocução com a estrutura da administração pública do município, do estado e da União. É preciso fazer uma disputa quando as Câmaras debaterem os PPA, LDO e a LO.

Qualificar as deliberações pressupõe ter estratégia para pensar como enfrentar os desafios aqui já colocados, em relação a todos os eixos, fazendo o debate com a esfera da gestão, tanto da Assistência Social, como com as áreas de finanças, da contabilidade, da controladoria interna, do planejamento, porque esses eixos estão diretamente ligados à visão de estado, a visão de gestão, a visão que cada prefeito e prefeita, governador, governadora, presidência, têm do seu mandato, da sua administração. É preciso pensar como estamos, em que mandato estamos trabalhando, que tipo de posição política se tem, pois a implementação ou não das deliberações tem a ver com a visão política do gestor municipal, estadual, nacional. Se nós não estivéssemos no Ministério do Desenvolvimento Social, com Secretários Nacionais de Assistência Social com uma experiência de gestão, com uma visão política, com lealdade à construção do SUAS no Brasil, vocês acham que teríamos esse avanço? Não, não teríamos.

Isso vale para todas as esferas, para a esfera nacional, estadual e municipal. Se os prefeitos tiverem efetivamente compromisso com a Assistência Social, com o Sistema Único de Assistência Social, com aquilo que estamos deliberando, eles sem dúvida vão pensar muito para escolher o Secretário Municipal. Vocês sabem que temos uma luta antiga em relação às Primeiras Damas. As Primeiras Damas têm um papel político na gestão de articulação e apoio para que todas as políticas funcionem bem no município. Agora fazer gestão de Assistência Social é outra coisa, é preciso ter capacidade de leitura, de reflexão, de direção política, é necessário entender das habilidades, das necessidades, dos conteúdos de todos esses eixos que estamos discutindo aqui. Essa questão apareceu nas avaliações, como apareceu também a necessidade de cada ente assumir a sua responsabilidade e aqui aparece uma questão que sempre vai apontando para a necessidade de cada ente estadual assumir a proatividade da sua responsabilidade em cada estado do Brasil. Falar de regionalização, falar de sistema de vigilância, de sistema de capacitação, de sistema de informação, interpela a responsabilidade que cada governo estadual com o seu secretário estadual e a sua equipe para fazer a coordenação desses sistemas em cada estado do Brasil

Outro conteúdo fundamental para pensar é que tipo de diálogo ou que tipo de articulação se faz nos Conselhos Municipais. Nas deliberações e nas avaliações aparece muito pouco a perspectiva do controle social e não podemos perder de vista isso. Construímos a Constituição de 88, fazendo controle social, indo para as ruas, participando dos Conselhos. Criamos a possibilidade das Conferências debatendo, articulando associações profissionais, trabalhadores, várias esferas e universidades. A perspectiva de controle social, de participação, de acompanhamento do que está acontecendo no município, no estado e no país é decisivo, pois é condição para o aprofundamento da democracia para o país, é condição para a transformação e para a mudança de consciência daquilo que é conservador, preconceito, discriminação, e da visão fragmentada das políticas sociais. A relação com os Legislativos sejam em nível municipal, estadual e federal, é sintomático. Quando é que Vereadores, Deputados, Estaduais e Federais, vêm para o nosso campo, vem para um evento como esse? Isso ainda é raridade, mas importante, porque são eles fazem um embate político na esfera das mudanças de posições, de legislação e vão certamente ajudar a avançar muito mais no cumprimento das deliberações.

A questão da formação profissional, esse é outro tema fundamental; a articulação com as universidades por conteúdo e currículos. Falar em gestão do trabalho é falar dos trabalhadores do SUAS, que são a expressão do seu processo de formação técnica, política, tanto na rede governamental, como não governamental. Como é que os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social estão sendo preparados e formados? Esse debate, essa articulação com os centros de formação, com as universidades é fundamental.

Outra questão decisiva e que aparece nas avaliações diz respeito às dificuldades de estrutura da gestão, seja em relação às instalações físicas, em relação ao número de profissionais, seja em relação ao modo como a gestão é realizada. Muitas vezes os trabalhadores dos

CRAS e CREAS estão desarticulados da própria gestão local, do município, isso não pode acontecer. Falar em rede socioassistencial, implica em articulação do fluxo de procedimentos, em qualificação do atendimento aos usuários da Assistência Social.

São questões para pensar, para verificar em que medida essas deliberações estão elucidando isso. É necessário sair daqui com uma agenda política clara que nos qualifique para fazer esse debate no nível municipal, estadual, no nível federal com as CIBs, com a CIT, com o FONSEAS, com o CONGEMAS, com os Conselhos, em todas as esferas, para construir e acertar nessa agenda, quais são as prioridades e os pontos cruciais em cada eixo.

A questão da vigilância, do planejamento, que já foi dito aqui, é decisivo. Como é que vamos aplicar, implementar as deliberações, se não traduzimos isso para um instrumento concreto de gestão? E aí é a gestão técnica e política, porque para fazer um plano nós temos que ter domínio da realidade, das informações, temos que utilizar os dados. Como já foi dito aqui, nem sempre os dados são utilizados, temos que fortalecer o Conselho, o plano e o fundo, pois continuam absolutamente legítimos depois de 20 anos de LOAS e depois de oito anos de SUAS, e são imprescindíveis na implementação do Sistema Único de Assistência Social. As equipes conhecem o Plano Municipal? As equipes estão trabalhando na perspectiva da prioridade estabelecida, das metas estabelecidas no Plano Municipal, nos Planos Estaduais? Como é que está no Plano Estadual o desenho e a articulação das políticas regionais ou qual é a previsão daquilo que vai ser cofinanciado pelo estado e pelo nível nacional?

O Brasil é um país de dimensão continental que tem a sua beleza na diversidade que não é só geográfica, que não é só étnica racial, mas que é também do modo de vida cultural, da expressão da cultura, das disputas, da política, do modo como se fez política historicamente nesse país e em cada região. É decisivo que discutamos a regionalização numa perspectiva ampliada. Também se faz necessário que o Conselho Estadual qualifique um diagnóstico socioterritorial, com uma leitura estratégica do ponto de vista político. Quem somos nós? Qual é a nossa cultura? Qual é o nosso modo de vida? Que tipos de desafios teremos que enfrentar na perspectiva da regionalização de políticas articuladas e integradas. Isso não é um processo simples, são processos que exigem de muita capacidade política de compreensão, conceitual, de entendimento e de respeito das comunidades que estão em cada estado desse país e da compreensão da forma de ordenamento da própria vida, da existência, das relações, do sentimento que as pessoas e as famílias têm em relação a sua própria vida e as suas necessidades. E é essa interpretação que as pessoas fazem das suas vidas que deve vir para o debate do Sistema Único de Assistência Social, para a rede socioassistencial, para os Conselhos, e não o inverso. A perspectiva do controle social é fundamental, para abrir as possibilidades de ouvir as pessoas, de observar o que está acontecendo na dinâmica da vida social, econômica, política, comunitária, coletiva dos vários grupos populacionais, dos vários territórios, das várias contradições que existe no país.

Reafirma a responsabilidade dos delegados da IX Conferência Nacional diante a metodologia proposta: avaliar as deliberações existentes, reiterar aquelas que precisam ser perseguidas, olhando as condições objetivas e políticas para fazer essa interlocução. É necessário criar essa condição avaliativa para responder: Por que não está sendo possível implementar uma decisão seja do cofinanciamento, da articulação da rede, do próprio plano, seja da disputa no orçamento? O que acontece? A essência das possibilidades de avanço e das implementações das deliberações são essencialmente políticas, é a disputa de um projeto. Não é um projeto do Governo Federal, é um projeto do Brasil, que definiu que o SUAS ia existir na IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003. Isso incomoda àqueles que ainda querem permanecer com uma prática individual, com uma prática de benemerência, com uma prática assistencialista, populista, e está cheio no Brasil. Então estamos todos os dias como profissionais, como trabalhadores do SUAS, como dirigentes, como gestores, como Conselheiros enfrentando essa contradição, para fortalecer a Assistência Social que queremos e que podemos realizar em cada lugar desse país. Cada Conferência amadurece e propicia o debate interno, ganhando capacidade de mobilização para disputar o projeto político que assegure e afiance os direitos socioassistenciais para todas as pessoas nesse país que demandam e que tem direito de ter acesso.

Questões que compareceram no debate:

- Considerar nos custos e no padrão de atendimento as especificidades regionais e geográficas.
- Pensar a regionalização não é discutir apenas custo, o fator amazônico não é somente população ribeirinha ou população tradicional, é também, um problema da geografia da região com processos migratórios extensos vinculados aos grandes empreendimentos mineradores, por exemplo.
- Problemática da existência de ordenadores de despesas dentro de gabinete de prefeitos, e da gestão da Política de Assistência fora do espaço da Política de Assistência Social, bem como de recursos da assistência social atrelados ao palácio de governo estadual, gerenciados pelas primeiras damas.
- A falta de usuários nas Conferências Nacionais.
- A necessidade de fortalecer espaços na Conferência para a definição de estratégias de articulação, necessárias para efetivar as deliberações;
- Construir a exigência normativa para que a gestão de município seja exercida por profissionais do SUAS, profissionais de carreira, sob pena de suspensão do cofinanciamento. A importância dos concursos públicos. Necessidade também de mudar NOB-RH.
- A exigência da intersetorialidade para garantir o acesso dos usuários; integrar programas e serviços. Importância da interlocução com o Conselho Federal da OAB e a valorização do advogado no quadro de recursos humanos do SUAS.

- De que forma a sociedade civil pode monitorar e avaliar, tendo em vista que os Colegiados e Conselhos de Assistência Social que têm atuado em causa própria e não do coletivo?
- Até que ponto os novos arranjos das famílias, as novas especificidades estão presentes no desenho de programas e serviços?

6. Mesas Temáticas Simultâneas:

1- A Assistência Social na Proteção Social Brasileira

Palestrantes:

Carmelita Yazbek. Professora, Pesquisadora e Vice Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.

Luciana Jaccoud. Assessora do Ministério de Desenvolvimento Social e Comate à Fome. Formada em ciências sociais na UNB, doutora em sociologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, França e pesquisadora do Instituto de Estudos Econômicos e Sociais (IPEA).

Coordenadores da Mesa:

Léa Braga, Conselho Nacional de Assistência Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério de Desenvolvimento Social e Comate à Fome.

Edivaldo Ramos. Conselho Nacional de Assistência Social. Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais.

Os coordenadores da mesa e membros do Conselho Nacional de Assistência Social, Sra Léa Braga e Sr. Edivaldo Ramos apresentaram os palestrantes a dinâmica e objeto da mesa temática: abordar a concepção de proteção social, considerando as determinações históricas e inserir nesta trajetória a construção da política de assistência social.

Sra. Carmelita Yasbeck. Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A proteção social está relacionada a práticas multiculturais, pressões da classe trabalhadora em busca de garantias e seguranças referidas às condições de trabalho. Marco de lutas na Europa. São sistemas que vem sendo implantados pelo Estado em suas funções de mediação na reprodução e distribuição das riquezas.

De forma geral não há sociedade humana que não tenha desenvolvido alguma forma de proteção aos seus membros mais vulneráveis. Assim, diferentes formas de proteção social emergiram e percorreram o tempo e o espaço das sociedades como processo recorrente, universal, inicialmente desenvolvido pela família, por organizações religiosas e/ou comunitárias. Mas, importante não perder de vista que nos primórdios da industrialização os mecanismos de proteção social dos indivíduos se transformam radicalmente, impulsionados pela organização e luta dos trabalhadores em torno de garantias e seguranças referentes às condições de trabalho. As lutas por direitos levam o Estado a envolver-se progressivamente, numa abordagem pública da questão, constituindo novos mecanismos de intervenção nas relações sociais, como legislações laborais e outros esquemas de proteção social.

No longo processo do desenvolvimento das forças produtivas, esse processo se expressa em diferentes tendências que vão do predomínio do pensamento liberal de meados do século XIX até a terceira década do século XX, quando se ampliam as instituições destinadas à Proteção Social, especialmente nas sociedades capitalistas europeias. O traço fundamental destes sistemas, é que são implantados e geridos pelo Estado. Ou seja, trata-se da intervenção do Estado no processo de reprodução e distribuição da riqueza, para garantir o bem estar dos cidadãos. Assim, a Política Social de caráter público permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, em função dos múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, ambiental entre outros. Dessa forma, as políticas públicas voltam-se para a realização de direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um Estado. Como afirma Luciana Jaccoud: a proteção social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações sociais.

No capitalismo contemporâneo é um grande desafio falar em Proteção Social, não pelo fato de que ela não é apenas social, mas também política e econômica, mas especialmente frente aos desafios e perspectivas que se apresentam nesta segunda década do século XXI, em um contexto global de profundas transformações societárias. As particularidades da situação brasileira na construção do sistema de Proteção Social podem ser contextualizadas a partir de alguns pressupostos:

- Caráter político e histórico das Políticas Sociais entendidas como construção coletiva e resultante de processos históricos, sociais, políticos e culturais. As Políticas de Proteção, dentre elas a Assistência Social, são resultantes de relações históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais que moldam sua necessidade social, suas características e definem seus usuários. Nesse sentido, a Proteção Social pode ser entendida como resultado de tendências civilizatórias no horizonte da emancipação humana.

- Crise Estrutural que revela uma profunda relação entre as transformações que ocorrem no regime de acumulação capitalista, especialmente as mudanças que caracterizam a esfera da produção e o mundo do trabalho, associadas à hegemonia liberal-financeira e as transformações que ocorrem nos Sistemas de Proteção Social. Por um lado assistimos a uma ruptura trabalho/proteção social e por outro à recomposição das políticas sociais que se tornam cada vez menos universais e trazem a lógica do workfare ou da contrapartida por parte dos que recebem algum benefício. A crise de 2008 trouxe novo suporte para tornar hegemônicas essas políticas.

- Cultura política brasileira, marcada pela herança do clientelismo, patrimonialismo, autoritarismo e favor são características que moldaram a formação social do país e moldaram um perfil para a sociedade brasileira. Nos anos recentes, mesmo após as conquistas

obtidas com a CF88, o país ainda convive com fortes traços desta cultura política, que persistem nas dinâmicas da sociedade e das políticas de proteção social.

A Seguridade, no Brasil, foi constituída em um contexto adverso do que ocorria no mundo. Emerge na contramão das transformações que ocorriam na ordem econômica internacional mundializada, num contexto que freia os avanços e conquistas nesse campo. Assim, a Seguridade assume uma formatação fragmentada e cada uma das áreas previstas para compor organicamente o Sistema - saúde, previdência e assistência social, seguiu seu percurso setorializadamente.

Passados 25 anos, apesar das adversidades e da obscuridade a que foi relegada a perspectiva integrada da Seguridade Social, não podemos deixar de reconhecer, desde a Carta Constitucional, mudanças significativas no que concerne à proteção social no país, expandindo direitos individuais e coletivos. Neste sentido, a constituição da Seguridade Social brasileira trouxe avanços e inovações no campo das Políticas Sociais, particularmente para a Assistência Social, sobretudo no que se refere à sua organização e gestão, processo que culmina na PNAS/SUAS, consolidando o caráter de política pública para a garantia de direitos, a universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

Nessa nova matriz estão colocadas mudanças substantivas na concepção da assistência social, um avanço que deveria permitir sua passagem do assistencialismo e de sua tradição de não política para o campo da política pública. Porém, este é um longo processo que depende da cultura política, bem como das relações entre Estado e sociedade.

A Assistência Social, como política de Proteção Social inserida na Seguridade Social, vem avançando no país ao longo dos últimos anos, pois foram e vem sendo construídos mecanismos viabilizadores da construção de direitos sociais da população usuária desta Política. Neste momento de síntese, de cuidadosa avaliação dos 8 anos de SUAS com as inegáveis conquistas e com os grandes desafios que ainda deve enfrentar, são apresentados alguns pontos para subsidiar essa análise, durante a Conferência:

O SUAS não está imune ao contexto apresentado anteriormente, ele está permeado de valores e tendências, tanto conservadoras como emancipatórias. Portanto, é fundamental fortalecer as tendências que operam a formulação da Assistência Social como política pública regida pelos princípios universais dos direitos e da cidadania;

No âmbito da gestão a Assistência Social não pode se resumir à gestão bem sucedida das necessidades dos seus usuários. Tem como horizonte o processo de construção de direitos, não apenas como construção técnica, mas questão essencialmente política, lugar de contradições e resistência, que não se faz apenas por decretos, protocolos, normas e regulamentos, embora fundamentais. Estamos tratando das disputas políticas no espaço das políticas sociais, mediações centrais no atendimento das necessidades e direitos da população. Isto significa tratar da questão de construir hegemonia na condução do processo de construção dos serviços sociais, da construção de parâmetros públicos que reinventem a política no reconhecimento dos direitos como medida de negociação e deliberação de políticas que afetam a vida de todos. Neste sentido, destacam-se como desafios da gestão, dentre outros, o comando único, a superação do voluntariado pela profissionalização e a necessidade de observar a realidade diversa na implantação e consolidação dos CRAS e CREAS em municípios de pequeno porte e nas metrópoles, cujas identidades estão em movimento.

Na Gestão do Trabalho a questão dos recursos humanos vem se constituindo um desafio para a administração pública brasileira, situação que se complexifica na assistência social, marcada pela tradição de não política e de um histórico de desprofissionalização. A crise contemporânea atinge a totalidade dos serviços e dos espaços de trabalho atingindo também os trabalhadores da assistência social, que sofrem os resultados destas mudanças, especialmente com a precarização do trabalho. Estratégias de intensificação do trabalho têm sido incorporadas no cotidiano da ação profissional: ganham concretude no ritmo e na velocidade do trabalho, nas cobranças e exigências de produtividade, no maior volume de tarefas, nas características do trabalho demandado, no peso da responsabilidade. Assim, na ponta, observamos trabalhadores esvaídos de decisão, cumprindo metas e resultados imediatos. Falta perspectiva de progressão e ascensão na carreira e de políticas continuadas de capacitação profissional, entre outros. O escopo da análise deve ser ampliado alcançando a perspectiva da construção de identidade do trabalhador da Assistência Social no conjunto da classe trabalhadora.

Temos ainda dificuldades no trabalho com famílias, desde o trabalho socioeducativo, que muitas vezes apresenta um enfoque moralizador e disciplinador das famílias, restrito ao controle das condicionalidades, em detrimento de uma abordagem para a construção de vínculos e de caráter emancipatório; como na abordagem territorial, que também apresenta o risco de deslocar conflitos de natureza macrossocietária (classe, gênero e etnia) para a esfera do indivíduo, da comunidade e das relações familiares. Grande parte das vulnerabilidades e riscos sociais não tem origem na dinâmica local, dependem de políticas macroestruturais que extrapolam os limites da intervenção junto às famílias e ao próprio território.

A dificuldade para construir o SUAS, dado os limites e constrangimentos de ordem estrutural. Existem fraturas entre o anúncio do direito e a efetiva possibilidade de reverter o caráter cumulativo das injustiças que permeiam a vida de seus usuários. É difícil se

deparar com o acúmulo das contradições existentes na formação da sociedade brasileira (o favor, a ajuda em contraposição ao direito). No entanto, a assistência social abre espaço para novos atores, até então silenciados pela extrema vulnerabilidade. Não podemos esquecer que estas políticas expandem direitos sociais, permitem o acesso a recursos e serviços sociais, criam possibilidades de interlocução entre a esfera governamental e a sociedade civil e, sobretudo, abrem espaços para o protagonismo e para a ação coletiva de atores políticos que lutam pela realização do caráter público das Políticas Sociais.

É preciso contribuir para a construção de uma cultura do direito e da cidadania, resistindo à cultura política conservadora, entendendo que o agir técnico é um ato político e que o desafio de construir a Política e o SUAS na esfera pública tem como pressuposto o reconhecimento público dos direitos dos usuários. Tarefa difícil construir o político na política social. Construir hegemonia, na direção de uma cultura que nos obrigue a fazer o melhor possível. Para isso é necessário nos libertarmos dos condicionamentos impostos pela cultura política e social autoritária que herdamos. Escapa às políticas públicas reverter as estruturas sociais da sociedade, mas elas são importantes para avançarmos na construção de uma nova hegemonia.

Sra. Luciana Jaccoud. Assessora do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No contexto brasileiro, a inserção da política de Assistência Social no campo da seguridade social se dá na contramão do que ocorre no contexto internacional, quando a Constituição Federal, no campo de demandas e lutas da sociedade atribui status de direito social à assistência social, integrada à seguridade social. A Constituição Federal alargou os direitos sociais, ampliou o campo da proteção social sob responsabilidade estatal, com impactos no desenho das políticas, na definição dos beneficiários e na organização dos benefícios.

Após 25 anos de conquista constitucional de um padrão protetivo no Brasil, temos avançado enormemente e temos muito a comemorar, sem desconsiderar os embates em torno das responsabilidades protetivas apontadas pela seguridade social. O maior desafio tem sido aprofundar a intersectorialidade, considerando os três campos de abrangência: assistência social, previdência e saúde.

Com relação ao sistema protetivo e ao enfrentamento da pobreza é possível destacar avanços do sistema protetivo no Brasil que se expressam na redução da pobreza, iniciada na década de 90 e continuada após 2003. Além das políticas sociais, crescimento econômico e aumento do emprego formal, o aumento do salário mínimo em valores reais que vem impactando o sistema de proteção e o mercado de trabalho.

Esse conjunto de medidas vem resultando numa melhor distribuição de renda, diminuindo a diferença de renda no Brasil e o aumento da renda per capita.

Pode se constatar que o Brasil se inseriu em um determinado padrão protetivo no sistema de proteção brasileiro sustentado em três pilares: renda, serviços universais e políticas transversais. A assistência social, inserida no campo dos direitos sociais, está presente nos três pilares, diferenciando-se das demais políticas sociais.

Além da previdência urbana e rural garantido benefícios contributivos, são assegurados benefícios não contributivos (BPC, Bolsa Família e benefícios eventuais garantidores de acesso a renda). Trata-se, assim, de um sistema protetivo de natureza preventiva, que reduz pobreza, está fundado no princípio da solidariedade social, envolve diferentes benefícios para diferentes públicos, conciliando benefícios contributivos, semicontributivos e não contributivos, atendendo a públicos diferenciados. Temos uma estrutura de garantia de renda de caráter redistributivo e preventivo da pobreza, constituindo-se um vetor que enfrenta a pobreza depois de instalada.

Assim como a saúde e educação básica, a Assistência Social funciona em grande escala com capilaridade, tendo porta de entrada, referência, previsão de recursos, sistema nacional que prevê o mesmo padrão de oferta em cada município com patamar equitativo de qualidade. A igualdade de gênero, igualdade racial, o atendimento às minorias na perspectiva dos direitos humanos e as múltiplas formas de violência exigem políticas para públicos específicos, cuja desigualdade não é superada pelos pilares anteriores. Requer, portanto um olhar diferenciado, com articulação intersectorial.

Dessa forma, a assistência social assume papel estratégico na vertente de proteção social diante da possibilidade concreta de atender às diferenciações com recortes específicos no atendimento à população com vulnerabilidades históricas, que não se resumem à questão da pobreza do ponto de vista econômico. E uma política complexa por atuar nos três pilares e fazer com tanta propriedade os recortes das diferenças.

Lembremos que a pobreza historicamente foi tratada no Brasil como uma “paisagem”, mas hoje num processo de crescimento o desafio é assumir nossas responsabilidades. Nossas responsabilidades estão sempre vinculadas à população pobre e por corte de renda como no Benefício de Prestação Continuada (renda de substituição para um público isento da responsabilidade de trabalho) e no Programa Bolsa Família destinado para a população com acúmulo de vulnerabilidades.

Dialogamos bem com a pobreza em relação aos benefícios, mas em relação aos serviços esse diálogo é bem diferente. O risco de pobreza no Brasil não é de um grupo específico; é efetivo para qualquer um de nós, embora a ausência de acessos diversos pode tornar grupos mais vulneráveis que outros. Nesse sentido, é inegável a exigência da oferta de políticas de distribuição de renda como direito para todos os cidadãos. Mesmo os serviços com corte de renda são serviços para toda a população, com caráter universal, que podem ser demandados por qualquer cidadão. A renda mínima deve ser defendida por todos nós.

As políticas públicas precisam ser desenhadas para enfrentar a pobreza, para além do recorte de renda, mesmo considerando as especificidades. É preciso afirmar que o Programa Bolsa Família não se reduz à transferência de renda. Para certos públicos nosso olhar tem que ser qualificado – eles enfrentam um conjunto mais significativo de diferenças. O problema de desigualdade racial é um exemplo do mecanismo de reprodução de desigualdades na realidade brasileira. O Programa Bolsa Família exige não só atendimento nas áreas da saúde e educação, inclusão produtiva, acompanhamento das famílias e dos beneficiários (que não é fiscalizar), mas assumir o diálogo com as redes sobre as possibilidades de inclusão. A experiência demonstra que onde as redes operam temos um retorno de aprovação maior do que o público em geral.

A Assistência Social exige Protocolos, a construção de redes em cada território, o acompanhamento dos beneficiários no sentido de discutir com o próprio usuário sobre suas condições, e sobre a ampliação do acesso aos serviços. Assumimos essas responsabilidades junto com a responsabilidade pública da construção do SUAS, nos três entes federados. Estamos diante da necessidade de nos qualificarmos para atender públicos específicos. São muitos os desafios para a consolidação dos eixos da seguridade, mas o que fomos capazes de construir nos traz otimismo.

Questões que compareceram no debate:

- Impacto do crédito para os trabalhadores sem vínculo formal.
- Problematização das condições de trabalho dos assistentes sociais: em termos de salários, processos e infraestrutura.
- Debater e analisar melhor o Programa Minha Casa Minha Vida.
- Cultura política presente na gestão e na operação.
- Desafios no atendimento de serviços e programas.
- Combate à corrupção

2. O Estado democrático de direito: gestão e pacto federativo no SUAS.

Palestrantes:

Patrus Ananias. Ex Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Professor de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Funcionário Efetivo na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Valdiosmar Vieira Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social e Secretário Municipal de Assistência Social de Tobias Barreto/SE e Daniel Seidel. Representante do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Governo do Distrito Federal e Servidor de Carreira do Ministério Público do DF e Territórios.

Coordenadores da Mesa:

Idervânio Da Silva Costa. Conselheiro do Conselho Nacional de Assistência Social. Representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Doris Margareth De Jesus. Conselheiro do Conselho Nacional de Assistência Social. Representante da União Brasileira de Mulheres.

Os coordenadores da mesa e membros do Conselho Nacional de Assistência Social, Sr Idervânio da Silva Costa e da Sra. Doris Margareth de Jesus apresentaram os palestrantes a dinâmica e objeto da mesa temática: abordar os sentidos e essência de uma ordem estatal que se ancora na perspectiva dos direitos e na da democracia; o Estado para além das exigências de responsabilidade entre os entes federativos; gestão e Pacto Federativo no SUAS.

Sr. Patrus Ananias. Ex Ministro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A Constituição Federal é o marco que regula e fundamenta o Estado Democrático de Direitos, estabelecendo as diretrizes e compromissos da assistência social como política pública de Estado e de direito no campo dos direitos constitucionais.

A Constituição Federal vincula a assistência social, à saúde e à previdência social, na perspectiva da seguridade social, o que representa ainda um desafio do ponto de vista do financiamento, da articulação das ações e da execução dos serviços. A Constituição expressa uma opção clara de combate à pobreza, não apenas à pobreza extrema e miséria, mas o combate à pobreza, no sentido mais amplo da palavra, assumindo a perspectiva de uma sociedade que assegure às pessoas direitos de oportunidades iguais e que combata às desigualdades sociais regionais e todas as formas de discriminação.

Passados 25 anos da Constituição Federal, permanece a necessidade de defendê-la e ampliá-la do ponto de vista das suas conquistas. A realização de políticas públicas vigorosas na perspectiva da Assistência Social depende do fortalecimento do Estado Democrático e da oposição às concepções que fundamentam e orientam a proposta de um Estado Mínimo.

É importante fazer parcerias com o setor privado, estimular a responsabilidade social das empresas, as parcerias com as igrejas, com os movimentos sociais, mas quem deve dar o rumo na formulação e na implementação das políticas pública é o Estado. Essa foi uma grande conquista no Brasil, que começou com a Constituição, com as leis que regulamentaram a Constituição e que ganhou uma dimensão extraordinária, a partir do Governo do Presidente Lula.

Um Estado democraticamente forte é um Estado que assume a responsabilidade maior na formulação e na implementação das políticas públicas, especialmente, das políticas públicas sociais, aquelas que incidem, diretamente, na vida das pessoas, das famílias, e das comunidades. O Brasil fez uma opção extraordinária de assumir o combate à pobreza e situar à Assistência Social no campo das políticas públicas.

O Estado deve prover as pessoas, garantir os serviços públicos fundamentais, assistência social, segurança alimentar, renda de cidadania para os pobres, educação pública de qualidade, saúde, segurança pública, proteção da vida. Mas, além de garantir esses direitos, é papel do Estado democrático criar condições para que as pessoas sejam melhores, construir o sujeito, possibilitar que as pessoas possam exercer no dia a dia os direitos e deveres de cidadania. Uma sociedade democrática se faz com pessoas democráticas, uma sociedade justa, pressupõe pessoas justas.

Um Estado democraticamente forte é o Estado também, que incorpora a cidadania, que incorpora a participação popular, que respeita e promove as pessoas. Um Estado democrático é também, um Estado pedagógico, e a melhor maneira de educar para a cidadania é fazendo com que as pessoas decidam aquilo que diz respeito a sua vida.

Uma grande conquista na Constituição e na execução dela é a prevalência dos princípios republicanos presentes no Pacto Federativo. No âmbito social emerge um forte protagonismo dos municípios e da União, mas há, ainda, uma omissão importante dos entes estaduais. O que importa destacar é que a linha republicana pressupõe uma ação suprapartidária, coloca o bem comum, o interesse público acima de eventuais diferenças político-partidárias. Essa perspectiva republicana esteve e está presente no processo de construção do Sistema Único da Assistência Social, e da Rede Nacional de Proteção Social.

Para avançar nas políticas públicas sociais, no sentido mais amplo, e especificamente no campo da Assistência Social alguns desafios precisam ser destacados.

- Aprofundar a noção e a prática da política pública como política de Estado. Superarmos o estabelecimento de critérios subjetivos como parâmetros de entrada aos programas sociais. Hoje primam os critérios objetivos, critérios legais. É necessário aprofundar essa perspectiva, buscando a universalização.
- Ampliar, continuar e avançar na normatização jurídica das políticas públicas. Houve avanços notáveis, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a LOAS, o Estatuto do Idoso, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, a LOSAN; a Lei que criou o Programa Bolsa Família; o Estatuto da Igualdade Racial e o Pró-SUAS, mais recentemente. Mas precisamos avançar mais. No campo da Assistência Social é preciso resolver a instabilidade dos trabalhadores, definir um Plano de Carreira, dar ao servidor público dignidade para investir na sua profissão.
- Assim como existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, está na hora de ter também uma lei de responsabilidade social, estabelecendo pelo menos, quatro indicadores fundamentais que devem normatizar a aplicação dos recursos públicos: alimentação, assistência social, educação e saúde, o que não impede que outras questões sejam postas, como a moradia, saneamento básico, políticas urbanas.
- A intersetorialidade e a transversalidade são fundamentais para promover a emancipação das pessoas, das famílias, e das comunidades mais empobrecidas, mas não se pode perder a identidade da Assistência Social, como parte constitutiva das políticas setoriais.
- Acertar o conceito de pobreza para avançar na constituição de em uma renda de cidadania para as pessoas e famílias pobres. Integrar o Bolsa Família numa perspectiva de renda familiar mínima para os pobres, fundamental para um país marcado pelas desigualdades sociais.

É no enfrentamento dessas questões que estaremos contribuindo na perspectiva de assegurar um Estado Democrático que dê, rigorosamente, a todas as pessoas as mesmas chances.

Sr. Valdiosmar Vieira Dos Santos. Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social/CONGEMAS.

Pensar o Estado Democrático de Direito significa reconhecer uma ruptura com um legado histórico, em que existia um poder absoluto, que dominava e determinava a vida das pessoas e da sociedade.

Estado democrático quer dizer que o Estado deve responder às expectativas do povo, e, por isso que ele é democrático? Até que ponto, de fato, esse Estado é democrático?

Até que ponto no Município, esse Estado é democrático e de direito? Que direitos são garantido nos Municípios? Os nossos direitos são apenas cartoriais, não podemos admitir mais um Estado democrático de direito legalmente constituído, mas não realmente vivenciado. E, por isso o valor da participação.

Para a constituição de um Estado democrático de direitos efetivo é preciso superar as práticas conservadoras, assistencialistas que são mantidas por articulações políticas de grupos, oligarquias, que manipulam e ordenam as políticas no âmbito dos estados e municípios.

Um Estado Democrático está sustentado por um modelo administrativo e jurídico, que rege as nossas vidas, no caso brasileiro baseado no modelo federativo. Mas os entes federados nem sempre assumem as suas responsabilidades, ou entendem qual é o papel de cada ente federado, ou ainda, em alguns momentos fingem que não entendem para não cumprir o seu papel. Até que ponto existe o entendimento de que os entes federados têm autonomia e que têm poderes distintos nos seus campos de atuação?

O Município é, por vezes, identificado como o coitado ou como o culpado. Se o município for uma capital a questão melhora um pouco porque quem tem mais dinheiro manda mais.

O que deriva num outro desafio para o Pacto Federativo: quem arrecada mais, centraliza mais dinheiro, tem mais poder, manda mais, tem mais respeito de quem arrecada menos. Essa relação fica explícita na disparidade regional entre o Sudeste e o Nordeste.

A invisibilidade da Assistência Social é uma forma de negar a política pública garantidora de direito, porque o público usuário da Assistência Social, à medida que vai sendo empoderado, muda a cara do país.

O modelo da Assistência Social é o modelo de gestão compartilhado, mas as expressões concretas desse modelo de gestão no país são muito diversas, e dependem tanto do papel do gestor quanto das condições estruturais em que se opera a política. O ente municipal possui diversas responsabilidades, mas os municípios nem sempre estão preparados, ou sequer estruturados para assumir a sua função.

Patrus Ananias falou da lei de responsabilidade social, o que é fundamental para gestão municipal, pois, muitas vezes, mesmo querendo ampliar a oferta de serviços, não consegue porque fica engessado na lei de responsabilidade fiscal. Não conseguir ampliar folha de pessoal rebate na não ampliação do serviço, na não garantia de serviços com qualidade. O ente municipal tem que executar e operacionalizar a política, mas não tem condições adequadas para dar as respostas à população.

O ente estadual não consegue entender ainda a lógica do pacto federativo porque o papel do estado é cofinanciar, prestar assistência técnica e acompanhamento aos Municípios. Mas o estado faz paralelismo de ação porque o Governador tem que ser visto, tem que chegar, tem que receber o aplauso do povo, por isso entrega cesta básica lá, e esse não é o seu papel.

Por outro lado todo mundo quer ser Brasília, o problema está em Brasília, a solução está em Brasília, Brasília é ser supremo, até as próprias pessoas quando chegam no CRAS: dizem “E Brasília, já resolveu?”

O cofinanciamento tem papel fundamental, mas não essencial. O cofinanciamento não é a coisa mais importante do SUAS, a coisa mais importante do SUAS são os seres humanos, o cofinanciamento vem depois. Ele é importante para melhorar a qualidade do serviço, para que as pessoas sejam felizes, tenham autonomia, e como autonomia está ligada a liberdade, essa liberdade fortalece o Estado Democrático de Direito. Quando o usuário do serviço da Assistência Social tem um serviço de qualidade, promove-se autonomia e fortaleça-se a democracia.

Mas há desafios no modelo do Pacto federativo na questão do cofinanciamento. A distribuição é desigual: quem arrecada cerca de 65% dos recursos é o Governo Federal, e dessa foram a União tem que financiar mais vezes a política pública. Em seguida, cerca de 25% dos recursos são dos Estados. E, como é que está o cofinanciamento dos Estados? E quem arrecada menos são os municípios.

Nesse sentido, há espaços de pactuação e de deliberação, como a CIB e a CIT, que precisam ser fortalecidos. De outro lado, é preciso o que está acontecendo na relação entre Assistência Social e o Judiciário. Ao invés do Judiciário tencionar o Executivo para determinar a ação da Assistência Social, a Assistência Social tem que tencionar, junto ao Judiciário, para que a lei seja cumprida, e para que os entes cumpram a sua parte.

O desafio é aprender a viver em Estado democrático de direito, defender as leis para que não fiquem apenas no papel; mudar a cultura de que no Brasil a lei é para não ser cumprida. É preciso instituir o nosso cotidiano para que as pessoas percebam que a LOAS e a

Constituição foram feitas para ser vivenciadas por todos.

Sr. Carlos Daniel Dell Santos Seidel. Representante do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social/FONSEAS.

O Estado Democrático de Direito, posto na Constituição brasileira é ainda um registro utópico porque o que impera, na prática, é um Estado patrimonialista. Mas, registro utópico não é uma questão irrealizável, mas algo que faz avançar.

O Pacto Federativo, no caso do SUAS, tem duas pernas: os espaços de pactuação e o espaço de controle social e democrático. Por isso, fazer com que as Conferências sejam espaços que reforcem a possibilidade de democracia no Brasil é um desafio muito sério, porque permitem avançar para muito além do que existe, mas é necessário também colocar isso em prática e ter mecanismos de monitoramento.

Nessa perspectiva, o presente é um momento fundamental, porque quando a Presidenta Dilma coloca país rico é país sem pobreza, possibilita ocupar a centralidade que a história hoje nos coloca. Estamos diante de uma possibilidade de ampliação dos direitos. O SUAS coloca proposições que na prática, ainda, tem que avançar muito, e por isso que quando afirma-se a ideia da garantia dos direitos e Assistência Social, nesse núcleo, reafirma-se uma política de estado de Assistência Social. E isso é condição para o desenvolvimento.

Por que ainda não temos o Estado Democrático de Direito?

Porque nossa mentalidade ainda é a do Estado patrimonialista, colonialista e racista baseado no clientelismo e fruto do coronelismo. É só lembrar os sobrenomes dos nossos Governadores. São representantes das oligarquias, que veem desde o tempo do Brasil final de Império, Brasil Primeira República. A rede de coronelismo acabou como fato social histórico, mas a cultura política continua, e é por isso que o cofinanciamento estadual, com algumas exceções, é raro.

O país ainda possui uma cultura autoritária, autoritarismo que vem da herança da ditadura militar, financiada pelo empresariado nacional, norte-americano, e em alguns casos até internacional. Essa cultura é que prospera e que vigora na relação com a sociedade civil.

Pensar o Pacto Federativo, no atual estágio da democracia brasileira, deve ser feito desde esse lugar de conflito. Nesse contexto o SUAS é uma construção e uma disputa de poder que está posta hoje no país. Porque a democracia não está consolidada, nem terminada.

Na primeira fase de construção do SUAS, desde a Constituição de 88, com a LOAS, e a Resolução do CNAS que estabelece o Sistema Único de Assistência Social, a grande conquista foi a ideia da Assistência Social como direito. Parece uma coisa tão pequena a ser conquistada, mas não é porque, de fato, em muitos lugares do nosso país, estamos lutando para que a Assistência Social seja colocada como direito. Nesses lugares impera e vigora o primeiro damismo. E da mesma forma, temos estados no Brasil, onde a Secretária Estadual é também, a primeira dama. Somos trabalhadores do SUAS e temos que fazer política com P maiúsculo e lutar pelos recursos. Como por exemplo, no Distrito Federal que lutou e conquistou a carreira pública de Assistência Social e o concurso público.

Na segunda fase, a partir, da regulamentação da 12.435, que institui por lei o Sistema Único de Assistência Social, foi conquistado o repasse fundo a fundo e a instituição de um sistema. Os desafios hoje são:

- O estabelecimento dos serviços estatais e continuados, e implantação de uma política nacional de educação permanente.
- A denúncia de como que a educação e a saúde, principalmente, não funcionam para os mais pobres.
- Ter a capacidade de dizer qual é a missão da assistência social, quais são os serviços, e, estabelecer isso de uma forma para que as demais políticas sociais possam atender a quem ficou excluído de tudo isso.
- O papel dos Estados e a construção de uma cultura de planejamento, baseada na gestão integrada de sistemas de informação, nos processos de acompanhamento, monitoramento, avaliação e na perspectiva da educação permanente.
- A ampliação e composição de recursos com repasse continuados, regulares de fundo a fundo e o aprimoramento desse mecanismo de acompanhamento, monitoramento e avaliação dos estados.
- Avançar na realização dos diagnósticos socioterritoriais e no reordenamento dos serviços, com o aprimoramento da atuação das entidades vinculadas ao SUAS.
- O aperfeiçoamento do trabalho da gestão, com o fortalecimento do controle social. O SUAS não avançará, sem uma aposta, generosa, na mobilização e organização dos usuários, dos sujeitos de direitos a que a política se destina.
- Qualificar o SUAS, nas suas funções e dimensões é possibilitar que a agenda da política nacional possa passar da superação da extrema pobreza para a garantia da proteção social, tanto básica como especial.

Questões que compareceram no debate:

- O modelo federativo traz consigo a ideia de descentralização e participação popular. Neste sentido, quais instrumentos seriam importantes para que nos pudéssemos pensar na ideia de um novo pacto federativo, pensando em um federalismo cooperativo.
- Como efetivar o pacto federativo considerando as demandas postas do ponto de vista do SUAS, bem como as propostas aprovadas nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Assistência Social desde 2005.

- Como dimensionar um conceito de pobreza que seja capaz de produzir minimamente um parâmetro nacional que possa ser utilizado como referência na implementação de políticas públicas.
- Como tratar a regionalização no âmbito do pacto federativo, apontando as responsabilidades das três esferas de governo. Como pensar o pacto federativo no âmbito do SUAS pela responsabilidade do estado e da rede complementa.
- Como exigir dos trabalhadores responsabilidade considerando as suas condições de trabalho.
- Como romper com o coronelismo presente na política de assistência social, na medida em que os próprios sujeitos carregam consigo esta herança e às vezes tem dificuldade de se livrar delas.
- Como enfrentar a questão de estados que estão construindo um processo de retrocessos, com criação de fundos paralelos que se contrapõem ao SUAS.
- Existe a necessidade de formação e capacitação para o exercício da função de conselheiros de assistência de assistência social como uma política permanente.
- Necessidade de pensar e fortalecer a ideia e o conceito de controle social e resignificar o próprio sentido do controle social, dado a sua primazia como braço da burocracia e não como um agente democrático.
- Necessidade de monitoramento do estado, com a clara indicação de quem vai monitor o Estado e quem cobra dele o cumprimento de suas responsabilidades.
- Ausência de articulação/intersetorialidade das políticas públicas no processo de enfrentamento a pobreza, da situação de vulnerabilidade social e pessoal dos sujeitos.

3. O mundo do trabalho e o trabalho no SUAS

Palestrantes:

Márcio Pochmann. Presidente da Fundação Perseu Abramo, Ex-Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA, Doutor em economia pela Universidade Estadual de Campinas.

Jucimeri Silveira. Superintendente da Fundação de Assistência Social de Curitiba, Doutora em serviço social pela PUC de São Paulo. Professora de serviço social da PUC do Paraná, Assessora Editorial da Revista da Gestão Social do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social – FONSEAS.

Coordenadores da Mesa:

José Ferreira da Crus. Conselheiro do Conselho Nacional de Assistência Social. - Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Carlos Rogério. Conselheiro do Conselho Nacional de Assistência Social. a Bancada dos Trabalhadores, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a CTB.

Os coordenadores da mesa e membros do Conselho Nacional de Assistência Social, Sr. José Ferreira da Crus e Sr. Carlos Rogério apresentaram os palestrantes a dinâmica e objeto da mesa temática: pautar as discussões a respeito das transformações contemporâneas do mundo do trabalho, a intensificação e a precarização do mundo do trabalho, o rebatimento dessas mudanças no setor dos serviços e em especialmente na esfera pública. Pautar os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social e o compromisso com a garantia de direitos dos usuários da Assistência Social. O trabalho via setorial no Sistema Único de Assistência Social e os desafios para a sua efetivação.

Sr. Márcio Pochmann. Presidente da Fundação Perseu Abramo.

É preciso partir do pressuposto de que não é possível entender as transformações contemporâneas do trabalho do início do Século XXI sem uma melhor compreensão a respeito do lugar do trabalho na sociedade capitalista.

É preciso entender o mundo sobre o prisma do trabalho, considerando a articulação entre o conhecimento produzido com as ações realizadas do ponto de vista da sociedade, a organização da sociedade, a correlação de forças, bem como as suas implicações para a política pública.

Vivemos um momento singular na trajetória do capitalismo ao longo dos seus mais de 300 anos. Singular pelo fato de que esse capitalismo passa por uma crise que não é terminal, embora seja transformadora. Mas, um momento também de profunda alienação expressa na dificuldade de identificar melhor a realidade. Isto se dá por dois fatores.

O primeiro fator é a herança do neoliberalismo, que levou à destruição ou enfraquecimento do estado, pregoando que o estado era o problema da sociedade. O neoliberalismo nos fez pensar pequeno; contagiou e impactou o processo de ensino-aprendizagem, a forma de atuação do estado.

A segunda é que também mudou a perspectiva de se entender a realidade dentro da sua totalidade. A teorização proveniente do

pós-modernismo abandona a visão do todo e fortalece a perspectiva das partes, a setorialização. Isso é algo difícil de ser compatível, no caso da Assistência Social que trabalha com o ser humano na sua totalidade e não nas suas partes. No mundo de hoje o especialista é aquele que sabe cada vez mais de coisa nenhuma. A especialização sem uma unidade leva a ver a realidade apenas em partes, a sociedade aparece parcial, fragmentada, com pouca capacidade de construir maioria, com capacidade de hegemonizar mudanças.

O fato é que há uma transição de uma sociedade da era industrial para uma sociedade de serviços. Hoje dois terços do orçamento das famílias são destinados para pagar serviços: serviços de alimentação fora de casa, serviços de transporte, serviço de moradia, serviços de saúde, serviços de educação. É verdade que há problemas nos serviços públicos, mas também há nos privados, basta analisar as reclamações para saber a quantidade de insatisfações em relação aos serviços bancários, de telefonia, de saúde e educação privada.

É preciso entender essa transição da sociedade da indústria para a sociedade de serviços, pois o desafio hoje é que a forma de fazer políticas públicas é ainda herdeira do estado da era industrial. Existe uma infinidade de Secretarias, Ministérios, programas, ou seja, olha-se o serviço de forma muito fragmentada, reproduzindo o estado lá do Século XIX. Persiste um Estado de setores, de segmentos, de caixinhas, que não conversam entre si, até porque não há formação prévia de quem vai trabalhar nas caixinhas para ver o mundo de uma forma mais ampla. O Estado que temos hoje não é contemporâneo dos desafios que nós temos pela frente.

Há três grandes elementos de transformação profunda do capitalismo nesse início do Século XXI.

O primeiro elemento diz respeito a uma mudança na organização da produção, que tem impactos na mudança da forma de se fazer política pública. Até 1914 basicamente, tínhamos um capitalismo que se organizava na forma de impérios. Após a crise de 29 e da segunda guerra mundial a nova ossatura do capitalismo se afirma em bases nacionais, no estado nacional que permitiu pela primeira vez aos países ter políticas nacionais. O SUAS foi possível dentro desse quadro de existência de estados nacionais e políticas nacionais. A questão que o capitalismo hoje opera cada vez mais na forma das cadeias globais de produção, ou cadeias globais de valor. Dado as tecnologias de informação e comunicação é possível as grandes empresas estabelecerem a cadeia de produção da matéria prima ao produto final, estabelecido a partir do tabuleiro que representa o planeta terra. Não são mais estados nacionais, mas regiões. E essa forma de organização do capitalismo coloca em xeque as políticas nacionais.

O segundo elemento está relacionado à formação de grandes monopólios globais. Estamos diante de 500 grandes corporações transnacionais que dominam qualquer setor de atividade econômica; que respondem por 50% do Produto Interno Bruto do mundo e por dois terços do comércio internacional. O comércio hoje se dá cada vez mais intrafirma, Volkswagen do Brasil exporta peças para a Volkswagen na África do Sul que exporta carros para a Volkswagen de Alemanha. Essas grandes corporações são muito fortes, não podem nem quebrar, porque se quebrar leva à bancarrota o sistema econômico, como foi o caso do acordo Lehman Brothers em 2008. Essas grandes corporações financiam partidos políticos e formam bancadas. Os partidos estão perdendo o monopólio da representação, porque esses grupos econômicos financiam partidos políticos e participam, cada vez mais, da disputa do orçamento público. Um desses grandes negócios é o agronegócio no Brasil, associado a 40 mil produtores rurais que respondem por 50% da terra agricultável no Brasil e elegeem de quatro em quatro anos 120, 130, 140 deputados federais. Vivemos um quadro de enorme desequilíbrio entre o poder econômico e a sociedade, o que coloca em xeque a democracia.

O terceiro elemento está vinculado ao crescimento e predomínio do trabalho imaterial. O trabalho imaterial está gerando outra sociedade e outra classe trabalhadora. Uma coisa é o trabalho material, o trabalho na indústria, na agricultura, na construção civil. Esse trabalho material resulta do esforço físico e mental do homem e da mulher, que é algo concreto, palpável, tangível. É o trabalho na construção civil, um prédio, uma ponte, é a indústria uma vestimenta, um automóvel, um eletrodoméstico, é o pé de alface, da agricultura, e assim por diante. A concretude entre o esforço físico e mental e o resultado do trabalho.

A etapa hoje é outra está baseada no crescimento do trabalho imaterial, já não mais algo concreto, palpável, tangível. O principal ativo do trabalho imaterial é o conhecimento, que é imaterial. Na atualidade numa caneta, mas 90% do valor do preço é de trabalho imaterial, relacionado ao trabalho de concepção da caneta, do seu desenho, da investigação mercadológica para desenhar a venda e distribuição, é tudo serviço. Essa é maior parte do valor da produção nos dias de hoje. Ao mesmo tempo, o trabalho imaterial pode ser realizado em qualquer lugar, diferentemente do trabalho material, da agricultura, da indústria, da construção civil, que requer um local determinado. O trabalho material pressupõe a existência de um local determinado para sua realização, o que permitiu a construção dos direitos sociais e trabalhistas que temos hoje.

Ocorre que na sociedade do trabalho imaterial, o trabalho imaterial, os serviços podem ser feitos em qualquer lugar, não precisa ser de um lugar determinado e vem acompanhado da presença das novas tecnologias da informação e comunicação. As novas tecnologias de informação, o computador, a internet, o telefone, o Ipad, o Ipod, permitem portar esse trabalho para qualquer lugar. Estamos, assim, diante de elementos de profunda exploração do trabalho pela sua intensificação. Há 20 anos dizíamos que novas tecnologias iriam liberar o homem e a mulher no trabalho, que teríamos mais tempo livre. Aconteceu o contrário. A intensificação do trabalho e extensão da

jornada de trabalho, porque com as novas técnicas de gestão do trabalho e as novas tecnologias estamos plugados 24 horas no trabalho. Temos hoje uma vida sem sentido, porque é o trabalho que absorve o tempo da vida.

Se de fato nessa sociedade o principal ativo é o conhecimento, não há mais razão alguma para identificar o ensino superior como sendo o teto. De fato, o ensino superior passa a ser o piso, não há por que ter alguém que não tenha completado o ensino superior. Mas o que acontece no Brasil é que os filhos dos ricos não começam a trabalhar sem antes ter concluído o ensino superior, ter feito uma pós-graduação, estudado fora, para depois voltar e assumir os principais postos de trabalho, e, os filhos dos pobres estão condenados a entrar muito cedo assumindo os piores postos de trabalho na esperança de subir na vida.

O sistema de educação que temos não se conecta com esse futuro. Hoje 14% dos jovens estão no nível superior, baixíssimo, se comparado com os países asiáticos, mas melhor que há 10 anos que tínhamos apenas 5%. Educação pressupõe condições adequadas para estudar, e os nossos jovens estão submetidos a condições de atividades comparadas com o Século XIX: oito horas de trabalho, duas a quatro horas de deslocamento da casa para o trabalho, do trabalho para casa, e mais quatro horas de frequência escolar, são 16 horas por dia. Quando é que ele vai estudar? É por isso que os estudantes estão saindo da sala de aula sem ter lido um livro.

De outro lado, quem chega, hoje, no Brasil, aos 60 anos tem uma expectativa de vida de mais 22 anos. Quem nasceu na década passada vai viver 100 anos de idade. Como é que nós vamos lidar com isso? Como é que a Assistência Social vai se colocar a frente à longevidade? O que é longevidade hoje? É crescimento do isolamento, pois as pessoas que envelhecem tem dificuldade de se mover. Cidade pressupõe organização, mobilidade, calçadas. Qual é a sociabilidade que estamos criando?

O Brasil hoje é um país que 52% da sua população se declara não branca, porque é cafuzo, mameluco, preto, amarelo, não é branco que ele se declara não. Em 2030 talvez sejam 70% dos brasileiros se declarando não branco. Quem conhece o Brasil sabe que a cor da pele pode definir o salário, uma oportunidade de emprego, de educação diferente.

Vivemos profundas mudanças na configuração das famílias, o que é uma questão fundamental para a assistência social. O que mais cresce no Brasil são as famílias monoparentais, famílias de um adulto e uma criança. Esse adulto geralmente é uma mulher quando não um idoso. Como é que nós vamos formar essa criança quando as escolas parecem presídios?

Enfrentar essas questões significa reavaliar o que estamos fazendo hoje. Progredimos muito no Brasil, isso é inequívoco. Mas estamos preparados para o que vem vindo pela frente? Como é que vamos reconectar as políticas públicas nesse novo conceito?

É algo que diz respeito a uma construção, que impõe um desafio enorme, mas ao mesmo tempo um privilégio de poder transformar mais profundamente a sociedade com as nossas próprias mãos.

Sra. Jucimeri Silveira. Superintendente da Fundação de Assistência Social de Curitiba.

Situa o contexto internacional de regressão das lutas, dos direitos, dos sistemas de proteção social, até naqueles países que conseguiram atingir experiências de sistemas estruturados mais universais. Uma crise econômica e social que gera a banalização da vida, o aprisionamento nas amarras do cotidiano que gera desesperança e a não antecipação do futuro.

As lutas fragmentadas, capturadas pela violência, carentes de consciência crítica desafiam os sujeitos coletivos. Mas, quem são os sujeitos coletivos nos nossos municípios? Quais são as grandes forças, ou as grandes lutas, ou os grandes sujeitos coletivos com o papel de protagonizar as grandes transformações sem refuncionalizar os transformantes da sociedade? Quais são as capacidades políticas de agregar entorno de um projeto coletivo os interesses mais diversos?

Os trabalhadores têm de explicitar as contradições da realidade, o trabalho social exige reflexão permanente, construir novas mediações que são técnicas e que são políticas.

Deu-se início a uma agenda nacional de estruturação da gestão do trabalho. Um momento extraordinário de passagem da desprofissionalização para um debate sobre o trabalho. Estamos num processo de implantação de uma política da educação permanente que supõe percursos formativos, percursos formativos. Não se trabalha no SUAS sem formação consistente, sem uma leitura coerente das demandas, sem formação continuada, sem especialização, sem produção do conhecimento, que precisa ser disseminado não só para dentro do SUAS, mas para outras esferas da vida social. O processo de formação continuada passa a ser uma requisição fundamental para atuar na Assistência Social e não se trabalha no imprevisto nessa política.

Não se trata de execução de programas, ou de deslocar assistentes sociais, psicólogos, pedagogos para um serviço. Os profissionais precisam estar também na gestão, para monitorar, exercer a vigilância, para discutir as situações complexas, para estudar. É preciso reverter a primazia das requisições gerenciais burocráticas para fazer o trabalho criativo, inovador, que exige espaços dialógicos, reflexivos, outro tempo.

Qual é a força do trabalho, no trabalho social? Somos um coletivo de trabalhadores agregados por projetos convergentes ou estamos iniciando um processo de disputa corporativista por um lugar no SUAS? Se não tomarmos cuidado podemos cair na armadilha da lógica das competências fragmentando ainda mais o nosso trabalho. É necessário ampliar o debate sobre o significado do trabalho social.

O acúmulo da Assistência Social responde aos efeitos da questão social, entendida como a massificação da pobreza, a existência de desigualdade de classes, de acesso aos bens, serviços, riqueza e poder. Ao mesmo tempo se dá no marco de respostas sociais e institucionais que são parciais, porque as políticas públicas possuem uma natureza contraditória.

O SUAS inaugura um novo marco regulatório que expressa a construção do conteúdo específico da proteção social na Assistência Social, que ainda não está suficientemente vinculado aos processos que democratizam e qualificam o acesso aos direitos. A implementação e aprimoramento do SUAS tem produzido ordenamentos institucionais, práticas políticas que exigem um novo patamar de estruturação do trabalho da gestão. Novos mecanismos e institucionalidades direcionados ético e politicamente.

O novo momento de estruturação do SUAS deriva no estabelecimento de prioridades nacionais, de padrões de atendimento, de universalização de cobertura e de exigências de cofinanciamento. O trabalho ganha centralidade em todos os pactos e ordenamentos normativos jurídicos do SUAS.

Entre tanto, enfrentamos o desafio da desfragmentando das políticas que contribui para que as demandas sejam caracterizadas como problemas pessoais de ordem moral, e individual. Corre-se o risco de sofisticarmos mecanismos de controle da vida privada, e manipularmos de modo conservador, ocultando as contradições da realidade e reproduzindo a realidade social como ela está.

Uma das características do trabalho social conservador é não olhar para a estrutura, reproduzindo via o pragmatismo a prática pela prática, a não reflexão. Nessa atuação predomina o controle e manipulação que é absolutamente funcional ao capital. Funcional aos projetos que sustentam a concentração de renda, riqueza e poder, porque a questão da desigualdade não é só uma questão de partilha e riqueza, renda, é uma questão de partilha de poder, e poder não se outorga se conquista.

É preciso refletir sobre a crescente judicialização dos conflitos, que servem aos mecanismos de controle policial, judiciário para controlar a vida das pessoas. Temos que forçar um processo de discussão do sistema de justiça, onde predomina a perspectiva de exercício do poder, do controle dos pobres, da criminalização dos pobres e da judicialização dos conflitos. As instituições não são neutras, são portadoras de projetos de classes, sabendo ou não, tendo consciência ou não.

Por isso ancorar o trabalho social num projeto coletivo superior é fundamental. É preciso fortalecer racionalidades que partam do próprio cotidiano, que potencializem valores sociais emancipatórios. A legitimidade de um projeto político no âmbito do estado está centrada na produção de consensos, de acordos, de pactos que perpassam os projetos coletivos diversos. Nesse sentido a política social é campo de disputa para uma nova cultura; campo de disputa não único e nem exclusivo, mas indispensável para as lutas sociais emancipatórias.

Esse é o nosso trabalho, difundir as conquistas ético-políticas, dialogar com a sociedade sobre as grandes questões contemporâneas. A racionalidade burguesa reduz a existência ao presente, por isso que a fragmentação é funcional a essa lógica. Tendemos a dar respostas superficiais, baseadas no senso comum, no juízo conservador, na criminalização dos pobres, na individualização dos problemas.

A pobreza, o abuso, a violência são fenômenos sociais, estruturais, exigem vocalização e construção de caminhos que qualifiquem sujeitos e ampliem direitos. Daí a importância das organizações coletivas, de novos mecanismos de interferência na esfera pública para ampliar a agenda.

Avançamos muito, mas é preciso ter condições de interferir na estruturação dos serviços de estruturar melhor os espaços de participação e de organizar o conteúdo do trabalho, num contexto adverso, como Pochmann apontou, pois vivemos os efeitos das mudanças no mundo do trabalho. Sabemos bem sobre a informalização, a flexibilização, trabalhos terceirizados, subcontratados, temporários, e trabalho doméstico em termos parcial ou por projeto.

Os efeitos da reestruturação produtiva rebatem na Assistência Social em duas grandes dimensões. Na precarização do trabalho e na lógica que combina a flexibilização com o intensificação via produtividade.

É necessário sair do lugar da subalternidade, aliar esforços coletivos, ser consciente de que o presente é grávido do futuro. É preciso contestar, contrariar, disputar. A vitalidade das organizações coletivas alimenta e fortalece, pois permite construir a direção de uma sociedade em que impere respeito à diversidade e à igualdade, apostando na vida que, como diz Cecília Meireles, só vale a pena ser vivida se fora reinventada.

Questões que compareceram no debate:

- Desafios: ausência de organização dos trabalhadores para discussão de questões pertinentes a questões de trabalho e salário.
- Elementos para a discussão de um piso salarial para o trabalhador do SUAS.
- Necessidade de reconhecer as mudanças na organização das cidades (aumento do número da população idosa e redução da população jovem).
 - Alterações no perfil regional.
 - Ampliação de 20 milhões de postos de trabalho, mas com baixa sindicalização: 3 milhões de trabalhadores sindicalizados;
 - Impacto nas mudanças de conjuntura: aumento expressivo do valor do salário mínimo; criação de 4 milhões de habitações, ampliação significativa no número de estudantes universitários, etc.
 - Impacto nas mudanças de conjuntura: enfraquecimento dos sujeitos coletivos.

4. A Democratização da Política Social: o papel da sociedade civil

Palestrantes:

Sr. Pedro Pontual, Diretor de Participação Social da Secretaria Nacional de Articulação Social, da Secretaria Geral da Presidência da República, Doutor em Educação pela PUC de São Paulo.

Sr. Diogo Santana, Secretário-Executivo da Secretaria Geral da Presidência da República.

Sr. Silvio Rocha Santana, Diretor-Presidente da Fundação Grupo ESQUEL Brasil, Animador e membro do Comitê Facilitador do Novo Marco Regulatório para as Organizações Sociais.

Sr. Ademar Bertucci. Conselheiro do CNAS pelo segmento de entidades, Assessor Nacional da Cáritas.

Sra. Laís Vanessa de Carvalho de Figueiredo Lopes, Assessora Especial do Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Coordenadora da Agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Coordenadores de mesa

Sra. Márcia De Carvalho Rocha. Conselheira do Conselho Nacional de Assistência Social. Representante do Lar Fabiano de Cristo.

Sra. Juliana Matoso Macedo. Conselheira do Conselho Nacional de Assistência Social.. Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS.

As coordenadoras da mesa e membros do Conselho Nacional de Assistência Social, Sra. Márcia De Carvalho Rocha e Sra. Juliana Matoso Macedo apresentaram os palestrantes a dinâmica e objeto da mesa temática: discutir a democracia e a sociedade civil na perspectiva política que supõe a luta por hegemonia entre os projetos ideo-políticos; o sentido e as possibilidades da gestão pública nas democracias contemporâneas; democratização na rede de serviços governamentais e não governamentais; empoderamento dos usuários e as instâncias participativas e de controle social, especialmente, os Conselhos de Política como espaços de politização, despolitização e burocratização.

Sr. Diogo Santana. Secretário-Executivo da Secretaria Geral da Presidência da República.

Apresenta a situação do marco regulatório das organizações da sociedade civil, especificamente no que diz respeito a contratualização e repasse de recursos públicos do Poder Executivo para as entidades da sociedade civil, enfatizando três dimensões.

A primeira, diz respeito à valorização do trabalho das entidades da sociedade civil como imenso tecido social que atuam nos projetos de combate à pobreza, nos projetos de economia solidária e essencialmente nos projetos de atendimento assistencial e à população mais excluída do Brasil. Essa valorização e de reconhecimento se dá numa conjuntura que apresenta uma contradição permanente. De um lado, o fortalecimento da parceria com a sociedade civil, que derivou na execução de conjunto importante de políticas. De outro, do ponto de vista normativo, a aplicação e destinação de recursos públicos, cada vez mais complexo, e que por vezes, cria uma burocratização excessiva, mas que tem por objetivo a preservação da qualidade e a destinação dos recursos públicos.

A segunda abordando a proposta de um novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, em processo, desde 2011, em conjunto com a sociedade civil, e que pressupõe um trabalho minucioso de estudar cada norma e legislação, entender como afetam a vida das entidades e propor um conjunto de normas mais eficientes.

A nova regulação busca racionalizar e organizar todo o processo, desde a etapa de planejamento até a prestação de contas, a partir de três princípios:

- a) valorizar e reconhecer o trabalho e as especificidades das entidades;
- b) melhorar a transparência na aplicação dos recursos públicos;
- c) melhorar a eficiência dos projetos.

O Novo marco legal tem essencialmente quatro pontos:

1. Criar um marco específico da relação do governo com as entidades da sociedade civil, já não mais baseado em convênios;

2. Criar uma regulação específica que permita contratar as equipes técnicas dos projetos;
3. Estabelecer um conjunto de regras e normas para organizar e sistematizar as fases de planejamento, seleção e monitoramento das parcerias;
4. Organizar o Sistema de Prestação de Contas de uma maneira mais eficiente, preservando todo o rigor na aplicação dos recursos públicos e tornando mais inteligente o Sistema de Prestação de Contas.

A terceira dimensão diz respeito à construção de uma agenda de discussão do novo marco e à ênfase na capacitação para que as pessoas conheçam as normas e sistemas, que passam a operar essas normas, de forma de garantir maior qualidade e maior responsabilidade face aos problemas que as entidades detectam. Processo que deverá também abordar a questão da sustentabilidade econômica das organizações, estimulando a doação entre agentes privados e a reorganização tributária das organizações, das cooperativas.

Sr. Pedro Pontual. Diretor de Participação Social da Secretaria Nacional de Articulação Social, Secretaria Geral da Presidência da República.

A relação entre estado e sociedade civil supõe uma relação onde cada um desses entes tem suas competências e sua autonomia. Foco da análise na questão da participação e do controle social como direito. Para tanto, é necessário pensar a trajetória da participação social no Brasil. Nos anos 70 e 80, face à ditadura militar a participação era movida pela reivindicação e, portanto, pela pressão sobre o Estado. Nos 80, com o início do processo da redemocratização, com a criação das primeiras instâncias de participação, para além da pressão e reivindicação, os processos de participação tornam-se mais propositivos. Nos anos 90, sobre forte influência das políticas neoliberais, a participação volta a ter fortes aspectos de reivindicação, diante das tentativas de desconstrução de direitos. A partir dos anos 2000, há um processo de expansão da participação, expresso no aumento do número de Conselhos, de Conferências, de ouvidorias, bem como da diversificação temática das Conferências.

Essa expansão exige, hoje, um salto de qualidade no sentido da consolidação do processo de participação social, durante todo o ciclo da política pública, tanto na sua elaboração como na implementação, monitoramento, avaliação e até mesmo na execução em relações de parceria. Participação que envolve o controle social, por isso, a importância das conquistas no aspecto da transparência, da Lei do Acesso à Informação, da democratização do acesso a informações orçamentárias, estabelecendo de verdade um processo de controle social da sociedade civil sobre o Estado na questão das políticas públicas.

Expansão que supõe três grandes tarefas:

- Aperfeiçoar os instrumentos, os mecanismos e as instâncias de participação social;
- Criar e incorporar novos instrumentos e linguagens de participação social, como as mesas de diálogo, os fóruns interconselhos, consultas públicas na internet, etc.
- Articular os mecanismos e as instâncias de participação social. Essa é a proposta do Sistema Nacional de Participação Social. As ouvidorias, por exemplo, fazem um trabalho importantíssimo de produção de informação a respeito da visão dos usuários, da produção e prestação de serviços públicos, mas nem sempre essa produção de informação é insumo para o trabalho dos Conselhos e para a avaliação que as Conferências fazem das políticas. Isso precisa ser articulado.

O desafio é que a participação social e controle social se tornem efetivamente um método de governo, portanto presentes em todas as áreas do governo. Participação social como método de governo, também, como processo de indução, para fortalecer e ampliar a democracia, e, sobretudo, os mecanismos de democracia participativa. A reforma política no seu sentido mais amplo pressupõe a reforma das instituições políticas, dos partidos políticos e a institucionalização com mais força dos mecanismos da democrática participativa.

Sr. Silvio Rocha Santana. Presidente da Fundação Grupo Esquel Brasil.

Existe uma intensificação do processo de participação muito grande nos últimos anos, ao ponto que hoje no Brasil há mais Conselheiros do que vereadores. Há um avanço, mas precisa ser aprimorado ao longo do tempo.

O estado brasileiro fez uma opção clara para privilegiar o interesse privado e não o interesse público, o que se reflete no dia a dia das políticas. Com todo o avanço que foi feito nos últimos 10 anos nós ainda estamos na pré-história do desenvolvimento humano e social desse país.

As organizações da sociedade civil precedem ao estado, apareceram antes do estado, são o primeiro setor e não o terceiro. A Constituição diz: “O poder emana do povo.” quer dizer, o governo não escolhe o povo que tem, o povo escolhe o governo que quer.

As organizações da sociedade civil, enquanto sociedade civil, não são obrigadas a ter o conhecimento absoluto de todas as questões, têm que ter opinião e participar. Na plataforma do Marco Regulatório, que é uma articulação de centenas de organizações para discutir o Marco Regulatório, dos cinco pontos levantados três se referem à questão da participação.

Mas para participar efetivamente precisa haver regulação, ter normas e leis que impulsionem, favoreçam e facilitem a participação.

Quem trabalha na área de interesse público tem muito menos benefícios e é mais perseguido do que o setor privado. A isenção total de todas as organizações da sociedade civil chega a R\$ 19 bilhões mais ou menos por ano, somente o simples empresarial chega a R\$ 57 bilhões, quer dizer, os benefícios concedidos ao microempresário são três vezes mais do que é concedido à sociedade civil. O microempresário é lucro privado, enquanto as organizações da sociedade civil atuam no âmbito do benefício público.

As organizações da sociedade civil são aparelhos de hegemonia, propõem transformações sociais, são instituições de disputa de poder. Os prefeitos sabem, por exemplo, que a organização da sociedade civil, via processo de participação e de radicalização democrática, significa redução do seu poder. Os Conselhos de Políticas Públicas são instrumentos de governo, não são instrumentos de exercício da democracia do poder popular, são instrumentos de gestão do governo.

De outro lado, 80% das organizações da sociedade civil são pequenas, com orçamentos anuais de menos de R\$ 100 mil. O microempresário individual com orçamentos de até R\$ 60 mil por ano faz a sua demonstração contábil para a Receita Federal e para o INSS somente com livro caixa. As organizações fazem segundo o Sistema de Contabilidade Nacional, extremamente complicado e caro. Assim, é necessário discutir a definição de uma Política de Incentivo Fiscal para o setor privado, que opera para o interesse público.

Sr. Ademar De Andrade Bertucci. Conselheiro do Conselho Nacional de Assistência Social, Representante da Cáritas Brasil.

Estamos num estado leigo e laico, mas que não ateu. Sabemos da contribuição enorme que as diferentes denominações religiosas têm e, entretanto, somos acusados de fazer proselitismo religioso.

O estado brasileiro não sobreviveria sem as organizações que atuam na Assistência Social e na ação social. O número de trabalhadores que estão nas organizações da sociedade civil é muito maior do que na área governamental e isso não é reconhecido. Os bons programas que se tornaram políticas públicas nesse país, vieram das organizações sociais.

O estado não faz cidadania. A ação da sociedade civil é que cria e organiza o estado, a cidadania é uma tarefa da sociedade civil, não quer dizer que o estado não tenha atribuições, senão estaríamos negando a Constituição de 1988. Na construção do Sistema da Política de Participação Social o principal papel para lutar pela participação é das organizações.

Conselho é para fazer controle social, mas isso é insuficiente. Se não tem mobilização social não há força no Conselho. Os conselhos têm que desenvolver a capacidade de mobilização social para realizar o controle social efetivamente. A sociedade civil participou contra a ditadura, participa na democracia e as iniciativas das organizações da sociedade civil se constituirão em universalidade por meio da luta da política pública.

É preciso discutir qual é o desenvolvimento social necessário para promover dignidade, inclusão social, pois é impossível incorporar todo mundo no sistema tal como ele está estruturado hoje.

A integração, inclusão sem transformação é enganação. Se não houver preocupação em mudar mais estruturalmente, vamos ficar incluindo gente que depois é excluída, para depois incluir de novo.

Questões que compareceram no debate:

- Fragilidade no funcionamento dos conselhos: estrutura física inadequada ou inexistente; ausência de assessoramento técnico, pouca disponibilidade de recursos materiais e insuficiência de recursos financeiros. O processo de eleição dos conselheiros não é transparente, portanto fere os princípios da democracia participativa.
- Existência de um hiato entre o discurso da presidência da república e a dinâmica cotidiana do MDS, que reduz o papel das entidades à tipificação dos serviços socioassistenciais, ferindo o artigo 3 da LOAS.
- Existência de uma crise no funcionamento das entidades. Em 2010 um número expressivo de entidades fecharam as portas, deixando de atender usuários.

5. Sistemas Universais, Seguridade Social Brasileira e Políticas Públicas de Estado

Palestrantes:

Eduardo Fagnani. Professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas/UNICAMP.

Aldaíza Sposati, Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Seguridade e Assistência Social.

Arlete Sampaio médica sanitária foi Vice-Governadora do Distrito Federal, atualmente Deputada Distrital.

Coordenadores de mesa:

Fátima Aparecida Rampin. Conselheira do Conselho Nacional de Assistência Social, Representante do Ministério da Previdência Social

Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria. Conselheira do Conselho Nacional de Assistência Social, Representante do da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da Central Única dos Trabalhadores. CNTSS/CUT.

As coordenadoras da mesa e membros do Conselho Nacional de Assistência Social, Sra. Fátima Aparecida Rampin e Sra. Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria apresentaram os palestrantes, a dinâmica e objeto da mesa temática: o novo desenho da seguridade social brasileira e as disputas ideó-políticas presentes na sociedade. Os sistemas universais como modo integrado de fazer a gestão das políticas sociais e a forma republicana em sua organização. Os desafios se colocam na perspectiva de avançar

Sr. Eduardo Fagnani. Professor do Instituto de Economia da UNICAMP;

Vivemos num mundo de disputa entre dois projetos antagônicos. O primeiro projeto baseado nos valores do Estado de bem estar social representa a defesa de direitos universais, da cidadania, da igualdade e da seguridade social. O segundo projeto é o do Estado mínimo, não precisa de políticas universais, bastam políticas de transferência, políticas sociais voltadas para os mais pobres. A partir de 2008, com a crise financeira internacional, o Estado mínimo que já era hegemônico desde 1975 passou a ter uma hegemonia maior ainda, exemplo disso é a proposta de piso básico de proteção social que hoje é hegemônico no G8, G20, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, OIT, 20 agências da ONU, etc.

O Brasil tem três momentos da política social brasileira. A mais importante e primeira ocorreu durante a transição democrática, sobre forte influência do o movimento social dos anos 70, que derivou na conquista da Constituição da República em 1988, que afirma os valores do Estado do bem estar social.

A segunda se dá a partir dos anos 90 quando o Brasil adere ao neoliberalismo, e, no campo social pregoa os valores do Estado mínimo, ou seja, o Estado só cuida da educação básica e dos pobres, fora isso o acesso se dá via mercado. Daí a importância da privatização da saúde, da previdência, da educação. O período entre 1990 a 2002 é uma tentativa de retrocesso das conquistas formais de 88.

A terceira ocorre a partir 2003 e representa avanços sociais importantes na redução da desigualdade social e na queda da pobreza. O que explica esse progresso é uma conjugação de fatores de crescimento econômico e de articulação positiva entre economia e a política social. A ampliação de renda das famílias foi resultado do crescimento do emprego, do salário mínimo e do gasto social. Essa ampliação da renda das famílias foi a base, também, do crescimento econômico, baseado no consumo interno. Nessa fase, deixamos de ver políticas focalizadas e políticas universais como algo excludente e passamos a considerá-las como complementares. São dessa fase, também, o Sistema Único da Assistência Social, o Sistema Único de Segurança Alimentar e os avanços no Sistema Único da Saúde e na educação.

Mas os desafios são inúmeros e podem ser sintetizados na questão desigualdade: desigualdade na renda, desigualdade no mercado de trabalho e desigualdade no acesso aos bens e serviços sociais básicos. Avançar, portanto, significa fortalecer o sentido de universalização da cidadania e dos direitos para todos, incluindo os mais pobres.

Não é possível enfrentar essas questões tão complexas na lógica das “caixinhas”, a assistência, social, a saúde, a educação não dão conta sozinhas, porque envolve questões políticas e econômicas. O desafio das forças de esquerda, dos setores progressistas é pensar uma agenda de desenvolvimento que tem três dimensões fundamentais.

A primeira dimensão é política e exige a reforma política, mãe de todas as reformas: sem reforma política não vamos sair do lugar. A segunda dimensão é econômica. Para enfrentar as desigualdades a economia tem que crescer. Mas não é qualquer crescimento, tem que ser sustentável por um lado e por outro, baseado na indústria, pois o emprego de qualidade é o emprego industrial. E finalmente, a dimensão social. Saímos da terceira pior distribuição da renda do mundo para a 15ª pior. Ou seja, a grande questão nacional ainda é a distribuição da renda, ou melhor, a concentração de renda. Foram criados quase 20 milhões de empregos e aumentou o salário mínimo 73% acima da inflação, mas, ainda temos entre 30 e 40% de pessoas no mercado informal, os trabalhadores estão concentrados nos setores de baixo valor agregado, como construção civil, serviços, com baixos salários, média de um salário mínimo e meio, etc. E a desigualdade no acesso dos bens e serviços sociais básicos exige universalizar a cidadania social, cumprindo a Constituição de 88.

O Brasil nunca teve uma política nacional de transporte público, uma política nacional de saneamento ambiental, uma política nacional de habitação popular para a população abaixo de três salários mínimos, como tem com Minha casa minha vida. O Brasil passou de 30% das crianças de 4 a 6 anos na escola, em 2000, mil para quase 80%, hoje, avançando na inclusão da educação infantil. O Brasil tem hoje 50 milhões de crianças de 1 a 15 anos, em 2050, serão 20 milhões, o que pode ser uma oportunidade histórica para melhorar a educação. Na seguridade social, pela Constituição, artigo 194, a seguridade social é composta pela saúde, previdência social e assistência social. Também estabelece que as três políticas devem ser pensados em conjunto, inclusive do ponto de vista do seu orçamento. Não se trata apenas de obter fontes de financiamentos vinculados a esses setores, mas de estruturar o orçamento da seguridade social, e isso precisa ser feito.

Existem pelo menos quatro grandes condicionantes estruturais que afetam todas as políticas sociais, o primeiro é o financiamento da proteção social, que implica em reforma tributária, em pacto federativo e cooperação entre níveis de governo, em repensar a Lei de responsabilidade fiscal. A segunda diz respeito ao processo de mercantilização e privatização de todas as políticas sociais que se deu nos anos 90 (privatizamos saneamento, o transporte público, a saúde, a educação) e que não conseguimos reverter. A terceira diz respeito à reforma do Estado e da Gestão Pública. E, por fim, enfrentar o conflito distributivo, garantindo direitos universais para todos.

Sra. Aldaíza Sposati. Professora e Coordenadora do NEPSAS/PUC/SP.

Situa a discussão da Assistência Social num momento de maturidade com 20 anos de LOAS, oito anos de SUAS, um acúmulo de experiência.

A Conferência nacional coloca a dimensão da tripartição nacional entre Municípios, Estado, União, que envolvem a mesma realidade de atuação, mas também distâncias e diferenças de papéis. É preciso olhar essas distâncias e diferenças na construção de um sistema único para construir o sentido de unidade.

Se a seguridade social brasileira foi criada pela Constituição em 1988, estamos ainda em 2013, perguntando que seguridade social é essa, como relacionar o CRAS com a unidade do INSS. Não há efetivamente na dinâmica do trabalho uma compreensão do sentido da seguridade social, que é bem mais do que intersetorialidade. Alcançamos maturação para afirmar, nenhuma política social tem a resposta, até porque, muitas das demandas que se colocam para as políticas sociais são questões não resolvidas de um modelo econômico redistributivo. Também não é o social sozinho que tem uma resolutividade, e, sobretudo, não é a Assistência Social a porta voz das ausências das outras políticas.

A Política de Assistência Social, embora criada pela Constituição, é ao mesmo tempo abraçada e rejeitada por forças sociais, e portanto, os avanços têm praticamente o mesmo tamanho dos desafios. Inclusive a segurança do avanço é ao mesmo tempo um desafio, porque supõe uma maturidade política que efetivamente não está assegurada no campo da seguridade social.

A permanência do conquistado exige que o reconhecimento social, isto é, o exercício também do controle social pela sociedade civil mais ampliada. O reconhecimento dos avanços tem que alcançar o conjunto da sociedade.

Entretanto, as conquistas sociais ainda não se incorporam na sociedade como bens duráveis. O padrão de atenção social ainda é, infelizmente, regido pelo ocasional e conjuntural, e, depende em grande parte da intenção dos governos. Conquistar a presença da atenção da proteção social como elemento estruturante, em confronto com as manifestações da desigualdade, é ainda uma proposta frágil, pois a proteção permanece subordinada à força estratégica e política dos gestores federativos da Assistência Social. Se o gestor pode mudar tanto o conteúdo do trabalho é porque a proteção é muito frágil e não está assegurada nem para os usuários e nem para os trabalhadores.

Muitos gestores ainda consideram o SUAS como uma reserva de meios, força de trabalho, materiais, recursos financeiros para uma atuação personalista, o que é a anti-compreensão da seguridade, do direito, da política pública. Dessa forma, na Assistência Social ainda nesse avanço temos uma operação limpeza com este passado não republicano, personalista. Conseguimos a libertação do CNAS só em 2009, quando se torna um espaço institucional de gestão paritária da Política Nacional de Assistência Social, pondo fim a seu papel de câmara de arbitragem, de isenções de impostos, de taxas para interesses privados, educação, saúde, entidades. Portanto, 11 anos após a Constituição é que nos libertamos do esquema construído pelo Getúlio Vargas, em 1938.

Sistemas universais são aqueles regidos pela igualdade, pela universalidade e pela indistinção. Todavia, o campo da Assistência Social é muito mais próximo da equidade no sentido da incorporação dos diferentes e diferenças não cobertas pelas políticas, assim falamos de população quilombola, ribeirinha, cigana, população em situação de rua. Essas diferenças têm visibilidade na Assistência Social. Quando a assistência social desenvolve programas de atenção a quilombolas, a população em situação de rua, a ciganos, há uma combinação clara de uma extensão da universalidade, pela incorporação das diferenças.

Ao falar em proteção social, a lógica não pode ser a do per capita, mas a da necessidade da proteção, porque o per capita é uma lógica de mercado e a necessidade da proteção é a lógica do direito.

Não é inadequado que a Política de Assistência Social, como a Política de Seguridade seja pensada como política para o pobre, porque pobre ou pobreza como multidimensional não é apenas de uma Política Social e nem é só do social, é do econômico. Por tanto a questão da intersetorialidade ganha importância, os estudos realizados revelam que cada uma das políticas sociais (educação, saúde, assistência social, habitação) tem uma lógica de cobertura territorial particular, ou seja, não há um chão comum de trabalho entre as Políticas Sociais. Quem tem que fazer essa integração é a dona Maria e o seu José. É necessário pensar se há efetivamente uma presença dos diferentes serviços das políticas sociais nos territórios para se discutir intersetorialidade, senão estaremos discutimos a intersetorialidade no vazio da presença.

A seguridade social no Brasil é muito pequena, integra somente três políticas, nos países da Europa são várias Políticas Sociais, muito bem. A estrutura precisa ser repensada, pois mesmo tendo características dos três sistemas (o SUS, o Regime Geral da Previdência e o SUAS), os sistemas não conversam, ou não sabem quais são as ruas, lá no chão do município, pelas quais o diálogo pode ser feito.

O sentido de social, o sentido de social parece até piada, o que eu vou dizer, mas ele ainda é esgarçado. Para muitos é social quando é gratuito, quando não precisa pagar, isto é, não é adquirível no mercado. Mas o social tem um sentido de público, e nessa dimensão há um conflito imenso com as organizações sociais para a constituição da rede socioassistencial. As organizações sociais possuem uma lógica de ação na fragmentação quando da atenção ao usuário, e isso fere sentido o público do social. O desafio é superar a dimensão individual. O dinheiro é público, mas o modo de aplicação não se pelo estudo de demanda para garantir cobertura, é pela ação, pela organização. A análise das deliberações das Conferências Estaduais revela que não alcançamos maturação suficiente para dizer prever e desenhar a cobertura e o padrão de atendimento a partir do conhecimento objetivo das demandas, e isso fere o princípio da universalidade da política.

Sra. Arlete Sampaio. Ex Vice-governadora do Distrito Federal

Registra a importância da Constituição de 1988, como conquista do povo e como expressão de grandes avanços.

Pela primeira vez, institucionalmente, se admite a proteção social não contributiva. A Constituição, no que diz respeito à Assistência Social, instaura a perspectiva de configuração de direitos concretos para a população, direitos sociais sem contrapartida, direitos numa visão de políticas não contributivas, direitos de proteção da Assistência Social para todos que dela precisam, e, portanto, a perspectiva de universalização da política, o direito de igual tratamento para todos, a participação cidadã, e, portanto, a perspectiva de controle social e de protagonismo de todos que atuam da esfera da assistência social.

O Brasil avançou na aposentaria para os trabalhadores rurais, a ampliação do BPC, o Programa Bolsa Família, a formalização dos informais como aconteceu com as empregadas domésticas.

Mas é urgente que o Brasil discuta o financiamento da seguridade, pois a saúde a previdência vincularam e garantiram o seu orçamento e a Assistência Social não. Como também é fundamental abordar as questões relativas ao cofinanciamento e à corresponsabilização da União, dos Estados e dos Municípios. A experiência do SUS pode servir como alerta. O governo decidiu financiar o SUS e para tanto fez repasse para os municípios, mas nem todos construíram equipamentos públicos de saúde, de fato, grande parte preferiu comprar leitos do sistema privado. Ou seja, o cofinanciamento não garante sozinho nem a qualidade dos serviços e nem compromisso com a política nacional de Assistência Social.

A intersetorialidade foi já apontada como desafio também. O Brasil Sem Miséria é uma experiência rica de políticas intersetoriais construídas de maneira intersetorial, assentado em três eixos, a garantia de renda, o acesso às políticas públicas e a geração de emprego e renda. Ou a experiência do PROJOVEM, que envolveu a discussão de qual seria papel da saúde, da educação, da Assistência, de todos os Ministérios para a Política da Juventude.

A construção da seguridade supõe a tensão entre dois caminhos, políticas que trabalham com os valores do Estado do Bem Estar Social e políticas que trabalham com neoliberalismo e, portanto, com o Estado mínimo. Não é a letra fria da lei que assegura qualquer coisa a cada um de nós, o que assegura os direitos sociais é uma determinada correlação de forças e uma determinada visão política que prioriza no financiamento das políticas públicas justamente aquilo que é importante para povo, para assegurar esses direitos.

Em termos de serviços, a Assistência Social tem um duplo desafio: alcançar a universalização e ao mesmo tempo qualificar o atendimento para que de fato seja efetivo e resolutivo, para que consiga fazer aquilo que é o seu objetivo que é além da proteção, a promoção social das pessoas e da família.

Questões que compareceram no debate:

- a situação dos municípios que vivem apenas com o repasse do Fundo de Participação dos Municípios e a garantia das políticas de proteção social;
- os critérios para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), incluindo a questão da per capita;
- como trabalhar a intersetorialidade para garantir direitos;
- o funcionamento efetivo do controle social;
- as críticas ao Programa Bolsa Família, bem como a “porta de saída” do programa;
- a Política de Assistência Social ser utilizada para cobrir as ausências das outras políticas públicas.
- Necessidade de aprofundar aspectos como sobre proteção social e cobertura;
- A Assistência Social como garantia de direitos;
- Necessidade da reforma política e de um novo pacto federativo;
- Tonar a seguridade social articulada e integrada (Saúde, Previdência e Assistência Social).

6. A Intersetorialidade, Políticas Transversais e o SUAS: Planos Nacionais Intersetoriais

Palestrantes:

Helvécio Miranda Magalhães Júnior. Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

Suzana Maria Brainer. Coordenadora Geral de Articulação de Política de Inclusão no sistema de ensino da Diretoria de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério de Educação Continuada.

Thiago Falcão. Secretário Extraordinário de Superação da Extrema Pobreza do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Nina Gomes. Representante da Casa Civil da Presidência da República como Subchefe Adjunta de Articulação e Monitoramento.

Coordenadores de mesa:

Solange Teixeira. Conselheira do Conselho Nacional de Assistência Social. Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS.

Sr. Anderson Lopes Miranda. Conselheiro do Conselho Nacional de Assistência Social. Representante do Fórum Nacional da População de Rua

Os coordenadores da mesa e membros do Conselho Nacional de Assistência Social Sra. Solange Teixeira. e Sr. Anderson Lopes Miranda apresentaram os palestrantes, a dinâmica e objeto da mesa temática: a intersectorialidade como concepção básica da perspectiva de integralidade, complementariedade e a articulação das necessidades e aquisições de materiais e imateriais. A necessária articulação entre as diversas políticas setoriais e serviços que respondem às demandas de proteção social/usuários. Políticas transversais cujos conteúdos objetivos e alcance vinculam-se ou se inserem no âmbito de cada política setorial, crianças, adolescentes mulheres, juventude, segurança alimentar e nutricional, idoso, além do Plano Nacional Crack e Viver Sem Limite, entre outros. A atuação em rede e a gestão compartilhada e a articulação e a intersectorialidade federativa no âmbito do SUAS.

Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior. Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

Tema é extremamente relevante e estratégico, pois pressupõe uma ação de articulação conjunta Governo Federal, que cria um estímulo, uma indução para que no território onde as coisas evidentemente acontecem, haja espaços de articulação local.

O fato de cada política ter perseguido a sua legislação própria, a garantia constitucional de recursos, a sua estruturação específica incidiu na perda da noção de seguridade social, como sistema de proteção que garante direitos, conforme estabelecido na Constituição de 88. E, especificamente o fato que o acesso à saúde, educação e assistência social se conformando como direitos básicos de todos os cidadãos, e expressos nas políticas públicas.

No caso da saúde, a lei orgânica da saúde veio dois anos depois da Constituição, logo a seguir houve outra legislação que tratava do controle social, estabelecendo a constituição de Conselho com caráter deliberativo, 10 anos depois uma emenda constitucional que garantiu recursos mínimos para a saúde e no atual Governo foi possível regulamentar a emenda 29 do ano 2000, com a sanção da Lei 141 de 2012.

O SUS nasce como uma conquista de um sistema baseado em princípios. A saúde é considerada política pública com a característica radical da universalidade, tirando a saúde do campo dos bens materiais e trazendo-a para o campo dos direitos. Assim saúde para todos. O princípio de equidade que é tratar igual aos iguais e, portanto, diferente aos diferentes. A intersectorialidade com forma de praticar de por em prática um sistema que garante saúde para todos.

A carga de doença no Brasil já mostra que intervir significa a ação de várias políticas articuladas, buscando integralidade. O Sistema Único de Saúde tem que fazer sentido para as pessoas concretamente, tem que produzir um caminho para buscar acesso em todos os níveis e qualidade, qualidade não só como excelência técnica, mas como uma excelência sentida, que fala do bem tratar. O nosso caminho foi fortalecimento da atenção básica e redes de atenção à saúde.

Buscou-se criar uma rede articulada: CAPS na saúde mental, as UPAs, os hospitais, a atenção domiciliar como no Programa Melhor em Casa, os centros especializados, a academia da saúde para atividade física e nutrição, os centros de assistência social, os CRAS, os CREAS e as escolas.

A noção de rede é central. Por isso a importância do decreto presidencial 7508, regulamentando a Constituição e a Lei 8080 instaurando as redes como caminho organizativo do Sistema Único de Saúde. As regiões de saúde são importantes não só para a saúde, mas para a educação e assistência social. Somos 5.570 municípios, 70% com menos de 10 mil habitantes, o que exige articulação regional para dar conta da integralidade da atenção na saúde e nas outras políticas.

E o foco é atenção básica porque ela é a base do sistema, é a mais complexa, é a mais difícil, é a grande porta aberta que tem que ser qualificada. E com algumas linhas transversais de qualificação e educação, informação, regulação, promoção da saúde e vigilância optamos por estabelecer redes temáticas. A Rede Cegonha que trata da assistência obstétrica e neonatal, a rede de atenção psicossocial que traz nela a nossa grande iniciativa do programa Crack é Possível Vencer, a rede de cuidados em urgência e emergência que tem as UPAs, o Melhor em Casa, a rede hospitalar, o SAMU, a rede de atenção às pessoas com doenças crônicas, etc.

A verdadeira intersectorialidade, a verdadeira integralidade, a verdadeira integração são as pessoas que fazem o território, em cada lugar desse país e os governos federal, estadual e municipal têm que fazer é facilitar, não podem obstaculizar o acesso com a construção de caixinhas.

A atenção básica está ancorada no território, por isso a importância dos avanços na ampliação das unidades básicas, das equipes da saúde da família. A nova política de atenção básica aprovada em 2012 tem esses fundamentos.

O Bolsa Família trouxe para a saúde a necessidade de trabalhar junto, a condicionalidade foi usada como ponta de um iceberg, como problema que precisava ser desvendado. A condicionalidade não pode ser para excluir, mas para cuidar ainda mais de quem não está cumprindo a condicionalidade.

O Brasil sem Miséria deu uma intersectorialidade segunda geração que nos deu mais oportunidade de trabalhar junto. O Saúde na Escola é a potência da escola com seu acervo pedagógico, a sua legitimidade, abrindo evidentemente a escola para a comunidade.

Há um conjunto de ações muito importantes com a educação e com assistência. Os Centros-dia e as Residências Inclusivas serão equipamentos das duas redes e uso é uma experiência inédita.

Destaca a importância de uma portaria interministerial para criar a indução de Comitês intersectoriais locais, territoriais, municipais e estaduais que vinculem as questões das políticas setoriais o espaço do caminho intersectorial.

Sra. Suzana Maria Brainer. Diretoria de Educação Especial da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI.

Para falar das questões intersectoriais analisa dois programas. O programa Bolsa Família é um programa que foi criado por uma Medida Provisória em 2003, instituído pela Lei 10.836 em 2004 e regulamentado em um decreto do mesmo ano de número 5.209. Hoje integra o Plano Nacional Brasil sem Miséria.

O Conselho Gestor do Bolsa Família está vinculado ao MDS, integra vários Ministérios, Saúde, Educação, o MDS, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Fazenda, Casa Civil e Caixa Econômica. O Bolsa Família se faz de forma descentralizada, numa ação compartilhada entre todos os entes federados. Os principais eixos de atuação são a diminuição imediata da pobreza, o reforço do direito de acesso as famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social e a integração a outros programas do Governo.

Hoje são 17 milhões e 500 mil alunos aproximadamente beneficiários do Bolsa Família. Desses 17 milhões quase dois milhões até o ano passado não era possível identificar nem onde moravam, nem as escolas de origem. Desses dois milhões, do ano passado para cá, fizemos três cruzamentos diferenciados e conseguimos identificar mais 1.200.000 alunos estudantes beneficiários. A dificuldade de identificar o local é porque há uma parcela da população que se desloca constantemente de um espaço para outro. Os sistemas permitem detectar essas informações e cruzar com outras, por exemplo, informações do INEP com o Censo Escolar. O monitoramento envolve mais de 40 mil profissionais entre gestores, coordenadores estaduais de frequência escolar, Diretor de escola, operador de município.

A condicionalidade da educação sinaliza vários desafios. As taxas de rendimento escolar e a distorção idade/série é uma questão marcante que motiva a busca de estratégias para alterar esse quadro. Outra ação é a proposta de fortalecer a rede de gestores escolares, para a elaboração de um plano articulado que prevê mobilização nas escolas, articulação com o Conselho Escolar e com outros programas nas escolas de maior concentração de beneficiários do Bolsa Família. Isto pressupõe a intersectorialidade com educação, saúde, direitos humanos e assistência para diminuir essa evasão escolar acentuada, bem como reforçar a questão da formação continuada dos docentes para atuar junto a essa população.

O programa Viver sem Limite instituído pela Presidência em 2011 tem esses quatro eixos e o BPC Na Escola para a educação representa um dos programas estratégicos. Criado pela portaria ministerial nº 18, envolve o MDS, MEC, Saúde e Direitos Humanos e tem por objetivo promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência de zero até 18 anos. A gestão compartilhada envolve as três esferas de Governo e ação intersectorial entre quatro áreas de atuação saúde, educação, direitos humanos e assistência. Relata sobre o BPC na escola, seus objetivos, metas, eixos de atuação e ações no contexto do Plano Viver sem Limites.

Sr. Thiago Falcão. Secretário Extraordinário de Superação da Extrema Pobreza do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Destaca avanços, nos últimos 10 anos nos indicadores sociais e no desenho de programas e de propostas e de políticas na área da assistência social, e, em especial na rede de atendimento nas mais diversas áreas.

Quando a Presidenta Dilma coloca no início do seu Governo em 2011, como principal meta do seu Governo a superação da extrema pobreza no país, coloca de maneira muito clara a necessidade de trabalhar e de agir de maneira integrada. Na formulação do Plano já ficava claro os desafios que teriam que ser enfrentado.

O primeiro era reposicionar a política de assistência social dentro das políticas públicas, no Governo Federal, estadual e municipal. A Política de Assistência Social seria a política central da atuação, mas também a perna mais frágil quando comparada às outras grandes políticas e sistemas, como a saúde e educação. Colocar o MDS como coordenador do Plano Brasil sem Miséria já era uma sinalização para os governos estaduais e para os governos municipais de que a política de assistência tinha que ser reposicionada em termos de status de importância dentro de suas estruturas.

A sanção sem vetos da Lei 12.435 que criou o SUAS está nesse contexto, e derivou num processo de aceleração e de fortalecimento da assistência social e da política social nessa perspectiva intersetorial.

Apesar do Plano Brasil sem Miséria trabalhar com a linha monetária, entende-se a pobreza como fenômeno multidimensional que precisa ser atendida em todas as suas dimensões: renda, acesso à saúde, educação, política habitacional, saneamento, etc o que exige a intersetorialidade.

Apresenta resultados do Plano Brasil sem Miséria do ponto de vista dos aspectos intersetoriais.

O primeiro destaque é relacionar intersetorialidade, atuação conjunta na área social para a população mais pobre e Cadastro Único para programas sociais. Até a criação do Cadastro Único não havia possibilidade de fazer política pública no Governo Federal direcionado para a população mais pobre com informações que auxiliassem o agir. O Bolsa Família chega a 50 milhões de pessoas, e é um dos programas mais bem focalizados do mundo graças à política feita pelo Cadastro Único.

Aproveitar a potência do Cadastro único para o Plano Brasil sem Miséria exige enfrentar alguns desafios: busca ativa para incluir no Cadastro todas as famílias em estado de vulnerabilidade social do país, especialmente os extremamente pobres; qualificar as informações não apenas de renda, mas das características das famílias porque a partir delas é que se formulam as políticas necessárias; transformar dados em informação e utilizar essas informações da maneira mais adequada possível.

Apresenta dados sobre a ampliação do PBF, Pronatec, Microcrédito, Inclusão produtiva, Água para Todos, como programas que se articulam visando a superação da miséria. Cita também a Ação Brasil Carinhoso e a Educação em Tempo Integral, com prioridade às escolas com mais de 50% dos estudantes beneficiários do Bolsa Família. Afirma a importância do SUAS, com a apresentação de dados sobre a ampliação da rede de atendimento.

Sra. Nina Gomes. Subchefe adjunta de articulação e monitoramento da Casa Civil da Presidência da República

A questão da intersetorialidade é uma decisão política de Governo, ela não está isenta das alternâncias que a própria ocupação do espaço de Governo, de poder tem na sociedade democrática. Portanto, há uma visão, um tipo de abordagem por trás de todo e qualquer projeto quando se fala de intersetorialidade. A riqueza que tanto a saúde e a educação trouxeram na lógica da quantidade de ações, da articulação dessas ações, de como são pensadas e projetadas, tudo isso, parte de um olhar, de uma visão política de um grupo político que ocupa o espaço de poder dentro de um determinado momento dentro de uma sociedade. Trata-se, assim, de uma decisão política de Governo para o enfrentamento de problemas sociais complexos e a intersetorialidade é uma estratégia de buscar a superação da forma segmentada como as políticas setoriais se dão na ponta.

O cidadão tem múltiplas demandas e múltiplas necessidades e chega aos serviços procurando os seus direitos. Trata a política social de forma intersetorial busca justamente a superação da perspectiva setorial, cada um na sua caixinha. Pressupõe necessariamente a articulação e a integração de saberes e experiências, tanto de profissionais, de gestores quanto da população usuária dos serviços e do controle social que precisam ser ouvidos no processo de diagnóstico, formulação, revisão, execução, acompanhamento e monitoramento dos programas.

É uma nova maneira de planejar a política pública que sai daquela visão muito estanque e fragmentada do setorial para uma compreensão ampla de todo o processo, com o fim tratar de maneira igual os iguais e de maneira desigual os desiguais. Pressupõe sempre a definição de um lugar, de um espaço específico de atuação da intervenção da política pública.

Modelos de atuação do estado que coabitam num mesmo espaço de atuação:

- Estado paternalista: lógica da benesse e da caridade única, ações pontuais que produzem uma descontinuidade da política. Pobre e a pobreza são vistos como questões individuais e portanto, é individualmente que se tratam. Produz baixa efetividade, gera dependência e o usuário não é um sujeito de direito.
- Estado gerencialista: lógica um pouco mais articulada e racional, mas ainda dentro da percepção da política social para públicos específicos. É a vez dos projetos pilotos. Produz reducionismo na oferta de projetos mais estruturantes, tem uma visão de médio e longo prazo que a política pública necessariamente tem que ter.
- Estado de direito: lógica estruturante das redes de atenção, com forte ênfase setorial. A oferta de serviços tem uma maior capilaridade e é tratada na perspectiva da garantia do acesso e do direito. Pressupõe participação do usuário.

Desafios que precisam ser vistos e superados para avançar na perspectiva intersetorial:

- Aceitar a incompletude da ação setorial, a ação setorial não dá conta sozinha do grau de complexidade que a sociedade vive hoje e que vai viver cada vez mais. Não é só a intersetorialidade na perspectiva do social, mas ela no conjunto da sociedade, de todos os atores que agem e interagem na oferta dos serviços e na garantia do direito.
- A ação intersetorial trabalha na questão da horizontalidade dos serviços compreendendo a necessidade da complementariedade, racionalidade e qualidade. A ação setorial tem o poder da verticalidade, necessária para construir a atuação dentro do setorial, dentro da própria rede. A qualificação da rede, na interação entre horizontalidade e verticalidade da própria rede é um desafio grande. A criação de fóruns específicos de debates dentro dos territórios, como os vivenciados no Programa Crack é Possível Vencer permite avançar nessa perspectiva ao discutir estratégias de atuação da área de segurança pública com a área de saúde, com a área de assistência, com a área de direitos humano, porque não existe demanda espontânea para intersetorialidade tem que ser construído.
- Superar a rigidez de normativas e procedimentos que impedem e dificultam a ação intersetorial. Requer um esforço grande de Governo central mas também dos municípios.
- A questão do foco no território na perspectiva que é no território onde o cidadão reside, onde ele sente e resente toda falta de política pública e onde vivencia a participação social.

Questões que compareceram no debate:

- Reafirmar a importância da intersetorialidade nas políticas públicas e desafios para o seu aperfeiçoamento.
- Questionaram quanto à falta do Ministério do Trabalho Emprego e Renda no debate.
- Destaque para a abordagem do tema intersetorialidade na Conferência.
- A intersetorialidade só se faz na mesa, no diálogo, entendendo as outras políticas. Não há decreto, nem lei que assegure a integração das diversas políticas públicas.

7. Solenidade de Entrega do Prêmio Rosani Cunha, de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 10 anos Bolsa Família

Integrantes da Mesa:

Senhora Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Teresa Campello; Senhora Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social e representante da Comissão Julgadora do Prêmio Rosani Cunha, Luziele Tapajós; Senhor Secretário Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Luiz Henrique Paiva; Senhora Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Denise Colin; Secretário Extraordinário para a Superação da Extrema Pobreza do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tiago Falcão; Senhor Diretor Geral de Programas Sociais do Ministério de Desenvolvimento Social e Humano do México, Eriko Flores; Senhor Pedro Eduardo de Oliveira Silva Neto representando os mais de 60 Técnicos do MDS que participaram do ciclo de avaliação do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social.

Cerimônia de entrega do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social, iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para o reconhecimento de boas práticas de Gestão local no Bolsa Família. Nome do Prêmio em homenagem a Rosani Cunha, natural de Montes Claros, Minas Gerais, Gestora Pública do Governo Federal, Secretária Nacional de Renda de Cidadania, responsável pela estruturação e Gestão do Programa Bolsa Família de dezembro de 2004 a novembro de 2008, quando faleceu em um acidente de carro.

No momento em que o Programa Bolsa Família completa uma década de existência, o Prêmio analisou 166 práticas inscritas, sendo 154 práticas municipais e 12 estaduais. Foram selecionadas 12 práticas finalistas, representadas nesta solenidade por seus Gestores.

Apresentação de Vídeo Institucional Sobre os Oito Anos do SUAS, que abordou as mudanças e perspectivas de beneficiário do Programa Bolsa Família.

Senhor Secretário de Renda de Cidadania Luís Henrique Paiva cumprimenta aos integrantes da mesa, destacando que o Prêmio Rosani Cunha:

- reconhece, premia e divulga práticas que são feitas pelos estados e pelos municípios, muitas vezes na sua intersetorialidade, conforme à própria natureza do Programa Bolsa Família;
- representa uma homenagem a Rosani Cunha, pois muitos dos resultados ao longo desses 10 anos tem relação com ela, como a equipe que ela montou e com o trabalho muito difícil de implementar o Bolsa Família, demonstrando um compromisso enorme com a população mais pobre.

Gabriela Cunha Possa, filha de Rosani Cunha, é chamada para receber um troféu de homenagem.

Apresentação de vídeo da campanha publicitária 10 Anos Bolsa Família.

As práticas foram inscritas em uma das três categorias:

- Busca Ativa para cadastramento e atualização cadastral, incluindo identificação de grupos populacionais, tradicionais e específicos;
- Ações articuladas do Plano Brasil Sem Miséria, voltadas à inclusão produtiva das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e;
- Gestão de condicionalidades e acompanhamento familiar intersetorial da Assistência Social, Saúde e Educação.

Todas as práticas inscritas passaram por três etapas do ciclo de avaliação, e as 12 finalistas foram avaliadas pela Comissão Julgadora do Prêmio Rosani Cunha composta por: Fernando Kleiman, Letícia Bartolo, Lilian dos Santos Rahal, Luziele Tapajós, Márcia Muchagata, Patrícia Vieira da Costa, Paula Montagner e Valéria Gonelli. Das 12 finalistas foram escolhidas três práticas municipais e uma estadual como vencedoras. Todas as práticas finalistas estão apresentadas em um catálogo especial. Os representantes das quatro práticas vencedoras participarão de uma Missão Internacional de Intercâmbio para conhecer o Programa de Transferência do México, o “Oportunidades.

Apresentação do vídeo que demonstra as nove práticas municipais finalistas do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social, edição especial Bolsa Família 10 Anos e entrega dos certificados de finalistas municipais do Prêmio Rosani Cunha para:

- Sr. Antônio José Marques Pereira, representando a prática “Núcleo intersetorial de apoio ao Cadastro Único PBF”, do município de Crateús-Ceará.
- Sra. Denise Ferreira Neto, representando a prática “Desafio da intervenção intersetorial na prevenção do descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família” do município de Curitiba-Paraná.
- Sra. Lúcia Galgani Freitas, representando a prática “Busca Ativa das famílias por meio do aperfeiçoamento do relatório dos SECAD e da folha de pagamento da Prefeitura”, do município de Farias Brito-Ceará.
- Sr. Rui de Oliveira, representando a prática “Compromisso e participação para a construção da cidadania”, do município de Jacareí-São Paulo.

- Sr. Edgar Tito de Oliveira, representando a prática “Bolsa Família em João Pessoa, sensibilidade social e segurança alimentar como ferramenta para o direito humano à alimentação adequada”, do município de João Pessoa-Paraíba.
- Sra. Maria José Barreto Silva, representando a prática “Intersetorialidade na Busca Ativa”, do município de Rezende-Rio de Janeiro.
- Sra. Zuíla Wanghon, representando a prática “Projeto Maromba”, do município de Santarém-Pará.
- Sra. Maria Rita Gomes de Freitas, representando a prática “A experiência de São Paulo na inclusão social e produtiva de pessoas em situação de rua, via PRONATEC”, do município de São Paulo.
- Sr. Tiago Henrique Godoi da Silva, representando a prática “Parceria entre Prefeitura e Universidade, Busca Ativa e atualização cadastral”, do município de Toledo-Paraná.

Apresentação do vídeo com as três práticas estaduais finalistas do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social, edição especial Bolsa Família 10 Anos, e entrega dos certificados de finalistas estaduais do Prêmio Rosani Cunha para:

- Sr. Ailton Florêncio, representando a prática “Programa Vida Melhor, apoio a empreendimentos individuais e familiares com o público do Bolsa Família”, do Estado da Bahia.
- Sra. Rafaela Romero Viana, representando a prática “Programa de inclusão produtiva Pernambuco no Batente”, do Estado de Pernambuco.
- Sr. Antônio Claret Campos Filho, representando a prática “Renda Melhor Jovem, um instrumento de superação intergeracional da pobreza”, do Estado do Rio de Janeiro.

Entrega do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social, edição especial Bolsa Família 10 Anos, no âmbito municipal para:

- Município de Farias Brito-Ceará. Prática “Busca Ativa das famílias por meio do aperfeiçoamento do relatório dos SECAD e da folha de pagamento da Prefeitura”, representante Sra. Lúcia Galgani Freitas;
- Município de João Pessoa-Paraíba. Prática “Bolsa Família em João Pessoa, sensibilidade social e segurança alimentar como ferramenta para o direito humano à alimentação adequada”, representante Sr. Edgar Tito de Oliveira;
- Município de São Paulo. Prática “A experiência de São Paulo na inclusão social e produtiva de pessoas em situação de rua, via PRONATEC”, representante Sra. Maria Rita Gomes de Freitas.

Entrega do Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social, edição especial Bolsa Família 10 Anos, no âmbito estadual para:

- Estado da Bahia. Prática “Programa Vida Melhor, apoio a empreendimentos individuais e familiares com o público do Bolsa Família”, representante Sr. Ailton Florêncio.

Sra. Teresa Campello – Ministra do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS, cumprimenta a mesa e a plateia, valorizando a divulgação de práticas que são experiências exitosas, o que demonstra que o Programa Bolsa Família é muito mais do que um programa de transferência de renda. Destaca a dupla dimensão do Prêmio, no sentido de valorizar a trajetória de inclusão no Brasil a partir das experiências concretas de municípios e estados e de construir uma unidade de programa e uma atenção integral ao cidadão, combinando assistência social, educação e saúde.

Resgata, por fim, a nova forma de trabalhar com políticas sociais no Brasil, o fato do Bolsa Família ser uma experiência replicável para outros lugares do mundo, mostrando que é possível construir uma nova visão de proteção social no Brasil e no mundo.

8. Plenárias Temáticas

As Plenárias Temáticas, em número de seis, de acordo com os eixos da IX Conferência Nacional da Assistência Social tiveram por finalidade avaliar o SUAS por meio de debate específico; validar através da leitura, as recomendações, ou seja, as deliberações anteriores recomendadas a permanecer na agenda do SUAS e formular e aprovar as propostas novas que serão deliberadas na Plenária Final.

Para isto, cada uma contou um representante do comitê acadêmico, responsável pela avaliação do SUAS à luz dos materiais oriundos das Conferências Estaduais e do Distrito Federal e, ainda, com debatedores convidados de acordo com o tema abordado no eixo.

Depois dos debates, cada plenária foi orientada a proceder a leitura do documento relativo às recomendações e deliberar as propostas novas, limitadas a seis por eixo. A partir daí, as propostas novas aprovadas na Plenária Temática foram remetidas para a Plenária Final.

Veremos a seguir os pontos de destaque das exposições dos representantes do comitê acadêmico e dos debatedores convidados em cada uma das Plenárias Temáticas.

Eixo 1: O Cofinanciamento Obrigatório do SUAS.

Coordenação:

MARCÍLIO MARQUESINI FERRARI – Conselheiro do CNAS - Representante da Secretaria Nacional de Avaliação e Gestão da Informação
MARGARETH ALVES DALLARUVERA- Conselheira do CNAS - Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais – Fenas

Mesa de apoio:

VALERIA REIS – Conselheira CNAS
FÁBIO BRUNI – Conselheiro CNAS

Comitê Acadêmico:

RENATO FRANCISCO DOS SANTOS PAULA - Assistente Social, Mestre e Doutor em Serviço Social pela PUC/SP, Ex-vice-presidente do CNAS.

Debatedores Convidados:

VANESSA MAZALI - Consultora Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

GISELE TAVARES - Assistente Social, Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. Servidora do Município de Londrina. Foi Diretora do Fundo Nacional de Assistência Social e Conselheira do CNAS.

JOSÉ DIRCEU GALÃO - Subsecretário de Planejamento e Orçamento do MDS. Engenheiro, Advogado, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Relatoria Colegiada:

CÉLIO VANDERLEI MORAES

RENATO FRANCISCO DOS SANTOS PAULA – Comitê Acadêmico

- Há deliberações que vem se repetindo desde da primeira conferência, portanto, são deliberações que existem desde uma fase anterior ao SUAS e que não foram resolvidas. Isto nos remete a questionar se essas deliberações elas são de fato deliberações estruturais para a política de Assistência Social ou elas têm uma datação conjuntural, ou elas se modificam com o tempo ao ponto de serem transformadas em outras questões.

- Chama a atenção a ausência do planejamento da gestão orçamentária e financeira do SUAS. As deliberações ora são bastante pragmáticas no sentido de apontar para a necessidade de cofinanciamento de questões muito específicas do SUAS, e ao mesmo tempo elas apontam também para questões mais genéricas, como o financiamento da gestão do trabalho, o financiamento da vigilância. No geral se percebe que não há deliberações que apontem para a necessidade de um planejamento sistemático contínuo com relação à gestão orçamentária e financeira.

- As questões se repetem basicamente entorno de dois grandes pontos que a gente conseguiu identificar. Primeiro: há uma necessidade de garantir o financiamento para as ações de Assistência Social por todos os entes federados. A partir da instituição do SUAS há uma acentuada cobrança com relação ao papel da gestão estadual neste cofinanciamento. O outro ponto que também aparece de maneira acentuada é a necessidade da criação de uma sistemática de reajuste nos repasses dos recursos federais.

- Uma outra questão que aparece como avanço e ao mesmo tempo dificuldade é o cofinanciamento estadual do CREAS e dos CRAS regionais.

- Outra coisa que nos chamou a atenção ao fazer a análise é a falta ou ausência de uma unidade política e conceitual nas três esferas de governo no que tange ao cofinanciamento, ou seja, não há ainda mesmo depois de oito anos de SUAS. Isto aparece com relação à instituição dos fundos como unidade orçamentária, ao comando único conforme preconiza a LOAS, com a permanência de fundos paralelos por exemplo.

- Em síntese, os pontos que devem balizar a discussão do cofinanciamento:

- a) Instituição de percentual fixo dos orçamentos públicos para a Assistência Social: O crescimento do orçamento vem muito mais a

reboque da nossa necessidade de ampliar as ações e capilarizar o sistema único em todo território nacional do que necessariamente uma ampliação compatível com um planejamento de médio e longo prazo do SUAS para a sua consolidação. Assim, a gente fala de sistema, mas continua pensando a expansão do sistema a partir de serviços, programas e projetos descolados de uma concertação sistêmica, de uma concertação orgânica. Então ao discutir o percentual fixo não se pode abrir mão de ter isso claro, porque senão a gente corre o risco de instituir um percentual fixo, mas ao mesmo tempo continuar fragmentando as ações, e aí o que a gente vai fazer não vai ter efetividade.

b) Resolução das ambiguidades relativas ao financiamento e legislação dos benefícios eventuais. Quando a LOAS institui os benefícios eventuais, eles são o único tipo de provisão que o município é responsabilizado, tanto da sua definição quanto da definição dos recursos que se gastam com isso. Uma dificuldade que tem sido apontada inúmeras vezes é a ausência do estado na regulamentação e no custeio dos benefícios eventuais.

c) Instituição do fundo a fundo nas três esferas: Parece óbvia necessidade de se instituir o repasse fundo a fundo nas três esferas de governo, mas é uma obviedade que não se materializa por si. Isso mostra que ainda há a necessidade política de discutir os fundos como unidade orçamentária, não é só uma discussão técnica. Se a gente discutir isso só como uma questão técnica, a gente além de despolitizar o debate, o que é muito ruim, acaba correndo risco de não avançar naquilo que a gente quer que é um entendimento real do significado da gestão dos fundos ou da gestão orçamentária e financeira do ponto para a política de Assistência Social. Os municípios, dos três entes federados, são os que mais sofrem com esta falta de definição política, ou com esse tratamento tecnicista e tecnocrático da instituição dos fundos.

- Refere que uma dificuldade que o Comitê Acadêmico encontrou é que o eixo do cofinanciamento aparece de modo transversal em todos os outros eixos. As deliberações se repetem em todos os outros. No eixo de regionalização, por exemplo, aparece que tem que ter recurso para a regionalização. No eixo da gestão do trabalho aparece que tem que ter recurso para implantação da capacitação para os trabalhadores, para os Conselheiros, usuários, gestores.

- Sugere que neste eixo se discuta especificamente as questões relativas à política orçamentária e financeira do SUAS, e não necessariamente as questões pontuais do financiamento.

- As propostas apresentadas nas Conferências Municipais não estão interligadas e/ou articuladas ao plano decenal e isso significa que nós não estamos conseguindo pensar o SUAS na lógica da organicidade sistêmica que ele precisa. Na medida em que a gente tem um plano decenal e tem deliberado coisas à revelia desse plano decenal, isto indica deficiência em nossa capacidade de planejamento.

- Há ainda os itens transversais que não podem ser desconsiderados, como é o caso do controle social, especificamente com relação à gestão orçamentária e financeira. O Conselho deve fazer o controle social sobre o lançamento e o financiamento da política, mas estão encontrando muita dificuldade em exercer esse papel. Em relação a isto, foi apontado como um avanço aprovação de índice do IGD de no mínimo 3% para a capacitação do Conselho. A questão é como que a gente planeja essa utilização.

- Em relação à melhoria do processo orçamentário e financeiro dos municípios e a necessidade de regulamentar que todos os recursos orçamentários alocados no fundo sejam destinados para ações do SUAS e não para outras ações.

- Outra questão transversal que apareceu aqui como recomendação para a união, é que seja assegurada a participação de todos os segmentos sociais, trabalhadores, usuários, gestores, organizações, na elaboração e monitoramento da gestão orçamentária da política de Assistência Social. Essa é uma questão que não pode ficar restrita ao nosso eixo. Isso é uma questão política que extrapola o cofinanciamento.

- Para concluir, questões para fomentar o nosso debate:

a) No que tange a responsabilidade dos três entes federados para com o cofinanciamento, quais providências técnicas e políticas podem ser tomadas? A questão do cofinanciamento ela apareceu muito forte uma cobrança ao ente federado estado. Há também uma cobrança para a união, de que o governo federal tome medidas mais drásticas e radicais no sentido de obrigar ou no sentido de induzir com mais força o cofinanciamento por parte dos outros entes federados, em especial o ente federado estado. Nosso debate ele tem que se deslocar do campo legalista e punitivo para o campo político. Essa questão do cofinanciamento, em especial do cofinanciamento estadual deve ser discutida, sobretudo pelos municípios pressionando a sua base nos seus estados. O Comitê Acadêmico está sugerindo que a gente faça essa discussão também do ponto de vista político, de criar estratégias políticas a partir da associação dos municípios nos seus estados, em parceria com o governo federal, para pressionar este cofinanciamento estadual acontecer.

b) A segunda questão é como se pode evidenciar, também do ponto de vista político, os prejuízos causados aos serviços, programas e projetos pela falta ou pelo cofinanciamento que não chega do jeito que deveria chegar. Há um aumento de recursos, mas há também a nossa capacidade de planejar que não avançou na mesma medida. Temos que pensar do ponto de vista político como evidenciar isso não só entre nós gestores, técnicos e trabalhadores, mas para a sociedade brasileira, como é que a gente mostra para a sociedade brasileira os prejuízos que se tem quando a Assistência Social não é cofinanciada adequadamente.

c) Uma terceira questão é como construir a integração efetiva entre os serviços e os benefícios tendo que lidar com a discrepância entre alcance dos benefícios dos serviços. A perspectiva de inclusão social, a perspectiva de redução da pobreza, redução da desigualdade tem como um dos eixos centrais a integração entre serviços e benefícios. No entanto o alcance dos benefícios é muito maior. O benefício ele tem um braço extensor da proteção social brasileira muito maior do que os serviços. A aposta que está sendo feita é de que deve haver uma integração entre serviços e benefícios. Nós temos a preocupação de que não é pelo fato dos benefícios terem maior capilaridade que a gente vai negar os benefícios como provisão da assistência, ao contrário, é pensar a articulação efetiva entre essas duas coisas.

d) Outra questão é como garantir que os fundos sejam de fato instituídos e reconhecidos como unidades orçamentárias da Assistência Social e que os Conselhos sejam, como preconiza a LOAS, os gestores reais do fundo e realizem de fato o controle social sobre

esses recursos. Como que a gente garante isso? Não é apenas do ponto de vista da regulação.

e) Uma outra questão que nós temos que pensar é a implementação efetiva dos blocos de financiamento. Este ponto não aparece com tanta força, mas parece que isso também tem a ver com a nossa capacidade de planejamento, é a gente poder utilizar os recursos do fundo para investimento. A discussão dos blocos nos parece que avança nessa direção, isso foi apontado como avanço em várias conferências, mas também tem que ser discutido do ponto de vista político.

f) Uma penúltima questão é como garantir que os recursos provenientes de emendas sejam destinados aos serviços do SUAS. Há um movimento dos parlamentares no sentido de destinar as suas emendas para aquilo que compõe o SUAS, mas não significa que haja um consenso ou que haja uma hegemonia, isso precisa ser pensado.

g) Por último, teríamos que pensar qual a melhor sistemática e política de reajuste. Esta é uma questão que tem a obrigatoriedade dos recursos como algo que antecede. Se vocês considerarem, por exemplo, a saúde e a previdência que são as outras duas políticas de seguridade social conforme diz a nossa constituição, a gente vai ver que a assistência apresenta uma fragilidade que é inclusive constitucional na medida em que essa obrigatoriedade não foi dada para a assistência, mas está dada para as outras políticas que também são políticas de seguridade social.

VANESSA MAZALI – Consultora Jurídica do MDS

- O ordenamento jurídico comporta com relação à obrigatoriedade do cofinanciamento da Assistência Social. De 2005 para cá houve a consolidação dessa obrigatoriedade no ordenamento jurídico. A própria constituição traz no Artigo 204 estabelece que a Assistência Social vai ser financiada por toda sociedade com recurso da seguridade social, consignado o orçamento de todos os entes. Já a Lei Orgânica de Assistência Social estabelece os critérios para esse repasse dos recursos. A obrigatoriedade ou não das transferências ou das despesas está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. O conceito é de que considera-se obrigatório e de caráter continuado a despesa corrente derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. Entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da federação a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira que não decorra de determinação constitucional legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. Então a gente conclui que a transferência é obrigatória.

- Teve muita discussão ao longo da construção do SUAS desde que isso foi implementado até com relação a possibilidade de pagamento de pessoal, porque o Artigo 167 da Constituição veda o pagamento de pessoal para transferências voluntárias, mas a questão foi pacificada por meio de um parecer da Advocacia Geral da União estabelecendo o entendimento e isso vale para toda a administração de que essas transferências são de fato obrigatórias.

- As transferências relativas ao SUAS são obrigatórias também porque conseguimos incluir nos dispositivos da LOAS que a união e os estados tenham o dever de cofinanciar por meio de transferências automáticas o serviço, programas e projetos de Assistência Social.

- Vale lembrar também que essa obrigatoriedade tem uma implicação grande também na elaboração dos orçamentos, a medida em que a gente tem os critérios e a definição dessa, do que vai ser financiado, de quais são as ações que são de assistência que devem ser financiadas, elas necessariamente têm que estar incluídos nas suas leis orçamentárias. Então isso é um trabalho que se faz mesmo da definição de necessidade da assistência, das ações que tem que ser financiadas, e com a divisão, com a repartição dessas responsabilidades entre os entes.

GISELE DE CÁSSIA TAVARES – Diretora de Gestão do SUAS de Londrina-PR

- A discussão da Gestão e financiamento hoje traduz um pouco a maturidade que nós estamos vivendo na política de assistência. O financiamento então teve que ir sendo incorporado nas discussões com o passar do tempo. Isto significou uma série de ruptura e nós estamos falando de um processo que precisava acontecer, mas que precisava acontecer de uma forma democrática, de uma forma participativa. E é assim que tem que acontecer todo o processo de financiamento, em todas as esferas de governo.

- A discussão dos temas gestão e financiamento não poderia mesmo ser diferente, não poderiam ser separados. A questão do planejamento ela está intimamente vinculada ao processo do financiamento. Se nós fazemos um bom diagnóstico da realidade local, se sabemos onde existe a concentração das vulnerabilidades, quais são os principais riscos sociais que a nossa população está, aos quais a nossa população está submetida. Como é que estamos identificando aquilo que pode ser demanda do financiamento? Se não fizermos isso nós vamos falar em cima de bases muito frágeis.

- Em relação à vinculação da Assistência Social no orçamento da seguridade social, consideremos que isto é um compromisso de toda sociedade brasileira assumido na constituição de 1988 que foi resultado de muitas lutas. Esse é o pressuposto das três políticas da seguridade social, e o financiamento ele tem que traduzir a garantia de condições dignas de sobrevivência e tem que traduzir a dignidade da pessoa humana respeitada nesse processo de financiamento. Os nossos serviços precisam se dar com esse conceito, e nós precisamos ser insistentes e temos que ser radicais na defesa do Direito.

- A Assistência Social é uma importante política na proteção social brasileira e é assim que nós temos que nos enxergar. Somos a ação do Estado num campo extremamente importante que por muitos anos foi renegado, que por muitos anos não entrava no escopo da ação estatal como prioridade. Aí tem um reconhecimento da ação das entidades que por muito tempo tiveram que carregar nas costas a ausência do estado. Então nós precisamos agora entender que política pública pressupõe financiamento, e nós precisamos entender que isso se faz do conjunto das três esferas de governo. É assim que aparece na nossa nova legislação, aparece expressamente cofinanciamento.

- A lógica convenial não está fora do nosso contexto atual, mas hoje ela não é a grande ênfase do financiamento dos serviços.

Na época da lógica convenial por serviços tinha períodos de vigência, coisa que nós não podemos mais correr esse risco. Nós estamos falando de ofertas continuadas, nós estamos falando de serviços descentralizados e nós estamos falando de ofertas que devem ser prestadas a quem delas necessitar.

- Há um discurso de que a Assistência Social só vai ser necessária enquanto as outras políticas não tiverem atendendo todo mundo. Não é isso, Assistência Social não tem que dar conta do que a outra política não faz, ela se articula com as outras políticas. Nós temos que entender que existem famílias e pessoas que precisam da proteção do Estado, e algumas vão precisar da proteção do estado para a vida toda. A exemplo das pessoas hoje que tem deficiência, deficiência intelectual, mas que os cuidadores estão morrendo. Nós precisamos pensar no conjunto da Assistência Social como uma política efetivamente de proteção.

- Nós que estamos na política de assistência, seja qual for a nossa forma de estar nela, precisamos nos aproximar. Precisamos começar a entender um pouquinho de orçamento, entender como está lá no plano plurianual a nossa política. Como é que ela aparece nos documentos orçamentários como um todo? Onde é que está a função 08, que é a função orçamentária que traz tudo que é gasto com a Assistência Social? Aí então nós vamos ter que enfrentar a existência de fundos paralelos, nós precisamos combater, precisamos pensar estratégias, precisamos discutir como é que nós vamos nos fortalecer para enfrentar esse tipo de coisa.

- Quais são os montantes destinados a política de assistência social? Esses montantes nós precisamos calculá-los frente ao custo, frente ao que nós temos que realizar. Nós precisamos fazer um comparativo com os valores disponibilizados porque nós precisamos colocar o dedo na ferida, não financiar representa qual desproteção? Não ter recursos de cofinanciamento gera que tipo de risco? Essas são discussões que tem que estar presente no nosso Conselho. Nós temos que fazer essas discussões com o nosso prefeito. Nós temos que deixar que a sociedade conheça, nós temos tanto de financiamento, precisávamos de tanto e, portanto, o que é que fica sem fazer? Então cofinanciamento precisa ter coerência com as exigências da oferta, por isso a importância de saber quanto custa, por isso a importância de termos a participação das três esferas de governo no financiamento. Nós estamos falando de responsabilidade compartilhada, não é a responsabilidade de um ente só.

- Quais são as receitas que financiam a Assistência Social? As receitas vêm de fontes justas, vem de fontes sustentáveis, vem de fontes fortes, ou a gente para financiar a Assistência Social está tendo que desproteger alguém em outro canto? O Eduardo Fagnani, que esteve ontem num dos grupos, fala de três indicadores para a gente analisar as políticas públicas pela via do financiamento:

(a) Um deles é a direção do gasto, isto é, no que o recurso está sendo gasto? Fazer um comparativo do restante do orçamento é importante também, orçamento ele expressa prioridade. Para onde está sendo direcionado o recurso público, o fundo público, para onde vai?

(b) O segundo é a magnitude do gasto. Magnitude é o volume, quanto de financiamento, e

(c) o terceiro é a natureza das fontes, que tipo de fonte financia a nossa política?

- Para finalizar, duas coisas que nós precisamos superar:

(1) A existência de fundos paralelos. Os fundos paralelos comprometem a gestão da política de Assistência Social, o comando único e o processo de controle social.

(2) A superação em definitivo de modelos clientelistas e patrimonialistas de utilização dos recursos e dos critérios para conveniamento. Nós não podemos mais tolerar que práticas clientelistas e patrimonialistas permeiem a política de Assistência Social e tirem dela o caráter de política pública que foi tão difícil que a gente pudesse conquistar.

JOSÉ DIRCEU GALÃO – Subsecretário de Planejamento e Orçamento do MDS

- O raciocínio do orçamento público é idêntico ao raciocínio que vocês têm na casa para definir como a casa vai funcionar. É claro que um país do tamanho do Brasil tem responsabilidades gigantescas, mas o raciocínio por trás é o mesmo. Tem que saber quanto a gente ganha para saber o que é que a gente pode discutir. Então não adianta a gente pensar numa despesa familiar totalmente descolada do que a gente ganha. No Estado o que a gente ganha a gente chama de receitas, fontes, tributos e etc., mas no frigar dos ovos é o que o Estado arrecada, é quanto o estado ganha. O orçamento é a definição do onde vão ser gastas essas receitas que o Estado recebe.

- Uma vez definida a receita, a gente vai fazer um debate das prioridades. Se a receita é limitada, a gente vai debater prioridades. Nós temos que trazer a política para dentro do debate, não é apresentando a nossa demanda isoladamente que nós vamos vencer o debate da alocação orçamentária, é a política que vai definir as prioridades a serem seguidas na alocação orçamentária, a boa política. Na medida em que nós tenhamos clareza daquilo que queremos, daquilo que somos, da importância do nosso Sistema Único de Assistência Social, nós vamos ter unidade do discurso, clareza do debate e estratégia de ação política.

- Uma vez feito um debate político nas nossas residências, a gente estabelece prioridades. Qual é a primeira pergunta que se faz quando nós queremos atender uma essa prioridade? Quanto é que custa? Em outras palavras, precisamos do estabelecimento de um custo atual dos nossos serviços, programas e projetos, o estabelecimento de um custo futuro dos nossos serviços, programas e projetos.

- Se a gente quer sustentabilidade, a gente tem que fazer um planejamento. Na política pública eu preciso conhecer o custo dela hoje, o custo lá na frente e traçar uma estratégia de chegar daqui até lá. Essa estratégia pode ser baseada em novas receitas ou uma melhor repartição das receitas que nós já temos, podemos chegar à conclusão que as receitas que já temos são suficientes, o que a gente precisa é de melhor aplicá-las. Então a partir da definição de um custo atual e de um custo futuro, a gente pode fazer um debate de estratégia política e de gestão de sair daqui e chegar lá. Então a primeira proposta para a gente sair desse imbrólio da questão do financiamento é a gente enfrentar a questão dos custos.

- O ponto de partida para fechar essa questão do ponto de vista de gestão e do ponto de vista político, é sabermos o que nós vamos fazer. E aí a partir desse custo, nós vamos saber se está financiado, super financiado ou desfinanciado. Hoje, intuitivamente, a

gente avalia que está super financiado, mas quais são as competências, quem é que vai financiar isso.

- A partir do momento em que a gente conhece o custo do serviço, independentemente de por quem ele é prestado, nós vamos fazer a repartição dessas despesas, proporcional as receitas. Então precisamos fazer um debate político federativo considerando que a receita do município para a seguridade social é essa, a repartição tem que ser essa, e aí sim a gente tem uma base política para o debate de enfrentar definitivamente qual é a competência financeira dentro do SUAS.

Seguiu-se o debate com os participantes e, no período da tarde, a deliberação das propostas novas a serem encaminhadas à Plenária Final, conforme segue:

- Ampliação do cofinanciamento para os serviços de alta complexidade assegurando critérios de partilha que contemplem o repasse efetivo para toda a rede socioassistencial governamental e não governamental.
- Garantir que nos repasses dos recursos de cofinanciamento sejam considerados, não somente, o porte, como também o diagnóstico socioassistencial do município.
- Realizar estudo em âmbito nacional de responsabilidades dos entes para levantamento do custo dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial, bem como da gestão da Política de Assistência Social, respeitando as especificidades e particularidades por porte e diferenças regionais.
- Que o governo federal, através de legislação própria, destine 10% do fundo social do pré-sal, para investimento na Política Pública de Assistência Social.
- Que as despesas da Assistência Social (Lei 8742/93) não sejam objeto de limitação de empenho nos termos do artigo 9º, parágrafo 2º. da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), por constituírem obrigações constitucionais ou legais da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, o que lhes confere natureza de despesa obrigatória.
- Garantir o recurso para implementação efetiva do sistema de vigilância socioassistencial em todo território nacional, bem como, equipe multidisciplinar para avaliação e interpretação dos dados.

Eixo 2 - Gestão do SUAS: Vigilância Socioassistencial, Processo de Planejamento, Monitoramento e Avaliação

Coordenação:

MARISA RODRIGUES DA SILVA – Conselheira do CNAS – Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS.

JANE PEREIRA CLEMENTE - Conselheira do CNAS - Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – Fenatibref.

Mesa de apoio:

LUCIANO FREITAS OLIVEIRA – Conselheiro CNAS.

MARIA AUXILIADORA DE MIRANDA – Conselheira CNAS.

Comitê Acadêmico:

ELEONORA SCHETTINI CUNHA - Professora do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Debatedores Convidados:

RÔMULO PAES - Médico Epidemiologista, especialista em avaliação de políticas públicas, especialista em medicina social, pela Universidade Federal de Minas Gerais, e PHD em epidemiologia pela Universidade de Londres, Reino Unido. Foi Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS.

PAULO JANNUZZI - Professor do Programa de Pós-graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, da Escola Nacional de Ciências e Estatísticas do IBGE, e Professor colaborado nos cursos das Escolas Nacional da Administração Pública ENAP, atualmente ocupa o cargo de Secretário de Avaliação e Gestão de Informação SAGI, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS.

DIRCE KOGA – Assistente Social, Professora e Coordenadora do Programa de Mestrado em Política Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul, na cidade de São Paulo, com doutorado em Serviço Social pela PUC, em São Paulo, pesquisa do CEDEST, Centro de Estudo das Desigualdades Socioterritoriais PUCIMP, e Consultora na área de Políticas Sociais e Território.

Relatoria Colegiada:

CAROLA C ARREGUI.

ELEONORA SCHETTINI MARTINS CUNHA

- Vigilância Socioassistencial: O SUAS precisa ter informações, saber fazer a gestão dessas informações e, principalmente, utilizar essas informações para acompanhar o desenvolvimento do sistema, para avaliar o processo de avanços, ou não. A Vigilância, ela tem esse caráter do olhar, do tomar conta, do observar, não é do fiscalizar.
- A Vigilância Socioassistencial é uma responsabilidade de todos os entes federados, não é só da União, não é só dos Estados, nem

é só do Municípios, todos, precisam de informações diferentes, mas todos precisam ter dados e informações relacionadas ao seu nível de Governo para poder tomar decisão.

- O processo de planejamento é toda estratégia que a gente utiliza, tentando antecipar acontecimentos futuros e se preparar para eles. A ideia é que a gente tenha uma proposta estratégica, para desenvolver a política. O Plano de Assistência Social, é um instrumento essencial para o planejamento. O monitoramento ele é aquele processo, em que a gente acompanha, ao longo das nossas atividades e vai tentando corrigir problemas. Na avaliação a gente emite um juízo de valor, a gente coloca na avaliação alguns princípios que nos orientaram lá atrás, quando planejou. Agora vai olhar em que medida nós cumprimos, conseguimos, alcançamos, o que ainda não está bom, e que a gente ainda precisar aperfeiçoar. Na verdade, esses três instrumentos, o planejamento, o monitoramento e a avaliação, eles estão interligados, quem planeja, monitora e avalia, a gente só pode avaliar o que foi planejado, então, eles estão aqui, didaticamente, apresentados, mas eles são relacionados.

- Toda a discussão que a gente tem hoje, sobre a criação de sistemas de informações, que vão coletar, armazenar, processar, analisar, e divulgar dados e informações que vão ajudar a tomar decisões a planejar.

- É importante que a gente veja a diferença entre dados, informações e conhecimento. O dado é aquela primeira base, é a informação crua. O dado vai nos permitir construir análises, e a análise nos ajuda a divulgar a informação, já é o dado trabalhado. O conhecimento é o que a gente produz a partir dessa gama de dados e informações.

- A Conferências Estaduais nos informam que 41% das deliberações foram implementadas, isso na média, porque se a gente for ver há avaliações nas Regiões, a Região Sudeste é a que mais implementou, as deliberações, e a Região Centro-oeste é a que menos implementou. Deliberações em andamento nós temos a Região Centro-oeste, como a que tem mais deliberações em andamento. Não implementadas, no geral, são 21% com destaque aí, para a Região Sudeste, que tem menos percentual de não implementadas e o Nordeste com o maior percentual de não implantadas.

- Em alguns Estados o Plano de Monitoramento e Avaliação é uma realidade, em outros Estados, ele nem existe ainda. Outra questão interessante que aparece, é que as pessoas já estão entendendo que o processo de planejamento, ele inclui vários planos diferentes, plano de capacitação, plano de aperfeiçoamento da própria gestão, não é só planejar o serviço, não é só planejar a ponta, mas também, como tratar e aperfeiçoar, recursos humanos, questões de infraestrutura.

- Diagnóstico Socioterritorial, do mesmo modo aparece como avanço e aparece como desafio, tem gente que já está fazendo, está fazendo de forma bastante estruturada, com bastante avanço e tem gente que ainda nem começou, e outros estão nos apontando que fizeram pela metade. A mesma coisa com relação à produção dos dados, se para uns é avanço, já estão fazendo produção de dados, já estão fazendo monitoramento, para outros, ainda nem pensaram o instrumento para coletar o dado.

- Em relação à gestão compartilhada, que é a relação entre os entes federados, e a relação também, dos Gestores com o Conselho, apontam avanços como as pactuações que tem sido feitas na CIB e o próprio cumprimento do pacto de aprimoramento da gestão. Há apontamentos também para a dificuldade é a efetivação dos pactos de aprimoramento de cada ente federado. Há ainda um destaque específico para a fragilidade dos Conselhos Estaduais.

- Há dificuldades na sensibilidade no Poder Legislativo estadual para interagir com os Conselhos. A gente não tem, ainda, fortalecida a nossa relação com o Legislativo em todos os níveis.

- Por fim, no item intersetorialidade, se a relação intersetorial é um avanço, é também, um problema. Tem gente que já entendeu como é que Rede tem que funcionar, e tem gente que, ainda, não conseguiu entender.

PAULO JANNUZZI – Secretário Nacional de Avaliação e Gestão da Informação, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- O MOPS: Mapa de oportunidade de serviços públicos é uma ferramenta disponível no site da SAGI no portal do MDS, onde você pode saber os endereços dos nossos equipamentos do SUAS e de todos os outros serviços mais especializados, das entidades, as escolas, os restaurantes populares, as entidades de apoio, enfim, relacionados a trabalho e emprego, as distribuidoras de energia elétrica e etc.

- Sobre diagnósticos Socioterritoriais, a gente tem feito um esforço para produzir um conjunto amplo de relatórios municipais e estaduais, onde você pode ver a informação do último censo demográfico, as informações do Cadastro Único, as informações mais recentes da educação, da saúde, mortalidade infantil, indicadores de violência. Essas informações, elas estão consolidadas, para os 5.565 Municípios brasileiros, são 18 relatórios temáticos, alguns deles combinam textos, com mapas e com gráficos, outros são relatórios sintéticos, com dados. Existe a matriz de informação social, que já é mais antiga e nós e desenvolvemos, mais recentemente, o Data Social que ele expande o conjunto de informações, mapeadas e referenciadas para os nossos gestores, nas quatro áreas em que o Ministério trabalha.

- Nós não desenvolvemos nenhum indicador sintético de vulnerabilidade, porque as realidades dos Municípios brasileiros são muito diferentes, as necessidades e as vulnerabilidades que você encontra na periferia de São Paulo, são diferentes daquelas que você vai encontrar em Municípios na Região Amazônica, no Semiárido ou em Santa Catarina, portanto, nós temos investido em desenvolver, conjunto de cinco, seis, sete, 10 indicadores, específicos, reportados a cada uma dessas micros áreas dentro do Municípios brasileiros. Tem taxa de desemprego por área de ponderação, tem a mortalidade de jovens por área de ponderação também, tem áreas, indicadores de renda, de pobreza, extrema pobreza, por tanto, nós temos, efetivamente, um conjunto muito amplo de informações, já disponibilizadas na internet, para que vocês tenham um conhecimento circunstanciado da realidade municipal e sub-municipal.

- Além disso, a Secretaria tem um conjunto, amplo, de pesquisas e estudos técnicos, e o livro do Censo SUAS consolida aquelas informações que levantamos há um ano atrás.

- Estamos implantando o Capacita SUAS, temos uma meta de 35 mil, na primeira fase, outros 35 mil na segunda fase. Fizemos um curso de capacitação de Conselheiros das nossas políticas há dois anos atrás, estamos transformando esse curso, em um curso a distância, para que possamos estar sempre ofertando ele para os novos Conselheiros que vão assumindo. Oferecemos também o curso de indicadores, na modalidade à distância em 2.014.

RÔMULO PAES DE SOUSA – Secretário-Executivo – MDS

- Trata-se de um diálogo antigo, referente ao sistema de avaliação e monitoramento das políticas sociais no Brasil. Eu queria começar trazendo essa discussão para um nível mais amplo, mais geral, para depois tecer alguns detalhes, eu queria falar um pouco da política pública e da relação que isso tem com os sistemas de avaliação e monitoramento.

- As Conferências Nacionais da Assistência Social têm sempre o sentido de celebração, porque marcam o processo de construção de um sistema de política pública, da elevação da Assistência Social, a uma política de Estado.

- Nós sabemos, ainda, muito pouco em relação aos riscos precisamos saber muito mais. É claro que esta é a parte mais difícil, informar sobre os serviços, informar sobre orçamento, informar sobre custos, gastos é uma informação mais simples, e ela antecede a realidade específica da proteção social. É preciso saber mais para que o Estado possa responder de maneira mais competente as necessidades dessas populações, deste grupo de indivíduos, dessas famílias.

- As últimas estatísticas falavam em 320 mil pessoas ligadas a Rede de Assistência Social. Isso foi um crescimento brutal, isso indica, efetivamente, compromisso de Estado com a implementação de uma política. Se há um investimento, há um marco legal que cobra a demonstração, efetiva, de que o serviço é prestado, e mais ainda, esses indicadores vão se aperfeiçoando para que nós cheguemos a qualidade esperada.

- Há 90 milhões de pessoas no Cadastro Único, quase a metade da população brasileira.

- A constituição de competências é o desafio maior que está colocado na formação dos indivíduos, na medida em que temos ferramentas que permitam a interface entre indivíduos e os sistemas, que tornem, por tanto, mais amigável, mais fácil esse tipo de utilização desse tipo de ferramenta.

- Por fim, a incorporação, efetiva das ferramentas da informação na gestão dos serviços. O fato de existir indicadores, previstos em lei, para definir se o Municípios vai receber determinando incentivo ou não, dá locação de recursos, favorece determinado Município, justifica o investimento, mas para o profissional e para o usuário, sobretudo, é muito importante aquela informação que é gerada se reverta na melhoria dos serviços. A grande questão é que a informação torne o serviço melhor, compreenda melhor a necessidade dos indivíduos, e mais que isso, compreenda também, os contextos que esses indivíduos vivem.

- Nós temos que trabalhar muito para que nós possamos fazer uma resposta melhor. Os profissionais compreendem os contextos, a vida profissional deles é essa. A militância profissional depende da compreensão dos contextos, mas o que eu quero dizer é que esta compreensão precisa estar integrada ao sistema, ela precisa fazer parte do acervo de informações que nós precisamos para compreender a demanda que vem ao Estado, e também, aqueles servidores de serviços regulados pelo Estado, por tanto, setor privado e, principalmente, a melhora dessas respostas.

DIRCE KOGA – Consultora Política

- Vigilância é processo, mas é também, produto e a gente viu que do ponto de vista dos produtos técnicos e tecnológicos tivemos significativos avanços. Uma área que sempre sofreu desses avanços, e que sempre esteve como o último da fila, em termos tecnológicos, temos que reconhecer esses avanços.

- Há avanços técnicos, inclusive, do ponto de vista das normativas, das diretrizes. Aí temos que reconhecer o papel fundamental, tanto do Conselho Nacional, dos Conselhos Estaduais, do COEGEMAS, do CONGEMAS, da CIB, e CITs, da própria Secretaria Nacional na condução desses processos.

- Vigilância é função. Estamos todos nós em um processo, nós temos uma grande responsabilidade de efetivar essa nova função.

- Corremos um risco nesse processo, como a Vigilância envolve tecnologia, que é o deslumbramento com a tecnologia. A gente corre o risco de elitizar esse processo de construção, onde uns poucos iluminados que entendem de tecnologia virarem o símbolo da Vigilância. Vigilância tem que ser um processo coletivo e que assegure, de fato, os direitos socioassistenciais, e a defesa desses direitos. Temos que fazer um movimento de manter o valor do processo participativo, dos processos de diálogo. Isso vai exigir que a gente supere alguns sintomas que essas deliberações colocam para nós. Eu queria destacar três sintomas.

a) Um primeiro sintoma é um descompasso de tempos institucionais. O tempo federal é outro, o Estadual é outro, o Municipal é outro, e o tempo dos usuários é outro. Nós temos que compatibilizar esses tempos e isso vai exigir um olhar a partir do real. A gente tem que ter clareza que nós temos 5.564 Municípios, dos quais 70% têm até 20 mil habitantes, e quase 19% nós temos 50 mil habitantes, isso somado nós vamos ter, então, quase 90%, dos nossos Municípios, até 50 mil habitantes. Os Municípios de grande porte e as metrópoles, estão em um nível de instalação, discussão da Vigilância que é muito diferente do nível de discussão e de efetivação da Vigilância de um Município de menos de 10 mil habitantes, 5 mil habitantes, que é a grande maioria do nosso país. Para a gente constituir então, essa Vigilância, nós vamos ter que dar conta dessa variedade de situação, e nós vamos ter que ter aí, uma forma de compatibilizar esse descompasso. Considero muito difícil, de acordo com o que está na NOB, a gente ter vigilância em Município muito pequeno.

b) Outro sintoma é o distanciamento do texto com o contexto. Um distanciamento daquilo que está nas normas e da realidade que nós temos em cada Municípios, em cada Estado. Esse distanciamento, então, faz, com que cada um procure, do seu jeito, entender o

que é a Vigilância, e o que deve ser feito para a Vigilância existir, e cada um vai tentar se adaptar aquilo que o texto está dizendo. Eu acho extremamente significativo o texto da NOB, mas está muito difícil a gente pôr em prática. A gente precisa encontrar forma de diminuir essa distância, entre texto e contexto e os nossos instrumentos de trabalho, de gestão, são as armas para isso.

c) Outro sintoma é a desconexão. A gente não está se entendendo direito, eu acho que eu estou falando uma língua, hora que eu vou no texto é outra língua, tem coisas que cada um está entendendo de um jeito de novo. O que é área de abrangência? O que é diagnóstico socioterritorial? O que é família atendida? O que é família acompanhada? O que é georreferenciamento? O que é georreferenciamento na política de Assistência Social? Então, acho que tem algumas questões chave que a gente precisa conectar, e todo mundo precisa entender do mesmo jeito porque senão, depois não dá para fazer Vigilância.

- Para terminar, eu acho que a gente tem que fazer algumas rupturas, para a gente poder fazer algumas travessias. Uma ruptura na informação é, por exemplo, a gente romper com a visão de informação pelas médias, a informações homogeneizadas, a informação desterritorializada, não dá para a gente conhecer a realidade das pessoas, sem conhecer o lugar onde elas vivem. O perfil de uma pessoa pode ser, extremamente, diferente dependendo do lugar onde ela mora, ou por onde ela transita, e lembrar que território não é só lugar fixo, a gente tem território nômade. Então, a gente precisa entender essas dinâmicas, para a gente poder fazer conexões uns com os outros.

Seguiu-se o debate com os participantes e, no período da tarde, a deliberação das propostas novas a serem encaminhadas à Plenária Final, conforme segue:

- Regularizar e implantar as equipes de referência da vigilância socioassistencial dos Estados e Municípios considerando seus portes.
- Construir indicadores de qualidade da oferta de serviços que expressem a participação e organização dos usuários como um dos resultados do trabalho.
- Garantia de apoio técnico e recurso financeiro específico e permanente do governo federal para a implementação dos núcleos municipais de Vigilância Socioassistencial.
- Criar sistema de acompanhamento das metas pactuadas para o aprimoramento da gestão do SUAS.

Eixo 3: A gestão do trabalho

Coordenação:

MARIA APARECIDA DO AMARAL GODOI DE FARIA – Conselheira do CNAS - Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT – CNTSS/CUT

MARIA DAS GRAÇAS SOARES PROLA – Conselheira do CNAS - Representante do Fórum de Secretários Estaduais de Assistência Social – FONSEAS

Mesa de Apoio:

JOSÉ CRUS – Conselheiro CNAS

THIAGO CABRAL – Conselheiro CNAS

Comitê Acadêmico:

MARIA CARMELITA YAZBEK – PUC SP

Debatedores Convidados:

MARIA LÚCIA MARTINELLI - Professora Doutora da Universidade Católica de São Paulo, pós-doutora em História das Ideias Contemporâneas pelo Instituto Avançado da Universidade de São Paulo na área de Fundamentos Políticos das Ideias contemporâneas, docente, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC, São Paulo.

ESTHER LEMOS - Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela PUC, Doutora em Serviço Social pela UFRJ, Professora no Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Conselheira Municipal de Assistência Social de Toledo, Paraná e foi conselheira do CFESS tendo participado da Coordenação Nacional do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS.

JOAQUINA BARATA - Graduada em Serviço Social, Mestre em Planejamento, exerceu o magistério na Universidade Federal do Pará por 27 anos, Especialista em Administração Universitária e postou em mais de 20 artigos publicados em revistas nacionais e um livro publicado na área do planejamento.

Relatoria Colegiada:

MÁRCIO ANTUNES

MARIA CARMELITA YAZBEK – Membros do Comitê Acadêmico – PUC SP

- Constatamos uma crescente ampliação do número de trabalhadores no sistema. Hoje nós temos trabalhando no sistema, incluindo todos os níveis de trabalhadores, quase 300 mil trabalhadores contratados. Desses contratados, metade não tem vínculo empregatício, começa daí o problema, na minha avaliação. Desses, 37.736 trabalham na condição de cedidos, portanto não são contratados especificamente para operar o SUAS e desses ainda 19.189 são estagiários, pessoas em formação. Deste total, ainda, 189.097 voluntários, ou seja, é um número muito alto, quase 200 mil voluntários.

- A Gestão do Trabalho é um dos pontos centrais apresentados nos relatórios do ponto de vista das demandas, do ponto de vista da mobilização dos trabalhadores. Um ponto significativo é o reconhecimento da precarização do trabalho desses trabalhadores. Outro reconhecimento é a subalternidade desses trabalhadores no sistema, isso aparece como outro indicativo no âmbito da seguridade. Essa questão aparece inclusive abordada sob a ótica dos investimentos, ela aparece como decorrente das fragilidades do cofinanciamento.

- Essa questão é muito mais ampla que o próprio SUAS e o meu ponto de partida é que há uma profunda relação entre as transformações em andamento do regime de acumulação capitalista, mudança do mundo do trabalho, a financeirização da econômica, a precarização deste mundo do trabalho, a grande crise contemporânea passa pelo trabalho nas relações capital trabalho. A acumulação hoje desqualifica e desprestigia o trabalho na relação com o capital. Então essas mudanças, que podemos encontrar na esfera da produção e no mundo do trabalho, claro que nos alcança, ela alcança todos os trabalhadores, alcança os trabalhadores do campo de serviços, que é uma discussão nova, o que é o trabalho de serviços do ponto de vista da ordem capitalista.

- As modificações do emprego estrutural caracterizadas pela flexibilização produtiva, pela segmentação dos trabalhadores em estruturas ocupacionais cada vez mais complexas e a expansão dos serviços vem trazendo a desestabilização da ordem do trabalho, sua precarização e insegurança e assim por diante. O Sistema de Proteções e Garantias, que vinculou historicamente ao emprego, inicia um processo de grandes alterações, assumindo novas características. Há uma nova era de precarização estrutural do trabalho e claro que isso nos alcança e, sobretudo, no campo dos serviços.

- Os trabalhadores do SUAS, da Assistência Social, estão submetidos a constrangimentos diante de processos de intensificação e precarização do seu trabalho nos espaços institucionais. Em relação a esse aspecto é visível e urgente a necessidade de organização dos trabalhadores do SUAS e a sua inserção em lutas mais amplas. Não somos uma ilha, o SUAS não é uma ilha, há outras políticas sociais, tem a saúde, tem habitação, etc., não somos uma ilha e temos que somar nossas reivindicações a luta de outros trabalhadores.

- Em linhas gerais o que mais aparece como aspectos fundamentais a serem superados nesse campo são a questão da contratação temporária, os baixos salários, a precariedade de recursos materiais disponibilizados para desenvolver o seu trabalho, a morosidade e a burocratização no repasse de recursos destinados a Gestão do Trabalho, o desvio desses recursos para outras prioridades que não contemplam as necessidades coletivas dos trabalhadores do SUAS.

- As dimensões avaliadas:

- a) Situação contratual: Em relação à situação contratual e da constatação da ausência de concurso público de uma forma mais global, isso é considerado pelos avaliadores que contribuem para precarizar o trabalho no SUAS, gera insegurança dos trabalhadores e exige novas estratégias para garantir a estabilidade do quadro de pessoal. A necessidade de se ampliar o quadro também aparece, aparece em vários níveis;

- b) Plano de Carreira, Cargos e Salários: A NOB-RH 2006 que determina a efetivação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários e aponta a realização de concurso público até 2015. Em relação ao Plano de Carreira, Cargo e Salário a reivindicação por salários dignos, por um piso salarial, aqui aparece como reivindicação; a valorização dos funcionários envolvidos com a Assistência; o cumprimento da jornada de 30 horas, conforme destinação aprovada no âmbito do Serviço Social para os Assistentes Sociais do SUAS.

- c) Formação permanente: A formação permanente, seja em termos de continuidade do processo de implantação, o prosseguimento do Capacita SUAS, havendo aqui uma reivindicação de que esse processo ocorra de forma presencial e não apenas a distância ou virtual. Aparece a necessidade de elaborar e implementar planos em nível municipal, estadual e nacional de formação permanente, de modo a garantir a continuidade da formação.

- d) Mesa de Negociação: Sobre a Mesa de Negociação, ela aparece como uma demanda, que seja instituída a mesa de negociação, paritária entre gestores, prestadores de serviços e trabalhadores do setor público e privado.

- Outros pontos são a garantia do piso salarial de acordo com o grau de escolaridade desses trabalhadores; a isonomia salarial dos trabalhadores da Assistência; a definição da composição das equipes multiprofissionais, o seu perfil de formação, as suas habilidades, a sua qualificação e a definição do piso volta a aparecer para as categorias profissionais da área da Assistência Social em negociação com as entidades representativas desses trabalhadores.

- Principais avanços detectados:

- o Cofinanciamento para pagamento da equipe de referência;

- o Assessoramento técnico e a efetivação de processos de capacitação sistemática ao incluir os técnicos e gestores municipais;

- o Ampliação das equipes para atendimento, seja nas comunidades urbanas, seja nas comunidades rurais;

- o Contratação de equipe técnica básica para atuar nos diversos programas;

- o Fortalecimento dos instrumentos e planejamento, monitoramento, controle e avaliação das ações na área do SUAS;

- o Fortalecimento da ação gerencial com a Implantação de Sistemas de Gerenciamento de Convênios, Contratos;

- o Implantação da Lei que define a carga de 30 horas para assistentes sociais é um avanço, mas aparece como um fato que não é efetivado em todos os lugares.

- o Direito a progressão funcional;

- o A contratação de profissionais do direito e da pedagogia para a Proteção Especial, sobretudo nos CREAS Regionais vem acontecendo isso;

- o A regulamentação da vigilância socioassistencial;

- o A realização do Censo SUAS;

- Desafios:
 - o Aumento das gratificações referentes ao IGD;
 - o Implantação de Mesas de Negociação, que já vem ocorrendo em algumas esferas de governo;
 - o A defesa da desprecarização dos vínculos de trabalho no SUAS com a ampliação do quadro de servidores mediante concurso. Há concursos e há falta de concursos;
 - o A reestruturação da carreira pública da Assistência Social que foi considerada um avanço em alguns municípios, em alguns estados;
 - o A capacitação e ampliação do número de trabalhadores tanto na gestão, com na Assistência;
 - o A criação do Fórum dos Trabalhadores em algumas capitais do país, isso também aparece como avanço;
 - o A NOB-RH 2006 que define parâmetros quanto as condições de trabalho e a Política Nacional de Educação Permanente e a instalação do Cadastro Nacional de Trabalhadores do SUAS.

- Fragilidades (o grande paradoxo que elas se repetem, o que significa que não há um caminhar homogêneo, há diferenças grandes):
 - o Morosidade na destinação de recursos orçamentários para a capacitação e informação continuada dos trabalhadores da Assistência;
 - o Falta de profissionais capacitados e com experiência prática para oferecer assessoria técnica e continuada para os trabalhadores;
 - o Socialização e o fortalecimento do Sistema de Informação, sobretudo no campo dos indicadores sociais e dos diagnósticos;
 - o Falta de regionalização para atendimento técnico;
 - o Precário investimento na descentralização e na qualidade dos serviços da área rural;
 - o Garantir a presença de uma equipe permanente de uma forma mais contínua;
 - o Ausência da Mesa de Negociação do SUAS, que é um nó crítico;
 - o A implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os funcionários. Ela aparece lá como um avanço e aqui como uma dificuldade.
 - o A implantação imediata da NOB-RH, que também apareceu lá como avanço;
 - o A garantia da isonomia salarial utilizando o cofinanciamento da União;
 - o Salários dignos, valorização e qualificação profissional.
 - o Ausência da equipe mínima de referência em algumas localidades, como especialmente aparece indicadas aqui os indígenas, os quilombolas, os específicos.
 - o A falta de equipe técnica multiprofissional em âmbito municipal, estadual;
 - o A elevada rotatividade, que é um problema que aparece várias vezes;
 - o Falta de recursos humanos para visitas em áreas de abrangência do CRAS, dificultando desta forma a Busca Ativa.
 - o Recursos humanos insuficientes para demandas sociais e em desacordo com as normativas e a necessidade de criar mecanismos de vigilância e exigência para garantia a composição das equipes, conforme foi previsto;
 - o Falta de concurso público, a falta de recursos financeiros para realizar concurso público;
 - o Adequação da infraestrutura física e material para o desenvolvimento do trabalho e também a insuficiência de recursos humanos.
 - o A precarização dos vínculos de trabalho e acúmulo de funções sobre os técnicos dos CRAS;
 - o Metade dos profissionais não são registrados formalmente;
 - o A falta de capacitação técnica para o uso das ferramentas informacionais da vigilância socioassistencial e insuficiente empoderamento da parte dos trabalhadores da dimensão dos sistemas informacionais, das tecnologias;
 - o A não inclusão dos trabalhadores não governamentais no Plano de Capacitação.
 - o A necessidade de implantar nos Conselhos de Assistência Social, uma comissão para Monitoramento das propostas aprovadas nas Conferências e o envolvimento dos trabalhadores nesse processo;
 - o A promoção e o reconhecimento da área específica da gestão do trabalho nas estruturas das Secretarias Municipais de Assistência Social.
 - o A demanda pela organização e pela construção de hegemonia dos trabalhadores no sentido do trabalho com os usuários, ou seja, os trabalhadores não podem nunca se esquecerem da razão de ser da sua intervenção, e que tem que se qualificar por isto, para prestar um serviço melhor, de maior qualidade.
 - São todos os trabalhadores do mesmo campo que tem que estar unificados por um projeto que tem no centro os interesses da população, então isso aparece pouco. Estou dando ênfase porque eu acho uma questão fundamental. Essa questão da construção da hegemonia dos interesses da população com a qual nós trabalhamos no cotidiano dos nossos trabalhos é um grande desafio criar uma nova cultura política. É preciso que se torne indeclináveis os interesses dessa população e tudo que for luta dos trabalhadores é para isso, é para servir melhor os trabalhadores.

MARIA LÚCIA MARTINELLI – Professora Doutora

- É preciso lembrar que sob o ponto de vista mais geral nós temos que reconhecer que vivemos uma profunda transformação no mundo do trabalho e isso repercute diretamente na classe trabalhadora.
- Há um paradoxo entre uma grande inovação na seguridade social no Brasil, especialmente pela Política Nacional de Assistência, nesse contexto de um modo de produção profundamente destrutante, sob o ponto de vista das relações de trabalho e que vai

repercutir não só na população usuária do SUAS, mas no próprio trabalhador do SUAS.

- O grande número de trabalhadores que nós temos e neste conjunto quantos precarizados, quantos flexibilizados, o que implica a intensificação do trabalho. Estarmos precarizados repercute evidentemente no nosso processo organizativo, repercute nas nossas lutas, repercute na forma como nós nos constituímos em sujeitos coletivos e muitas vezes, quero chamar atenção para um fato que tenho observado nos diferentes municípios onde estive, no trabalho cotidiano que fazemos vamos encontrar esse trabalhador tão precarizado que em alguns contextos nós quase que poderíamos dizer que ele vive na pele os constrangimentos que hoje estão presentes para a classe trabalhadora. Não há uma distância entre o que se passa que não seja pelos níveis salariais, seja pelas condições que nos são oferecidas, seja pelo espaço físico onde muitos desses CRAS estão localizados.

- No momento que nós nos fragilizamos nós somos funcionais ao capitalismo, somos funcionais a todo esse processo que nos rouba condição de sermos trabalhadores no sentido pleno da palavra. Eu diria em uma palavra só, nós estamos permitindo que se despolitizem as nossas lutas. Uma luta, vejam só, aprendi com as mães argentinas, mães da Praça de Maio, isso está escrito em todas as praças por onde eu passo nas cidades argentinas, a única luta que se perde é a luta que se abandona. Trabalhadores do SUAS não podemos abandonar nossas lutas que não podem ser lutas tão individuais. Elas nos fragilizam no momento em que nós passamos a lutar não mais por direitos, mas por questões pessoais.

- Ter uma sala, ter um espaço, tudo isso é fundamental, mas a luta maior, que é a luta da consolidação mesmo, um processo nós acabamos nos fragilizando quando perdemos essa dimensão política.

- A questão da intensificação do trabalho é muito importante porque não é apenas trabalhar muito, mas muito mais do que isso é o desgaste emocional que o trabalho produz, é o que ele nos pede de intensidade emocional, sobretudo nos CREAS.

- Quantas e quantas vezes o trabalhador do CREAS está a serviço do Judiciário, então isso também não pode, precisa ser superado. Temos que trabalhar muito bem para não sucumbir a esse processo de intensificação, que esse desgaste não nos leve ao adoecimento.

- Temos tanto o CRAS, como o CREAS entre identidades construídas que nós construímos com as nossas lutas cotidianas, mas temos muitos ainda que são identidades atribuídas. Aquele CRAS que faz tudo, que ninguém sabe bem para onde mandar, manda para o CRAS que lá elas resolvem. Nós não conseguiremos fazer tudo bem, é impossível. Então é preciso que nós tenhamos claro que somos trabalhadores e por uma questão de identidade e para trabalhar bem nós temos que conhecer profundamente a política.

- É preciso enfrentar a precarização e preciso fazê-lo de modo muito fundamentado politicamente ou até como diria o Paulo Freire: “É preciso fazer isso de modo pacientemente impaciente.” Ou seja, pacientemente impaciente, não perder realmente a esperança de uma luta comum que nos permita ter, então, este SUAS.

ESTHER LEMOS – Professora

- Os dados apresentam que hoje somos 778.283 trabalhadores do SUAS. Destes 243.136, como a Professora Carmelita apontou, nas Secretarias Municipais, então órgão gestor municipal; 18.534 nos estados; e na organização da sociedade civil, nas entidades prestando serviços temos 535.147 trabalhadores. O quantitativo maior de trabalhadores do SUAS está vinculado as entidades privadas sem fins lucrativos.

- Hoje trabalhadores do SUAS somos em torno de 800 mil trabalhadores, mas com uma heterogeneidade tremenda e a questão é como que nesta heterogeneidade que somos, construímos uma unidade política para que possamos fazer luta, e aí eu quero demarcar a luta da Campanha Nacional do Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS. Nosso trabalho com direitos é direito social para você. Uma luta que pensa sim nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, mas não em si mesma da, não uma luta que tem como finalidade apenas garantir condições de trabalho, um salário, um Plano de Cargos, Carreira e Salários compatível com aquilo que é o nosso trabalho, mas sim uma luta que tem como finalidade a qualidade dos serviços e a transformação da realidade social na qual a gente está vivendo.

- A grande inovação, iniciada pela NOB-RH foi definir princípios éticos e a NOB/SUAS 2012 lá no Artigo 6º define princípios éticos para todos os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, indistintamente, de nível fundamental, médio, superior, Proteção Social Básica e Especial, quem está na gestão, quem está na execução, na linha de frente, profissionais que tem profissão regulamentada, que tem códigos de ética e profissionais que não tem profissão regulamentada. Então a gente parte de uma compreensão comum, projeto comum, de algo que nos dê essa unidade, são os princípios éticos que hoje nós podemos todos defender no SUAS.

- Concurso público não garante um trabalho desprecarizado. A luta por concurso público, ela não prescinde da luta contra a precarização do trabalho.

- Ainda temos 189.097 voluntários trabalhando na Política de Assistência Social. A consciência de que somos trabalhadores passa também pela consciência exatamente por um processo de profissionalização da área, que exige formação profissional;

- A concepção da política pública executada tanto na Assistência Social, ela não é exclusiva do estado, ela tem uma rede complementar que oferta serviços, ela pressupõe aí uma relação de compra e venda de uma força de trabalho que é qualificada.

- Em relação à educação permanente, a concepção que está colocada nas normativas é de que trabalho e formação profissional não estão dissociados. Tem uma concepção de unidade que nós precisamos valorizar e aí temos uma série de desdobramentos que é tanto a incidência nas organizações de formação profissional das diferentes profissões e pensar como que a universidade, que forma aí o sociólogo, o psicólogo, o assistente social, o economista, enfim, todas aquelas profissões, como é que está a discussão aí dessa formação profissional para as exigências que a Política de Assistência Social hoje impõe na intervenção?

- Com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos de 2006, nós avançamos de uma compreensão mais restrita de recursos humanos ou de gestão de pessoas para gestão do trabalho. Quando a gente está pensando gestão do trabalho tem uma concepção por

trás aí, não é simplesmente as relações trabalhistas, mas são condições também de trabalho;

- Apenas cinco estados colocam na sua organização político administrativa a gestão do trabalho. Como é que a gente vai fazer a gestão do trabalho se nós não nos organizamos para isso?
- O SUAS hoje é um grande mercado de trabalho e a característica também de trabalhadores é a juventude. Nós precisamos também pensar como é que a gente responde a expansão do mercado de trabalho onde profissionais novos, não só novos na política, mas novos em termos de idade, se inserem e a gente espera que por um longo tempo possa contribuir com seu trabalho para a qualidade dos e serviços;
- A rotatividade dos trabalhadores do SUAS gerada pela precarização do trabalho, baixo salário, falta de condições de trabalho, enfim, gera por mais que haja motivação e compromisso político dos trabalhadores não tem as condições de contrapartida de que isso possa se efetiva, então nós vivemos com uma realidade da intensa rotatividade dos trabalhadores no SUAS e a gente precisa investir nesse trabalhador para que continue e a gente possa construir um projeto e um trabalho de longo prazo nesse sentido.
- Em relação à regionalização, que será tratada em outro eixo, mas como é que a gente articula o eixo que é a gestão do trabalho com a regionalização? Nós hoje somos no Brasil 3.917 municípios de pequeno porte um, o que significa 70% dos municípios desse país, metade da população do país está nesses municípios; a outra metade está nos outros 30% de municípios em regiões metropolitanas.
- A gente já tem CREAS Regionais, apesar de que ainda em números insuficientes, então a ideia é vamos investir nessa questão dos CREAS Regionais e na execução dos serviços regionais por parte dos estados. Chamo a atenção para vermos que quem contrata os profissionais, que são os profissionais que trabalham nos CREAS? A regionalização coloca a exigência que estados, além de criar a gestão do trabalho com lócus específico, assumam a responsabilidade não só de construção dos equipamentos do âmbito regional, mas de concursos públicos para trabalhadores em CREAS, concurso público para trabalhadores em todos os níveis de redação de Média e Alta Complexidade, porque as necessidades dos usuários, elas acontecem nos municípios certo, mas a atenção especializada, ela precisa ser regional, então esse é um debate importante que a gente precisa fazer.
- Sabemos que todos os municípios têm que ter CRAS, mas não temos em todos os CRAS a equipe de referência. Acontece que como muitos municípios não tem CREAS, os CRAS realizam Proteção Social Básica, a Proteção Especial e ainda a demanda toda que vem do Judiciário e a alta complexidade, então nós temos uma sobrecarga tremenda nos municípios e nos CRAS, nos municípios de pequeno porte;
- Uma característica que o Censo SUAS traz, não só do número pequeno de profissionais, mas que o menor número de profissionais de nível superior está justamente no de maior complexidade.
- Finalizando, eu gostaria de dar um destaque para as demandas que são da organização política dos trabalhadores, a gente tem o Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS e aí uma deliberação, talvez não posso deixar de falar aqui, da Mesa Nacional, Mesa Permanente de Negociação. A Mesa Permanente de Negociação não vai resolver todos os problemas dos trabalhadores do SUAS, mas ela é fundamental para que a gente possa fazer o debate com relação ao piso, com relação ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários, com relação a isonomia, com relação as próprias atribuições profissionais, a relação do ensino superior com o ensino médio.

JOAQUINA BARATA – Professora da Universidade Federal do Pará

- Vou tomar como ponto de partida neste eixo, que tematiza e avalia a Gestão do Trabalho no SUAS, duas referências que me são familiares: o conteúdo das degravações do Encontro Nacional dos Trabalhadores do SUAS, ocorrido em março de 2011 e textos da publicação do MDS de dezembro de 2011. Reunindo esse material é que eu percebo que as propostas que emanam dos Fóruns dos Trabalhadores demoram mais a serem tocadas, elas enfrentam maiores desafios, sofre uma maior lentidão que é de outros eixos do SUAS, talvez por não serem muito determinadas pela ordem social, como é a Gestão do Trabalho.
- Nós estamos celebrando 25 anos de uma Carta Magna que assegurou novos direitos sociais no Brasil, comemorando 20 anos de LOAS, sete anos de NOB-RH, mas apenas dois anos em que elaborações conceituais sobre o trabalho no SUAS foram formuladas de forma organizada a partir dos trabalhadores, ou seja, no rumo da constituição de um corpo profissional necessário, heterogêneo e o mais integrado e qualificado e sem dúvida imprescindível ao Sistema de Proteção Social que se quer consolidar no Brasil.
- O trabalho no SUAS e na Assistência Social não é tarefa para amadores, nem para ingênuos, nem para alienados, porque é grande, imensa e desafiadora a complexidade das demandas que atende. Exige trabalho altamente qualificado e muito bem remunerado. Lamentavelmente o estado republicano brasileiro remunera bem o Legislativo e o Judiciário, mas trata com indiferença os profissionais das políticas sociais em âmbito Executivo.
- Os trabalhadores reunidos no Encontro de março de 2011, eles expressaram que tem bem consciência de suas responsabilidades, de que o trabalho é a fonte da energia criadora do SUAS e será o principal responsável por sua efetivação ou por seu fracasso. Os trabalhadores indicaram sete tópicos para seu enfrentamento exitoso, que não são simples aspirações subjetivas, não, mas são conteúdos programáticos a serem perseguidos no interior da Gestão do SUAS:
 - a) Um trabalho profundamente ancorado na ética profissional de cada categoria, na ética pública e em horizontes éticos políticos para a sociedade, com perspectivas emancipatórias para o ser social, para as regiões, para o país e para a natureza, em que os valores da justiça substantiva e da democracia real e não da formal se afirmem concretamente na realidade e não apenas no esforço político.
 - b) Um trabalho conquistado por meio de concursos públicos, como já foi apontado, e não ocupado por nepotismo, logo legitimado com garantias de reconhecimento, remuneração justa e estabilidade.
 - c) Um trabalho com perspectivas de carreira e de ascensão fundados em qualificações, formação continuada e critérios de desempenho, como já apontaram as expositoras.

d) Um trabalho avesso a competição, mas aberto a integração, a interdisciplinaridade, a intersetorialidade, com diálogo de saberes e de setores.

e) Um trabalho protegido pela garantia da interlocução e negociação entre governo e organizações profissionais, quer sejam Conselhos profissionais, quer sejam sindicatos, que sejam movimentos sociais.

f) Um trabalho com capacidade de trânsito entre o específico e o geral, o individual e o coletivo, o regional e o nacional.

g) Finalmente um trabalho com bases materiais de funcionamento e condições de realização em todo o território nacional, não só no Sul.

- O fato de estarmos ainda longe desse patamar não impede uma jornada em busca desse horizonte, e aí eu sempre lembro uma frase do Luiz Roberto Barroso, que ele diz: “O rumo certo é mais importante que a velocidade.” É verdade que alguns desses itens sofreram grandes investidas e ainda sofrem no mundo inteiro para a sua desconstrução, no rastro da devastação neoliberal da década de 90, que ela ainda não findou. Você vê as lutas no mundo, mas os trabalhadores do SUAS ganham cada vez mais consciência que se inscrevem em uma luta social que se localizam na mediação de um grande embate ético político e que estão no melhor lado dessa luta e que trabalhadores do SUAS e sujeitos de direitos, denominados de usuários, são aliados nessa luta.

- Nós temos a mesma identidade nessa luta, estamos apenas separados pela divisão social do trabalho e que precisam ancorar-se em todas as rupturas que a ordem social suscita e em todas as sintonias que a luta do trabalhador exige.

(a) É preciso a ruptura com o assistencialismo que humilha, que produz subalternidade, que só reforça a gestão da miséria e que é funcional ao capital. Não sejamos ingênuos, o assistencialismo ainda está muito presente nas práticas sociais, por isso vale repetir a exaustão a necessidade de tal ruptura. A segunda ruptura

(b) que toca os trabalhadores de nível superior, ruptura com as teorias conservadoras nas ciências sociais aplicadas, que servem as forças da dominação, isso requer escolhas conscientes e até seletivas do universo teórico, conceitual e categorial das teorias que embasam a leitura e a intervenção na realidade social, para que se consiga verdadeiramente a superação de todos os preconceitos que alimentam as subalternidades, que esses preconceitos às vezes são presentes nas instituições públicas de raça, de religião, de etnia, de orientação sexual, de gênero, de idade, etc. Há também

(c) a ruptura com a ingenuidade dos que não reconhecem nas políticas públicas o embate genético da dinâmica conflitiva da ordem social, capital, trabalho, e da disputa sob a qual todos nós temos que estar conscientes e principalmente os entes federados entre o imperativo do atendimento as demandas das classes subalternizadas e as investidas do poder econômico, do capital fictício, do latifúndio que querem para si um estado paternalista, generoso e frouxo e para os trabalhadores um estado penal e controlador.

- É preciso também reconhecer as sintonias:

(a) Sintonia com a valorização do espaço público como lócus de políticas redistributivas de seguridade social;

(b) sintonia com o controle social como mecanismo democrático de acompanhamento e monitoramento da sociedade sobre a gestão pública e esse monitoramento, e esse acompanhamento, gente, não é um simples acompanhamento técnico, é um acompanhamento político.

(c) Sintonia com ordenamentos jurídico, político e com a instrumentalidade normativa que assegura direitos sociais, começando pela Constituição, pela LOAS, pelas NOBs, pela PNAS, etc. Ainda não evoluímos para o patamar infelizmente em que os Tribunais de Justiça são demandados a assegurar direitos no campo da Assistência, pelo contrário, a judicialização está sendo contra os trabalhadores do SUAS, mas esse avesso da judicialização nós podemos chegar lá e cada trabalhador está escrito nessa busca e nessa construção.

- Quando falamos do SUAS nos referimos quase sempre a um bloco de atores que compõe o grande contingente de protagonistas e coadjuvantes do sistema, onde figuram o gestor, o trabalhador, o Conselheiro e o cidadão alvo da política. Agora acompanhando os cursos do Programa Capacita SUAS, e eu vi em alguns municípios as incríveis situações reais que os trabalhadores enfrentam, eu comecei a sentir necessidade de decompor o tratamento desses atores, porque são inegáveis as distinções entre eles. Por exemplo, nós temos gestores e gestores, nós temos gestores que vem de partidos identificados com a luta dos trabalhadores, mas temos gestores que vem de partidos identificados com dominação. Embora queiramos que todos comunguem aos mesmos ideais democráticos as origens de classe de alguns gestores dificultam tal perspectiva.

- São tantas as situações em que os trabalhadores não têm governabilidade e, em algumas situações, podem até estar expostos a ameaças. Julgo que o enfrentamento jamais possa se dar no plano individualizado, porque seria um suicídio, mas no plano coletivo. Há um grande remédio para isso, se os trabalhadores da Assistência se organizarem como força política neste país e ganharem consciência do embate ético político em que estão inscritos, eu posso dizer sem medo de errar que se os trabalhadores da Assistência se organizarem como força política nós varreríamos com mais facilidade o primeiro damismo, o assistencialismo de nossos municípios e estados.

- Quanto aos gestores oriundos das classes dominantes, se os trabalhadores se organizarem como força política esses gestores vão tremer nas bases. A luta do trabalhador no SUAS não se separa da luta dos oprimidos, cada vez mais me convenço de que esse trabalho precisa estar ancorado na coragem, na paixão e em bons salários. Hegel, vocês sabem que Hegel foi superado por Marx, mas ele tinha algumas coisas boas, então ele disse: “Nunca nada grandioso no mundo foi feito sem uma grande dose de paixão.”

Seguiu-se o debate com os participantes e, no período da tarde, a deliberação das propostas novas a serem encaminhadas à Plenária Final, conforme segue:

- Instituir em Decreto o Programa Nacional de Capacitação do SUAS – CapacitaSUAS, em consonância aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente – PNEP/SUAS, atendendo inclusive ações de capacitação para todos os trabalhadores do SUAS para o atendimento às pessoas com deficiência.

- Instituir no âmbito da gestão e financiamento da PNAS setor específico para gestão do Trabalho do SUAS.

- Estabelecer fluxos operacionais da relação do SUAS com o SGD, garantindo as atribuições e competências dos trabalhadores do SUAS na proteção socioassistencial nas situações de ameaças ou violação de direito.
- Implantar e implementar a Escola Nacional de Educação Permanente do SUAS vinculada ao MDS.
- Propor alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal para assegurar que as ações de natureza continuada da Política de Assistência Social, definidas em legislação orçamentária ou normas específicas da área, possam admitir recursos humanos concursados fora dos limites percentuais com gasto de pessoal, estabelecidos por lei para os respectivos entes.
- Estabelecer fluxos e parcerias entre a gestão do trabalho do SUAS, nos três entes federados, organizações de classe e os conselhos de classe das categorias profissionais de nível superior, reconhecidas pela resolução 17/2011 do CNAS, visando esclarecer as áreas e contribuições de cada categoria profissional para qualificação dos serviços socioassistenciais.

Eixo 4 Gestão de Serviços, Projetos e Programas Socioassistenciais

Coordenação:

MARGARIDA MUNGUBA CARDOSO – Conselheira do CNAS - Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
JOSÉ ARAÚJO DA SILVA - Conselheiro do CNAS - Representante da Pastoral da Pessoa Idosa

Comitê Acadêmico:

ELISÂNGELA DE OLIVEIRA INÁCIO - Doutora em Serviço Social, Professora do Curso de Serviço Social junto ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba

Debatedores Convidados:

VALDIOSMAR VIEIRA DOS SANTOS - Assistente Social, Secretário Municipal de Assistência Social de Tobias Barreto, em Sergipe, e Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, o CONGEMAS.

ABIGAIL TORRES - Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC, São Paulo; Docente de Pós-Graduação das Faculdades Metropolitanas Unidas, FMU/São Paulo; Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social da PUC, São Paulo; Consultora nos seguintes temas: Política de Assistência Social, Controle Social e Políticas de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Atualmente ela é Consultora do MDS na área da Gestão do Trabalho.

Relatoria Colegiada:

DARCI MARIA DE SOUSA VILAÇA

ELISÂNGELA DE OLIVEIRA INÁCIO – Membros do Comitê Acadêmico – UFPB

- A avaliação desse eixo teve como base a reflexão sobre os três entes:

(a) o ente federal, onde o MDS é quem contribui para as orientações técnicas e oferta do cofinanciamento federal, para a qualidade na oferta dos serviços e no acompanhamento e implementação, bem como planejar e pensar acerca da estrutura, aperfeiçoamento do SUAS sobre a gestão e serviços; no que se refere ao

(b) ente estadual prevê o Plano Estadual de Organização de Oferta de Execução dos Serviços também quanto aos equipamentos ofertados em nível estadual, sobretudo a partir da elaboração dos projetos e da implementação dos programas, bem como ordenamento das demandas referente ao cofinanciamento, não apenas ao cofinanciamento federal, mas também a necessidade da participação do estado neste cofinanciamento; já no que se refere

(c) ao ente municipal compete e prevê o Plano Municipal através de diretrizes e recursos também para a oferta e a execução adequada quanto aos equipamentos que ofertam os serviços socioassistenciais e também pensar sobre as demandas referentes ao cofinanciamento, porém agora também contando com a participação do município, além também da função de mapear os serviços, definir a infraestrutura, contratar pessoal, entre outros aspectos que compreenderá tanto a Proteção Social Básica, como a Proteção Social Especial.

- Inicialmente um breve esclarecimento acerca do que são programas, projetos e serviços, sobretudo a necessidade de iniciarmos sobre o próprio conceito de planos. É importante a gente pensar que no que se refere aos serviços, programas e projetos, os planos, e aí tanto os planos em nível federal, estadual e municipal, é que irão delinear essa dinâmica dos nossos serviços, programas e projetos. O plano é quem vai delinear as decisões de caráter geral, as grandes linhas políticas, as estratégias e as diretrizes, inclusive com mais prioridades também de cada realidade. No que se refere aos programas é basicamente um aprofundamento do plano e compreende os objetivos setoriais do plano, também os objetivos gerais do próprio programa. É, portanto, um documento que detalha por setor, por política, conforme as diretrizes, as metas e as medidas instrumentais, é o que vai setorizar cada aspecto pensado no plano. Já no que se refere aos projetos, ele é um documento que vai sistematizar e estabelecer um traçado prévio, portanto um planejamento da operação de uma unidade de ação. É uma unidade elementar de um processo sistemático também que nos proporciona racionalizar as nossas decisões a cerca também das nossas prioridades. A elaboração de projeto já é definida de acordo com as necessidades e exigências próprias do órgão de execução ou financiador e acrescentaria ainda de acordo também com as próprias demandas locais. Os serviços por sua vez são atividades continuadas que objetivam a melhoria da qualidade de vida da população com ações focadas no atendimento das necessidades básicas. Esses serviços, eles vão, portanto, na área da Assistência Social buscar o fortalecimento de vínculos sociais

e familiares para chamada superação de vulnerabilidades e, sobretudo, para promover a melhoria da qualidade de vida do cidadão e garantir o acesso ao direito.

- Chegaram e foram analisadas pelo CNAS por região, as propostas das outras conferências. Assim temos: Região do Centro-Oeste foram implementadas – 09, em andamento – 17, e não implementadas – 04; na Região Norte tivemos 27 implementadas, 41% das propostas; em andamento – 33, portanto 50% estão em andamento; e 06 não implementadas, 9%; no que se refere à Região Nordeste 59 já foram implementadas, equivalente a 41% do total; em andamento estão 50, equivalente a 34%; não implementadas – 36; na Região Sul 08 foram implementadas, equivalente a 12%; em andamento – 46 propostas; e não implementadas – 14; em para finalizar, apenas no que se refere a uma síntese geral de implementadas, em andamento e não implementadas na Região Sudeste temos 25; em andamento – 19; e não implementadas – 05.

- Na verdade, eu solicitei esses dados, essas informações para trazer na exposição, de ontem para hoje, não consta ali, mas foi feito a leitura de acordo.

- As propostas versaram sobre quatro aspectos:

- (a) infraestrutura,

- (b) tipificação dos serviços,

- (c) controle social e

- (d) ampliação de metas e serviços.

- No que se refere à infraestrutura houve uma consideração sobre a ampliação dos CRAS e dos CREAS. Foi colocada a importância do avanço a partir do reordenamento dos serviços, a partir da própria tipificação, então esse reconhecimento, que nos municípios e estados avançamos no que se refere à oferta de serviços de CRAS e CREAS, mas na infraestrutura a gente ainda se depara com realidades específicas ainda com uma série de precariedades que precisam ser melhores trabalhadas e contar, sobretudo com a participação dos três entes. Há a necessidade de assegurar financiamento para melhorias das sedes. Houve a referência de buscar novas estratégias, que os gestores municipais, que os gestores estaduais invistam na construção de sedes próprias de CRAS e CREAS com melhores condições também de acessibilidade, com uma menor rotatividade também dessas sedes, até no sentido de fortalecer os vínculos. Então a importância de estruturar o CRAS e o CREAS com equipamentos modernos, com o acesso a ser garantido de tecnologias e recurso humanos capacitados conforme a NOB-RH/SUAS, buscando inclusive a intervenção do Ministério Público em algumas situações.

- Sobre a tipificação tivemos as questões: ampliar os serviços socioassistenciais para atender as diversas demandas de acordo com as particularidades regionais onde vivem as famílias que têm os seus direitos violados; ampliar e reestruturar os Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar para pessoa idosa, pessoa com deficiência, população de rua, mulheres em situação de violência. Como exemplos, apontando avanços em algumas localidades, foi a criação do Centro-Dia, das Residências Inclusivas, dos Centros POP, entre outros. Há uma preocupação e um cuidado de que aconteça mais no sentido de ampliar e universalizar esse atendimento, ao invés de cotizar ou segmentar essa lógica dentro da política.

- Também foi apontada a necessidade de assegurar mais serviços especializados para o atendimento de crianças de zero a cinco anos no âmbito da Política da Assistência Social. Garantir ainda implantação de CRAS itinerante com acesso fluvial ou terrestre para atender as comunidades mais isoladas respeitando, assegurando e, de fato, implementado de acordo com as adversidades territoriais.

- Sobre o controle social o destaque é a necessidade de fortalecimento da sua função política e democrática que cada Conselho deve exercer. Ainda a necessidade de se realizar campanhas por meio da mídia para se garantir à população o acesso às informações sobre os serviços, entendendo que é papel do Conselho fortalecer e esclarecer a comunidade sobre a sua existência, sobre a sua função, sobre os objetivos que o Conselho, ele exerce. Disponibilizar ainda através do órgão gestor assessoria jurídica permanente aos Conselhos de Assistência Social, fortalecer autonomia dos Conselhos de Assistência Social e impedir o uso desse espaço para as chamadas projeções políticas e partidárias.

- Sobre os avanços que apareçam como produto encaminhado pelos estados, destaco a própria tipificação nacional, a instalação da rede de equipamentos públicos, conforme eu já mencionei, os CRAS e os CREAS, apesar de que há ainda a necessidade de redesenhar e de melhorar a qualidade desses serviços prestados nessas unidades em diversas localidades.

- Um outro aspecto destacado se refere à universalização. Houve ampliação na instalação dos CRAS na quase totalidade dos municípios brasileiros. No que se refere ao próprio redesenho da dinâmica a partir da tipificação se percebeu que a própria oferta de serviços obteve maior êxito. O fortalecimento da rede de serviços e da gestão dos benefícios também tem contribuído para a integração de ações mais coletivas e do fortalecimento também dos atendimentos na própria rede local em vista alcançar o processo de intersectorialidade.

- No que se refere às estratégias foram apontadas: (a) garantir a publicização das ações da Política de Assistência Social, as informações dos serviços por meio da acessibilidade aos materiais informativos; (b) politizar e coletivizar cada vez mais as demandas e as ofertas dos serviços; (c) criar e proporcionar aos Conselhos e aos gestores nas três esferas de governo encontros periódicos e sistemáticos com o objetivo de socializar as informações para os diversos públicos e usuários da Assistência Social; (d) prover cada vez mais de infraestrutura adequada; (e) avaliar a estrutura dos serviços a partir da garantia de segurança de renda do convívio familiar, do convívio comunitário e da acolhida; (f) revisar a lógica de acesso considerando a demanda por número de famílias e por setor censitário e pela questão da distância também territorial; (g) reorganizar a oferta de serviços da rede básica especial, conforme as diferentes demandas e os diversos territórios e ampliar os Serviços de Convivência e de Fortalecimento de Vínculos.

- Percebeu-se ainda, avanço na padronização e reordenamento dos serviços no SUAS; a importância da revisão da NOB/SUAS;

a necessidade de ampliação e qualificação dos equipamentos; a elaboração da Política de Educação Permanente; adequação do cofinanciamento dos serviços, dos programas e projetos a partir de estudos e definições sobre os custos desses serviços com base nos indicadores de qualidade de serviços e também com base nas análises sobre as especificidades regionais.

VALDIOSMAR VIEIRA DOS SANTOS – Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social/CONGEMAS

- O primeiro ponto que eu gostaria de trazer é que a Política Pública de Assistência Social, ela tem que ser uma política de estado e não uma política de governo. Quando fala de programas e projetos nós temos alguns problemas com eles, diferente dos serviços. Primeiro porque os municípios e estados muitas vezes, e principalmente os estados, criam projetos muito no âmbito politiquero e com o paralelismo de ações, então nós temos que ter muito cuidado com a questão dos programas e projetos.

- Os programas e projetos, eles têm que ter uma finalidade, mas o grande objetivo do SUAS são os serviços, serviços continuados que independem de governo, que independem de bandeira política.

- Dentro da demanda do serviço, nós estamos falando que para além da universalização do serviço no SUAS, nós estamos falando de serviço universalizado com qualidade e para falar de serviço com qualidade, não existe um serviço de qualidade se nós não tivermos o custo dele, se nós não soubermos quanto custa um serviço com qualidade, e, principalmente, se nós não partilharmos o pagamento desse serviço entre os entes federados.

- Nós ficaremos sempre dependendo de um único ente que repassa um determinado valor e o serviço a gente expande ele e fica se enganando dizendo que temos o serviço, seja na Básica ou seja na Especial, no Brasil todo, mas, na verdade, é um meio serviço e infelizmente em alguns lugares é um desserviço, porque o serviço mal feito, uma oferta de serviço mal feito é um desserviço. Então nós temos que estar com esse olhar apurado para o serviço e a qualidade desse serviço.

- Nós temos públicos prioritários, sendo a Assistência Social já instituída legalmente como para quem dela necessitar, mas dito essa nomenclatura, que foi utilizada principalmente na Básica, de público prioritário, o maior desafio tem sido para todos os gestores no Brasil toda a oferta do serviço com qualidade principalmente para pessoa com deficiência, porque as nossas equipes técnicas, elas não tiveram e não tem formação desde a Academia qualificada para atender esse público. Porque as nossas estruturas não são adequadas.

- Nós estamos na capital federal, nós estamos em um dos mais importantes e maiores centro de eventos do país e um evento com essa megaestrutura é contratada as melhores empresas do país, mas mesmo assim, elas não têm qualidade na oferta do serviço. Agora vocês imaginem um CRAS, um CREAS, lá no interior, em um município de pequeno porte um, que tipo de acessibilidade existe nesses CRAS? Temos hoje os recursos que possibilitam você fazer adequações, mas adequação é uma rampa que quando você vê a rampa, ela é paraolímpica.

- Enquanto nós tivemos estruturas precarizadas, em casas alugadas e nós, com todo os preconceitos que temos, nós fazemos casa para nós mesmos morarmos cheia de obstáculos. A gente apesar de querer viver muito, a gente não pensa que vai ficar idoso, então é cheia de obstáculos, o piso a gente se preocupa com o brilho dele e não que ele seja antiderrapante, tem que colocar uma escadaria gigantesca, porque a gente acha que nunca vai ter um problema. Só que aí depois essa casa, que foi feita dentro desses padrões arquitetônicos estranhos e inadequados, ela é alugada para ofertar um serviço da Assistência Social. Esses espaços, eles são sempre inadequados.

- Nós temos um grande desafio que é o cofinanciamento para a construção dos equipamentos públicos e o cofinanciamento que tem acontecido ainda é na linha convenial e ela é extremamente burocratizada. Entre a assinatura do convênio e a materialização da construção desse equipamento passa de uma gestão para outra e a gente não consegue construir.

- Precisamos de linhas de financiamento fundo a fundo, mas desburocratiza para que a gente consiga construir esses equipamentos, lembrando que esses equipamentos têm que estar nos territórios mais vulneráveis e aí tem um outro impeditivo, na maioria das vezes, mesmo quando consegue o convênio, não consegue construir porque aqueles terrenos, eles não são legalizados. Você imagina um terreno lá em uma favela onde está uma grande problemática e a maioria é de invasão, como é que você consegue construir um equipamento ali? Nas áreas de maior vulnerabilidade, muitas vezes nós temos impeditivos legais que precisam ser resolvidos para que esses equipamentos cheguem de fato aonde ele precisa chegar, que eles sejam construídos aonde aquela população precisa ser atendida por aquele tipo de serviço.

- O problema da infraestrutura vai para além de construir uma rampa ou de ampliar uma porta. Nós temos dificuldades em toda estrutura física, mas principalmente na qualificação técnica de todos os servidores desses equipamentos, desde o recepcionista, que não sabe como atender uma pessoa com deficiência, ao auxiliar de serviços gerais e os técnicos de nível superior, então nós temos aí para além da infraestrutura a questão da qualificação dos profissionais que estão na oferta desses serviços.

- Um outro ponto é que a tipificação ela veio para alinhar os conceitos e quando a gente lê as deliberações das Conferências de 2005 e lê a de 2011 a gente diz “que bom, houve uma grande evolução”, porque quando você percebe a linguagem, e as deliberações, e as demandas, a maioria delas são de outras políticas públicas, porque estava incrustada aquela coisa de que tudo que os outros não conseguem fazer a Assistência que faça. Mas nós temos que continuar firmes para não haver retrocesso, porque normalmente há fragilidade nas outras políticas sociais e aí elas não dão conta do recado e aí no auge de resolver os problemas joga para que a Assistência faça;

- A tipificação deu um direcionamento e aí os próprios usuários do serviço e os gestores vão entendendo o que é de Assistência e o que não é de Assistência Social, mas o grande problema é que nós ainda precisamos decodificar essa linguagem. Apesar de muitas vezes nós mesmos criticarmos o profissional da área jurídica, o profissional da área médica, que fala com verdadeiros enigmas, só que quando a gente lê os nossos textos, a própria tipificação, ainda é uma linguagem muito técnica e nós precisamos ter uma linguagem que traduza a realidade cotidiana do usuário, que o usuário se espelhe, que ao ver aquilo ele saiba exatamente do que se trata aquele serviço, o que é que faz naquele serviço.

- No que diz respeito ao controle social eu tenho um acréscimo aqui, quando coloca: “Disponibilizar através do órgão gestor assessoria jurídica permanente aos Conselhos.”, não é só assessoria jurídica aos Conselhos, volta outra vez aquela história, a gente sente a vida em um único aspecto. Os Conselhos precisam ser assessorados no todo, é assessoria jurídica, é assessoria contábil, é assessoria do SUAS, porque tem Conselheiro que é eleito, mas que ele não entende ainda nem do SUAS mesmo e ele precisa entender sobre o SUAS e aí quando a gente fala de capacitação e do CapacitaSUAS não tem que ser só para técnicos e gestores, ele tem que alcançar logo o bloco dos Conselhos.

- Quando a gente fala de capacitar Conselheiros nós estamos dizendo principalmente que o conhecimento, ele é libertador. Os Conselheiros, quando eles têm conhecimento, eles conseguem se tornar protagonistas, aí sim eles conseguem enfrentar a gestão quando é necessário, eles conseguem se posicionar quando é necessário.

- Dentre os maiores desafios nós temos, de fato, a questão do cofinanciamento e assessoramento técnico por parte dos três entes, porque os municípios muitas vezes não conseguem ofertar o serviço com a qualidade que deve ao usuário, mas também não recebe o assessoramento técnico que precisava para ofertar esse serviço ao usuário na ponta, porque os outros entes também não correspondem. Só o município e só o técnico lá do CRAS, do CREAS ou do Serviço de Convivência, é que é tencionado, porque ele está nessa convivência diária com o usuário. Muitas vezes ele está sendo impossibilitado de desenvolver a sua atividade como deveria, porque ele depende também da ação de outras instâncias as quais o usuário não consegue ter acesso direto, então por isso o tencionamento termina acontecendo apenas no município.

- O município tem uma parcela de responsabilidade muito grande, mas que ele depende também dos demais entes. A principal coisa que falta para nós qualificarmos o serviço é o empoderamento do usuário. Um empoderamento que muitas vezes nem o técnico, nem o gestor quer que aconteça, porquê nós às vezes não estamos preparados para os questionamentos, para as indagações e as cobranças do usuário.

- Quando a gente abre esses espaços de participação do usuário para que ele avalie o próprio serviço, não só no Conselho, mas abrir espaços de avaliação lá no CRAS, lá no CREAS, e aí quando a gestão e a equipe técnica consegue entender isso, isso é primoroso. Não tem mais como a gente fazer planejamento de atividade sem entender de fato a dinâmica do usuário, e os usuários nas suas diversas esferas.

- Cada um de nós, nos espaços onde nós estamos desenvolvendo nossas ações, sejamos gestores ou sejamos técnicos, nós precisamos nos desarmar e também deixar de ter medo de ouvir, porque quando a gente ouve a gente também qualifica muito mais o serviço e aí a gente amplia a democracia, e aí a gente amplia SUAS.

- Ampliar o SUAS e melhorá-lo cada dia é ampliar serviço com qualidade e ampliar serviço com qualidade requer controle social forte, requer gestão qualificada, mas principalmente requer um contato diário e uma capacidade de escutar os usuários constante para que a gente requalifique todos os dias os nossos serviços.

ABIGAIL TORRES – PUC/SP

- Em relação aos avanços há uma predominância nessa leitura da relevância da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, mas a relevância da tipificação se dá justamente porque temos uma trajetória, talvez ainda não suficientemente superada, de pensarmos a atenção de forma descontinuada com programas e projetos que não são elaborados a partir da perspectiva de quem oferta o serviço.

- Considero que nós estamos passando por um primeiro teste pós-tipificação que é no momento de mudanças das gestões governamentais e temos observado a continuidade de serviços, a continuidade das unidades públicas estatais, então há nesse pacto coletivo, que fizemos, uma força de continuidade.

- Os programas e projetos, tal como estabelecidos na Lei Orgânica de Assistência Social, são ações focalizadas, complementares e para qualificar os serviços e não para se configurarem como a principal atenção, visto que inclusive eles têm tempo para serem desenvolvidos, eles têm uma limitação, um foco de tempo e de público.

- Outro avanço na consolidação dos serviços é a implantação do Prontuário SUAS. Nós ainda não o implantamos na totalidade, mas as discussões da construção do Prontuário vão dando umas orientações de avanço no sentido de registrarmos o trabalho desenvolvido evitando assim, inclusive, o usuário tenha que reiteradamente fazer a mesma narrativa para mais de um profissional. O Prontuário indica uma leitura para questões de sofrimento e de vulnerabilidade dos cidadãos usuários para além da dimensão de renda.

- No Prontuário nós já temos um pacto sobre o que precisa visto e cuidado na atenção com relação à segurança de convívio e a segurança de acolhida. Uma outra questão que o Prontuário assegura é a partir do registro o diálogo em equipe, nós bem sabemos que a descontinuidade dos profissionais significa por vezes a descontinuidade do registro do trabalho desenvolvido, os profissionais mudam de municípios, mudam de organizações e levam consigo o registro do trabalho desenvolvido e essa história da atenção não permanece no serviço, então a instalação dos Prontuários, inclusive informatizados, permitirá um avanço nesse sentido em termos um registro e inclusive poderemos construir conhecimento para adensar a atenção da Política de Assistência Social.

- Um terceiro avanço, que eu queria destacar diz respeito a um esforço imenso que temos que fazer ainda de não segmentação, de não guetização, de não apartação dos segmentos dentro do SUAS. Nós temos uma tradição de uma atenção voltada a criança e adolescente, ao idoso, a pessoa com deficiência. Nós estamos vindo dessa tradição e essa tradição se confronta e se coloca como um desafio ao pensarmos na centralidade da família e na centralidade no território. Nós precisamos construir um entendimento da intervenção específica do segmento entendendo que ele está inserido em um núcleo que é a unidade de medida do SUAS que são as famílias. Essa discussão avança inclusive no reordenamento dos Serviços de Convivência. Nós temos um avanço de pactos nessa direção,

mas que ainda requer uma melhor compreensão nossa do ponto de vista do trabalho social para enfrentá-lo.

- Meu entendimento é que a qualidade do serviço está diretamente associada a qualidade do trabalho desenvolvido, sem nenhum prejuízo dos demais elementos que foram trazidos, que são condição para a infraestrutura, o cofinanciamento.

- Um grande desafio para a qualificação dos serviços é, primeiro, respeitarmos os pactos que já fizemos e construir o nosso trabalho orientado por esses pactos, então nesse sentido os direitos socioassistenciais, o decálogo aprovado em uma das nossas Conferências Nacionais é um campo de indicadores de avaliação da qualidade de serviços. Nos direitos socioassistenciais está expresso o direito do usuário a escuta, a ser atendido por uma equipe profissionalizada, o trabalho de uma política pública não é trabalho voluntário, não é trabalho que é feito pela intuição, não é trabalho que é feito porque alguém nasceu mais bondoso, é um trabalho profissionalizado, com profissionais capacitados para entenderem a necessidade da população e produzirem respostas efetivas a essas necessidades.

- Em relação à capacidade de cobertura há mais um elemento que considero desafio, que é o fato de não termos suficiente leitura sobre as demandas para as quais precisamos produzir respostas. Já na Política Nacional, em 2004, afirmávamos no marco situacional, que não tínhamos suficiente clareza sobre as condições de vida da população e sobre as situações de vulnerabilidade a qual ela estava submetida. Oito anos de implantação do SUAS, precisamos avaliar o quanto avançamos na leitura da realidade e no reconhecimento de demandas.

- Precisamos entender o que o impacto de sofrimento causado por relações de subordinação, de humilhação, de violência gera na vida das pessoas e como nós, a partir do trabalho social dentro do SUAS, vamos combater essas situações, restaurar condições de dignidade, de desenvolvimento humano, visto que este é um compromisso dessa política situado em duas seguranças, principalmente: a segurança de acolhida e a segurança de convívio. Então quantos sabemos de abandono, quanto sabemos sobre isolamento, quanto sabemos sobre a vivência de preconceitos, quanto sabemos sobre as situações de violência que estão submetidas à população, inclusive nos serviços prestados pela Assistência Social. Não raras vezes nós temos denúncia de violação de direitos em Serviços de Acolhimento, na prestação do serviço nas unidades estatais e também nas unidades conveniadas, então é necessário que a gente busque apurar a vivência dessas situações.

- Outra questão, é que há outros indicadores, por exemplo, quando falamos de Serviços de Acolhimento e nos referimos a atenção à criança e ao adolescente, nós temos um rol de indicadores para avaliarmos a qualidade dessa atenção que está estabelecido desde 1990 no Estatuto da Criança e do Adolescente, entretanto continuamos separando grupos de irmãos, continuamos transferindo crianças de uma entidade para outra entidade, continuamos proibindo visitas e permanência de vínculos familiares, continuamos abrigando crianças por questão de renda, ou seja, continuamos desrespeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente há 25 anos.

- Nós avançaremos na qualidade quando compreendermos qual é o grau de satisfação que os usuários têm sobre a atenção recebida. Creio que esse é o maior desafio, é o que deve tirar o sono dos profissionais, pensarmos como vamos assegurar condições protegidas, condições claras para que os usuários se expressem sobre os serviços recebidos. Participação de usuários no SUAS não é evento, não é momento de Conferência exclusivamente, não é assento no Conselho Municipal, participação de usuários no SUAS é uma diretriz deste sistema. Tem duas diretrizes nesse sistema: ele é descentralizado e ele é participativo. Portanto a participação é método, é lugar que queremos alcançar, é resultado esperado e deve ser o nosso processo de trabalho. Precisamos fazer uma escolha ética e política urgente para assegurar que dentro dos serviços as pessoas possam se manifestar sobre o que desejam, sobre os rumos que querem que seja tomado, inclusive sobre a sua própria vida. Enquanto decidirmos pelas pessoas, sem que inclusive esses critérios estejam expressos, nós não estamos contribuindo com autonomia, com participação, com protagonismo, nós estamos reproduzindo práticas que subordinam as pessoas.

- Eu estou fazendo um percurso que é o seguinte, estou falando de um lado da vigilância quando digo que precisamos produzir informações sobre as demandas que temos que atender os serviços, falarmos de cobertura é falarmos de para quais situações precisamos produzir resposta, estou falando de proteção na medida em que estou falando da qualidade desta atenção e das seguranças como essa resposta de proteção e quero falar sobre a defesa institucional que os serviços também precisam construir ao ouvir os usuários e direcionar a sua intervenção a partir desta fala dos usuários. Nesse sentido, no entendimento que eu estou construindo, as três funções do SUAS, têm que ser expressas na atenção dentro do serviço, isso é uma finalidade dentro do serviço.

- Sobre a participação dos usuários nos serviços e nos processos de atenção a eles dirigidos, e aí estamos não somente deles estarem presentes, mas de emitir opinião, estar informado sobre a atenção recebida, se mobilizar dentro do serviço. Participação é essencialmente interferir nos processos de decisão. Sei que isso é um desafio para os trabalhadores também, mas a direção de fortalecimento dos trabalhadores na perspectiva política pressupõe o fortalecimento dos usuários dentro do sistema. É a partir da direção ética e política dos trabalhadores de que estamos operando direitos e esta é a finalidade da nossa atenção que também conseguiremos um melhor reconhecimento do lugar dos trabalhadores no sistema.

Seguiu-se o debate com os participantes e, no período da tarde, a deliberação das propostas novas a serem encaminhadas à Plenária Final, conforme segue:

- Criar e fortalecer com estrutura, equipamentos multidisciplinar, núcleos de atendimentos aos agressores que cometem violência contra a mulher, construindo metodologias preventivas, promovendo ações socioassistenciais em todos os municípios brasileiros com garantia de cofinanciamento nas três esferas de governos, para inclusão do agressor no atendimento para o fortalecimento de vínculos.

- Extensão para os municípios de pequeno porte, com alto índice de pessoas com deficiências e que não atinjam a meta populacional para aderir ao programa “residência inclusiva” do MDS.

- Ampliar o cofinanciamento e instalar Centros Dia na rede pública municipal, para acolhimento de pessoas idosas, de forma a dar

suporte às famílias que não tem possibilidades de cuidar de seus idosos durante o dia e nem condições de contratar cuidadores.

- Garantir que a União, os Estados e Municípios participem efetivamente da agenda do marco regulatório das organizações da sociedade civil para ampliar, fortalecer e regionalizar essa agenda. Considerando sua importância para o financiamento de serviços, programas e projetos socioassistenciais.
- Ampliar os recursos e a oferta dos cursos do Pronatec e o Programa Acessuas Trabalho garantindo a prioridade do acesso para beneficiários do Programa Bolsa Família e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.
- Estabelecer protocolo em nível nacional para o atendimento de famílias e indivíduos nos serviços de proteção social especial de média e alta complexidade para promover o aprimoramento do fluxo de integração com as diversas políticas públicas.

Eixo 5: Tema: A Gestão de Benefícios e Transferências de Renda no Âmbito do SUAS

Coordenação:

SOLANGE TEIXEIRA – Conselheira do CNAS - Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS
MÁRCIA DE CARVALHO ROCHA – Conselheira do CNAS – Representante do Lar Fabiano de Cristo

Comitê Acadêmico:

Maria Luiza Rizzotti - Graduada em serviço social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, e em direito pela Faculdade Educacional de Ponta Grossa, mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Doutorado em Sociologia pela Universidade Autônoma de Barcelona. Atualmente é professora associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa no programa em ciências sociais aplicadas na graduação em serviço social.

Debatedores Convidados:

LÚCIA CORTES DA COSTA – Graduada em Serviço Social e Direito, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP, Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR.
LUIZ HENRIQUE DE PAIVA - Secretário da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, SENARC.

Relatoria Colegiada:

RONALDO SENA CAMARGOS

MARIA LUIZA RIZZOTTI – Membros do Comitê Acadêmico – UEL

- Organizou a fala em três momentos:
 - (a) Reflexões sobre o lugar do benefício neste campo de proteção que é a Assistência Social;
 - (b) Avaliação das deliberações que vieram e aquelas que estão postas para esta conferência e
 - (c) Desafios em relação aos Benefícios no SUAS.
- Precisamos definitivamente assumir que benefício como aqueles que estão postos na política de Assistência Social, o BPC – Benefício de Prestação Continuada. Os benefícios advindos do programa Bolsa Família, e os benefícios eventuais são direito de cidadania. Parece que eu estou aqui falando algo que todos já sabemos, mas me preocupa muito, ouvindo nas conferências ainda pessoas tratando o direito à renda como se não fosse direito. Isso está expresso inclusive quando a gente lê o montante de deliberações para esse campo foram apenas 17 deliberações desde 2005 até 2011. O que indica naturalmente que este não é um campo assumido verdadeiramente pela política de Assistência Social como um direito socioassistencial e como uma das seguranças mais importantes desta política que é a segurança de renda.
- Há algumas hipóteses sobre o lugar dos benefícios na assistência social. A primeira hipótese é de que fomos criados na lógica do trabalho é o único modo de sobrevivência previsto numa sociedade burguesa. Portanto, é muito comum nós acharmos que o único modo das pessoas sobreviverem com renda é pelo trabalho, pelo salário. Eu não quero dizer que isso não seja importante. Nós somos uma sociedade salarial. Todos nós nos sentimos integrados, até por esse modelo econômico que tem nesse país e muitos outros no mundo, nós nos sentimos integrados na sociedade só quando estamos trabalhando. Então este ethos burguês que diz que aquele que não trabalha não tem dignidade, ele transcende muitas vezes a lógica de que o benefício ele deve ser sempre transitório e que ele não é bem um direito, é quase que um mal necessário. E nós temos que combater esta ideia, nós somos trabalhadores do Sistema Único de Assistência, nós somos, muitos aqui são usuários desta política, e nós temos que defender outros benefícios, os programas de transferência de renda, como direito de cidadania.
- O direito aos benefícios está firmado exatamente na lógica de que a pobreza e a vulnerabilidade não são consequências de uma trajetória individual, as pessoas não são pobres porque deixaram de assumir e corretamente as oportunidades que o mundo do trabalho lhe deu. As pessoas são pobres porque esse modelo econômico coproduz a pobreza, e ele produziu essa pobreza histórica, política, economicamente, socialmente. Se nós reconhecermos que a pobreza não é um pecado individual de cada, nós temos que reconhecer que o enfrentamento desta pobreza pode e deve ser feito por uma ação do Estado de proteger, inclusive proteger com transferência de renda estas pessoas.
- Numa conferência belíssima que eu estive, uma usuária da política de assistência beneficiária do Bolsa Família fez questão de,

no começo da conferência, entregar o seu cartão dizendo “Não quero mais ser beneficiária do Bolsa Família, porque agora eu já tenho autonomia de renda”. Ora, até aí perfeito, mas quando ela entregou o cartão ela disse: “Resgatei a minha dignidade”. Como assim resgatei a minha dignidade? Ela era tão digna enquanto tinha o benefício.

- Em outra ocasião estávamos num evento imenso com quase 500 pessoas e uma colega falava sobre o direito a renda transferida, o direito ao benefício, e ela dizia assim, existe alguns mitos que o benefício torna as pessoas vagabundas, que as pessoas não querem mais se inserir no mundo do trabalho, que as mulheres têm mais filho por conta do benefício e etc., e ela falando isso como se isso não fosse algo para aquela plateia, porque eram todos trabalhadores do SUAS. Quando ela terminou a fala, ela ouviu outros trabalhadores dizendo: “Mas isso não é mito, é isso mesmo. As pessoas se aproveitam do benefício”.

- É inadmissível que um trabalhador, que um usuário da política de Assistência Social, que um gestor da política de Assistência Social não defenda os benefícios socioassistenciais como direito social. Então acho que a primeira grande bandeira que nós temos que sair daqui é a defesa de que esta política pública é uma política com benefícios que faz a gestão de benefícios e que faz a gestão dos serviços e que estas coisas têm que ser integradas, e que os benefícios são um componente importante para as seguranças afiançadas por esta política.

- Uma das grandes bandeiras nossas têm que ser de que os nossos usuários da política de Assistência Social, os beneficiários dos programas e transferência de renda, quer o BPC, quer o Bolsa Família, se entendam como sujeitos políticos, se organizem nesta condição, que requeiram direitos enquanto beneficiários dessa política. Uma das nossas propostas teria que ser politizar a discussão dos benefícios, organizar os nossos beneficiários enquanto cidadãos de direitos desta política.

- Um segundo ponto que advém da leitura das deliberações passadas e presentes é que há propostas que se repetem ano a ano, voltadas à ampliação do acesso, como é o caso da mudança de critérios, por exemplo. No caso do BPC, ampliar a per capita para meio salário mínimo, ou seja, garantir acesso de outros idosos, mudar a idade dos 65 para os 60 anos, entre outras.

- Um outro campo de deliberações se refere à gestão dos benefícios, em primeiro lugar, apontam a necessidade, reiterando a necessidade de que a gestão seja da política de Assistência Social, mas que ela tenha uma perspectiva intersetorial. Neste sentido é preciso refletir que demanda muitas vezes vem de fora da assistência para dentro da assistência e considero que deveria ser o contrário, ou seja, nós da política de assistência conhecemos o nosso território, conhecemos os nossos beneficiários, sabemos das suas vulnerabilidades, e sabemos mais, que as vulnerabilidades muitas vezes elas se tornam mais agravadas, sei quando esses beneficiários não têm acesso às, as demais políticas.

- O CadÚnico é um importante instrumento de diagnóstico. Nós precisamos nos apropriar das informações do CadÚnico. Nós precisamos assumir que lá tem dados fundamentais para esta política.

- Existe um grupo de idosos que estão dentro dos critérios do BPC e que nós ainda não os encontramos. Eu não estou falando aqui só de busca ativa. Estou falando de leitura socioterritorial, de reconhecer o território, quantos são os idosos, quantos estão em situação de pobreza?

LÚCIA CORTES – Professora

- A primeira questão colocada é da legitimidade da renda. Nós vivemos uma sociedade de mercado onde o salário é a regra geral e é legitimado como forma de obtenção da sua sobrevivência. Isso se reveste de um mérito social e de valores também ideológicos. A partir daí temos que a considerar, primeiramente, que o mercado de trabalho no Brasil não é democrático. Então culpabilizar aquele segmento da população que não tem acesso a renda via mercado de trabalho, é um absurdo histórico porque essa mesma sociedade negou a inclusão no mercado de trabalho. Não é só o salário que confere renda. A outra fonte de renda é a propriedade. É uma besteira falar que só via o trabalho, o trabalho assalariado se consegue a sobrevivência. Os mais ricos nesse país conseguem a sobrevivência com renda da propriedade, com a renda do sistema financeiro, e aí que financia inclusive títulos da dívida pública, e que aqueles que agora começam a ser inseridos enquanto cidadão no direito a renda via seguridade social, são discriminados.

- A decisão do STF de dizer que um quarto de salário mínimo não é critério suficiente para comprar a necessidade já colocou meio salário mínimo. É só uma questão de tempo, a regra já mudou e mudou porque a própria sociedade, ajuizando ações contra o Estado e dizendo que o direito a renda é um direito constitucional, que esse critério de um quarto não pode ser usado como um critério de exclusão a direitos.

- Como a gente vai articular recurso para benefício e para serviço? Vai aumentar a demanda e isso é bom, é luta política, é assim mesmo. Nós estamos mudando lentamente a concepção sobre direito de cidadania nesse país e isso não se faz sem muita luta, sem muito debate, sem muita pesquisa teórica para discutir qual é o modelo de proteção social, qual é a diferença entre seguro e seguridade social.

- A Lei 12.470 trouxe vários avanços que estava lá no caderno de propostas ao compatibilizar renda do trabalho da pessoa com deficiência e o BPC. Na condição de aprendiz já está garantido até dois anos e depois se a pessoa entra no mercado de trabalho, ela não perde para sempre, é suspenso no benefício. Se a pessoa voltar a precisar novamente ela pode acessar o benefício.

- Outra questão é que, recentemente descobri que há uma incompatibilidade entre o Bolsa Família e a forma de inclusão na previdência social naquela categoria de segurado como trabalhador no próprio domicílio sem remuneração, que é a contribuição com 5% do salário mínimo. Se a mulher ou homem tiver recebendo Bolsa Família, não pode entrar nessa categoria de contribuinte. A orientação é de que você não pode porque você tem renda e essa interpretação está sendo dada em várias agências. Se estiver no CadÚnico como titular beneficiária do Bolsa Família não aceitam. Isto precisa ser pensado urgentemente. Nós temos que integrar a gestão dos benefícios que estão no INSS, tanto previdenciários quanto assistenciais.

LUIZ HENRIQUE PAIVA - Secretário Nacional de Renda e de Cidadania

- No meu caso eu vou tratar basicamente do programa Bolsa Família. Esse nós celebramos dois aniversários redondos. São os 10 anos do Bolsa Família que foram muito falados, e 90 anos de previdência social. O Brasil tem previdência social já há 90 anos e a gente celebrou esse ano, mas foi uma data relativamente pouco comemorada.

- O Bolsa Família é novo, ele foi criado apenas 10 anos atrás. Mas ele representa um passo a mais numa migração que nós estamos fazendo de modelo de proteção social. Há 90 anos nós inauguramos o sistema contributivo de previdência social. Era um modelo em que só quem tinha capacidade de contribuir, tinha proteção social. Na década de 70 nós começamos a mudar isso com a criação da renda mensal vitalícia, com os primeiros benefícios semicontributivos, voltados para os trabalhadores rurais. Tudo isso foi muito bem edificado graças à constituição de 88 que universalizou a saúde, os serviços de saúde, e aumentou substantivamente os níveis de cobertura da previdência rural, e também do Benefício de Prestação Continuada. Este processo ganhou um novo impulso a partir de meados da década de 90 quando os primeiros programas de transferência de renda começaram a surgir em nível municipal. Então nós estamos fazendo uma migração contínua voltada para o aumento de proteção social brasileira.

- Sobre os impactos do Bolsa Família, temos que considerar que ele custa apenas 0,5% do PIB, ele contribuiu com 20% da redução do índice de juro que é o principal coeficiente de juro, que é o principal índice para medir a desigualdade de renda. A queda que nós tivemos no coeficiente de Gini nos últimos 10 anos nunca tinha acontecido desde que este coeficiente de Gini, que mede a concentração de renda, começou a ser medido em meados da década de 70. Ou seja, nós tivemos uma queda praticamente de 10 pontos percentuais no coeficiente de Gini. Poucos países apresentam uma queda tão grande num período tão pequeno de tempo.

- Nós tivemos resultados na área de educação e na área de saúde que são muito impactantes. As crianças do Bolsa Família, que são as mais pobres, são as que têm maiores dificuldades entre a primeira e quarta séries. O fato de que elas permanecem na escola vai fazendo com que vão ajustando o seu percurso escolar. Quando ela chega no segundo grau elas têm resultados que são muitas vezes melhores do que os não beneficiários do Bolsa Família na média.

- Em relação à mortalidade infantil, a gente já tinha conhecimento dos impactos na área de vacinação, saúde materna, consultas de pré-natal, nascimentos a termos, todos resultados positivos. Esse ano vem um resultado sobre um índice sintético que é a mortalidade infantil, quer dizer, se um país vai muito bem na área de saúde pública, a mortalidade infantil dele é baixa, a mortalidade infantil de Cuba é baixa, a mortalidade infantil da Noruega é baixa, a mortalidade infantil brasileira sempre foi alta. Mas vem caindo rapidamente. E o que esse estudo mostra é que comparando municípios muito parecidos em termos de portes, em termos de condições sociais, etc., na hora que você compara esses municípios, pega um município com baixa cobertura do Bolsa Família e compara ele como um município de alta cobertura do Bolsa Família, e cobertura persistente, ou seja, alta cobertura há mais de quatro anos, o Bolsa Família reduz em 20% a mortalidade infantil.

- Para todos nós que trabalhamos com programa, e passamos pelas dificuldades diárias de trabalhar com um programa como esse, que nós sabemos quais são, é o motivo de orgulho muito grande saber que vidas estão sendo salvas pelo nosso trabalho.

- Há mitos em relação ao Bolsa Família, como o de que as famílias teriam mais filhos para ganhar o benefício a mais do Bolsa Família. Em o problema brasileiro hoje não é mais a alta natalidade, o número médio de filhos por família está abaixo da taxa de reposição, o que aponta para uma crise na previdência social daqui há 30, 40 anos. Depois, quem no mundo teria um filho para ganhar um benefício de R\$ 32,00 a mais? Será que a pessoa que tem preconceito é tão preconceituosa que acha que as famílias pobres não sabem fazer conta? E não sabem que com R\$ 32,00 ninguém cria um filho. Nós tivemos que fazer pesquisas para demonstrar que isso não ocorria.

- Em relação ao mercado de trabalho, nós tivemos que fazer pesquisas para demonstrar que o Bolsa Família não tinha nenhum impacto no mercado de trabalho. Os membros das famílias beneficiárias do Bolsa Família com 16 anos ou mais, participam mais do mercado de trabalho, isto é, ocupam um posto de trabalho ou estão procurando ativamente emprego mais do que a média dos não beneficiários.

- O Bolsa Família teve uma contribuição, juntamente com o cadastro único na estruturação da proteção social no Brasil. E se alguém quiser pensar qual foi esse papel, basta imaginar o que seria hoje do Brasil sem o cadastro único. Como estariam estas famílias beneficiárias, as famílias que estão cadastradas, e como nós teríamos o fenômeno da pobreza sem um instrumento como o cadastro único. Nós não precisamos mais trabalhar procurando a esmo, a informação está estruturada.

- Nós temos muito a caminhar para que esses sistemas melhorem. Mas esses sistemas já existem, já estão a nossa disposição, e já geram informação muito importante para a gente trabalhar.

- Um último ponto, uma coisa que a Lúcia falou, existe um decreto que já está na Casa Civil, e que vai tirar qualquer dúvida a respeito da questão da contribuição de 5% para a previdência social para aqueles que fazem trabalhos domésticos, inclusive para todas as agências do INSS: A renda do Bolsa Família não deve ser considerada, especialmente porque é uma renda de caráter complementar, não é uma renda de caráter substitutivo e permanente, portanto, não há que ser levado em conta quando da contribuição dos 5%.

Seguiu-se o debate com os participantes da Plenária Temática e, no período da tarde a discussão e deliberação das propostas novas encaminhadas à Plenária Final, conforme segue:

- Que sejam feitos urgentes, amplos e efetivos esforços por parte do MDS para que a Caixa Econômica Federal corrija com estabelecimento de tempo previamente determinado, as diversas inconsistências, indisponibilidades e erros dos seus sistemas informatizados, com prioridade para os erros e inconsistências que provocam os frequentes cancelamentos, bloqueios e concessões indevidas de benefícios de PBF que se avolumam mensalmente aos milhares em todo território nacional.

- Melhorar e tornar mais efetivos os canais de atendimento (via telefone, e-mails, ofícios) aos gestores e usuários, tanto por

parte do MDS quanto por parte da Caixa Econômica Federal, e não mais por empresas terceirizadas, e que terá prazo mínimo para a apresentação de soluções e correções de erros e inconsistências de todos os sistemas relacionados ao Cadastro Único e ao Bolsa família (por exemplo, bloqueios e cancelamentos indevidos de benefícios).

- Garantir aos beneficiários do BPC pessoa com deficiência, que comprovem a necessidade de acompanhante, um acréscimo de 25% ao benefício recebido.
- Revisão do BPC Trabalho, no sentido de promover a sua redução gradativa após o ingresso no mercado de trabalho formal do beneficiário que receba entre 1 e 3 salários mínimos.
- Garantir maior transparência e clareza no processo de seleção das famílias para o Programa Bolsa Família e aumentar a renda per capita limite para a concessão de benefícios do Programa Bolsa Família para meio salário mínimo.

Eixo 6: Tema: Regionalização

Coordenação:

DORIS MARGARETH DE JESUS - Conselheira do CNAS - Representante da União Brasileira de Mulheres

MARIA LÚCIA MARQUIM – Conselheira CNAS – Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social, CONGEMAS.

Mesa de Apoio:

NILSIA LOURDES DOS SANTOS – Conselheira CNAS – Representante do UNEGRO

ALDENORA GONZÁLEZ – Conselheira CNAS – Representante da CONAM

Comitê Acadêmico:

HELDER BOSKA DE MORAES SARMENTO – Comitê Acadêmico – UFSC

Debatedores Convidados:

EDVAL BERNARDINO - Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba, pós-graduado em planejamento do desenvolvimento, mestrado pela Universidade Federal da Paraíba, Doutorado em Ciências Políticas. Atuou como Diretor Técnico da Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho e Assistência Social, Diretor do Centro de Ciências Humanas e Educação da Universidade da Amazônia, foi membro do Conselho Federal do Serviço Social, CFESS e do Conselho Estadual da Assistência Social, CNAS. Atualmente professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Coordenador da Universidade Federal do Pará, Coordenador do Grupo de Análise de Políticas Públicas e Políticas Sociais da Amazônia, Coordenador da Pesquisa Ritos e ritmos da destituição do poder familiar e da adoção.

ROSILENE ROCHA - Assessora técnica da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foi Secretária Nacional da Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

HELOÍSA MESQUITA MACIEL - Superintendente de Assistência Social do Estado do Rio de Janeiro.

Relatoria Colegiada:

ROSANGELA PINHEIRO

HELDER BOSKA DE MORAES SARMENTO – Comitê Acadêmico

- A discussão da regionalização da Assistência Social no Brasil, traz em si desafios intrínsecos as diversidades, complexidades, base territorial do país, reproduzindo-se nas esferas intraregionais quanto aos aspectos macro, meso, micro, e ainda de diferentes naturezas econômicas e sociais, geográficas, populacionais, culturais, étnicas e etc. Isso para dizer que a regionalização não é algo inovador na nossa história. Se nós pensarmos que temos uma divisão por regiões, do ponto de vista geográfico, mas estas divisões implicam também direções políticas e econômicas.

- Quando fazemos referência a regionalização da Assistência Social ela está conectada diretamente a uma longa história do próprio Brasil que implica também uma discussão de desenvolvimento e que implica uma discussão de desigualdade, e esse polo desenvolvimento e igualdade na sua base, no fundo estamos discutindo riqueza e pobreza nesse país. Então pensar a regionalização da Assistência Social hoje é pensar o campo de efetivação dos direitos sociais, numa polarização dura e difícil, que vem sendo esse campo da riqueza e da pobreza, ou da distribuição da riqueza no nosso país, dado as desigualdades que se coloca.

- Quero fazer referência à Resolução 31, de outubro de 2013, que trata dos princípios e diretrizes para a regionalização no âmbito do SUAS. No Artigo 4º que também fala das diretrizes, a cooperação federativa, a gestão compartilhada, a territorialização, e a coordenação... E dois pontos que eu queria destacar, a coordenação estadual do processo de regionalização, considerando o seu papel fundamental na articulação política, técnica e operacional entre os municípios e no desempenho do apoio técnico e financeiro das regiões de Assistência, e o planejamento conjunto entre os entes da federação e em todos os níveis de proteção, o qual deve orientar a organização dos serviços Socioassistenciais de forma regional. A referência à LOAS, ao SUAS, e essa resolução é importante para que não façamos uma discussão da regionalização, como se não tivéssemos uma base de sustentação teórica – política que nos permite pensá-la e enfrentá-la na sua relação com a realidade.

- A maioria dos conceitos sobre regionalização significam essencialmente dividir regiões, de acordo com semelhanças ou características que determinados lugares apresentam em comum. Sabemos que não é só a localização geográfica que influencia as formas de organização no espaço, mas diferentes critérios que nós escolhemos, sejam econômicos, políticos, sociais, me parece que na maioria das vezes, o conceito que nós temos de regionalização é o da divisão, pensar a regionalização é dividir o que é de cada um, o que é para cada um, e não a compreensão de unidade na diversidade. Aí vem a questão: A regionalização para nós é um elemento de divisão da realidade, ou é a compreensão da sua diversidade, das suas diferenças para que possamos superar as divisões que existem e aí sim ampliar o campo da conquista de direitos?

- Três questões são importantes quando falamos em regionalização:

- (a) regionalização é uma diretriz para democratização?

- (b) A regionalização é um instrumento que favorece a participação?

- (c) A regionalização para a garantia de acesso aos serviços públicos? Penso que para nós a regionalização é sim uma estratégia de gestão que articula claramente os princípios e diretrizes com as necessidades e demandas da população em seu território, em uma perspectiva de participação, de descentralização, visando a democratização, portanto, ela não se confunde no sentido estreito com serviços, com divisões geográficas, com divisões administrativas, ela é mais ampla, ela implica esses elementos, mas ela amplia e exige uma articulação fundamental entre esses componentes.

- Há uma referência importante, que é o diagnóstico socioterritorial, e não penso que seja possível falar em regionalização sem considerarmos a importância do diagnóstico socioterritorial. Não é apenas um diagnóstico do município, é perceber a inserção desse município naquela região, seja uma média região, seja uma macrorregião, seja do ponto de vista do que produz, seja do ponto de vista da população que se coloque, seja do ponto de vista da dimensão política e das articulações que se fazem. Neste contexto cabem duas referências importantes: (a) uma das Comissões Intergestores, como vem tratando, do ponto de vista do seu papel de articulação, de interlocução e de pactuação no campo da regionalização. E um segundo (b) é a esfera estadual, acredito eu que tem um papel fundamental nessa caminhada, que é o mapa de todo o Estado, dos limites, das suas potencialidades, do seu território, das suas perspectivas de investimento ou não em determinadas regiões.

- As deliberações das Conferências apresentam quatro pontos de análise:

- a) Regionalização dos serviços do SUAS e seu financiamento: Gostaria de destacar a existência de volume significativo de informações que indicam o conhecimento das condições de vida de uma dada região, mas não se traduzem numa base de informações necessárias as formulações das políticas de recorte regional. A organização da estrutura de financiamento e serviços regionalizados, intermunicipais, exige um grau de articulação política e financeira que não se efetiva de imediato, demonstrados nas avaliações como ações implementadas, em andamento, quase de modo permanente.

- b) População urbana e rural: Há uma persistente relação diferenciada e desigual dos serviços Socioassistenciais para a população urbana e rural, mas cuidado para não polemizarmos a regionalização exclusivamente num distanciamento entre o urbano e o rural, e até pelas características.

- c) Comunidades tradicionais: A organização do SUAS para as comunidades tradicionais exige visão, compromisso, conhecimento, estratégias diferenciadas e específicas de diferentes naturezas, política em relação a participação e controle social dos usuários, técnica em relação ao perfil das equipes exclusivas e qualificadas para o acompanhamento disso, e institucional na construção de ações intersetoriais e em rede, considerando a integralidade dos serviços a essas comunidades.

- d) infraestrutura do Estado para implementação do SUAS nos municípios: Esse ponto é uma expressão da necessidade de reconhecimento, reordenamento e ampliação de unidades do SUAS por meio dos suportes intermunicipais, ampliação da articulação política para fortalecimento do Cofinanciamento estadual e municipal de serviços Socioassistenciais.

- Não posso deixar de falar também o papel que as universidades têm nesse processo. Penso que as universidades têm uma responsabilidade muito grande e essa responsabilidade implica também uma ação efetiva da universidade e muitas vezes nos distanciamos dessas formas cooperativas, de pesquisas, do próprio campo dos serviços, parece que muitas vezes nos estreitamos apenas num papel de crítica, como se ela não implicasse também um fortalecimento desse campo de conquistas e de lutas.

- Foram identificados indicativos no sentido de criar mecanismos de avaliação e fortalecimento de gestão compartilhada, integrada dos entes federados, visando a garantia da intersetorialidade, integralidade de acesso as proteções, resguardando as diversidades regionais, culturais e étnicas, criar equipes especializadas e volantes para atendimentos e orientações técnicas quanto a diversidade regional. Também de criar, socializar e fortalecer os sistemas de informação acerca dos diagnósticos e indicadores sociais e regionais, e assegurar o apoio financeiro para a construção e adequação das estruturas físicas dos equipamentos da Assistência Social, conforme os instrumentos normativos.

EDVAL BERNARDINO CAMPOS – Universidade Federal do Pará

- O debate sobre a regionalização, no meu entendimento, está contemplado sob os signos da descentralização, aqui compreendida como um processo de redistribuição de poder e de investimento de poder as esferas locais, portanto, como processo de construção de novas arenas, de novos espaços de participação política, e esta descentralização é uma matéria profundamente cara no debate federativo, para a gente não achar que está tratando de gestão, isso trata da essência da construção federativa, e nós temos dificuldades históricas monumentais, no Brasil para se reconhecer a federação como uma pluralidade de espaços de poder, a regionalização está nesse debate.

- Nós somos uma federação que durante muito tempo operou com uma mania de Estado unitário, ou seja, as esferas subnacionais

são para o cumpra-se, e o debate sobre regionalização é exatamente a eliminação disso, é investir de poderes outras instâncias, dotá-las, portanto, de capacidade de governo, isso não tem nada a ver com a diretriz de descentralização do Banco Mundial, que compreende descentralização como deslocamento e como delegação em que se redistribui responsabilidades, mas não se investe as instâncias de efetivo poder.

- A regionalização também ocorre sob a diretriz da equidade, que em nada se compara, também, com a orientação do Banco Mundial, de perspectiva neoliberal, que compreende equidade como processo de focalização, equidade na forma que se apresenta neste debate de regionalização é uma perspectiva de planejamento e de gestão em que se contempla a diversidade, em que se alarga a universalidade, eliminando os riscos que a uniformidade tem, porque a equidade. É um passo além da uniformidade, porque ela contempla as particularidades, as singularidades, ela contempla os diferentes, exatamente para alcança-los protetivamente.

- Precisamos estimular as universidades a pesquisar sobre a Assistência Social e sobre esses significados que ela traz com essa nova geração de direitos. Não é o direito social, esse mesmo nascido da luta dos trabalhadores, é um alargamento dos direitos sociais contemplando segmentos que toda a literatura de esquerda, progressista e jurídica deixou de fora, esse é o avanço, e nós precisamos entender isso. Isso é profundamente complicado e é por isso que nós estamos aqui, é esse o nosso desafio.

- Essa Conferência é resultante de um processo de mobilização de mais de um milhão e meio de pessoas. Se a gente não olha para isso como algo profundamente inovador no campo da Assistência, como sendo um processo que parece levar esta política para se tornar algo de propriedade coletiva, nós não estamos entendendo esse processo, e a Assistência para ser política pública ela precisa transpor o campo do normativo e entrar no DNA da sociedade como um valor de cidadania.

- Esse debate ele tem duas perspectivas principais:

- a) A primeira é uma que trata da leitura, da interpretação e da tradução da realidade, sobre essa dimensão ela diz respeito a elucidação das situações, das circunstâncias que submetem pessoas, famílias, grupos, riscos e a vulnerabilidades sociais, e para a Assistência Social a ideia de risco em nada se confunde com a orientação do Banco Mundial, que entende risco como sendo surto da sociedade capaz de afetar a estabilidade do sistema capitalista, para nós é outra coisa, para nós os riscos são produtos da própria ordem do capital que é estável para um minoria e produz vulnerabilidades e riscos para a maioria. Portanto nós estamos numa equação em que diz que a política pública não é só para assegurar direitos, mas é para inverter a equação em que os recursos públicos serão dirigidos para a atenção de necessidades humanas, é isso que muda tudo. Portanto nós precisamos saber exatamente quais são as circunstâncias, quais são as situações que submetem as pessoas a essas situações de riscos e vulnerabilidades em cada município, em cada localidade. A ideia de regionalização não nos permite padronização de planejamento, do corta e cola, porque cada realidade ela precisa se expressar na força da sua pulsação, então é preciso ir ao ambiente mais micro. A ideia de regionalização, portanto, significa considerar o Brasil em sua pluralidade, realçando desigualdades, diferenças, cores, texturas, formas, recursos e possibilidades. Desta forma a diretriz da regionalização envolve a elucidação do diverso e também o seu reconhecimento, que é outra coisa, envolve a elucidação e o reconhecimento, estamos, portanto, diante de uma perspectiva que é ao mesmo tempo metodológica e política, porque reconhecer as demandas significa atribuir a elas dimensão pública, portanto, dar status de algo que precisa ser convertido em direito, isso não é simples, porque isso vai reconfigurando o campo de obrigações de Estado, e vai reconfigurando o campo de ação da cidadania, porque é muito fácil atender sem a responsabilidade pública do direito, agora incorporar como direito é mais complicado, portanto, é uma dimensão política e metodológica.

- b) A outra perspectiva está associada aos procedimentos de gestão, fazem parte desse processo o planejamento, a elaboração do diagnóstico, o da análise situacional, as estratégias, a execução, o monitoramento, a avaliação e o controle social, agora veja questões novas que se coloca para nós. Nesta dimensão, duas exigências se impõem, a primeira é sobre o objeto da regionalização, isto é, não se pode regionalizar tudo. É preciso regionalizar aquilo que tem significância para a gestão regionalizada, e aí só faz se conhecer o real. A outra, quem são os atores do processo da gestão regionalizada? Que também não é simples, porque este processo pressupõe, necessariamente, a construção de estratégias intersetoriais, as ações intergovernamentais, sem as quais a Assistência Social não cumpre o seu desiderato, não cumpre o seu ideal civilizador. Aí a gestão regionalizada resgata ao estado a capacidade de ser coordenador estratégico de ações pública na área social. O processo de municipalização como ocorreu, praticamente retirou o lugar estratégico do estado regional e com a regionalização, me parece que isso é resgatado, porque o estado não pode ficar de fora, é dele a competência primaz de coordenar estratégias para atendimento de demandas que transpõe os umbrais de um município.

- Quanto ao objeto da regionalização é importante que fique muito claro quais são as demandas que precisam e podem ser geridas de formas regionalizadas. Não podemos correr o risco de estranhar o real, e aderir a padrões uniformes. A metodologia ajuda, mas é preciso saber elucidar em cada localidade, o que aqui merece ser regionalizado? Nós temos tratado muito, e o professor Helder já destacou isso, dos grupos tradicionais, as comunidades quilombolas, populações indígenas, não há dúvida de que tudo isso é merecedor de uma atenção específica, cuidadosa, mas há uma demanda que nos pressiona com muito mais força, e que para mim não pode ser enfrentada senão em uma perspectiva de regionalização, é a gestão da Assistência em regiões metropolitanas. Os circuitos de sobrevivência e de enfrentamento da miséria desdenham das fronteiras municipais.

- Não é possível, sequer trabalhar seriamente, pensar em enfrentamento de demandas cruciais do campo social e da Assistência em particular, sem estratégias intergovernamentais, e intersetoriais, porque nós estamos correndo dois riscos: de confinar a Assistência no micro território e de confinar a Assistência em demandas de caráter estritamente relacional. É preciso colocar na ordem do dia o enfrentamento da pobreza. A pobreza é a matriz da maioria dos problemas que levam as pessoas a demandar Política de Assistência Social, isso tem que ser debatido com mais seriedade.

- Programas de distribuição de renda não tem finalidade de si mesmo, ou esses programas articulam estratégias que coloquem as pessoas nos trilhos de um processo emancipador, ou nós estamos inaugurando o Assistencialismo de cartão magnético. Isso tem que ser superado e isso não é estratégia do município específico, sobretudo, se for região metropolitana, sobretudo, se for município de referência de administrações regionais, municípios polos, além das comunidades que nós já tratamos.

- Precisamos compreender de que a ideia de proteção social da Assistência exige forte mudança na organização das atenções, pois implica superar concepção de que se atua nas situações depois delas instaladas, e nós precisamos ter uma dimensão tanto corretiva, protetiva, como preventiva, daí, porque não há como essa separação estúpida entre as gestões dos níveis da proteção social, do tipo gestão básica não se comunica com gestão especial. Se nós somos capazes de robustecer a dimensão da proteção básica, nós certamente vamos reduzir bastante as demandas para a proteção especial e, por favor, não vamos festejar crescimento de demanda de proteção especial.

- É importante nesse processo de regionalização saber quem são os autores e a que a ele compete, quais são as suas contribuições, só que tem um outro detalhe nesse processo, que para a nossa experiência é muito cara, a referência pética é a Sociedade Civil, não é o governo, porque a política é de Estado, e não de governo. A sociedade tem que ser a fonte, por isso que ela precisa estar mobilizada, por isso que nós precisamos dar mais atenção aos usuários do Bolsa Família, aos beneficiários dos programas, para que eles se convertam em atores políticos organizados e não indivíduos isolados.

- Agora é fácil a gestão regionalizada? Não é. Por que não é? Porque as Secretarias, os Ministérios, e imprensa tem uma expressão grosseira, mas que traduz bem, são feudos, que é preciso quebrar as porteiras desse feudo sem o que não há intersectorialidade, não há nenhuma possibilidade para a regionalização, sem ação intersectorial. Mas para não dizer que eu não falei de flores, o poeta Thiago de Mello diz o seguinte: “É com essa luz mesmo, difusa e dolorida que nós precisamos encontrar as cores certas para tecer a primavera.”

ROSILENE ROCHA – Assessora Técnica da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

- A regionalização precisa ser vista como uma estratégia de gestão para alcançarmos a maior cobertura possível nesse momento rumo a universalização. A realidade hoje nos indica que para chegarmos onde queremos e devemos que é universalizar o atendimento dos serviços Socioassistenciais, a estratégia de gestão da regionalização é uma estratégia bastante importante.

- Os dados do Censo SUAS de 2012 nos trazem argumentos também bastante contundentes para gente se convencer que é de fato a regionalização é uma estratégia importante. Vamos a alguns desses dados: 64,8% dos municípios brasileiros não tem CREAS, sendo que 86,5% são municípios de pequeno porte I e 18,7% municípios de pequeno porte II. Nós temos CREAS regionais desde 2005, e além das informações estatísticas qual é a avaliação que se tem dos serviços regionais que já estão implantados? Eu acho que uma avaliação da prática da regionalização poderia ser um bom instrumento para que não repitamos erros, dificuldades e problemas que já estejam acontecendo nos Estados onde já há serviço regionalizado. Nós temos mais ou menos quatro mil municípios que tem menos, cerca de 70% dos municípios brasileiros, são municípios pequenos, lá em Minas isso beira a 80%. Temos 52 CREAS regionais que cobrem 300 municípios, então neste ritmo a gente precisaria mais ou menos 30 anos para alcançar a cobertura na Proteção Social Especial. Nós, como gestores, trabalhadores, Conselheiros e usuários temos que pensar numa estratégia que acelere o processo.

- Dois pressupostos que me parecem absolutamente espinha dorsal da regionalização: (a) a integralidade da proteção e da convivência familiar, ou seja, a estratégia não pode negar as diretrizes colocadas na política nacional, ela não pode ser alguma coisa que ameace a centralidade da convivência familiar e comunitária prevista na política nacional. (b) Também as etapas que precedem a regionalização de determinados serviços, como nós estamos começando pelo serviço de medida protetiva de abrigo e do PAEFI, precisamos discutir a família acolhedora e outras estratégias que visam evitar que essas demandas sejam aumentadas, principalmente neste momento para a medida protetiva de abrigo.

- É importante pensar como é que o desenho da intervenção da regionalização, que cuidados ele tem que ter para gente chegar a esse zelo pela garantia de direitos, pelos processos democráticos. Primeiro, ela não deve nos afastar da defesa intransigente dos direitos Socioassistenciais, ou seja, não se justifica, ainda que pela lógica econômica ou pela ausência de demanda, implantarmos CREAS em todos os locais sem a gente perguntar como que a implantação neste território vai assegurar direitos. Ou seja, eu só regionalizo se for possível assegurar direitos de acesso ou, definitivamente, eu não regionalizo se esse instrumento, essa estratégia de gestão for dificultadora do acesso ao direito.

- Há locais que ainda com pouca demanda é impossível regionalizar, por exemplo, em alguns lugares do Norte do Brasil. Lá a lógica econômica não poderá definir o processo de regionalização, seja conta da distância, por conta enfim, de todo aquele fator Amazônico. Da mesma forma, nós temos municípios de fronteiras com problemas específicos, por exemplo, na Tríplice Fronteira do Brasil, onde tem inclusive dimensões de negociações internacionais, que dificilmente municípios darão conta de fazer.

- A Câmara Técnica da CIT, que foi um início de discussão, embora os municípios sempre se ressentem um pouco disso, embora seja uma atribuição dos Estados coordenar o processo e a responsabilidade maior com a proteção social especial, são os municípios que estão mais pressionados pelas demandas, pela demanda do Ministério Público, pelo demanda do Juizado da Infância, então a preocupação e as respostas elas têm vindo muito mais do conjunto dos municípios que estão passando grandes apertos, do que propriamente de um debate mais contundente por parte dos Estados brasileiros.

- O Colegiado Nacional de Secretarias Municipais da Assistência Social discutiu essa questão das desigualdades regionais em seus encontros regionais e em seu encontro nacional, e essa pauta também tem que ser prioridade para o FONSEAS e para o conjunto dos Estados, senão o debate da regionalização não vai acontecer de uma maneira que de fato possibilite qualidade dos serviços prestados, de

maneira que seja garantidor de direitos.

- A maioria dos CREAS regionalizados está no Nordeste, no entanto, há uma grande concentração de financiamento no Sul e no Sudeste. Então essa também pode ser uma oportunidade da gente equalizar essas disparidades, disparidades de oferta, disparidade de demanda, disparidade de financiamento.

- Não há diagnósticos muito precisos nos estados e não é possível ofertar bem os serviços sem estudos de oferta e de situações de violação de direitos, ou seja, de bons diagnósticos sobre os fenômenos para os quais os serviços regionalizados estão sendo organizados. Não basta ter boa infraestrutura, e a gente viu que a capacidade instalada foi o critério mais utilizado para definir a localização dos atuais CREAS Regionais.

- A execução estadual ela está bem distribuída segundo os dados do Censo na média complexidade, mas na alta complexidade a presença ainda é apenas as capitais. É preciso lembrar que o município sede, que o município vinculado não é substituição do papel dos estados nas suas obrigações legais na proteção especial social. A gente ver é que há uma transferência de responsabilidade para os municípios sede. Isso não significa a saída dos estados do tema da execução. Como induzir, então, os Estados ao seu papel central no processo da regionalização? Regras legais, regras administrativas, e eu acho que uma boa aproximação dos diagnósticos que a saúde tem sobre este assunto e sobre os problemas que isso gerou lá, isso pode nos ajudar.

- O desenho da intervenção tem que considerar, por exemplo, o deslocamento no território dos usuários e da equipe que vai atender a esses usuários, para isso o trabalho intersectorial dentro da cidade vinculada, dentro da cidade sede e entre as cidades, é absolutamente fundamental, sobretudo considerando que nós não estamos falando de um único poder, nós estamos falando aqui do executivo, nós estamos falando aqui do judiciário, e até em alguma medida podemos falar inclusive do legislativo, porque tem que ter a normatização dessa questão da regionalização, por exemplo, para a questão do financiamento. Como poderemos do ponto de vista legal, você pagar um outro município com recursos do seu orçamento, o atendimento? A princípio você tem vedação legal, como é um atendimento, ele não é consorciado, ele é regionalizado. Quais são os instrumentos legais para efetivamente fazer isso? Senão município sede fica com todos os ônus.

- Nós temos que considerar também as comarcas. Isso está na resolução e está na discussão, mas nós também temos que considerar o fato de que o critério para a definição das comarcas são muitas vezes reforçadores de desigualdades, porque se o Prefeito sede, cede o carro, a comarca se instala naquele município, o sistema de justiça nem sempre escolhe os lugares que mais precisam para poder estabelecerem essas comarcas, então nós temos que fazer também um levantamento disso. Em Minas Gerais, por exemplo, as comarcas estão todas em regiões desenvolvidas e mais ricas do Estado. O Vale do Jequitinhonha que é o mais pobre, tem uma presença ínfima de comarcas.

- Encontramos dificuldades enormes para implantar a família acolhedora, considerando que começaremos por alta complexidade para medidas protetivas de abrigo. Há uma dificuldade técnica e metodológica gigantesca para a implementação, falta assessoria técnica, falta financiamento e acho que não dará certo sem isto.

- Tem também aquelas questões de logística. Precisa de carro, precisa de lanche, etc. Se for criança precisa da companhia da mãe ou de um adulto. Na saúde você tem atestado médico, na Assistência você não tem, ou seja, para funcionar tem que fazer um desenho da intervenção que considere a realidade objetiva dessas pessoas, a realidade objetiva desses usuários, isso vai desde os grandes temas da construção democrática e junto até a tradução objetiva das condições para as pessoas serem atendidas.

- Nós precisamos listar todas as variáveis, todos os dados, os diagnósticos disponíveis em nível nacional, em nível estadual, em nível regional, para conformar uma proposta de regionalização em que todas as diferenças estejam representadas e que a implantação seja feita com protocolos claros, o que é dever de município sede, o que é dever do estado, o que é dever do município vinculado, o que é dever do judiciário, para a gente poder ter definições e atribuições para todo mundo, para que de fato a regionalização seja aquilo para qual ela está sendo criada, ou seja, para que ela seja garantidora de direitos e que ela garanta uma universalização atendimento mais rápida e não ao contrário.

HELOISA HELENA MESQUITA MACIEL – Superintendente de Assistência Social – RJ

- O FONSEAS que é a representação Fórum Nacional de Gestores Estaduais, se reuniu e discutiu sobre esse tema, elaborou um documento, então num primeiro momento eu vou me ater a esse documento por um respeito a questão do que eu estou aqui representando, mas evidente que vou também pedir licença para se houver tempo, fazer algumas reflexões a mais.

- O Estado é maior do que as suas partes, mas ele é as suas partes, portanto, ele tem uma responsabilidade com essa visão do todo, para que ele assumir aquilo que está na sua competência, tanto em nível das determinações legais e constitucionais, como as demais regulações e leis como a nossa LOAS. Neste sentido o FONSEAS chama a atenção para a Resolução 31 de 2013, que estabeleceu a revisão do pacto de aprimoramento de gestão, dando prioridade específica a algumas questões que dizem respeito a proteção social especial e dentre elas a questão da cobertura de serviços ligados ao atendimento à família, o PAEFI, implantar ou ampliar os Centros de Referências, inclusive os CREAS Regionais. Na perspectiva da cobertura, chamando a atenção para importância dos municípios de pequeno porte I, reafirma a importância das CIBs, nas suas pactuações, do apropriar-se das questões regionais e ter uma pactuação validada com mais base de informação da realidade local e também as pactuações em nível da CIT. Chama a atenção também, para que dentro dessa linha do pacto, tenha uma graduação nessa cobertura até 2015, e a Rosilene faz uma conta e diz “Ou a gente acelera, ou em 30 anos a gente não dá conta disso.”

- Em relação à responsabilidade do Estado no Cofinanciamento, a Conferência é um bom momento para a gente debater reafirmar e dar um alinhamento a essa questão, ou seja, é uma competência sim da esfera estadual trabalhar e atuar no campo da regionalização,

ainda que particularmente priorizando a questão da proteção especial. Temos que considerar que é um conjunto da proteção básica com a proteção especial, mas chamando a responsabilidade da esfera estadual a um pacto de aprimoramento que precisa avançar na ampliação dessa cobertura.

- O FONSEAS chama a atenção de que o avanço desse trabalho pressupõe questões em relação ao custo e ao padrão dos serviços, portanto, há uma questão de respeito às características, às diversidades locais. Não se pode perder de vista que a dignidade tem que estar acima de tudo, portanto há um padrão e há um custo de serviços.

- Os desafios relativos à regionalização dependem do cumprimento de pactos nacionais, do fortalecimento da relação cooperada entre os entes, e envolve o arranjo, a construção, o arranjo de prestação de serviços e organização de processos e fluxos de atendimentos, ainda ao mesmo tempo a demanda de atuação intersetorial com as demais políticas e o sistema de justiça. Nesse sentido, eu acho que a gente retomar a questão da organização intersetorial.

- Quando você vai falar de uma ação intersetorial tem questões das perspectivas administrativas de gestão, que precisam também clarificar: quais os padrões, os critérios que levaram, que fosse regionalizado para este aspecto na saúde e não do mesmo aspecto para outra área da educação, ou da Assistência Social. Qual é a característica? Qual é perfil que dá essência para uma determinada política, que está fazendo a diferença em relação a outra? Então é importante que também na discussão do diagnóstico, se considere que para a intersectorialidade é importante verificar o que é esse objeto da regionalização para cada uma das políticas. Da mesma forma em relação ao sistema de justiça e as questões das comunidades tradicionais, a gente também não perca de vista aqui.

- Outro ponto importante é considerar como que é essa regionalização em relação as metrópoles ou mesmo as regiões de fronteiras? Se há em Minas um complexo do Brasil, a região metropolitana dos estados tem o complexo pelo menos do seu estado. Como é que você trabalha esse diagnóstico para que realmente a região metropolitana possa de fato ter uma descentralização dos serviços, atendendo a uma característica que é absolutamente diferente em relação as demais, de mesmo modo que nas regiões fronteiras? Uma parte disso, eu entendo que de fato caminha pelas bases legais. Nós precisamos definir os critérios, por que regionalizamos dessa ou daquela maneira e regular, a descentralização, a regionalização.

- Mas por outro lado, se esta questão não for uma questão apropriada pela população, ou seja, se a região não se ver nessa unidade regional, qualquer governo que mude vai mudar a regionalização. Então é importante considerar como é que a população se vê e se apropria nesse processo da sua identidade regional. Porque aí se for mudar ela vai questionar porque mudou. Então esse protagonismo por parte da Sociedade Civil é absolutamente necessário.

- Não menos importante é o controle social. É fundamental que os Conselhos acompanhem todos os ritos que foram aqui falados, do planejamento do diagnóstico, e nessa perspectiva a União e a esfera estadual tem um papel.

- Não se pode passar ao município do tipo “toma que o filho é seu”, não se passar ao município sede “toma que o filho é seu”. É preciso que essa construção também ganhe acesso a dados, acesso a informações que deem sustentação ao desenho regionalizado, que precisa entre outras questões, considerar também os acessos físicos. Se eu organizo o acesso a um CREAS num movimento de um ônibus que passa de um lado, mas não volta e eu tenho que descer a tantos quilômetros, qual é o sentido da garantia de acesso? Como é que eu vou garantir acesso? Como que nós articulamos com outras políticas para facilitar o acesso?

- Não menos importante nesse desenho, está colocada a preocupação com a convivência familiar e comunitária. Eu reitero a importância das universidades. Eu entendo que o diagnóstico não pode ser uma coisa só dos institutos formais de pesquisa, mas tem uma leitura que a universidade tem um papel importante para agregar.

- Reitero a questão dos Conselhos se apropriarem e garantir o protagonismo da população em relação ao acesso a essa rede de serviços e dessa atuação intersetorial que precisa avançar, mas na perspectiva de não perder de vista que há um papel para a esfera estadual.

Seguiu-se o debate com os participantes e, no período da tarde, a deliberação das propostas novas a serem encaminhadas à Plenária Final, conforme segue:

Garantir que os serviços regionalizados sejam implantados, coordenados e executados diretamente pelos governos estaduais, com equipes técnicas concursadas e com cofinanciamento da União.

Implantar CRAS e CREAS indígena, respeitando suas especificidades, a diversidade cultural, étnica, social e geográfica.

Estabelecer sanções relacionadas a impossibilidade do Estado receber qualquer recurso federal da Assistência Social quando do descumprimento de suas responsabilidades na regionalização conforme o art. 15 inciso IV da NOB-SUAS/2012, que trata das responsabilidades dos Estados.

Garantir que os estados criem e implementem estruturas administrativas regionais e as dotem de equipe técnicas especializadas volantes de forma a assessorar, monitorar e avaliar os serviços regionais e municipais.

Com base na vigilância socioassistencial realizar diagnóstico das comunidades ribeirinhas, indígenas e tradicionais de cada município, assim como da população em vulnerabilidade social, separando-os por zonas, identificando, capacitando e contratando moradores dessa zona para apoiar equipe técnica do SUAS na interlocução com a comunidade local.

9. Homenagem aos 20 anos da LOAS

O dia 19/12/2013 iniciou-se com a homenagem em comemoração dos 20 anos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. O cerimonial relata que é com enorme alegria, muito orgulho que fazemos este ato em homenagem à LOAS e seus 20 anos de existência.

MESTRE DE CERIMÔNIA – A partir dela muito se fez e muito ainda se fará para a garantia dos direitos sociais. A LOAS é a prova inconteste da institucionalidade dos benefícios, serviço, programas e projetos socioassistenciais que o país que deve a cada cidadão que dela necessitar. Precisamos festejar e reconhecer, muitos de nós estávamos aqui em 1995 na primeira Conferência Nacional inspirados pela luta social em defesa do direito à assistência social e o compromisso de concretização da LOAS. Já se passaram 20 anos senhoras e senhores, ao longo desses 20 anos com a participação de inúmeros personagens e instituições impossíveis de citar aqui, a LOAS e o SUAS foram sendo reconhecidos, interpretados e implementados de acordo com diferentes realidades, diferentes sujeitos e em todo o território nacional, o que nos investiu de visibilidade, cidadania, direito, o que antes não era visto de tal forma. Quem em 2014 passemos o ano comemorando a LOAS, lutando pela implantação dos seus artigos e dos regimentos que preveem tantos aspectos fundamentais. Parabéns a LOAS, parabéns a cada um dos senhores que no cotidiano a faz uma lei da vida para milhões de brasileiros. Hoje a Secretaria Nacional de Assistência Social homenageando essa data lança a publicação LOAS 20 anos, que conta uma história que aconteceu e aponta os caminhos para que a história continue a ser construída. Convidamos a Secretária Nacional de Assistência Social Denise Colin para fazer as honras desse anúncio.

Sra. DENISE RATMANN ARRUDA COLIN – Secretária Nacional de Assistência Social e Coordenadora da Comissão Intergestores Tripartite/CIT – Bom dia a todos e a todas. Queria agradecer a todos os Delegados, todos os observadores, todas as delegações, pelo excelente trabalho que desencadearam ao longo desses dias, entrando nos meandros da Política trazendo as suas propostas, brigando pelas agendas e pelas pautas cada uma das áreas, cada uma das delegações e insistindo e cobrando a melhora de todos os atendimentos, desde a infraestrutura que aos poucos nós tivemos que ir corrigindo, todos os problemas que foram aparecendo e vocês colaborando e apontando e construindo conosco da mesma forma que a gente tem que enfrentar tantos desafios. Para comemorar isso nós estamos, vocês devem ter recebido um conjunto de publicações que nós fazemos questão agora de registrar que colocamos em um livro, claro que muitas outras pessoas tinham que estar participando dessa redação e a gente até pode pensar nisso Simone, José Crus que são do departamento de gestão do SUAS, de ao longo desse ano irmos convidando outros tantos colaboradores que fizeram parte dessa trajetória. Mas não podíamos deixar passar o registro do avanço dos 20 anos da Política de Assistência Social que é o livrinho que vocês estão recebendo agora que traduz exatamente essa luta de todos nós. Então eu gostaria de chamar aqui ao palco o conjunto de atores que se debruçaram para deixar registrado na história o que foi ao longo desses 20 anos a construção da Política de Assistência Social e também já deixar demarcado que precisamos chamar um tanto de outras pessoas para continuar escrevendo. Então eu gostaria de chamar ao palco comigo a Luciana Jaccoud, a Márcia Lopes, a Maria Luíza Rizzotti, o Renato de Paula, a Juliana Pereira, a Maria José de Freitas, a Gizele Tavares, a Prof.ª Joaquina Barata, Edval Bernardino, a Luziele Tapajós, infelizmente a Prof.ª Aldaíza Sposati já teve que retornar a São Paulo, mas as nossas homenagens e agradecimentos a ela. A Maria Valdenha Santos Souza, a Raquel de Fátima Antunes Martins e a Márcia Pinheiro que também infelizmente teve que voltar, nossa querida grande sempre Presidenta do CNAS Márcia Pinheiro. Esse livro traduz então os vários aspectos da implantação da Lei Orgânica da Assistência Social no país. Eu peço que todos os autores possam subir e nós possamos aplaudir com muita força tanto a dedicação que nós apenas fomos os porta vozes dessa luta, mas agradecer a vocês que fazem a Lei Orgânica de Assistência Social acontecer nesse país. Algumas pessoas estão na Relatoria, outras estão fechando o material, todos são nossos colaboradores. Nós temos aqui Maria Luíza que já foi Secretária Nacional de Assistência Social, Gizele Tavares Assessora, Diretora do Fundo, Luziele Tapajós Assessora, Presidente do Conselho, tantos outros que nós vamos estar depois aqui chamando. Tem mais pessoas, eu li o nome de todo mundo e está registrado no livro, queria agradecer imensamente. Vocês também receberam um outro caderninho dividido em três estudos que o primeiro, o caderno um verdinho, fala sobre a política de direitos a seguridade social e o papel da assistência social. Ele foi escrito pela Prof.ª Aldaíza Sposati da PUC através de um termo de parceria que fizemos com o PNUD e o Instituto de Estudos e Pesquisas da PUC de São Paulo e ele está produzido pela Prof.ª Aldaíza Sposati, pelo Dr. Regules e também os demais contam com a redação das Prof.ª Maria Ângela Belfiore, Raquel Raichelis, Neire, nossa querida Neire Bruno que nos deixou, Rosangela Paz, Carola Regui e Dirce Koga. No caderno dois, proteção e assistência social, segurança de acesso a benefícios e serviços de qualidade, é a tentativa de estarmos discutindo como fazemos a integração dos usuários nos nossos serviços. E o caderno três vigilância socioassistencial, garantia do caráter público da Política de Assistência Social. Então nós estamos trabalhando com as três funções da Política Pública de Assistência, proteção social e garantia de direitos, oferta de serviços e vigilância socioassistencial, unindo o que já construímos nos 20 anos com a Lei Orgânica e as funções da Política e fazendo, continuando aqui, temos vários outros, desde os que falam do conjunto de orientações para os serviços até a Política Nacional de Educação Permanente, com certeza nós teremos um SUAS melhor. Então nós estamos também lançando a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, vocês receberam a versão preliminar na Conferência anterior, ela passou dois anos sendo discutida com o conjunto dos trabalhadores e com o Conselho Nacional e contou com a colaboração para a versão final da Abigail Torres, da Aldaíza Sposati, do Antônio Castro, da Eliana Teres, da Ester Lemos. Ester é do Fórum Nacional de Trabalhadores, o Antônio Castro da SAGI. Com a Prof.ª Joaquina Barata, o nosso querido José Cruz, Jucimeri Silveira, Miriam Albuquerque, Estela Ferreira e Wagner Saltorato. Então também vocês estão levando em mãos a Política Nacional, todo caderno de vigilância e orientações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social do CREAS e esse caderno

indica a prioridade do público a ser atendido e ser acompanhado e toda a concepção do novo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos... Esse não veio? Voltamos lá depois para ver o que está acontecendo, mas temos disponível e vamos mandar para todo mundo. A importância do caderno também uma parceria com o PNUD e contou com a consultoria da Abigail Torres e da Maria Júlia Azevedo orientando agora toda a proposta de reordenamento e a nossa tradicional publicação do Ministério da Secretaria de Planejamento Orçamentário do MDS que faz sempre o balanço de acompanhamento do financiamento e da execução orçamentária da Política de Assistência Social. Com esse conjunto de material e também lançando e aí eu gostaria de agradecer imensamente através do Secretário Paulo Jannuzzi, toda a equipe da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação que é uma Secretaria meio do Ministério, mas que nos subsidia com conteúdo de pesquisa, de estudos, de planejamento, de monitoramento, de avaliação e de sistemas de informação, com leitura dos dados transformando isso em conhecimento. Nós fazemos também o lançamento do Censo SUAS 2012 que é o material que vocês preenchem que traz a realidade que é interpretado depois por essas equipes e que retorna para vocês para irem acompanhando e tendo o processo de monitoramento. Eu gostaria de chamar a Secretária Adjunta da SAGI porque o Secretário Paulo está em viagem, a Secretária Adjunta da SAGI Paula Montagner. Paula está aqui. Ali. Obrigada Paula. Gostaria de pedir através da Paula uma salva de palmas e um agradecimento para a SAGI que nos apoia o tempo todo.

Sra. PAULA MONTAGNER– SAGI – Em nome da equipe da SAGI queria agradecer muito a todos vocês que nos enviam informação, eu sei que vocês estão acabando o processo de nos enviar os novos dados de 2013 e o fruto do trabalho de vocês está consubstanciado nessas publicações que a gente sabe que ajudam vocês a avançar mais, a fazer mais ações, a planejar suas ações e a gente está sempre à disposição de vocês. Parabéns para todos e muito boa Conferência.

Sra. DENISE RATMANN ARRUDA COLIN – Secretária Nacional de Assistência Social e Coordenadora da Comissão Intergestores Tripartite/CIT – Gente então isso é um trabalho da equipe do MDS com um conjunto de consultores e pessoas de referência da academia e órgãos de financiamento, mas isso é o resultado do fruto do trabalho, da luta e da militância de cada um e assim nós vamos continuar pelos próximos dois anos. Obrigada e parabéns a todos nós.

10. Plenária Final

MESTRE DE CERIMÔNIA – Senhoras e senhores daremos início agora à Plenária Final. Convidamos para compor a mesa a Sra. Presidenta do CNAS Luziele Tapajós, a Sra. Vice-Presidenta do CNAS Leila Pizzato, o Sr. Coordenador Geral da Relatoria da IX Conferência Ronaldo Camargo e para compor a mesa de apoio convidamos José Cruz, Simone Albuquerque, Mariza Rodrigues, Dóris de Jesus, Aldenora Gonzáles e Ademar Bertucci.

A plenária final, de caráter deliberativo, foi constituída pelos delegados e delegadas credenciados (as), com legitimidade para discutir, modificar, unificar, aprovar ou rejeitar as propostas consolidadas por eixo, resultado das seis plenárias temáticas. O eixo 01- Financiamento teve 06 propostas novas, o eixo 02 – Gestão do Suas e Vigilância socioassistencial, teve 04 propostas novas, o eixo 03 – Gestão do Trabalho, teve 06 propostas novas, o eixo 04 – Gestão dos Serviços, programas e projetos, teve 06 propostas novas, o eixo 05 – Benefícios do SUAS, teve 05 propostas novas e o eixo 06 –Regionalização, teve 05 propostas novas. Este conjunto de propostas que foram objetos de discussão e deliberação. Os demais participantes desta plenária, observadores e convidados, tiveram a oportunidade de participar de toda a discussão, porém não tiveram direito a voto, conforme previsto no regimento interno da conferência.

A presidente do CNAS, Sra Luziele Maria de Souza Tapajó, em sua fala no início dos trabalhos, ressalta que uma Conferência Nacional é efetivamente onde os delegados legitimados pelas suas Conferências Estaduais, trazem não para Brasília, mas para a Conferência Nacional todo o debate e avaliação acontecido nos estados e Distrito Federal. Disse do grande orgulho enquanto Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS de termos conseguido chegar a essa plenária final com propostas novas para o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, bem como o conjunto de moções a serem apresentadas e deliberadas.

Pela primeira vez, CNAS inovou com a utilização da votação eletrônica, que facilitou e deu maior segurança e transparência nas votações ocorridas nesta plenária. A dinâmica de trabalho, ocorreu da seguinte forma:

- Distribuição para todos os participantes, do relatório contendo todas as propostas novas, oriundas das plenárias temáticas;
- Explicação sobre o processo de votação eletrônica;
- Leitura do Capítulo III do Regimento Interno, artigo 13, que trata da plenária final;
- Leitura das propostas por eixo temático;
- Apresentação dos destaques solicitados;
- Votação das propostas que não foram destacadas. Esta votação ocorreu para cada proposta, a fim de registrar a votação no sistema eletrônico;
- Defesa, a favor e contra, das propostas destacadas;
- Votação das propostas destacadas;
- Aprovação das propostas e moções, que obtiveram um percentual de votos favoráveis, através do sistema eletrônico de votação. As propostas novas deliberadas por eixo temático foram

EIXO 1: O COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Lógica de financiamento do SUAS: cofinanciamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios por meio de transferências regulares e automáticas entre os fundos de assistência social, observando-se a obrigatoriedade da destinação e alocação de recursos próprios pelos respectivos entes. O processo orçamentário e a articulação com os instrumentos de gestão do SUAS (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA, Planos de Assistência Social e Relatórios de Gestão e Fundos). O SUAS e o novo decreto do FNAS. Instituição, regulamentação e gestão dos fundos de assistência social, aplicação de recursos e a prestação de contas. Lei de Responsabilidade Fiscal e a contratação de servidores públicos. A Lei 8.742/93 e a obrigatoriedade do repasse de recursos para pagamento de pessoal. O Índice de Gestão Descentralizada do SUAS (IGD Suas) e o Índice de Gestão Descentralizada do PBF (IGD PBF) como instrumento para o aprimoramento da gestão. O exercício do controle social no acompanhamento e fiscalização do cumprimento das competências e responsabilidades de cada ente federado no SUAS. A participação social no curso do planejamento orçamentário.

- Garantir que a União, através de legislação própria, destine 5% dos royalties do petróleo e de gás natural e 10% do fundo social do pré-sal, para investimento na Política Pública de Assistência Social.
- Realizar com prioridade estudo em âmbito nacional de responsabilidades dos entes para o levantamento do custo dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial, bem como da gestão da Política de Assistência Social, respeitando as especificidades e particularidades por porte e diferenças regionais para ajuste dos pisos cofinanciados do governo federal e estadual.
- Que as despesas da Assistência Social (Lei 8742/93) não sejam objeto de limitação de empenho nos termos do artigo 9º, parágrafo 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), por constituírem obrigações constitucionais ou legais da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, o que lhes confere natureza de despesa obrigatória.
- Ampliação do cofinanciamento para a PSB e PSE (média e alta complexidade) assegurando critérios de partilha que contemplem o repasse efetivo para toda a rede socioassistencial governamental e não governamental.
- Garantir o recurso para implementação efetiva do sistema de vigilância socioassistencial em todo território nacional, bem como, equipe multidisciplinar para avaliação e interpretação dos dados.

- Garantir que nos repasses dos recursos de cofinanciamento sejam considerados, não somente, o porte, como também o diagnóstico socioassistencial do município.

EIXO 2: GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A Vigilância Socioassistencial, como área de gestão do SUAS e sua estreita relação com as áreas responsáveis pela oferta de serviços socioassistenciais na proteção social básica e especial e benefícios. Sua função de produção, análise e sistematização periódicas de informações territorializadas sobre as situações de vulnerabilidade, danos e riscos que incidem sobre famílias e indivíduos no âmbito do território. Instituição da área de Vigilância Socioassistencial nos municípios, estado, DF e União, vinculada diretamente aos órgãos gestores, visando sua efetiva operacionalização por meio da utilização de todos os sistemas de informação que coleta e organiza informações que potencializam o diagnóstico socioterritorial e realiza o mapeamento das vulnerabilidades, com vistas a possibilitar o planejamento de ações de caráter preventivo, proativo e protetivo da política de assistência social.

- Regulamentar e implantar as equipes de referência da vigilância socioassistencial dos Estados e Municípios considerando seus portes.
- Construir indicadores de qualidade que expressem a participação e organização dos usuários na gestão e nos serviços de equipamentos públicos e privados à primazia da sociedade civil.
- Criar, a partir de 2014, um sistema de acompanhamento das metas pactuadas para o aprimoramento da gestão do SUAS.
- Garantia de apoio técnico do governo federal e estados, e recurso financeiro específico e permanente das três esferas de governo para a implementação dos núcleos municipais e distrito federal de Vigilância Socioassistencial.

EIXO 3: GESTÃO DO TRABALHO

A gestão do trabalho no SUAS compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho institucional, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Busca o reconhecimento e a valorização do trabalhador em todas suas dimensões, contribuindo para materializar e qualificar a ampla rede de proteção social implantada no território nacional na perspectiva do direito socioassistencial. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) estabelece e consolida os principais eixos a serem considerados para a gestão do trabalho e educação permanente no âmbito do SUAS. O trabalho social interdisciplinar como instrumento capaz de atuar como política orientadora da gestão, formação, qualificação e regulação que resulta da intervenção de várias categorias profissionais que atuam no SUAS. A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS visa institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da educação permanente. A Lei de Responsabilidade Fiscal e seus impedimentos para a contratação de servidores públicos. A Lei 8.742/93 e a autorização de utilização dos recursos do cofinanciamento federal para pagamento de pessoal. A política Nacional de Educação Permanente do SUAS tem como objetivo institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da educação permanente.

- Instituir em Decreto o Programa Nacional de Capacitação do SUAS – CapacitaSUAS, em consonância aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente – PNEP/SUAS, atendendo inclusive ações de capacitação para todos os trabalhadores do SUAS para o atendimento às pessoas com deficiência.
- Propor alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal para assegurar que as ações de natureza continuada da Política de Assistência Social, definidas em legislação orçamentária ou normas específicas da área, possa admitir a realização de concurso público de provas ou provas de títulos para provimento de cargo efetivo, fora dos limites percentuais com gasto de pessoal, estabelecidos por lei para os respectivos entes.
- Implantar e implementar a Escola Nacional de Educação Permanente do SUAS vinculada ao MDS.
- Estabelecer fluxos e parcerias entre a gestão do trabalho do SUAS, nos três entes federados, organizações de classe e os conselhos de classe das categorias profissionais de nível superior, reconhecidas pela resolução 17/2011 do CNAS, visando esclarecer as áreas e contribuições de cada categoria profissional para qualificação dos serviços socioassistenciais.
- Instituir no âmbito da gestão e financiamento da PNAS setor específico para gestão do Trabalho do SUAS.
- Estabelecer fluxos operacionais da relação do SUAS com o SGD, garantindo as atribuições e competências dos trabalhadores do SUAS na proteção socioassistencial nas situações de ameaças ou violação de direito.

EIXO 4: GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Enfatizar a concepção de serviços socioassistenciais tipificados em âmbito nacional e a concepção de programas e projetos, que tem a função de qualificar esses serviços visando a garantia da proteção social. Responsabilidades da União, Estados, DF e municípios na gestão do sistema e na garantia de sua organização, qualidade e resultados na prestação dos serviços, programas e projetos socioassistenciais que serão ofertados pela rede socioassistencial. Avaliar a organização dos serviços, programas e projetos, a partir da sua estrutura: territorialidade, equipe técnica, acessibilidade, equipamentos e horário de funcionamento, bem como a gestão dos processos de

articulação e integração entre serviços, programa e projetos, tendo como parâmetro os níveis de complexidade do SUAS: proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. A construção e planejamento da integração dos serviços e benefícios deve garantir o acesso à proteção social, na perspectiva da universalização do atendimento e do fortalecimento da autonomia e protagonismos dos usuários. Avaliar, do ponto de vista da gestão e do controle social os processos de acompanhamento dos serviços, programas e projetos ofertados pela rede socioassistencial, tendo em vista a qualidade e efetividade do SUAS.

- Garantir que os Gestores, Conselhos e Organizações da Sociedade Civil no âmbito da Assistência Social, nas três esferas de governo, participem efetivamente na agenda do marco regulatório das organizações da sociedade civil para ampliar, fortalecer e regionalizar o debate sobre o tema, considerando sua importância para o financiamento de serviços, programas e projetos socioassistenciais.
- Ampliar o cofinanciamento e instalar Centros Dia na rede pública municipal, para acolhimento de pessoas idosas e pessoas com deficiência, de forma a dar suporte às famílias que não tem possibilidades de cuidar de seus idosos e pessoas com deficiência durante o dia e nem condições de contratar cuidadores.
- Ampliar os recursos e as ofertas de inclusão produtiva, dentre outros, os cursos do Pronatec e o Programa Acessuas Trabalho e aprimorar as ações intersetoriais, garantindo a prioridade do acesso para beneficiários do Programa Bolsa Família e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, inscritos no CADUNICO.
- Extensão para os municípios de pequeno porte, com alto índice de pessoas com deficiências e que não atinjam a meta populacional para aderir ao programa “residência inclusiva” do MDS.
- Estabelecer protocolo em nível nacional para o atendimento de famílias e indivíduos nos serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade para promover o aprimoramento do fluxo de integração entre as proteções e as diversas políticas públicas.

EIXO 5: GESTÃO DOS BENEFÍCIOS NO SUAS

Os programas de transferência de renda como instrumentos de garantia dos direitos socioassistenciais: Concepção, caracterização e cobertura do Benefício de Prestação continuada - BPC, dos benefícios eventuais, e dos programas de transferência de renda (Programa Bolsa Família - PBF). Responsabilidades da União, Estados, DF e municípios na gestão do sistema e na garantia de sua organização, qualidade e resultados na prestação dos benefícios socioassistenciais e transferência de renda. O impacto do Programa Bolsa Família - PBF e do Benefício de Prestação Continuada - BPC no enfrentamento das desigualdades sociais e de redução da pobreza e da extrema pobreza. Os Benefícios Socioassistenciais e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Os Benefícios Eventuais, regulamentação e processualidade: função e especificidades da política de assistência social no enfrentamento à natalidade, morte e a calamidades públicas e situações de emergência. Papel dos Conselhos de Assistência Social na regulamentação dos benefícios eventuais; no processo de acompanhamento da gestão dos benefícios e transferência de renda; e no processo de articulação e integração entre serviços e benefícios socioassistenciais, na perspectiva da intersetorialidade com as demais políticas públicas. A construção e planejamento da integração dos e serviços e benefícios na perspectiva da universalização do atendimento e do fortalecimento da autonomia e protagonismos dos usuários.

- Garantir maior transparência e clareza no processo de seleção das famílias ao Programa Bolsa Família e realizar estudos contínuos, que definam os critérios técnicos e a periodicidade de ajuste da linha de pobreza per capita, para concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família.
- Que sejam feitos urgentes, amplos e efetivos esforços por parte do MDS para que a Caixa Econômica Federal corrija com estabelecimento de tempo previamente determinado, as diversas inconsistências, indisponibilidades e erros dos seus sistemas informatizados, com prioridade para os erros e inconsistências que provocam os frequentes cancelamentos, bloqueios e concessões indevidas de benefícios de PBF que se avolumam mensalmente aos milhares em todo território nacional.
- Garantir às pessoas com deficiência, beneficiários do BPC, que comprovarem a necessidade de acompanhante, receberem um acréscimo de 25% ao benefício, bem como, assegurar a concessão a dois beneficiários na mesma casa, alterando a per capita para 1/2 salário mínimo.
- Revisão do BPC, no sentido de promover avanços na inclusão da pessoas com deficiência no mundo de trabalho, por meio de redução gradativa do benefício aos usuários contratados com remuneração entre 1 e 3 salários mínimos.
- Melhorar e tornar mais efetivos os canais de atendimento (via telefone, e-mails, ofícios) aos gestores e usuários, tanto por parte do MDS quanto por parte da Caixa Econômica Federal, e não mais por empresas terceirizadas, e que terá prazo mínimo para a apresentação de soluções e correções de erros e inconsistências de todos os sistemas relacionados ao Cadastro Único e ao Bolsa família (por exemplo, bloqueios e cancelamentos indevidos de benefícios).

EIXO 6: REGIONALIZAÇÃO

A regionalização na perspectiva da garantia da integralidade da proteção social (o princípio da integralidade refere-se à garantia de proteção integral às famílias e indivíduos, atendendo às suas demandas e necessidades com ofertas e atenção em todos os níveis de proteção do SUAS); do convívio familiar e comunitário. A organização e localização dos serviços regionais devem considerar a necessidade

de preservar os vínculos familiares e comunitários ou possibilitar seu reestabelecimento caso tenham sido rompidos; da equidade com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, territoriais, considerando suas diversidades. Regionalização como forma de garantir a cobertura dos serviços especializados do SUAS a toda a população brasileira, inclusive nos locais em situação de maior dificuldade de acesso, municípios de menor porte, visando à diminuição das desigualdades regionais e de seus impactos para a população; Regionalização como garantia da igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza garantindo-se equivalência às populações urbanas, rurais e povos e comunidades tradicionais; garantia da cooperação federativa, que envolve a elaboração de acordos, protocolos e compromissos entre os entes federativos firmados para o cumprimento de responsabilidades, visando à garantia do acesso pela população ao direito constitucional à assistência social; da gestão compartilhada na condução político-administrativa da rede de serviços regional e local na forma de parceria entre a gestão estadual e o conjunto dos municípios integrantes da regionalização. Territorialização, a dimensão territorial no SUAS reconhece que a presença de múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais, demográficos expõem as famílias e indivíduos a agravos, danos e vulnerabilidades e riscos sociais e pessoais de diferentes naturezas e magnitudes, e portanto essa diretriz deve orientar a localização dos serviços, a partir da lógica de proximidade do cidadão, nos territórios com incidência de vulnerabilidades e riscos sociais.

- Implantar CRAS e CREAS indígena, respeitando suas especificidades, a diversidade cultural, étnica, social e geográfica.
- Garantir que os serviços regionalizados sejam implantados, coordenados e executados diretamente pelos governos estaduais, com equipes técnicas concursadas e com cofinanciamento da União.
- Estabelecer sanções ao Estado quando do descumprimento de suas responsabilidades na regionalização conforme o art. 15 inciso IV da NOB-SUAS/2012, que trata das responsabilidades dos Estados.
- Garantir que os estados criem e implementem estruturas administrativas regionais e as dotem de equipe técnicas especializadas volantes de forma a assessorar, monitorar e avaliar os serviços regionais e municipais, com atenção também às especificidades da diversidade étnico racial e de gênero.
- Com base na vigilância socioassistencial realizar diagnóstico de cada município dos povos e comunidades tradicionais, em conformidade com o decreto 6040/2007, assim como da população em vulnerabilidade social, separando-os por zonas, identificando, capacitando e contratando moradores dessa zona para apoiar equipe técnica do SUAS na interlocução com a comunidade local.

As moções deliberadas foram:

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: Ministério da Saúde

Descrição: Mediante ao aumento populacional da pessoa idosa em situação de doenças crônicas e pessoas com deficiência permanentes e temporários, vimos encaminhar a moção para reivindicação de implantação e implementação na rede SUS, do repasse de fraldas descartáveis aos usuários específicos, tendo em vista a garantia de direitos enquanto usuários da política pública de Saúde.

Tipo: APOIO

A quem se destina: MDS, PREVIDENCIA SOCIAL, CNAS, SNAS E CONGRESSO NACIONAL.

Descrição: Apoiar as deliberações das Conferências Municipais, Estaduais da Assistência Social com relação a concessão do Benefício de Prestação Continuada - BPC da pessoa com deficiência, sendo que o primeiro benefício concedido a um membro familiar não seja considerado renda para obtenção do segundo benefício da pessoa com deficiência a outro usuário do mesmo grupo familiar, como já acontece com o BCP Idoso, que tem este direito assegurado.

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério de Desenvolvimento Social

Descrição: Agilidade na avaliação e concessão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS). As Entidades necessitam de forma ágil e transparente da revisão do CEBAS perante ao Certificado emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e Ministério de Desenvolvimento Social - MDS, pois há mais de 05 (cinco) anos os mesmos estão em estudo e precisam de respeito, pois o trabalho desenvolvido pelas Entidades é de suma importância aos Municípios, Estados e, claro, ao Federal. Esperamos que prevaleça a Resolução nº12.868 de 15 de outubro de 2013.

Tipo: REPÚDIO

A quem se destina: Ministério de Meio Ambiente, Ministério de Desenvolvimento Social, Câmara dos Deputados.

Descrição: Nós, participantes da IX Conferência Nacional de Assistência Social, manifestamos nosso repúdio a implantação de Incineradores ou Usinas Verdes, seja em nossas cidades do ABCDMRR (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) bem como no Estado de São Paulo ou no Brasil. Reconhecemos e apoiamos a luta do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR/SP, que vem durante muitos anos lutando para uma concreta e definitiva inclusão social e econômica de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, catadores e catadoras que trabalham arduamente coletando materiais recicláveis, e desta maneira contribuindo para a preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, diminuindo

toneladas de lixo que são encaminhados para os aterros e lixões de todo o país. Estes catadores/catadoras, que através do trabalho de coletar nas cidades os materiais recicláveis e ou reutilizáveis, realizam a conscientização da população sobre a importância da separação do material reciclável, bem como sendo mediante a coleta destes materiais que sustentam suas famílias. Vários estudos apontam que cada incinerador custa em torno de R\$ 400 milhões, sendo que de 30% a 50% deste valor poderiam ser investidos pelos municípios no trabalho de coleta seletiva solidária com a inclusão social e econômica de catadores e catadoras, propiciando a qualificação, a capacitação, aprimorando cada vez mais o trabalho destes Agentes Ambientais da coleta seletiva. Considerando que o alto custo da implantação destes equipamentos, a consequência social é grave, pois tais incineradores são causadores de doenças sérias, e de grande risco à saúde como um todo, devido a emissão de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs): Dioxinas, Furanos, Bifenilas Policloradas, e outros metais pesados, como mercúrio e cádmio, entre outras substâncias perigosas e tóxicas à saúde humana e das demais formas de vida do planeta. As cinzas causadas pela queima do “lixo”, no seu armazenamento devem ser acondicionadas e tratadas como resíduos altamente perigosos, pois o volume e a toxicidade das cinzas fazem com que a destinação seja complicada, tecnicamente arriscada sobre a segurança e a contaminação futura, além de cara. Neste contexto, o Poder Público que optar pela incineração está indo na contramão da história, pois o baixo poder calorífico do lixo (o lixo no Brasil é úmido) faz que seja necessário queimar muito material reciclável principalmente o plástico, que tem grande poder calorífico (90%), para reduzir a umidade, e desta forma iniciar a incineração para a geração de energia. O desenvolvimento humano, a vida, o trabalho, a solidariedade, a redução da pobreza, a distribuição de renda e cidadania devem ser compromissos dos administradores públicos comprometidos com a população e com os catadores/catadoras, pois em muitos lugares ainda são discriminados direta e ou indiretamente por essa sociedade consumista, individualista, do descartável, e neste sentido são estes Agentes Sanitários Ambientais que limpam todo o “lixo” que a sociedade produz! A coleta seletiva solidária, a inclusão social e a conscientização ambiental são compromisso daqueles que constroem um planeta sustentável para estas e as futuras gerações, além da vantagem de recuperação dos recursos naturais e reinserção na cadeia produtiva do material reciclável. No Brasil há mais de 500 organizações de catadores e catadoras, e são segundo o último levantamento de 500 a 800 mil trabalhadores e trabalhadoras que sustentam a família com este trabalho. Portanto, em apoio total e irrestrito ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e aos catadores e catadoras do ABCDMRR, de São Paulo e do País, repudiamos a implantação de incineradores e ou usinas verdes. Coleta Seletiva solidaria com inclusão social e econômica dos catadores e catadoras sim!! Incineradores, não!!!

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: Ministra Teresa Campelo - Ministério de Desenvolvimento Social - MDS, Conselho Nacional de Assistência Social

Descrição: Solicitamos à Ministra Teresa Campelo, gestora do cofinanciamento federal, através do Fundo Nacional de Assistência Social que de acordo com as Tipificações da Proteção Especial - Portaria 440/2005, reivindicamos reajuste nos Pisos de Proteção Especial (PSE), que não vem sendo realizado desde o ano de 1995, permanecendo a mesma per capita. Esses recursos são importantíssimos para todos os serviços da média e alta complexidade.

Tipo: REPÚDIO

A quem se destina: Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, Ministério Público, Secretaria Nacional de Promoção dos direitos das Pessoas com deficiência, CONADE, MDS.

Descrição: Nós participantes, delegados e Pessoas com deficiência vimos por meio desta repudiar os seguintes problemas ocorridos nesta Conferência: Falta de acessibilidade nas redes hoteleiras, falta de um stand com materiais específicos para as pessoas com deficiência, falta de comida, maus tratos por parte dos funcionários da Empresa contratada e dos funcionários dos hotéis. Descumprimento das Leis nº10.098 e 10.048, Decreto 5.296 e a Convenção dos Direitos Humanos. A comida foi de péssima qualidade.

Tipo: REPÚDIO

A quem se destina: Conselho Estadual e Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Conselho Nacional de Assistência Social.

Descrição: Pela falta de sensibilidade e descaso com que foram tratados os delegados governamentais com relação ao compromisso assumido em “Termo de Compromisso” preenchido e solicitado aos delegados onde o Estado se responsabilizava pelas passagens aéreas (deslocamento ida e volta para conferência), pela falta de planejamento e compromisso, considerando que os municípios foram avisados da suspensão do pagamento do traslado faltando apenas três dias da Conferência.

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Caixa Econômica Federal (Caixa), Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Descrição: Proponente: Participantes da IX Conferência Nacional de Assistência Social. Assunto da Moção: Aperfeiçoamento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Considerando a urgente necessidade de revisão e aperfeiçoamentos para o melhor funcionamento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e do Programa Bolsa Família, os participantes da IX Conferência Nacional de Assistência Social reivindicam:

- A revisão do limite de renda per capita do Programa Bolsa Família (PBF), elevando-o para o valor de meio salário-mínimo nacional, valor esse amplamente aceito para a caracterização em situação de pobreza, haja vista que esse limite não passa por reajuste desde o ano de 2009 e que desde então o salário mínimo nacional teve um acréscimo de R\$ 213,00, ou seja, de quase 50% do valor inicial

em 2009, e em comparação nenhum reajuste do valor da renda per capita limite para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família, uma vez que essa situação tem provocado a exclusão de milhares de famílias em situação de pobreza ou a sua não inclusão no Programa Bolsa Família.

- Que sejam feitos urgentes amplos e efetivos esforços por parte do MDS para que a Caixa Econômica Federal corrija, com o estabelecimento de tempo previamente determinado, as diversas inconsistências, indisponibilidades e erros dos seus sistemas informatizados, com prioridade para os erros e inconsistências que provocam os frequentes cancelamentos, bloqueios e concessões indevidas de benefícios do PBF que se avolumam mensalmente aos milhares em todo o território nacional.
- Que o sistema informatizado do Cadastro Único, gerido pela Caixa, seja urgentemente aperfeiçoado e corrigido para que não mais altere os dados das pessoas cadastradas, tais como nome, nome da mãe, data de nascimento e dados de documentação.
- Que seja urgentemente implementada a funcionalidade de geração de relatórios analíticos na versão atual do Cadastro Único, pelo menos nos mesmos moldes que existiam na versão anterior do sistema, para que o Cadastro Único possa efetivamente ser utilizado para a obtenção de dados visando a formulação de políticas públicas.
- A alteração no limite de renda per capita para concessão do BPC para meio salário mínimo nacional.

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Descrição: Aprovação imediata da ordinária das Organizações não governamentais para permitir o financiamento direto das Entidades Sociais. Qualquer Entidade que já tem um convênio a nível Municipal, Estadual, Federal, principalmente aquelas que trabalham para o bem estar físico e social, segurança alimentar com convênio com os Bancos de Alimentos (Prodal/CEASA) Minas Gerais e em todos os Estados no combate a fome e a pobreza.

Tipo: REPÚDIO

A quem se destina: A todos os seguimentos da Política da Assistência Social: Governos, Prestadores de Serviços, Trabalhadores e Usuários.

Descrição: Os participantes da IX Conferência Nacional de Assistência Social repudia e se posiciona contra:

- 1 - As diversas formas de desprofissionalização do trabalho;
- 2 - O 1º damismo que desprivilegia a competência técnica política na gestão do SUAS;
- 3 - O uso abusivo de Cargos de Confiança - CCS que substitui cargos públicos, concursados na prestação de serviços;
- 4 - A terceirização que precariza as relações de condições de trabalho;
- 5 - A perseguição política e o assédio moral.

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Descrição: Nós, delegados participantes da IX Conferência Nacional da Assistência Social, reivindicamos ao Conselho Nacional da Assistência Social que seja incluído a categoria do profissional de Educação Física como categoria de trabalhadores do SUAS, alterando a Resolução CNAS Nº17 de 2011.

Tipo: APOIO

A quem se destina: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Descrição: Pedimos o apoio de todos(as) os(as) Delegados(as) nesta IX Conferência para pleitearmos junto ao MDS, em especial, aos setores de financiamento e orçamento, que alterem o calendário de apresentação do Demonstrativo Anual de execução físico financeira (prestação de contas) dos recursos dos programas federais. A proposta é que sejam apresentadas no final do exercício de cada ano, ou seja, em dezembro de cada ano. Assim, evitaríamos de aprovar, sem o devido conhecimento, o uso de recursos utilizados em outra gestão, quando acontece a troca de gestor.

Tipo: REPÚDIO

A quem se destina: Ministra Maria do Rosário - Direitos Humanos, MDS, Ministério da Justiça, CNAS, Movimento Nacional da População de Rua; Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (Catadores e População de Rua) BH-MG, Prefeitura de Caxias do SUL, MP de Caxias do Sul.

Descrição: Nós, usuários, trabalhadores e demais participantes da IX Conferência Nacional da Assistência Social, REPUDIAMOS a forma como alguns agentes de Segurança Pública (Brigada Militar e Guarda Municipal) tem realizado abordagens à população em situação de rua, na cidade de Caxias do Sul/RS, pois há vários registros de violações dos direitos tais como: agressões físicas e psicológicas, ameaças, uso de armas não letais, bem como, impedimento do direito de ir e vir e permanecer. Também REPUDIAMOS estratégias higienista, que retiram os pertences das pessoas em situação de rua, como por exemplo, a limpeza" do viaduto (BR 116) registrada na reportagem do Jornal do dia 08/12/2013.

Tipo: REPÚDIO

A quem se destina: Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS,

Ministério Público Federal, Governo do Estado do Maranhão, Ministério Público do Maranhão e Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão.

Descrição: Os participantes da IX Conferência Nacional de Assistência Social, reunidos na plenária do Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília - DF, nos dias 16,17,18 e 19 de dezembro de 2013, manifestam seu REPÚDIO ao governo do Estado do Maranhão que, de forma arbitrária, criou o comando duplo da gestão da Política da Assistência Social no Estado, por meio da promulgação da Lei Estadual Nº 9.629, de 19 de junho de 2012, que institui a Reforma Administrativa do governo Estado do Maranhão, ferindo as Legislações e Normativas da Política da Assistência Social, ao transferir a gestão e o financiamento da Política Estadual da Assistência Social para a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania - SEDIHC, sem, contudo, transferir também a gestão do Bolsa Família e do CADÚnico, que permaneceram na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar - SEDES. RETORNO DO COMANDO ÚNICO DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO JÁ.

Tipo: APOIO

A quem se destina: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Secretarias Estaduais e Municipais de Assistência Social.

Descrição: Moção da delegação do Maranhão à IX Conferência Nacional de Assistência Social Pro Concurso Público em todas as instâncias de governo para os trabalhadores (as) do SUAS. Considerando, que estudos realizados no âmbito dos Conselhos e Secretarias de Assistência Social indicam que os trabalhadores da Assistência Social exercem sua profissões sob o clima da insegurança profissional: são vítimas de demissões constantes, provocando a rotatividade: são desrespeitados diante da precarização dos vínculos trabalhistas, são vítimas de adoecimentos constantes ante as condições materiais da sua vida social. Considerando que a cada mudança de gestão os usuários da Assistência Social sofrem as consequências do descaso público, já que os critérios de escolhas de profissionais nem sempre são justos do ponto de vista técnico; e estão, muitas vezes, submissos a indicações partidárias, muitas delas contrárias aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e da NOB RH. Considerando, a necessidade de propiciar aos usuários da Assistência Social um trabalho de continuidade, PARTICIPATIVO, HUMANIZADO E DE QUALIDADE apresentamos nossas preocupações com o desenvolvimento efetivo da Política Nacional de Assistência Social na perspectiva dos direitos dos cidadãos, demandando que o Estado, em todas as instâncias governamentais, realiza CONCURSO PÚBLICO IMEDIATO. O Concurso Público é uma exigência da NOB RH e deve ser posto em movimento para garantir o dever do Estado para com o Cidadão Brasileiro.

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Descrição: Nós, delegados participantes da IX Conferência Nacional de Assistência Social, propomos alterar na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e NOB RH quanto ao estabelecimento de formação em nível superior para o cargo de Coordenador das unidades dos serviços da alta complexidade e trabalhador reconhecido pelo SUAS.

Tipo: APOIO

A quem se destina: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Fundação de Assistência Social e Cidadania.

Descrição: Moção de apoio à abertura do CENTRO POP 2 e a manutenção do convênio com a Associação Cultural e Beneficente Ilê Mulher, que atualmente atende cerca de 200 usuários por dia na Modalidade Casa de Convivência para pessoas em situação de rua, entendendo que existe uma grande demanda reprimida em Porto Alegre - RS, tendo público para ser atendido pelos dois equipamentos.

Tipo: APOIO

A quem se destina: Ministério de Desenvolvimento Social - MDS, Ministério do Meio Ambiente MMA, Ministério da Pesca e Agricultura - MPA, Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Ministério Público, Ministério do Trabalho, Emprego e Renda – MTER.

Descrição: Moção de Apoio em defesa da garantia do direito ao território das comunidades tradicionais pesqueiras e em defesa do direito à manutenção da atividade tradicional da pesca profissional artesanal nas áreas da APA (Área de Proteção Ambiental) e do Parque Estadual do Delta do Jacuí (Rio Grande do Sul). Os (as) pescadores(as) profissionais artesanais de acordo com o Decreto Nº 6040 - Artigo 3º - São povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. Neste sentido, destacamos que está sendo desrespeitado o Direito e Dever Constitucional da Sociedade de zelar por um ambiente saudável, além de não considerar o direito garantido a sociedades tradicionais de permanecerem em seus territórios ancestrais que estão expressos na Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Descrição: Os delegados da IX Conferência Nacional de Assistência Social realizada entre os dias 16 à 19 de dezembro de 2013, em Brasília, reivindicam que o Sistema Único de Proteção Social da Assistência Social - SUAS garanta, no meio rural, serviço de atendimento socioassistencial e ações de assessoramento e/ou de defesa de direitos, seja através de Centro de Assistência Social - CRAS e/ou Entidades Sociais, prioritariamente à população Indígena, Quilombolas, Agricultores Familiares, Assentados e Reassentados da Reforma Agrária, Ribeirinhos e Pescadores Profissionais Artesanais.

Tipo: REPÚDIO

A quem se destina: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Conselho Nacional de Assistência Social, Conselhos Estaduais de Assistência Social.

Descrição: Manifestação de repúdio diante da desorganização da infra estrutura desta Conferência, revelando completo desrespeito para com aqueles que por compromisso e dedicação ao controle social buscam participar da construção de um país melhor. Para que todo o nosso esforço não tenha sido em vão; e para que outros não sejam sujeitos a mesma degradante situação no futuro.

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: Sra. Tereza Campelo - MDS, Sra Luzielle Tapajós - CNAS, CONGEMAS, FONSEAS, MUNICÍPIO de CURITIBA E ESTADOS.

Descrição: Reivindicamos a inclusão do profissional musicoterapeuta nas equipes de referência do SUAS, via concurso público, bem como a criação do cargo deste profissional. Atualmente, as contratações dos musicoterapeutas na área da Assistência Social tem ocorrido via terceirização e pregões eletrônicos. Recomendamos o cumprimento da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, NOB RH SUAS/2012 e Resolução Nº 17, para que esse profissional seja contratado através dos concursos públicos.

Tipo: REPÚDIO

A quem se destina: Ministério Público do Trabalho e Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

Descrição: Moção de repúdio contra gestor que não respeita os trabalhadores do Suas, como Secretário Municipal da Promoção Social e Combate à Pobreza, que quase atropelou manifestantes em Salvador – BA / Maurício Trindade.

Tipo: REPÚDIO

A quem se destina: Municípios, Estados, Governo Federal, Distrito Federal, Ministério Público e Poder Judiciário.

Descrição: Repudiamos o não cumprimento da lei federal 12.317 de 26 de agosto de 2010, que define as 30 horas como carga horária dos assistentes sociais.

Tipo: APOIO

A quem se destina: A Ministra Tereza Campelo - MDS e Conselheiros do Conselho Nacional de Assistência Social.

Descrição: Moção de apoio para as entidades sem fins lucrativos que executam o Programa Nacional de Aprendizagem Profissional voltado para o público de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social econômica, de acordo com a política de Assistência Social e também nos termos da lei 12.868 Art. 18 na regulamentação da lei referida, que inserem a aprendizagem profissional em diálogo de atendimento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

Tipo: REPÚDIO

A quem se destina: CNAS, CONSEAS/SP, MP/SP, Governo do Estado de São Paulo, ALESP.

Descrição: Nós, participantes da IX Conferência Nacional de Assistência Social, repudiamos o Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo – CONSEAS-SP pela omissão e/ou consentimento em relação a execução inadequada da política estadual de assistência social pela Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS. A omissão e/ou consentimento do CONSEAS-SP reflete no não cumprimento de atribuições de fiscalização inerentes a esta instância legítima de controle social e de monitoramento do dinheiro público deste ente federado (Estado), ao permitir as seguintes situações, entre outras: - Omissão na condução e mediação dos trabalhos da IX Conferência Estadual de Assistência Social, realizada de 01 a 03 de outubro, em Atibaia (anexo CARTA ABERTA DE ATIBAIA), propondo medidas em desacordo com as normas e orientações nacionais - algumas questionadas e sanadas a tempo por fóruns de defesa do SUAS em SP - para as composições das delegações a serem eleitas nas conferências estaduais, cujas consequências geraram rivalidade e cisão entre delegações das cidades do interior em relação às das três cidades com porte de metrópoles, Campinas, Guarulhos e São Paulo, e levando à decisão política das delegações destas metrópoles por não elegerem e encaminharem representantes na delegação de São Paulo à IX Conferência Nacional, mas realizarem autonomamente todo o devido trabalho de avaliação da política de assistência social, posteriormente, enviado ao CNAS e acolhido por este. -Implantação de CREAS regionalizado, sob a gestão de organização social, contrariando o preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, que estabelece que o CREAS é uma unidade pública e ESTATAL. -Criação da Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo – EDESP por decreto estadual, que não permite a participação efetiva de trabalhadores, usuários e gestores municipais e movimentos de controle social no seu conselho consultivo e deliberativo, contrariando o princípio da gestão compartilhada e participativa do SUAS. -Não questionamento em relação à SEDS para o cumprimento do preconizado na NOB-RH/SUAS pela implantação de mesa de negociação, com vistas ao fortalecimento e profissionalização da política de assistência social no estado de São Paulo. -Não manifestação sobre o duplo comando da assistência social no estado de São Paulo, em que 640 dos 645 municípios, bem como o próprio governo estadual, possuem fundos de solidariedade, fato que dificulta o controle social e monitoramento dos recursos públicos que deveriam ser alocados no Fundo Estadual de Assistência Social e repassados aos fundos municipais de assistência social, além de perpetuar a prática do assistencialismo, do personalismo e a não garantia da universalidade dos direitos. - Não tomar a iniciativa pela atualização da legislação estadual que regulamenta o próprio CONSEAS-SP, no que tange principalmente as suas funções inerentes de fiscalização e controle social, bem como sobre a sua composição, permitindo atualmente que dirigentes municipais ocupem vaga na sociedade civil, instituições jurídicas e universidades particulares tenham cadeiras cativas, trabalhadores da área

tenham apenas uma vaga de representação e as representações de usuários feita indiretamente por organização da área. Basta de Omissão! Pela busca da implantação da Política de Assistência Social em São Paulo e a devida efetivação do SUAS com participação, democracia e representatividade dos trabalhadores(as) e usuários(as) e qualidade de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Tipo: APOIO

A quem se destina: GESTORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS, FONSEAS, CONGEMAS E MDS.

Descrição: Moção de apoio à inclusão do Terapeuta Ocupacional para compor as equipes de multiprofissionais da Rede de Serviços Socioassistenciais. Os Terapeutas Ocupacionais reunidos na IX Conferência Nacional de Assistência Social ratificando a LUTA CONTRA A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO no Sistema Único de Assistência Social e PELO CONCURSO PÚBLICO desencadeada pelos Fóruns Nacional e Estaduais dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS/FETSUAS) apresenta essa Moção de Apoio para INCLUSÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NESSES EQUIPAMENTOS SÓCIOASSISTENCIAIS. Ocorre que os gestores estaduais e municipais, em sua maioria, não estão incluindo os trabalhadores da Resolução nº 17 do CNAS nas seleções ou concursos públicos, restringindo a equipe multiprofissional, aos profissionais da equipe mínima, cerceando o direito da população aos benefícios resultantes dos trabalhos desses profissionais, ressaltando nessa moção, ao dos terapeutas ocupacionais.

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: Presidente da República, Congresso Nacional, demais Conferências Nacionais, demais segmentos da democracia participativa.

Descrição: Os mais vulneráveis são os que mais sofrem com os efeitos da corrupção. Considerando que um dos papéis da Assistência Social é lutar pelos seus direitos, essa MOÇÃO aponta nos primeiros anos da “Lei Ficha Limpa” a necessidade de conceitos novos de direito e ferramentas superiores no combate da corrupção. Esta Conferência Nacional de Assistência Social pede a elaboração de um eventual Projeto de Emenda Constitucional Anticorrupção, e encorajamos as demais Conferências Nacionais e segmentos de Democracia Participativa a fazer o mesmo.

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: Ministério de Desenvolvimento Social - MDS, Conselho Nacional da Assistência Social.

Descrição: Reivindicamos a regulamentação e inclusão da categoria profissional Gerontólogo e ou Especialista em Gerontologia, para auxiliar a equipe de referência nos Projetos, Programas e Serviços voltados ao atendimento de pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais, por meio de concurso público. Hoje com o aumento da expectativa de vida do brasileiro, as diminuições da taxa de natalidade temeram os dados que revelam a epidemiologia do envelhecimento humano em nosso país. De acordo com dados do IBGE, até 2050, 1/3 da população brasileira terá mais de 60 anos. Desafio: Apoiados em inúmeras pesquisas e trabalhos científicos, a Gerontologia Social se sente “só” neste contexto, e por isso se manifesta neste espaço democrático e também, como trabalhadores da Assistência Social, representando todos os egressos da USP - Universidade de São Paulo, PUC-SP Pontifícia Universidade Católica, Universidades estas que realizam excelente trabalho de graduação desde 2004. Precisamos nos unir no processo de compreensão da nova realidade populacional e para a realidade que ainda viveremos. Precisamos avançar!!!!

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: MDS/SNAS e órgãos gestores Estaduais e Municipais.

Descrição: Os participantes da 9ª Conferência Nacional de Assistência Social, reunidos de 16 a 19 de dezembro de 2013, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília – DF, consideram que historicamente a necessidade de capacitação e educação permanente tem sido expressa respectivamente nos espaços públicos dos Conselhos e Conferências de Assistência Social nas três esferas de governo. Está registrada como deliberação desde a primeira Conferência Nacional de Assistência Social e ao longo destes 20 anos de LOAS, várias experiências foram realizadas nesta área apontando a necessidade de uma política específica que contemplasse todos os protagonistas da Política de Assistência Social no país. Este acúmulo permitiu que o CNAS aprovasse Política Nacional de Educação Permanente – PNEP, Resolução CNAS nº 04, de 13 de março de 2013 que instituiu que “Os Núcleos de Educação Permanente do SUAS devem ser organizados de acordo com as capacidades da União, dos estados e do Distrito Federal, na forma de instâncias colegiadas, constituindo-se em lócus privilegiado de: a) descentralização para estados, Distrito Federal e municípios de atribuições relacionadas à realização de diagnósticos de competências e necessidades de qualificação e de formatação, oferta e implementação de ações de formação e capacitação; b) participação social na elaboração de diagnósticos de necessidades de qualificação e no planejamento das ações de Educação Permanente; c) interlocução, diálogo e cooperação entre os diferentes sujeitos envolvidos na implementação desta Política; d) proposição de alternativas às equipes responsáveis pela Gestão do Trabalho nas três esferas de governo.” (Resolução CNAS nº 04/2013). Paralelamente a este processo, está ocorrendo no país o Programa Nacional de Capacitação do SUAS – CAPACITASUAS, também aprovado pelo CNAS na Resolução nº 08, de 08 de março de 2012, tendo financiamento federal e respectiva pactuação dos Estados. Reivindicamos que todas as ações no campo da Educação Permanente sigam as orientações da Política Nacional de Educação Permanente – PNEP e que as respectivas esferas de governo implementem os Núcleos de Educação Permanente.

Tipo: REPÚDIO

A quem se destina: Caixa Econômica Federal.

Descrição: O descaso da Caixa Econômica Federal com o Programa Minha Casa, Minha Vida, pois o Programa se encontra abandonado, sem fiscalização. Contra o repasse indevido das moradias, a venda e aluguel das mesmas, bem como a falta de manutenção e informação aos moradores.

Tipo: REPÚDIO

A quem se destina: CNAS e SNAS.

Descrição: Nós, trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, representados pelo FORUM NACIONAL e FÓRUMS ESTADUAIS DE TRABALHADORES DO SUAS presentes nesta 9ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, repudiamos as ações que tem acometido os(as) profissionais do SUAS no âmbito dos municípios, no que se refere à judicialização da assistência social. Esta judicialização tem se expressado no cotidiano dos(das) profissionais a partir das seguintes situações:

1. insuficiência na oferta de serviços socioassistenciais, ou a oferta de serviços sem garantia do padrão de qualidade previsto no SUAS. A assistência social é uma política pública que deve ser acessada por todos aqueles que dela necessitam. Embora tenha avançado muito nestes oito anos de SUAS, no que se refere ao acesso das populações mais vulneráveis, à oferta de serviços, programas e benefícios socioassistenciais e ao enfrentamento dos desafios do orçamento e financiamento dessa política, muitos cidadãos brasileiros só conseguem acessar esse direito mediante a intercessão do Sistema de Justiça, dos Conselhos Tutelares ou dos Conselhos de Direitos, que determinam o atendimento pelo executivo.

2. tensionamento entre os trabalhadores dos CREAS e dos CRAS no cumprimento de determinações do Poder Judiciário para atendimento ou providências de demandas que não são de competência da política de assistência social, sem que o executivo municipal faça mediações no sentido de explicitar os papéis e as responsabilidades de cada ator no sistema. Como por exemplo:

- a) intimação do(da) assistente social e do(da) psicólogo(a) na elaboração de laudos, estudos e pareceres para o Poder Judiciário;
- b) determinação para providências de internação de adolescentes usuários de drogas, sem considerar a avaliação dos profissionais ou as responsabilidades das políticas setoriais;
- c) determinação para acolhimento de idosos e pessoas com deficiência, sem o estudo sobre as possibilidades de permanência na convivência familiar e comunitária;
- d) realização de inquirição de crianças e adolescentes vítimas de violência e abuso sexual, nos espaços do CREAS; e outros.

3. tensionamento entre os(as) profissionais do SUAS e os gestores, que, pelo uso de mecanismos legais e coercitivos contra os trabalhadores, caracteriza situações persecutórias e de assédio moral, mediante situações de:

- a) debate sobre as atribuições e responsabilidades destes profissionais no âmbito da política de assistência social;
- b) discussão sobre o número de profissionais nas equipes frente às demandas do território e as necessidades do trabalho socioeducativo junto às famílias e indivíduos;
- c) questionamentos sobre a exigência de produtividade dos profissionais para cumprimento de metas dos programas de transferência de renda e de outros programas federais;
- d) ausência de planejamento das ações no território dos CRAS e do CREAS;
- e) tentativas de participação dos profissionais;
- f) não transparência do orçamento e do uso da verba pública da assistência social para a assistência social;
- g) dificuldades na realização de trabalho preventivo no território e de desenvolvimento de ações intersetoriais articuladas;
- h) precárias relações trabalhistas, e condições técnicas e éticas de trabalho; etc.

Assim vimos manifestar nosso repúdio e solicitar ao CNAS e MDS/SNAS que, conhecendo esta grave situação, tome providências para coibir ações desta natureza, tendo em vista que nós, trabalhadores e trabalhadoras do SUAS atuamos para que o SUAS seja afirmado e consolidado como política pública de qualidade e de acesso universal.

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: MDS/SNAS, Gestores Estaduais e Municipais.

Descrição: A assistência social é uma política pública que deve aprofundar as garantias e as proteções socioassistenciais. Operacionaliza-se via os serviços, programas e projetos e benefícios da assistência social. O orçamento destinado à assistência social ainda não acompanha a realidade das necessidades das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidades e riscos sociais. Paralelamente ao avanço do SUAS, que teve sua base de sustentação nos programas de transferência de renda, a assistência social não avançou na oferta de serviços continuados na velocidade de suas necessidades. O orçamento da assistência social dentro da Seguridade (que engloba também a Previdência Social e a Saúde) passou de 6,53% em 2004 para 10,64% em 2013. Entretanto, esse aumento não se traduziu em financiamento dos serviços. Em 2013, 74% do orçamento da Seguridade Social foi destinado para a Previdência Social, 15% para a Saúde e 11% para a Assistência Social. Neste percentual estão incluídos o pagamento do BPC, Renda Mensal Vitalícia e os Programas de Transferência de Renda, ficando apenas 1,05% para o co-financiamento dos serviços continuados, programas, projetos, política de educação permanente e os planos do governo federal como o Brasil sem Miséria, Enfrentamento ao Crack, Viver sem Limite, e outros. Também se tratando do orçamento dos Estados e Municípios, é preciso saber exatamente aonde este valor está sendo utilizado e se os espaços de controle social de fato estão realizando seu papel, monitorando a alocação

do orçamento da assistência social. Defendemos um orçamento de 10% da seguridade social no âmbito do governo federal e 10% no mínimo do orçamento dos estados e municípios, destinando-os: para a ampliação dos serviços continuados; -para financiamento integral dos serviços executados pela proteção social básica e especial; para assegurar qualidade na prestação dos serviços socioassistenciais; para regulamentação e oferta dos benefícios eventuais de acordo com as Resoluções do CNAS; para cobertura dos recursos humanos executores dos serviços socioassistenciais; para o planejamento e execução da política de educação permanente. NÃO SE FAZ POLÍTICA PÚBLICA SEM ORÇAMENTO e se queremos uma política pública de qualidade, defendemos a dotação de 10% do orçamento para que gradualmente a política de assistência social tenha o caráter universal, de qualidade, na quantidade e diversidade necessárias, de acesso a todos os cidadãos que dela precisarem.

Tipo: REPÚDIO

A quem se destina: Rede Globo e CFESS (Conselho Federal de Serviço Social).

Descrição: Os participantes da IX Conferência Nacional de Assistência Social, realizada de 16 a 19 de dezembro de 2013 em Brasília - DF, repudiam o quadro da Assistente Social “Umberlinda”, do programa “Zorra Total” da Rede Globo, que fere os preceitos éticos e políticos do Serviço Social, desvalorizando e desqualificando os profissionais, assistentes sociais. O quadro do referido programa prestam de serviço a nação brasileira, já que utilizam da veiculação da informação para excluir, vitimizar e constranger não só os profissionais do serviço social, como também milhões de brasileiras e brasileiros que são culpabilizados, através de uma imagem negativa, deturpada pela exclusão e as injustiças sociais. Assim, solicitamos a retirada do quadro da assistente social “Umberlinda” do ar.

Tipo: REPÚDIO

A quem se destina: Conselho Nacional da Saúde, Min. da Saúde, Congresso Nacional, CNAS, SNAS.

Descrição: Nós Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Social presentes na IX Conferência Nacional de Assistência Social que atuamos junto à população do país e realizando diversas atividades em parceria com os Trabalhadores da Saúde, atentos às questões legais, sociais e preocupados com o sistema de saúde brasileiro, vêm a público manifestar nossa posição de repúdio a respeito do Projeto de Lei 6.126/2013, chamado de “Ato Médico 2”. Declaramos que somos contrários ao Projeto do Ato Médico 2, considerando que:

1. O referido PL fere o princípio constitucional da igualdade ao propor que os atendimentos, as avaliações e diagnósticos sejam feitos de forma diferenciada entre pacientes da rede privada e do Sistema Único de Saúde (SUS);
2. Que ele mantém sob a exclusividade do profissional médico várias atividades, em especial o diagnóstico nosológico (ou o diagnóstico de doenças) e prescrição terapêutica, mantendo ainda outros pontos do antigo PL do Ato Médico;
3. Que o dito projeto desconsidera o dispositivo regimental do Congresso Nacional que prevê, após o veto de um projeto de lei, a apresentação de novo projeto sobre a mesma matéria apenas numa próxima sessão legislativa, a qual se iniciará em fevereiro de 2014; Desta forma, solicitamos dessa Conferência um posicionamento de repúdio a respeito, visto que o referido projeto tramita em regime de urgência no Congresso Nacional, e se faz necessário – também em caráter emergencial - a mobilização da população e dos profissionais das áreas da assistência social e saúde, informando e alertando a todos sobre os vícios originários do projeto, além de seus efeitos danosos a curto, médio e longo prazo sobre toda a população brasileira. Solicitamos o arquivamento do PL, e contamos com a mobilização dos delegados e delegadas presentes nesta IX Conferência Nacional de Assistência Social junto aos deputados federais e senadores pedindo gestões no sentido de que seja arquivado o dito projeto de lei.

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: Ministério do Desenvolvimento Social - MDS/SNAS, Conselho Nacional, Gestores Municipais e Estaduais.

Descrição: Nós, trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, representados pelo FÓRUM NACIONAL e FÓRUMS ESTADUAIS DE TRABALHADORES DO SUAS presentes nesta 9ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, apresentamos a todas/os delegadas/os a defesa das 30 (trinta) horas para todas/os trabalhadoras/os do SUAS, considerando o artigo 109 da NOBSUAS/2012 – Cap VIII Gestão do Trabalho no Sistema Único de Assistência Social: Art. 109 - A Gestão do trabalho no SUAS compreende o planejamento, organização e execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho institucional, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A redução da jornada para no máximo de 30 horas semanais, sem redução de salário, é compreendida pela maioria das trabalhadoras/os do SUAS como questão central no que se refere às condições de trabalho em função do grande tempo ocupado direta e indiretamente do trabalho, sobre pouco tempo para o convívio familiar, o estudo, o lazer, o descanso e a luta coletiva. Considerando o princípio da isonomia previsto na NOB-RH/SUAS e a conquista histórica de algumas categorias profissionais, defendemos a redução da jornada de trabalho para no máximo 30 horas semanais, sem redução de salário para todas/os as/os trabalhadoras/es do SUAS.

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: MDS.

Descrição: Nós, delegados da IX Conferência Nacional da Assistência Social, considerando a importância de se ter inscrito nas orientações e nas diretrizes da assistência social a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, conforme preconiza a lei orgânica da assistência social (LOAS) e a resolução CNAS 34/2011, reivindica que seja implementada o depósito na resolução CNAS 35/2011 no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar de 19 de dezembro de 2013 e salienta-se que o objeto da presente reivindicação deveria estar sendo implementada desde julho de 2012, conforme o artigo 4º da resolução CNAS 35/2011.

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: Ministério do Desenvolvimento Social - MDS/SNAS, Conselho Nacional de Assistência Social.

Descrição: Reivindicamos a instalação imediata da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUAS (MNNP-SUAS). Os participantes da IX Conferência Nacional de Assistência Social, reunidos de 16 a 19 de dezembro de 2013, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília – DF, consideram que é preciso construir a identidade do trabalhador e trabalhadora do SUAS, reconhecer seus direitos enquanto trabalhadores na relação estatutária e contratual, assegurar a equidade entre trabalhadores da rede direta e da rede conveniada, debater as condições de trabalho, formação, capacitação, e outras. A partir de seminários, reuniões, plenárias e articulações referente à Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUAS, o Fórum Nacional dos trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS (FNTSUAS) vem realizando movimentos e provocações, os quais entende esse tema muito estratégico para avançarmos nas questões da Gestão do Trabalho no SUAS, como bem nos memoriza o Capítulo VIII da NOB-SUAS 2012, destacando aqui o Artigo 109, que cita a Mesa de Negociação: “A gestão do trabalho no SUAS compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo do trabalho institucional, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§1º Compreende-se por ações relativas à valorização do trabalhador, na perspectiva da desprecarização da relação e das condições de trabalho, dentre outras:

- I - A realização de concurso público;
- II - A instituição da avaliação de desempenho;
- III - A instituição e implementação de Plano de Capacitação e Educação Permanente com certificação;
- IV - A adequação dos perfis profissionais às necessidades do SUAS;
- V - Instituição das Mesas de Negociação;
- VI - A instituição de Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS);
- VII - A garantia de ambiente de trabalho saudável e seguro, em consonância as normativas de segurança e saúde dos trabalhadores;
- VIII - A stituição de observatórios de práticas institucionais.

§2º Compreende-se por ações relativas a estruturação do processo de trabalho institucional a instituição de, dentre outros:

- I – Desenhos organizacionais;
- II – Processos de negociação do trabalho;
- III – Sistemas de informação;
- IV – Supervisão técnica.”

Reivindicamos que o VIII Capítulo aqui memorado entre em processo de execução a partir da instalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUAS, com portaria assinada pela Ministra do MDS nessa Conferência. Brasília, 18 de dezembro de 2013.

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: Departamento de Gestão do SUAS - SNAS – MDS.

Descrição: Nós participantes da IX Conferência Nacional de Assistência Social, pedimos que, em caráter de urgência seja elaborado um plano de providências que permita a inclusão dos trabalhadores com deficiência dos equipamentos e serviços ofertados pelo SUAS. Pedimos que se considere a norma da W3C em todo conjunto de soluções já implementadas pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI; que seja condição “sine qua non” (indispensável) para o lançamento de novas publicações, produção equivalente em formato acessível, que se tenha metas claras quanto à inclusão de trabalhadores com deficiência considerando a rede pública e privada.

Tipo: REIVINDICAÇÃO

A quem se destina: Ministério do Desenvolvimento Social - MDS/SNAS, Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS, Conselho Estaduais da Assistência Social, Conselhos Municipais da Assistência Social.

Descrição: Moção em Defesa da Representação dos Trabalhadores garantindo sua identidade como trabalhadora Os delegados e delegadas reunidos na IX Conferência Nacional de Assistência Social vem defender:

- a) inscrição das/os trabalhadores(as) nas Conferências e Conselhos, sejam da sociedade civil, seja do governo ,que não estejam em cargos comissionados ou na direção de entidades de Assistência Social, a inscrição deve ser realizada no segmento das/os trabalhadores, independente do seu vínculo de trabalho.
- b) Que sejam reconhecidas todas as formas de organização das /os trabalhadores, tais como os Fóruns de trabalhadores, para além do previsto na Resolução CNAS nº23/06, para fins de indicação de candidatos/as a delegados para as Conferências.
- c) A escolha de representantes de trabalhadoras/os realizada entre seus pares, ou seja, os trabalhadoras/os escolhem entre si quem será sua/seu representante.

Tipo: REPÚDIO

A quem se destina: CNAS, MDS.

Descrição: Nós, delegados da IX Conferência da Assistência Social, manifestamos nossa indignação frente a notável desorganização do que tange a logística de acolhimento e comunicação desta conferência.Pautar este assunto neste espaço de discussão da gestão e financiamento da Política de Assistência Social torna-se premente haja vista que o tratamento desrespeitoso que as delegações receberam foi emblemático, pois representa claramente a má gestão por parte do MDS dos poucos recursos de que dispõe esta política pública.

Objetivamente, os problemas enfrentados foram:

1 - Não houve fala única em relação ao local de hospedagem. Foi enviado email oficial do CNAS com a distribuição das delegações pelos respectivos hotéis, porém ao chegar no aeroporto de Brasília, houve desencontro de informações com 4 versões.

2 - Falta de informação do profissional da empresa contratada no aeroporto, bem como ausência de informações por parte da mesma sobre a logística de traslado e hospedado.

3 - Não cumprimento da periodicidade e disponibilidade de vãs, conforme comunicado inicial fornecidos pelo CNAS, onde garantisse transporte de 20 em 20 minutos o que acarretou uma espera de cerca de 3 horas no aeroporto, inviabilizando a participação dos delegados na leitura e aprovação do regimento interno.

4 - Ao chegar no Centro de Convenções, os coordenadores das delegações procuram a sala de soluções, porém não tiveram suas reclamações acolhidas.

5 - Ao final dos trabalhos do primeiro dia houve tumulto para embarcar nos transportes que se dirigiam aos hotéis, os quais também eram insuficientes. Assim, vários delegados permaneceram por longo tempo na chuva.

6 - Ainda no término do primeiro dia, alguns delegados foram para o hotel indicado pela organização do evento e não havia vagas suficientes para acomodação. Deste modo, foi sinalizada uma segunda opção de hotel, porém sem garantia efetiva de hospedagem. Este grupo de delegados se deslocou com suas malas a pé, na chuva para o novo hotel, ressaltando que já era quase 00:00.

7 - Cabe ainda enfatizar veemente a má qualidade, quantidade insuficiente e a desorganização logística de atendimento e distribuição da alimentação, com especial destaque as situações vexatórias, enfrentadas por diversos delegados.

Em suma, todas as problemáticas listadas e também outras não mencionadas refletem o descaso com que esta Política tem sido operacionalizada em todos os níveis de gestão (União, Estados, Município e DF) na contra mão do projeto ético político da Assistência Social. Não é possível promover transformação social sem a oferta de serviços de qualidade que prezem pelo respeito às especificidades dos sujeitos que são assistidos por esta Política.

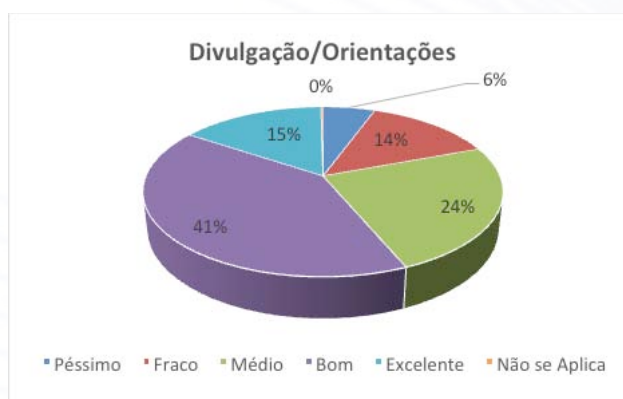
Após a plenária final, aconteceu o encerramento oficial da IX conferência Nacional, que contou com a participação dos conselheiros e funcionários do CNAS, da Secretaria Adjunta da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, Sr^a Valéria Gonelli, dos componentes da relatoria colegiada, do comitê acadêmico e de todos os colaboradores que contribuíram para realização desta conferência.

10.1 Avaliação da IX Conferência Nacional de Assistência Social

A avaliação da IX Conferência Nacional da Assistência Social foi realizada tomando por base o resultado dos formulários avaliativos distribuídos aos participantes e recolhido ao final do evento.

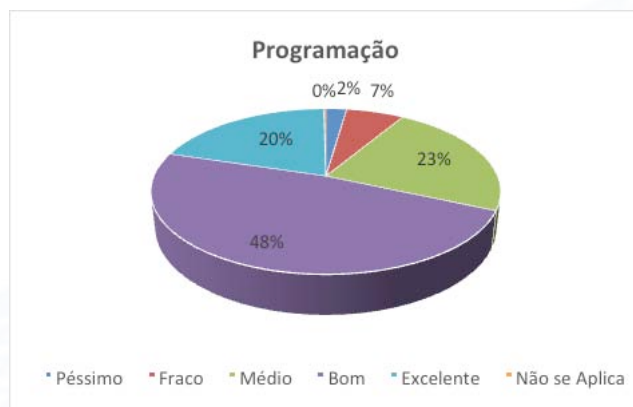
Tivemos um total de 912 formulários devolvidos, número este que representa 49% dos delegados participantes. Isto já aponta um primeiro indicativo para aprimoramento do próprio procedimento adotado.

Segue a descrição dos dados obtidos:



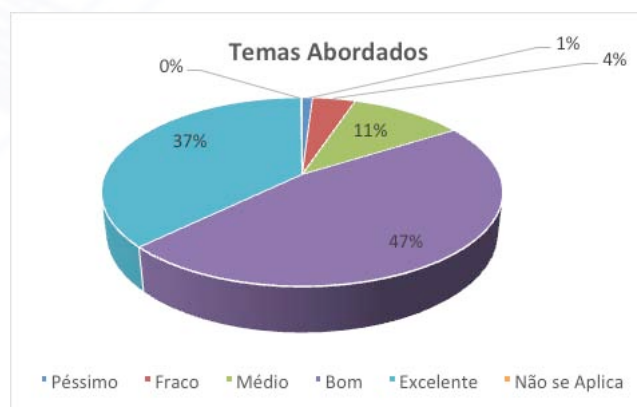
Fonte: CNAS – IX Conferência Nacional da Assistência Social – Formulário Avaliativo

Em relação à divulgação e as orientações prévias, de maneira geral os participantes consideraram bom o trabalho desenvolvido (41% bom e 24% médio). Há referências de péssimo (6%) e fraco (14%), mas no extremo oposto, há quem tenha considerado excelente (15%) o processo realizado na preparação da em preparação da IX Conferência Nacional de Assistência Social.



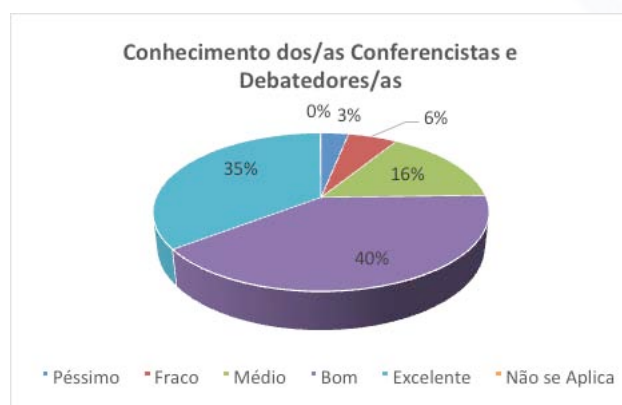
Fonte: CNAS – IX Conferência Nacional da Assistência Social – Formulário Avaliativo

Em relação à Programação, os participantes consideraram, novamente, majoritariamente boa (48% boa e 23% médio), mas a referência à Excelente alcançou 20%, o que indica uma grande aprovação da mesma, considerando que a reprovação foi bastante reduzida (7% fraco e 2% péssimo).



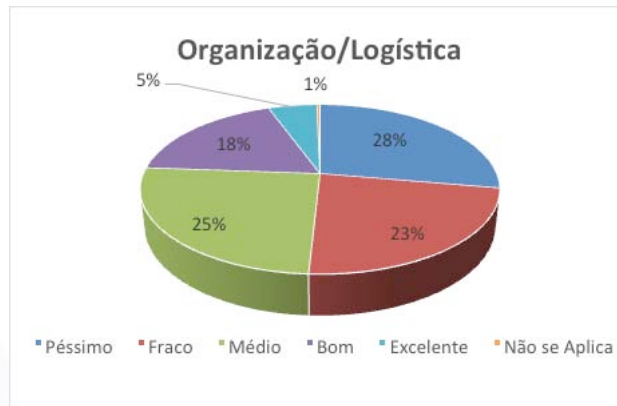
Fonte: CNAS – IX Conferência Nacional da Assistência Social – Formulário Avaliativo

Sobre os temas abordados, a aprovação foi altamente expressiva (47% bom e 37% excelente). As pequenas referências intermediárias (11%: médio) e a reprovação foi extremamente pequena (4% fraco e 1% péssimo).



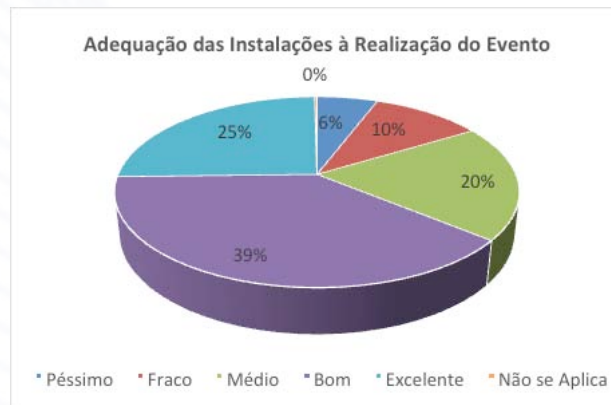
Fonte: CNAS – IX Conferência Nacional da Assistência Social – Formulário Avaliativo

Com relação ao conhecimento dos/as Conferencistas e debatedores/as, a avaliação dos participantes foi também altamente positiva (35% excelente e 40% bom), com pequenas referências medianas (16% médio) e reprovação extremamente pequena (6% fraco e 3% péssimo).



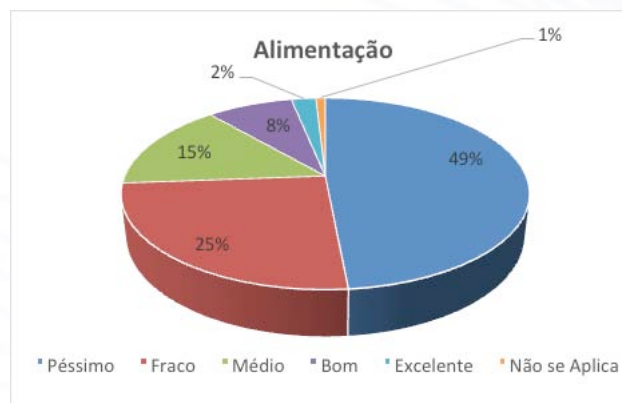
Fonte: CNAS – IX Conferência Nacional da Assistência Social – Formulário Avaliativo

Sobre a organização e logística da IX Conferência Nacional da Assistência Social, a reprovação ficou bastante evidente (28% péssimo e 23% fraco). Houve avaliações medianas (25% médio) e, minoritariamente aprovações (18% bom e 5% excelente).



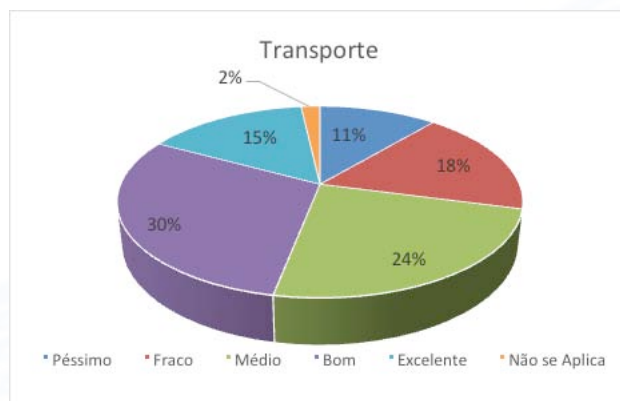
Fonte: CNAS – IX Conferência Nacional da Assistência Social – Formulário Avaliativo

Ao avaliar as instalações utilizadas para a realização da IX Conferência Nacional de Assistência Social, os participantes indicaram aprovação do mesmo (25% excelente e 39% bom), com referências medianas (20% médio) e pequena reprovação (10% fraco e 6% péssimo).



Fonte: CNAS – IX Conferência Nacional da Assistência Social – Formulário Avaliativo

Com relação à alimentação, houve franca reprovação (49% péssimo e 25% fraco), com pequenas referências medianas (15%) e menor ainda aprovações (8% bom e 2% excelente).



Fonte: CNAS – IX Conferência Nacional da Assistência Social – Formulário Avaliativo

Na avaliação do transporte, os participantes apontaram pequena predominância de aprovações (30% bom e 15% excelente), referências medianas (24%) e reprovação (18% fraco e 11% péssimo).

Os dados tabulados subsidiaram a discussão pelo Conselho Nacional de Assistência Social gerando indicativos para o aprimoramento do processo, resultando na alteração dos procedimentos relativos à organização da X Conferência Nacional da Assistência Social.

11. Anexos:

1. Portaria Conjunta Nº03 de 17 de Dezembro de 2012
2. Resolução CNAS Nº35 de 13 de Dezembro de 2012
3. Resolução Nº36 de 13 de Dezembro de 2012
4. Informativos do CNAS (01 a 11)
5. Regulamento/Resolução Nº35 de 29 de Novembro de 2013
6. Caderno de Avaliação e Recomendações
7. Resolução Nº36 de 16 de Dezembro de 2013
8. Resolução do CNAS que publica as deliberações finais e moções

Observações:

Estes são os documentos que sugerimos ser publicados nos Anais desta Conferência a partir dos textos elaborados pela relatoria colegiada.

0800 707 2003
www.mds.gov.br



**IX Conferência Nacional
de Assistência Social**

SUAS: 8 ANOS DE CONQUISTAS

Brasília, de 16 a 19 de dezembro de 2013



Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

